

**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS DO ESPÍRITO SANTO (SEGER/ES)****DECISÃO DOS RECURSOS  
(INFRARRELACIONADOS)****I  
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes aos cargos disponibilizados para o Concurso Público da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Estado do Espírito Santo para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Analista do Executivo, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto **EDITAL Nº 35, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022**.

**RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA**

Inscrição	Nome	Cargo
273000029	Luiza Postay Cordeiro	Analista do Executivo - Administração
273000119	Luanda Vieira Da Silva Porto	Analista do Executivo - Administração
273000254	Bianca Ferreira Do Nascimento	Analista do Executivo - Administração
273000311	Pâmella De Medeiros Romeiro	Analista do Executivo - Administração
273000666	Robervanderson Alves	Analista do Executivo - Administração
273000868	Rodrigo De Almeida	Analista do Executivo - Administração
273000893	Marcio Rodrigo Do Nascimento	Analista do Executivo - Administração
273001166	Romulo Trancoso Soares	Analista do Executivo - Administração
273001176	Raone Soares Biancardi	Analista do Executivo - Administração
273001224	Matheus Loureiro Zanoni De Assis	Analista do Executivo - Administração
273001378	Luciana Silva De Carvalho	Analista do Executivo - Administração
273001467	Fábio Da Silva Moço	Analista do Executivo - Administração
273001546	Carlos Augusto De Souza Penha	Analista do Executivo - Administração
273001617	Leonardo De Carvalho Louzada	Analista do Executivo - Administração
273001622	Joselaine Cristina César Gomes Montoni	Analista do Executivo - Administração
273001741	Alef Nogueira De Lima	Analista do Executivo - Administração
273001862	Arthur Gabriel Guedes Rocha	Analista do Executivo - Administração
273002358	Douglas Nascimento Silva	Analista do Executivo - Administração
273003124	Marcio Siqueira Alvarenga	Analista do Executivo - Administração
273003280	Giseli Pereira Dos Santos Smith	Analista do Executivo - Administração
273003326	Daniela Oliveira Barros	Analista do Executivo - Administração
273003439	Mayra Santos Braga	Analista do Executivo - Administração
273003472	Vanesca De Souza Oliveira	Analista do Executivo - Administração
273003673	Danielli Verdan Recco	Analista do Executivo - Administração
273003951	Leonardo Dos Reis Fernandes	Analista do Executivo - Administração

273004280	Lin Figueiredo Almeida	Analista do Executivo - Administração
273004498	Wesley Rangel Simões	Analista do Executivo - Administração
273004563	Eliana De Souza	Analista do Executivo - Administração
273004998	Vanessa Meira Virgens	Analista do Executivo - Administração
273005087	Marissol Passos Correa	Analista do Executivo - Administração
273005298	Roberta Henriques De Souza Costa	Analista do Executivo - Administração
273005390	Mirela Schimit Pinto	Analista do Executivo - Administração
273005756	Thiago Martins Machado	Analista do Executivo - Administração
273005989	Jamilla Ramos Busato	Analista do Executivo - Administração
273006119	Ranieli Altoé Pelissari	Analista do Executivo - Administração
273006511	Adilson De Jesus Sousa	Analista do Executivo - Administração
273006895	Maira De Jesus Rosa	Analista do Executivo - Administração
273006994	José Renato Alcoforado De Almeida	Analista do Executivo - Administração
273007056	Pâmmela De Souza Teixeira	Analista do Executivo - Administração
273007568	Graciana Aparecida Taffner Cao	Analista do Executivo - Administração
273008022	Manuella Costa Zamboni	Analista do Executivo - Administração
273008030	Murilo Zamboni Alvarenga	Analista do Executivo - Administração
273008496	Saulo Secchin Sampaio	Analista do Executivo - Administração
273009450	Claudio Von Schilgen Ferreira	Analista do Executivo - Administração
273010081	Margareth De Souza Costa	Analista do Executivo - Administração
273011250	Leandro Boone Subtil	Analista do Executivo - Administração
273013946	Amanda De Avelar Bahiense	Analista do Executivo - Administração
273014035	Patrick Laass Wotckoski	Analista do Executivo - Administração
273014607	Kayala Rodrigues Macedo Alves	Analista do Executivo - Administração
273015658	Jacqueline De Carvalho	Analista do Executivo - Administração
273016101	Andréa Rezende Marcos	Analista do Executivo - Administração
273016650	Ricardo Leandro De Faria	Analista do Executivo - Administração
273017218	Livia Costa Pinheiro Dos Santos	Analista do Executivo - Administração
273017240	Luiz Felipe Aguiar Pinto	Analista do Executivo - Administração
273017515	Eliseu Barreto Da Silva	Analista do Executivo - Administração
273017618	Deverson Wulpi Fraga	Analista do Executivo - Administração
273017629	Giliane Soares Martins	Analista do Executivo - Administração
273017988	Denilson Goncalves Lino Do Nascimento	Analista do Executivo - Administração
273018283	Thiara De Angeli Porto	Analista do Executivo - Administração
273018711	André Luís Figueiredo Santana Dourado	Analista do Executivo - Administração
273018849	Julio Rangel Feres	Analista do Executivo - Administração
273019089	Jayna Passos Dos Santos Py	Analista do Executivo - Administração
273019120	Henrique Costalonga Gomes	Analista do Executivo - Administração
273019370	Jaécio Matos Santos Filho	Analista do Executivo - Administração
273020147	Marcelo Lopes Luz	Analista do Executivo - Administração
273020873	Rafael Ramos Cardoso	Analista do Executivo - Administração
273021010	Rafaela Rodrigues Pedro	Analista do Executivo - Administração
273021328	Ronaldo José De Lima Júnior	Analista do Executivo - Administração
273021520	Geise Eugênia Da Silva Batalha	Analista do Executivo - Administração
273021716	Larissa Janiques Pinto	Analista do Executivo - Administração
273022231	Willian Alves Caus	Analista do Executivo - Administração
273025014	Marcos Sales Bezerra	Analista do Executivo - Administração
273025551	Joao Vitor Miranda Charpinel Goulart	Analista do Executivo - Administração
273025826	Adam Lucas Do Nascimento Souza	Analista do Executivo - Administração

273025994	Luís Carlos Soares Chrigner	Analista do Executivo - Administração
273026012	Mônica Guidoni Guaitolini	Analista do Executivo - Administração
273026068	Guilherme De Faria Borborema	Analista do Executivo - Administração
273026324	Douglas Alberto Ferreira Mageski	Analista do Executivo - Administração
273026760	Silas Weslei Ramos Zerbinato	Analista do Executivo - Administração
273000411	Mariana Gonçalves Pires Lopes	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273000500	Mariane Cristine Da Conceição Rodrigues	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273000633	Leandro De Queiroz Di Giorgio	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273000633	Leandro De Queiroz Di Giorgio	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273000847	Henrique Pontes Rampazio	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273000999	Rayla Naked De Andrade	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273001791	Pedro Artur Fernandes Lino Andrade	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273002181	Jéssica De Mello Machado	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273002243	Laís Roldi De Oliveira	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273002708	Marlon Valim De Souza Taliuli	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273002803	Thais Padula Trombeta	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273003829	Monique Garcia Merscher	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273004523	Miria Donadia Nascimento	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273004540	Iago Longue Martins	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273005993	Mayara Barcellos Morelato	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273006054	Gustavo Zamproni Gomes	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273006401	Felipe Damasceno Soares	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273006631	Mariana Vasconcelos Vidal De Negreiros	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273007114	Emelly Vitali Santana	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273009117	Gustavo Conopca Lievore	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273009618	Lucas De Nadai Salvador	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273009969	Dângela Detemann Muniz	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273010715	Vanessa Angeli Ribeiro	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273012562	Bruna Perovano Sirtuli	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273013186	Leticia Martel Kuwahara	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273013678	Marlos Regis De Araujo Lopes	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273013886	Thais Perini Zanotelli	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273015120	Marcia Bissoli Dalvi	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273015549	Laila Menezes Medina	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273016216	Tamires De Oliveira Freitas	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273017179	Flávia Marcarine Arruda	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273018191	Fernanda Henriques Pereira	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273018254	Rodrigo De Carvalho	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273021647	Kamila Drago Bona	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273022467	Marcela Araujo De Paulo	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273023873	Gabriel Lavinsky Jardim	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273024608	Thays Da Hora Reuter Marçal	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273024730	Karlos Felipe Da Vitória Rupf	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273026388	Encio Henrique Hoffman	Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo
273000567	Ravena Oliveira Rodrigues Costa	Analista do Executivo - Arquivologia
273000714	Thyenne Endlich Dourado	Analista do Executivo - Arquivologia
273002035	Bruno Rodrigues	Analista do Executivo - Arquivologia
273003048	Juliana Oliveira De Almeida	Analista do Executivo - Arquivologia
273003496	Nayane Viale Vargas	Analista do Executivo - Arquivologia

273005093	Fabricio Hentringer Rocha	Analista do Executivo - Arquivologia
273013032	Chariel Cristal Botelho	Analista do Executivo - Arquivologia
273014664	Veralice De Freitas Miranda	Analista do Executivo - Arquivologia
273016331	Priscilla Ramos Da Penha	Analista do Executivo - Arquivologia
273018841	Mariana De Almeida Peixoto E Silva	Analista do Executivo - Arquivologia
273020410	Joyce Rosa Da Costa Riquilino	Analista do Executivo - Arquivologia
273022355	Wellington De Oliveira Vieira	Analista do Executivo - Arquivologia
273022613	Érika Mezabarba Riva	Analista do Executivo - Arquivologia
273026196	Priscila Rodrigues Nunes	Analista do Executivo - Arquivologia
273001929	Uarlens De Jesus Souza	Analista do Executivo - Biblioteconomia
273002104	Gabriel De Menezes Oliveira	Analista do Executivo - Biblioteconomia
273002255	Roberta Dalfior Cola	Analista do Executivo - Biblioteconomia
273005437	Aline Da Silva Moreira	Analista do Executivo - Biblioteconomia
273019193	Fabíola Ferreira Soares	Analista do Executivo - Biblioteconomia
273022876	Marcelo Calderari Miguel	Analista do Executivo - Biblioteconomia
273000034	Gabriela Anacleto Da Silva	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273000260	Josiana Oliveira Simplício	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273000415	Rosiane Dos Santos Coutinho	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273000593	Ana Paula Terra De Souza	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273000843	Gloriete Maria Dos Santos Almeida	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273000918	Alersis Rodrigues De Freitas	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273000946	Alecsandro Moreira Dos Santos	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273000971	Vanuza Constantino Santos	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273001314	Kaik Rodrigues Vieira	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273001355	Hemerson Freitas Da Silva	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273001656	Stefânia Da Penha Rodrigues	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273001966	Raphael Ramos Martins	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273002600	Shayene Paim Pimentel	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273003243	Mateus Machado Alves Assis	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273003295	Weksley Lucas Resende Moreira	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273004655	Lucas Dos Reis Silva	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273004733	Albert Iglésia Correa Dos Santos Júnior	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273005397	Lucas Do Nascimento Meirelles	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273005907	Arquimedes Bayerl Miranda	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273006358	Gustavo Mateus Marvila	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273006876	Wando Belffi Da Costa	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273007026	Olga Amelia Lopes De Carvalho	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273007130	Antonilda Mendes Reis	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273007654	Cleydson Montovaneli Albertino	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273007935	Bruno Mayer Tassarolo	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273008699	Maria Goretti	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273009007	Alan Silva Dos Santos	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273010609	Bruno Henrique Oliveira De Lira	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273010644	Ian Victor Prado Castilho	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273011217	Raiane Rivia Vieira	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273011426	Thayná Soares Lopes Ventura	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273013359	Scherliane Hungara De Souza	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273013445	Adriana Ferreira De Souza	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273014764	Cristina Zardo Calvi	Analista do Executivo - Ciências Contábeis

273014953	Giovane Moura Dias Almeida	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273015327	Villian Castelan Thomaz	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273015404	Mariana Borges Cortal Silva Telles	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273015885	Amanda Siller Callot	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273016825	Vladson Henrique Rodrigues Viana	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273016878	Flavio Fernandes Da Silva	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273017592	Attila Teixeira Fialho	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273018361	Hidelberto Júnior De Castro E Alves	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273018906	Rodrigo Lopes Busato	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273021651	Sergio Pinto De Oliveira Junior	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273024593	Sunamita Gomes De Lima	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273025172	Lucas Mendonça Dos Santos	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273025213	Thales Almeida Corrêa	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273025628	Geraldo Lucio Lajes Lemos Jr	Analista do Executivo - Ciências Contábeis
273000262	Daniel Pereira Lima Souza	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273000693	Felipe Dias Gomes Moreira	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273000877	Lucas Fabiano De Matos	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273004766	Gustavo Rocha Lima Mendonça	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273005182	Rodolfo Fabriz Marchesi	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273006844	Angelo José Saviatto Filho	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273007154	Monyk Brites Alves Cardoso	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273008686	Vinicius Toledo Manhaes	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273010801	Raphael Rodrigues De Oliveira	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273014137	Rodrigo Fiorese Gava	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273017173	Francisco Zucchelli Lott	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273024124	Rodrigo Taveira Rocha	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273024499	Kaique Lopes De Oliveira	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273027040	Monique Nunes Prado	Analista do Executivo - Ciências Econômicas
273000686	Rodrigo De Carvalho Nippes	Analista do Executivo - Ciências Sociais
273004153	Claudiméia Do Rosário Almeida	Analista do Executivo - Ciências Sociais
273009240	Victor De Jesus Barbosa	Analista do Executivo - Ciências Sociais
273012457	Carlos Eduardo Batista De Souto Alves	Analista do Executivo - Ciências Sociais
273012761	Yure De Oliveira Telles Souza	Analista do Executivo - Ciências Sociais
273015975	Raphael De Oliveira Soares	Analista do Executivo - Ciências Sociais
273016356	Jefferson Ferreira Alvarenga	Analista do Executivo - Ciências Sociais
273016414	Ludmilla Rodrigues Lisboa	Analista do Executivo - Ciências Sociais
273001386	Fernando Henrique Cardoso	Analista do Executivo - Comunicação Social
273001442	Samily Loures De Freitas	Analista do Executivo - Comunicação Social
273001804	Annaya Dias Hackbardt	Analista do Executivo - Comunicação Social
273004165	Verônica Marchezi Nogueira	Analista do Executivo - Comunicação Social
273011263	João Vitor Ameno Farinelli	Analista do Executivo - Comunicação Social
273017217	Raira Luana Vedova	Analista do Executivo - Comunicação Social
273019333	Aline Goltara Almeida	Analista do Executivo - Comunicação Social
273000259	Ramon Rodrigues Claudiano	Analista do Executivo - Direito
273000276	Claudiene Nascimento	Analista do Executivo - Direito
273000323	Débora Orcelino Pires Ferreira	Analista do Executivo - Direito
273000325	Bárbara Barreiros Da Silva	Analista do Executivo - Direito
273000396	Larissa Calazans Alvarenga	Analista do Executivo - Direito
273000460	Reginaldo Pereira Dos Santos	Analista do Executivo - Direito

273000825	Ana Carolina Figueiredo Batista	Analista do Executivo - Direito
273001139	Maykon Martins De Souza	Analista do Executivo - Direito
273001140	Amanda Regina Da Silva	Analista do Executivo - Direito
273001182	Tales Faria Rocha	Analista do Executivo - Direito
273001196	Valeska Miguel Dutra	Analista do Executivo - Direito
273001199	Gabriel Ferreira Demo	Analista do Executivo - Direito
273001292	Milena Oliveira Barboza E Souza	Analista do Executivo - Direito
273001317	Valkiria Ferreira De Carvalho Rodrigues	Analista do Executivo - Direito
273001389	Luiza Passos Ramalhete Dezan	Analista do Executivo - Direito
273001420	Nair De Lourdes Sperandio Santos	Analista do Executivo - Direito
273001525	Carlos Eduardo Brum Conte	Analista do Executivo - Direito
273001568	Ana Rafaela Pinto De Maria	Analista do Executivo - Direito
273001657	Henryck Santos Lima	Analista do Executivo - Direito
273001667	Rafaela Guidi Cardoso	Analista do Executivo - Direito
273001745	Carolina Vasconcellos Batista Da Silva	Analista do Executivo - Direito
273001761	Caio Luiz Silva De Miranda	Analista do Executivo - Direito
273001846	Lauriane Carvalho Rocha	Analista do Executivo - Direito
273001867	Tiago Loss Ferreira	Analista do Executivo - Direito
273001934	Eduarda Abrantes Campos Salles Ramos	Analista do Executivo - Direito
273001945	Pedro Tonini Araújo De Souza	Analista do Executivo - Direito
273002078	Emilly De Figueiredo Barelli	Analista do Executivo - Direito
273002240	Debora Marcia Raasch Jacobsen	Analista do Executivo - Direito
273002298	Ricardo Lopes Mota	Analista do Executivo - Direito
273002363	Fernanda Riedel Dalmolin	Analista do Executivo - Direito
273002413	Jarneliane Moratti Dias	Analista do Executivo - Direito
273002513	Ariany Lorrana Oliveira	Analista do Executivo - Direito
273002657	Fabiana Pelição Pissarra	Analista do Executivo - Direito
273002894	Kayque Menegueli Dos Santos	Analista do Executivo - Direito
273003106	Aline Ferreira De Mattos Tomás	Analista do Executivo - Direito
273003122	Fábio Henrique Cordeiro Luz	Analista do Executivo - Direito
273003171	Ana Luiza Peixoto Rocha	Analista do Executivo - Direito
273003200	Sophia Schwarz Tótola	Analista do Executivo - Direito
273003201	Bruno Guarnier Maia	Analista do Executivo - Direito
273003241	Eder Loureiro De Almeida	Analista do Executivo - Direito
273003297	Murilo Mantovanelli Siqueira	Analista do Executivo - Direito
273003328	Carla Fernanda De Paula Silva	Analista do Executivo - Direito
273003338	Suellen De Souza Alves	Analista do Executivo - Direito
273003363	Lucas Vinicius Menezes Almeida	Analista do Executivo - Direito
273003413	Marcella Haila Antunes Pinto	Analista do Executivo - Direito
273003468	Letícia Silva Amaral	Analista do Executivo - Direito
273003502	Luna Loureiro Simões	Analista do Executivo - Direito
273003525	Isabela Gonçalves Adriano	Analista do Executivo - Direito
273003575	Patricia Santos Cortez	Analista do Executivo - Direito
273003691	Victor Ricciardi Rocha	Analista do Executivo - Direito
273003840	Luiz Carlos Dias Júnior	Analista do Executivo - Direito
273003854	Mylena Lima Alves	Analista do Executivo - Direito
273003870	Michaela Creto De Souza	Analista do Executivo - Direito
273003902	Sebastião Alexandre Leite Barbosa	Analista do Executivo - Direito
273004011	Carolina Rocha Bianchi	Analista do Executivo - Direito

273004029	Larissa Almeida Braga De Oliveira	Analista do Executivo - Direito
273004030	José Geraldo Frigini Alves	Analista do Executivo - Direito
273004157	Alice Bergamin Quinelato	Analista do Executivo - Direito
273004286	Filipe Ambrósio Monteiro	Analista do Executivo - Direito
273004314	Matheus Moreno De Andrade	Analista do Executivo - Direito
273004325	Raquel De Fatima Dos Santos	Analista do Executivo - Direito
273004613	Maria Júlia Martinuzzo Bastos	Analista do Executivo - Direito
273004641	Danielle Gomes Goltara	Analista do Executivo - Direito
273004988	Maria Luísa Nunes Leite Coelho	Analista do Executivo - Direito
273005005	Natalia Vieiras Dalla Bernardina	Analista do Executivo - Direito
273005023	Gabriel Lemos Rocha	Analista do Executivo - Direito
273005102	Gerson Breno Passos Lopes	Analista do Executivo - Direito
273005217	Raiane Aparecida Vieira De Freitas	Analista do Executivo - Direito
273005480	Gabrielle Sepulcro Hupp	Analista do Executivo - Direito
273005494	Vítor Pizol De Rezende	Analista do Executivo - Direito
273005522	Scheydson Rocha De Freitas	Analista do Executivo - Direito
273005758	Tatianne Horacio Fonseca	Analista do Executivo - Direito
273005798	Rosely Maria Santos Pissinatti	Analista do Executivo - Direito
273005859	Erildo Pedrini Netto	Analista do Executivo - Direito
273005933	Dayvison Hatla Soares Tavares	Analista do Executivo - Direito
273006084	Marcos Gomes Ribeiro	Analista do Executivo - Direito
273006188	Camilo Zupeli Santos	Analista do Executivo - Direito
273006361	Helena Emerick Abaurre	Analista do Executivo - Direito
273006417	Caroline Rios Silveira Campos Amaral	Analista do Executivo - Direito
273006492	Rafael Gonçalves De Lima	Analista do Executivo - Direito
273006579	Mariana Athayde De Freitas	Analista do Executivo - Direito
273006633	Luisa Balliana Campos Lima	Analista do Executivo - Direito
273006697	Deibison Ripardo	Analista do Executivo - Direito
273006759	Marcos Antonio Teixeira Da Silva Junior	Analista do Executivo - Direito
273006836	Daniel Mancini Bitencourt	Analista do Executivo - Direito
273006851	Deniz Azeredo Martins Virginio	Analista do Executivo - Direito
273006869	Juliana Da Silva Soella	Analista do Executivo - Direito
273006961	Ana Clara Santanna Marchini	Analista do Executivo - Direito
273006969	Bruna Quiuqui Baltazar	Analista do Executivo - Direito
273007108	Luzimária Reis Dos Santos	Analista do Executivo - Direito
273007120	Jordan Santos Rodrigues	Analista do Executivo - Direito
273007240	Adriana Peterle	Analista do Executivo - Direito
273007245	João Paulo Turetta Pelisson	Analista do Executivo - Direito
273007304	Thalita Menicucci Bortoloso	Analista do Executivo - Direito
273007431	Thays Nogueira Farias	Analista do Executivo - Direito
273007477	Alex Ignacio Nogueira	Analista do Executivo - Direito
273007527	Victoria Bimbato Vieira	Analista do Executivo - Direito
273007584	Camila Alves Ribeiro	Analista do Executivo - Direito
273007603	Mariana Figueiredo Zambon	Analista do Executivo - Direito
273007703	Joyce Ferreira Da Silva Carvalho	Analista do Executivo - Direito
273007726	Stefan Furtado Chodachi	Analista do Executivo - Direito
273007814	Alexandre Vargas Nemer	Analista do Executivo - Direito
273007829	Nayene Campos De Souza	Analista do Executivo - Direito
273007913	Giovana Saraiva	Analista do Executivo - Direito

273007926	Julia Eveyn Menezes Dos Santos	Analista do Executivo - Direito
273008092	Juliana Ferreira De Souza Rubert Rodrigues	Analista do Executivo - Direito
273008130	Fabiana Peterle	Analista do Executivo - Direito
273008360	Bianca Souza Teixeira	Analista do Executivo - Direito
273008568	Rafael Moreira Lopes	Analista do Executivo - Direito
273008665	Victoria Dantas Vidal	Analista do Executivo - Direito
273008737	Brunno Rocha Nunes	Analista do Executivo - Direito
273008830	Rafhael Horst De Aguiar	Analista do Executivo - Direito
273009053	Luisa Cypriano Moreira Da Silva	Analista do Executivo - Direito
273009256	Washington José Dos Santos	Analista do Executivo - Direito
273009491	Cristina De Freitas Caiado Machado	Analista do Executivo - Direito
273009499	Suelen Wernersbach Nunes Adão	Analista do Executivo - Direito
273009576	Lizandra Do Socorro Maciel Santos	Analista do Executivo - Direito
273009591	Júlio José Curcio Rodrigues	Analista do Executivo - Direito
273009744	Nathalia Ressari Nicolini	Analista do Executivo - Direito
273010520	Thábyta Grassi Alves Barros	Analista do Executivo - Direito
273010819	Bruna Figueira Marchiori	Analista do Executivo - Direito
273011033	Eini Rovena Dias	Analista do Executivo - Direito
273011111	Diego Araujo De Sousa	Analista do Executivo - Direito
273011141	Luísa Araújo Limongi	Analista do Executivo - Direito
273011155	Felipe Gregório Cavalcante	Analista do Executivo - Direito
273011200	João Pedro Di Cavalcanti Gaspar	Analista do Executivo - Direito
273011248	Isabella Pereira De Souza Boone Subtil	Analista do Executivo - Direito
273011355	Danielle Scarpi Costa	Analista do Executivo - Direito
273011516	Emily Alvarenga Dias	Analista do Executivo - Direito
273011922	Italo Samuel Ferreira Wyatt	Analista do Executivo - Direito
273012289	Antonia Jeane Alves De Souza	Analista do Executivo - Direito
273012333	Lucas Willian Almeida Ripardo	Analista do Executivo - Direito
273012390	Raphael Bourguignon Betzel	Analista do Executivo - Direito
273012903	Karen Helena Rodrigues Furno	Analista do Executivo - Direito
273012941	Kemily Floresti Canabrava	Analista do Executivo - Direito
273013267	Lais Ribeiro Meyrelles	Analista do Executivo - Direito
273013380	Eliza Martins Silva	Analista do Executivo - Direito
273013462	Bruna Gonçalves Mathias	Analista do Executivo - Direito
273013478	Elaine Cristina Pereira Silva	Analista do Executivo - Direito
273013483	Lara Paiva Da Silva	Analista do Executivo - Direito
273013758	Roberta Naumann Margotto	Analista do Executivo - Direito
273013841	Letiscia Andrea Solis	Analista do Executivo - Direito
273013987	Lívia Cristina Collodetti Demuner	Analista do Executivo - Direito
273014029	Bruna Brum Assad	Analista do Executivo - Direito
273014073	Yago Andrade Motta	Analista do Executivo - Direito
273014123	Jederson Carvalho Lobato	Analista do Executivo - Direito
273014242	Guilherme Ferreira Basílio	Analista do Executivo - Direito
273014299	Luana Santos Azeredo	Analista do Executivo - Direito
273014867	Fabício Canêdo Pinto	Analista do Executivo - Direito
273014921	Kelio Almeida Neves	Analista do Executivo - Direito
273014927	Natasha Oliveira Gomes Lima	Analista do Executivo - Direito
273014954	Isadora Ramos Nardoto	Analista do Executivo - Direito
273015032	Patricia Vallorini Guasti	Analista do Executivo - Direito



273015201	Leandro Felipe Cardoso Rabi	Analista do Executivo - Direito
273015340	Thaís Cordeiro Mantovanelli	Analista do Executivo - Direito
273015391	Bruna De Almeida Terra Melo	Analista do Executivo - Direito
273015568	Raíza Ribeiro Barbosa	Analista do Executivo - Direito
273016029	André Luiz De Freitas Bins	Analista do Executivo - Direito
273016102	Morgana Neves De Jesus	Analista do Executivo - Direito
273016152	Ana Claudia Dalmazio Rosa	Analista do Executivo - Direito
273016197	Suzanne Mergar Lirio	Analista do Executivo - Direito
273016254	Pedro Felipe Pereira Gonçalves	Analista do Executivo - Direito
273016275	Glawber De Sousa Rios	Analista do Executivo - Direito
273016303	Fernanda Simões Távora	Analista do Executivo - Direito
273016359	Nayara Batista Goltara	Analista do Executivo - Direito
273016489	Vanessa Santos Cohim De Almeida	Analista do Executivo - Direito
273016508	Angélica Miranda Victório	Analista do Executivo - Direito
273016562	Leticia Santana Louback	Analista do Executivo - Direito
273016621	Glauber De Assis Rosa	Analista do Executivo - Direito
273016748	Ana Julia De Abreu Caetano	Analista do Executivo - Direito
273016817	Henrique Procópio De Oliveira	Analista do Executivo - Direito
273017057	Richard Jean Barroso Gomes Rodrigues	Analista do Executivo - Direito
273017067	Amanda Cunha Sossai	Analista do Executivo - Direito
273017431	Ailton Da Silva Fernandes	Analista do Executivo - Direito
273017438	Ivando Das Neves Braga	Analista do Executivo - Direito
273017495	Josafá Victor Alves Queiroz	Analista do Executivo - Direito
273017578	Jonas Martins Gomes	Analista do Executivo - Direito
273017655	Gabriella Bastos Campos	Analista do Executivo - Direito
273017700	Gemime Martins Dos Santos	Analista do Executivo - Direito
273017952	Kairo Lucas Louback Pereira	Analista do Executivo - Direito
273018064	Gedson Zucolotto Lupe	Analista do Executivo - Direito
273018176	Missael Amorim Teixeira Gomes	Analista do Executivo - Direito
273018655	Laio Medeiros França	Analista do Executivo - Direito
273018728	Andrey Rossi Oliveira	Analista do Executivo - Direito
273018764	Joice Stein	Analista do Executivo - Direito
273019047	Laís De Oliveira Lima	Analista do Executivo - Direito
273019054	Paulo Vitor Valeriano Dos Santos	Analista do Executivo - Direito
273019183	Luís Gabriel Ferreira Da Cruz	Analista do Executivo - Direito
273019236	Gustavo Coelho Pavani Marinho	Analista do Executivo - Direito
273019237	Mariana Silva Bastos Silva	Analista do Executivo - Direito
273019286	Vanessa Ribeiro Ferreira	Analista do Executivo - Direito
273019566	Renata Galvao De Melo Santanna	Analista do Executivo - Direito
273019689	Bruno Alves Dos Santos	Analista do Executivo - Direito
273019719	Ester Da Rosa Oliveira	Analista do Executivo - Direito
273019769	Daniela Faria De Freitas	Analista do Executivo - Direito
273019801	Josimara Da Silva Santos Lapa	Analista do Executivo - Direito
273019867	Mariana Barros Mendes	Analista do Executivo - Direito
273020222	José Duarte Silva Neto	Analista do Executivo - Direito
273020641	Cristina Costa Ganen Berbet	Analista do Executivo - Direito
273020973	Paulo Fernando De Lima Filho	Analista do Executivo - Direito
273020994	Paula Sartório Dos Santos Paiva	Analista do Executivo - Direito
273021225	Renata De Aguiar Pitanga Miguel	Analista do Executivo - Direito

273021367	Davi Angelo Vasconcelos	Analista do Executivo - Direito
273021502	Sofia Novais Lima	Analista do Executivo - Direito
273021755	Leonardo Duarte Fonseca Costa	Analista do Executivo - Direito
273022250	Josimayra Aparecida Magalhães De Oliveira	Analista do Executivo - Direito
273022332	Elder Gama Bravim	Analista do Executivo - Direito
273022344	Wellyta Ribeiro Boninsenha	Analista do Executivo - Direito
273022415	Gabriela Assis Castilholi	Analista do Executivo - Direito
273022519	Guilherme Pinheiro Da Silveira De Rezende Lima	Analista do Executivo - Direito
273022558	Ane Cristine Heinzen Ojeda Venancio	Analista do Executivo - Direito
273022650	Yasmim Vital Ribeiro Duarte	Analista do Executivo - Direito
273022751	Kliffton Viana Da Silva	Analista do Executivo - Direito
273022782	Lívia Altoé Fontes	Analista do Executivo - Direito
273022926	Tadeu Dos Santos	Analista do Executivo - Direito
273022973	Tâmela Farias Do Nascimento	Analista do Executivo - Direito
273023123	Beatriz Muñoz D Almeida E Souza	Analista do Executivo - Direito
273023131	Higor Rôas Dos Santos	Analista do Executivo - Direito
273023937	Daniel Toniato Martinelli	Analista do Executivo - Direito
273024050	Aline Magdalão Da Fonseca Lima	Analista do Executivo - Direito
273024306	Ronaldo Costa Tameirão	Analista do Executivo - Direito
273024358	Emily Ramos Marques	Analista do Executivo - Direito
273024702	Lucas Matheus Teixeira Rosa	Analista do Executivo - Direito
273024841	Lucas De Sousa Ximenes	Analista do Executivo - Direito
273025122	Beatriz Will Da Silva	Analista do Executivo - Direito
273025148	Marcelo Falcao Cavalcanti Lins	Analista do Executivo - Direito
273025285	Igor De Lazari Dessaune	Analista do Executivo - Direito
273025348	Henrique Guaitolini	Analista do Executivo - Direito
273025492	Sara Lacerda Barbosa	Analista do Executivo - Direito
273025506	Alexandre Alves Alagoano Bolsanelo	Analista do Executivo - Direito
273025557	Tatiana Vieira Barreto Jannuzzi	Analista do Executivo - Direito
273026458	Talles Fundação Marchito	Analista do Executivo - Direito
273026642	Wesley Reis Nascimento Silveira	Analista do Executivo - Direito
273026733	Luciana Duarte Oliveira	Analista do Executivo - Direito
273004922	Bruna Gomes Madeira Quirino	Analista do Executivo - Educação Física
273005525	Paulo André Borba Da Rocha	Analista do Executivo - Educação Física
273009205	Saulo Costa De Souza	Analista do Executivo - Educação Física
273009991	Leandro Seidel Sarmiento	Analista do Executivo - Educação Física
273012880	Marcos Dias De Jesus	Analista do Executivo - Educação Física
273016509	Vítor Loureiro Da Silva	Analista do Executivo - Educação Física
273017991	Rafael Paixão Giani	Analista do Executivo - Educação Física
273019318	Ronald Poletti	Analista do Executivo - Educação Física
273019421	Luan Mateus Araujo	Analista do Executivo - Educação Física
273019622	Ana Celia Fim	Analista do Executivo - Educação Física
273020970	Rodrigo Wandekoken Gomes	Analista do Executivo - Educação Física
273025307	Saane Veronica Silva Souza Serafim	Analista do Executivo - Educação Física
273025622	Mabyeli Sandrini Cevolane	Analista do Executivo - Educação Física
273004760	Klayton Antonio Lins Ferreira	Analista do Executivo - Engenharia Agrônômica
273000286	Romeu Dos Santos Carneiro	Analista do Executivo - Engenharia Ambiental
273000423	Anne Caroline Nunes Ramos	Analista do Executivo - Engenharia Ambiental
273005716	Cassio Faé	Analista do Executivo - Engenharia Ambiental

273017177	Anthony Fabríz Marchesi	Analista do Executivo - Engenharia Ambiental
273000018	Dalmon Guzzo Moratti	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000176	Josan Paier	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000256	Charles Willian Parreira De Souza	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000256	Charles Willian Parreira De Souza	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000316	Walace Alves Silva	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000347	Luana Delabarba Delunardi	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000372	Raphael Rosa Campos	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000372	Raphael Rosa Campos	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000462	Leonardo Loçasso Dos Santos Costa	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000519	Mirian Carla Soares Bittencourt	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000711	Sane Alves Guimarães	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000761	Cristina Ghidetti Mozine	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000789	Saulo Machado Da Silva	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273001100	Oseias Da Silva Soares	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273001349	Melchisedeck Feitosa Correia	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273001380	Lígia Regina Pereira Tonoli	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273001430	Marcus Vinicius Fideles Nogueira	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273001913	Karolline Miranda Lyra Matos	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273002229	Henrique Bertollo	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273002429	Rayan Santiago Da Silva	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273002574	Israel Nelo Nunes	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273002822	Tamara Barbosa Passos	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273003739	Pedro Wyatt Pereira	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273003865	José Victor Machado Nascimento	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273004321	Jéssica Batista Nunes	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273004689	Letícia Sousa De Oliveira	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273004736	Tatiana Fromholz Madi Batista	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273005127	Lucas De Siqueira Brito	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273005354	Felipe Gin Farias Tanure	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273005597	Daniel Costa Miranda	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273005637	Moyses Mendes Gomes Da Cruz	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273005888	Paulo Roberto Pires De Freitas	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273006003	Pedro Henrique Viana Brito	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273006785	Fabianne Miranda Aguiar	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273007388	Elisangela Martins Mota	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273007525	Edigar Benincá Bergami	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273007573	Douglas Galdino De Melo	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273007716	Giuliano Silva Battisti	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273007842	Hallan Farias De Lima	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273007917	Danielle Lessa Alcamond	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273008500	Hougb Guedes Saib Abi Habib	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273008515	Douglas Ferreira De Oliveira	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273008631	Amanda Leal Carneiro	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273008668	Lucas De Oliveira Santos	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273008746	Julianno Gleyk Almeida Souza	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273008959	Hyago Andrade Brito	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273009423	Gabriel Tamanhoni Rodrigues	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273009462	Lucas Broseghini Totola	Analista do Executivo - Engenharia Civil

273009617	Kairo Henrique Soares De Souza	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273010290	Hurik Velten Pinto	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273010763	Marcos Aurélio Petri Felix	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273011043	Clebio Braganca Valeriano	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273011264	Felipe De Brito Aurélio	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273011956	Marcelo Santos Polido Fabri	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273012206	Valéria Paula De Freitas	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273012965	Leonardo De Amorim Casotti	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273013524	Breno Dias Breda	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273014667	Douglas Pereira Da Silva	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273014855	Cássio Monteiro Flegler	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273015230	Juliana Martins Dos Santos Amaral Escodino	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273015290	Tiago Costa Oliveira Bourguignon	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273015761	Sarah Souza Silva	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273015894	Thiago Marcos Da Silva Reis	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273015959	Alex Romildo Dos Santos Ferrari	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273016975	Wasley Matias	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273017085	Paula Lage Agrize	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273017246	Danielle Airão Barros	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273018218	Igor Gabriel De Araújo	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273021071	Felipe Carneiro Fonseca	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273021228	Charles Besse Nardoto	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273022135	Marcos Gabriel Souza Aguiar	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273022912	Wander Paulo Da Silveira Junior	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273023008	Isis Cler Depolli	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273023432	Marcio Lourenço Da Costa	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273024184	Marcela Gomes Alves	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273024607	Patrick Rios De Souza	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273026430	Renato Celio Cossetti Junior	Analista do Executivo - Engenharia Civil
273000548	Júlio Gonçalves Vasconcelos Miranda	Analista do Executivo - Engenharia Elétrica
273002389	Leandro Gonçalves De Bem	Analista do Executivo - Engenharia Elétrica
273004167	Lucas Freire Santos Azeredo	Analista do Executivo - Engenharia Elétrica
273006006	Dalila Almeida Bezerra De Oliveira	Analista do Executivo - Engenharia Elétrica
273008304	Amanda Alvarenga Dias	Analista do Executivo - Engenharia Elétrica
273009558	Jules Renato Viana Carneiro	Analista do Executivo - Engenharia Elétrica
273009613	Gabriel Oliveira Batista	Analista do Executivo - Engenharia Elétrica
273011247	Vinícius Bolzan Cade	Analista do Executivo - Engenharia Elétrica
273011328	Caio César Souza Mariano Fraga	Analista do Executivo - Engenharia Elétrica
273016880	Raquel Simões Rogério	Analista do Executivo - Engenharia Elétrica
273019668	Hugo Costa Soares	Analista do Executivo - Engenharia Elétrica
273021188	Bruno Borges Nascimento	Analista do Executivo - Engenharia Elétrica
273008647	Leonardo Silva De Lacerda	Analista do Executivo - Engenharia Mecânica
273004031	Zacarias Souza Da Silva	Analista do Executivo - História
273011819	Natalia Reis Vieira Bernardes	Analista do Executivo - História
273018275	Brenda Soares Bernardes	Analista do Executivo - História
273004274	Jéssica Ramos Marchezi	Analista do Executivo - Letras ou Literatura
273017279	Jaciana Matias Da Silva Casimiro	Analista do Executivo - Letras ou Literatura
273024027	Adriana Paes Torres Tristao	Analista do Executivo - Letras ou Literatura
273025885	Ana Luísa De Castro Soares	Analista do Executivo - Letras ou Literatura

273026729	Saullo Peixoto De Oliveira	Analista do Executivo - Letras ou Literatura
273000326	Eloah Da Silva Prado	Analista do Executivo - Nutrição
273000420	Marina Teixeira De Carvalho E Fonseca	Analista do Executivo - Nutrição
273001006	Alex Richard Costa Silva	Analista do Executivo - Nutrição
273001653	Thais Dias Mariano De Oliveira	Analista do Executivo - Nutrição
273001958	Helder Dos Santos	Analista do Executivo - Nutrição
273001979	Jannynee Ruth Menezes Macedo	Analista do Executivo - Nutrição
273002608	Grazielli Ramos De Lyra	Analista do Executivo - Nutrição
273002723	Jaqueline Rigamonte Teixeira	Analista do Executivo - Nutrição
273004609	Paola Karolyne Jandrey	Analista do Executivo - Nutrição
273004615	João Felipe De Almeida Fonseca	Analista do Executivo - Nutrição
273007868	Christiana Kuhn Agner	Analista do Executivo - Nutrição
273010523	Luana Scaramussa Pires Fiorio	Analista do Executivo - Nutrição
273010744	Patricia Paula Da Fonseca Grili	Analista do Executivo - Nutrição
273012832	Marina Abelha Barreto	Analista do Executivo - Nutrição
273015608	Vanessa Alves Henrique	Analista do Executivo - Nutrição
273015987	Érika Vitória Carvalho Moreira	Analista do Executivo - Nutrição
273016716	Bruna De Amorim Fiorotti	Analista do Executivo - Nutrição
273017423	Higor Belei Marin	Analista do Executivo - Nutrição
273017521	Suzana Malikoski	Analista do Executivo - Nutrição
273018452	Mariana Gonzalez Bolonha	Analista do Executivo - Nutrição
273018454	Susiane Reis De Araujo	Analista do Executivo - Nutrição
273018851	Everton Menegueli Carvalho	Analista do Executivo - Nutrição
273020219	Bruna Garcia Filgueiras Azeredo	Analista do Executivo - Nutrição
273020364	Larissa Belei Marin	Analista do Executivo - Nutrição
273021318	Letícia De Souza Scherrer	Analista do Executivo - Nutrição
273021827	Viviane Silva Luiz	Analista do Executivo - Nutrição
273025502	Luciana Almeida Costa	Analista do Executivo - Nutrição
273025901	Fernanda Duarte Mendes	Analista do Executivo - Nutrição
273026422	Thassia Bicalho De Freitas	Analista do Executivo - Nutrição
273000727	Simony Pereira Da Cruz	Analista do Executivo - Pedagogia
273002176	Poliana Kássia Nascimento Silva	Analista do Executivo - Pedagogia
273005835	Heloisa Carlesso Trassi Feghali	Analista do Executivo - Pedagogia
273006157	Suely Lima Da Silva	Analista do Executivo - Pedagogia
273006435	Lorryny Monteiro Bonfim	Analista do Executivo - Pedagogia
273007416	Cristiane Fabres Silva	Analista do Executivo - Pedagogia
273008605	Ghane Kelly Gianizelli	Analista do Executivo - Pedagogia
273013606	Juliana Souza Lepaus Dias	Analista do Executivo - Pedagogia
273016148	Flavia Amaral Ferraz	Analista do Executivo - Pedagogia
273019773	Marcos Leite Rocha	Analista do Executivo - Pedagogia
273021065	Marcela Amaral De Miranda Machado	Analista do Executivo - Pedagogia
273023795	Rayner Raulino E Silva	Analista do Executivo - Pedagogia
273001347	Janaina Aparecida Dos Santos	Analista do Executivo - Psicologia
273001438	Danielle Melo De Souza Belo	Analista do Executivo - Psicologia
273005595	Ingrid De Carvalho Silva Lima	Analista do Executivo - Psicologia
273006107	Nayara Stefenoni Kuster	Analista do Executivo - Psicologia
273009022	Rafael Dias Valencio	Analista do Executivo - Psicologia
273010346	Gian Fonseca Do Rozario	Analista do Executivo - Psicologia
273011873	Larissa Lopes Aledi	Analista do Executivo - Psicologia

273013163	Sara Bahia Costa	Analista do Executivo - Psicologia
273013528	Kamila Barbosa Castro Sales	Analista do Executivo - Psicologia
273015128	Wendell Peixoto Rodrigues	Analista do Executivo - Psicologia
273015169	Luana Bianca Bomfim Antunes	Analista do Executivo - Psicologia
273016277	Emanuele Souza De Oliveira Rios	Analista do Executivo - Psicologia
273017580	Leandro Batista Costa	Analista do Executivo - Psicologia
273018097	Flavia De Macedo Cavallini	Analista do Executivo - Psicologia
273018409	Andrea Thamiris Barbosa Dias	Analista do Executivo - Psicologia
273019109	Raquel Colombo Pereira	Analista do Executivo - Psicologia
273021055	Wanessa Poltronieri Mota	Analista do Executivo - Psicologia
273021515	Thayná Merscher De Vargas	Analista do Executivo - Psicologia
273022709	Luciana Do Amaral Tomaz	Analista do Executivo - Psicologia
273024110	Gabriel Luiz Do Rosário Vasconcelos	Analista do Executivo - Psicologia
273024857	Bruno Luiz Borchardt De Lima Cordeiro	Analista do Executivo - Psicologia
273026283	Layene Ribeiro	Analista do Executivo - Psicologia
273000153	Thayane Cardoso Dos Santos	Analista do Executivo - Serviço Social
273000740	Tamires Ivo Britto	Analista do Executivo - Serviço Social
273002252	Fabiola Ferreira Dos Santos	Analista do Executivo - Serviço Social
273002898	Rafaela Collistet Britto	Analista do Executivo - Serviço Social
273003848	Mauro Souza Motta	Analista do Executivo - Serviço Social
273005697	Marineia Kohler	Analista do Executivo - Serviço Social
273006309	Priscila De Oliveira Martins	Analista do Executivo - Serviço Social
273006686	Elisangela Do Nascimento Covre Silva	Analista do Executivo - Serviço Social
273007470	Gabriela Romanha Vicente Oliveira	Analista do Executivo - Serviço Social
273008214	Karina Dal Col Vieira	Analista do Executivo - Serviço Social
273008323	Priscila Cruz Dos Santos	Analista do Executivo - Serviço Social
273008401	Talita Guimaraes Da Silva Barboza	Analista do Executivo - Serviço Social
273008934	Fabiana De Fátima Alves	Analista do Executivo - Serviço Social
273009100	Érica Adelaide De Souza De Castro	Analista do Executivo - Serviço Social
273011515	Alice De Oliveira Luna	Analista do Executivo - Serviço Social
273011653	Tatiana Custodio Bicalho Pessoa	Analista do Executivo - Serviço Social
273011828	Cecília Umbelina Roza De Aquino	Analista do Executivo - Serviço Social
273013046	Célia Barbosa Da Silva Pereira	Analista do Executivo - Serviço Social
273013247	Karla Rossana Pereira De Souza	Analista do Executivo - Serviço Social
273013834	Tatiana Pederzini	Analista do Executivo - Serviço Social
273014732	Monica Aparecida Nunes	Analista do Executivo - Serviço Social
273014751	Clarice Marques Cardoso	Analista do Executivo - Serviço Social
273015562	Sthéfanie Da Penha Silva	Analista do Executivo - Serviço Social
273016430	Luciano Gomes De Moura	Analista do Executivo - Serviço Social
273018970	Thainá Ribeiro Mardegan	Analista do Executivo - Serviço Social
273019260	Robson Da Silva Coelho	Analista do Executivo - Serviço Social
273021046	Michele Cristiane Salla Barcelos	Analista do Executivo - Serviço Social
273022387	Andrea Soares Do Nascimento Amaral	Analista do Executivo - Serviço Social
273022455	Stella Maria Pinheiro Da Silva	Analista do Executivo - Serviço Social
273003407	Wagner Gaspar	Analista do Executivo - Tecnologia da Informação
273009419	Larissa Cristina Depiante	Analista do Executivo - Tecnologia da Informação
273013722	Leonardo Herkenhoff Barreto	Analista do Executivo - Tecnologia da Informação
273022023	Antonio Adolfo Gaburro Silveira	Analista do Executivo - Tecnologia da Informação

II  
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS  
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

**Cargo: Analista do Executivo - Administração**

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
2	8	4	5

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto.

Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto para identificar que a única alternativa que não encontra respaldo no texto é a letra B, uma vez que em momento algum se afirma que os pais passaram a permitir que as crianças usassem o celular ainda com mais frequência para controlarem seu comportamento em casa durante a pandemia. Inclusive, a pesquisa apresentada no texto foi realizada antes da pandemia da Covid-19, entre 2018 e 2020. Essa informação se encontra no 3º parágrafo. Portanto, o gabarito é letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	7	6	3

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Essa é uma questão que trabalha com a noção de paráfrase. A paráfrase, originária do grego *para-phrasis* (repetição de uma sentença), constitui-se na recriação textual, tendo como suporte um texto-fonte. Ao parafrasearmos um texto, estamos atribuindo-lhe uma nova “roupagem” discursiva, embora mantendo a mesma ideia contida no texto original. Dessa forma, a única alternativa em que a reescrita não manteve o sentido do texto original, ou seja, a única opção em que não houve paráfrase foi a letra E.

Em A, B, C e D, a mudança de posição do advérbio não provocou alteração de sentido. No entanto, em E, o advérbio “particularmente” incide sobre o adjetivo “negativos”. Em EII, “particularmente” passa a incidir sobre “chateadas”, o que provoca sensível alteração de sentido. Portanto, a resposta correta é letra E.

Fontes:

- TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Scipione, 1996. p. 193.
- <http://www.portugues.com.br/redacao/parodiaparafraseexemplosintertextualidade.html>

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>5</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>7</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>6</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.

Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O mesmo não acontece com os tipos textuais, que são poucos: **narração, argumentação, exposição, injunção e descrição**.

No texto, a tipologia textual predominante é a exposição, uma vez que o autor expõe, ou seja, analisa alguma ideia, conceito, teoria ou fenômeno. Desse modo, esse tipo textual auxilia principalmente na identificação, instrução e informação de determinado assunto, sendo muito utilizado, por isso, em ambientes educativos (educação escolar, acadêmica, profissional etc.).

Entretanto, em alguns momentos do texto, surgem sequências injuntivas quando o autor afirma que os pesquisadores instruem, sugerem algumas estratégias para acalmar as crianças sem necessariamente usar o celular para isso. Não há marcas linguísticas de imperativo, característica marcante da injunção.

Vale destacar que a questão é muito clara quando pede que o candidato analise discursiva e pragmaticamente a passagem que apresenta marcas de injunção, já que a finalidade da injunção na passagem que constitui o gabarito é exatamente instruir, dizer como fazer algo, orientar procedimentos. Portanto, o gabarito é letra A.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-23.



BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	3	8	8

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O uso que fazemos da língua em nossas ações de comunicação é sempre mediado por intenções: explicitar certeza, dúvida, obrigatoriedade, sentimentos, entre outros. Esse propósito está tão presente em nosso dia a dia que se materializa na estrutura de nossa língua.

“A língua é fundamentalmente argumentativa, uma vez que, ao interagirmos, seja pela fala, seja pela escrita, estamos imprimindo nossas ideias e argumentos pretendidos.” Ducrot

Ao definirmos e observarmos alguns exemplos de modalizadores discursivos, podemos concluir que não existe interação comunicativa sem modalização, uma vez que, sempre que nos expressamos, estamos indicando nosso ponto de vista em relação ao assunto em questão. A modalização, todavia, pode ser mais explícita ou mais contida.

Os modalizadores discursivos são elementos gramaticais ou lexicais por meio dos quais o autor manifesta determinadas atitudes e/ou posições em relação a um conteúdo e/ou tema específicos.

Em uma texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo, o autor deve mostrar a sua habilidade de analisar, de modo coerente e coeso, um determinado tema, com o objetivo de defender um ponto de vista claro a respeito deste mesmo tema. Assim, o autor deve ser hábil em organizar ideias, dados e fatos, ou seja, argumentos e estabelecer relações entre eles de modo a extrair conclusões coerentes.

- **Modalizações Lógicas:** expressam o sentido de possibilidade e certeza por meio de modalizadores como “é possível que”, “é impossível que”, “talvez” etc;
- **Modalizações Deonticas:** expressam o sentido de uma necessidade ou obrigação por meio de modalizadores como “é preciso”, “faz-se necessário” etc e;
- **Modalizações Apreciativas:** expressam o sentido de análise e julgamento por meio de modalizadores como “felizmente”, “infelizmente” dentre outros.

No texto lido, em diversos momentos, o autor utiliza modalizadores discursivos. Em relação às alternativas de respostas, apenas a letra C apresenta uma marca de subjetividade ou de opinião, pois o autor afirma que o uso constante de celular para acalmar crianças **pode** comprometer o desenvolvimento delas. Ele não afirma categoricamente, mas supõe, acredita. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- <https://www.proenem.com.br/enem/enem/modalizadores/>
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	10	9	10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As alternativas A, B, C, e E descrevem corretamente as características dos gêneros da correspondência oficial. De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), a descrição da letra D se refere ao gênero requerimento e não ao memorando, que se caracteriza por ser uma comunicação ágil e fundamentalmente interna, feita entre as unidades administrativas de um mesmo órgão, sendo elas de mesmo nível ou até de níveis diferentes. Além disso, o caráter pode ser administrativo ou até envolver projetos, ideias e diretrizes a serem adotados em certa instância do serviço público. Portanto, a alternativa correta, de acordo com o solicitado no comando, é letra D.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	9	10	9

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – a questão deverá ser anulada.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	12	15	11

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	15	13	15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente verdade que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	11	12	13

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão solicita os produtos dos algarismos de X. Não há como se obter o produto dos algarismos da sequência (pois ela é formada por números e estes por algarismos), tampouco as alternativas levam a essa possibilidade, tornando a única interpretação possível justamente o que é pedido na questão.

Logo, ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	17	18	16

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 12 da Constituição Federal disciplina a respeito do tema nacionalidade. O § 4º do referido dispositivo estabelece as hipóteses em que poderá ser declarada a perda da nacionalidade brasileira, ainda que de brasileiro nato. Portanto, mesmo que brasileiro nato, perderá a nacionalidade aquele que adquirir outra, salvo se a adquirir quando houver reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para

o exercício de direitos civis. Sendo assim, Carla poderá adquirir outra nacionalidade, desde que esteja dentro das exceções previstas na Constituição Federal, a exemplo da imposição como condição para o exercício de direitos civis.

Fonte:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	18	16	18

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O processo legislativo ordinário, previsto na Constituição Federal de 1988, prevê três fases: iniciativa, constitutiva e complementar. A fase deliberativa é dividida em duas etapas: deliberação legislativa e executiva, esta última para sanção ou veto do projeto de lei. Se sancionado, o Presidente da República procederá à promulgação e publicação da lei. Caso contrário, o Congresso Nacional poderá derrubar o veto presidencial e promulgar a lei. Portanto, ainda que o Presidente da República tenha proposto o projeto de lei ordinária, seguindo o rito previsto na Constituição Federal, encerradas as deliberações pelo Congresso Nacional, o projeto deveria ter sido remetido à apreciação do Poder Executivo no quesito veto ou sanção, não sendo o caso de promulgação e publicação direta por parte das casas legislativas.

Fonte:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	16	17	17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 18, § 4º da Constituição Federal prevê a possibilidade de criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, com consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Contudo, a lei complementar de que trata o referido dispositivo ainda não foi editada. Houve a tentativa de dois projetos de lei complementar para tratar da matéria, entretanto, ambos foram vetados pelo Presidente da República. Ocorre que, mesmo sem a regulamentação por lei complementar, diversas leis estaduais foram editadas para tratar da matéria, o que afrontava diretamente o texto constitucional. Com isso, algumas ADI foram propostas perante o STF, questionando a validade das referidas leis estaduais. Para contornar a inconstitucionalidade, o Poder Legislativo emendou o texto constitucional que acrescentou o art. 96 do ADCT, convalidando os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios até 31/12/2006. O tema abordado está relacionado à Organização do Estado, art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	19	19	20

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, pois, se um estado da região Sul também tiver até 12 deputados federais, a fórmula do cálculo de deputados estaduais será a mesma aplicável ao estado do Espírito Santo que também tem até doze. A assertiva “B” é falsa, pelas mesmas razões explanadas na assertiva “A”. A assertiva “C” é verdadeira, pois se Alagoas também tem até 12 deputados, a forma de cálculo é igual à aplicável ao Espírito Santo. A assertiva “D” é falsa, pois a fórmula do cálculo será igual. A assertiva “E” é falsa pois, como Minas Gerais tem mais de 12 deputados federais a fórmula de cálculo será diferente, conforme art. 27 da Constituição Federal. A questão não exige conhecer o número de deputados das regiões Sul e Norte, trata-se apenas de raciocínio lógico. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 27

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	25	24	25

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	21	22	24

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, pois o servidor efetivo pode ser estável ou ainda estar em estágio probatório A assertiva “B” é falsa pois o servidor pode ser estável por força do art. 19 do ADCT da Constituição e não ter sido aprovado em concurso público. A assertiva “C” é falsa, pois o servidor, seja estável ou não, pode ser exonerado por insuficiência de desempenho, conforme art. 41 ou por excesso de despesa de pessoal, art. 169, ambos da Constituição. A assertiva “D” é falsa, pois o servidor estável demitido injustamente pode ser reintegrado ao cargo, art. 41 da Constituição. A assertiva “E” é verdadeira pois todo servidor, estável ou não, pode ser demitido pela prática de infrações disciplinares. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal e Regime Jurídico dos Servidores Públicos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	22	23	21

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é verdadeira, a doutrina clássica do Direito Administrativo, a exemplo de DI PIETRO (2021), divide a descentralização administrativa em duas espécies. A descentralização de serviços propriamente dita (correspondendo às atividades da administração pública indireta – outorga de serviços às entidades administrativas) e a descentralização por colaboração (correspondendo à delegação de serviços ao particular). A assertiva “B” é falsa pois a cobrança de tarifa está expressa na Lei 8.987/95 que

rege os serviços públicos. A assertiva “C” é falsa pois os serviços públicos podem ser de consumo individualizável, como energia elétrica, dentre outros. A assertiva “D” é falsa pois a outorga de serviços públicos denomina-se descentralização de serviços. A desconcentração é a transferência de serviços internamente, entre os órgãos despersonalizados do ente federativo. A assertiva “E” é falsa, pois a delimitação conceitual de serviços públicos varia conforme a própria legislação dos entes federativos. A doutrina afirma que serviço público é aquilo que a lei definir, isto é, não se trata de um conceito claramente definido. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	24	21	22

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, pois os Municípios não podem instituir Tribunais de Contas. A assertiva “B” é verdadeira, pois a revogação é o desfazimento de atos administrativos por critério de conveniência e oportunidade e esta competência discricionária não se transfere ao Poder Judiciário. O Poder Judiciário examina a ilegalidade dos atos, deste modo, o comando de desfazimento denomina-se anulação. As assertivas “C” e “D” são falsas, pois um ato só pode ser susinado ou suspenso “após existir”, o que significa dizer que o controle é posterior. A assertiva “E” é falsa, pois apenas a própria Administração ou o Poder Judiciário podem anular os referidos atos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	30	28	29

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, pois os benefícios calculados pela média são reajustados por índice legal geral e não por paridade com o servidor da ativa (art. 24-A, § 6º). A assertiva “B” é falsa, pois a idade de aposentação da professora é de 57 anos (art. 24, §2º, IV). A assertiva “C” é verdadeira, pois a aposentadoria por invalidez pode ser revista em caso de o servidor recuperar as condições de trabalho (art. 28, pu). A assertiva “D” é falsa, pois o valor dos proventos corresponde à média de 100% do período contributivo (art. 24-A). A assertiva “E” é falsa, pois o servidor que requerer a aposentadoria pode se afastar do cargo a partir da data do requerimento (art. 25, §3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	28	29	26

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, pois o benefício de licença maternidade é custeado com recursos do Tesouro e não do RPPS (art. 3º). A assertiva “B” é verdadeira, pois a pensão por morte é devida aos filhos menores de idade seja de servidor ativo ou inativo, na hipótese, falecida no

mês anterior ao requerimento. Saliente-se que se o candidato interpretou “mês anterior”, com anterior ao implemento de idade, ainda assim a resposta é a mesma (art. 5º). A assertiva “C” é falsa, pois o agente político não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “D” é falsa, pois o ocupante exclusivamente de cargo em comissão não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “E” é falsa, pois o benefício de auxílio doença não é custeado com recursos do RPPS (art. 3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	29	26	27

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, pois o ingresso no cargo pode se dar por provas, sem análise de títulos (art. 3º). A assertiva “B” é falsa, pois a progressão não ocorre durante o estágio probatório (art. 6º). A assertiva “C” é verdadeira, pois corresponde à literalidade da lei (art. 10). A assertiva “D” é falsa, pois a descrição apresentada refere-se à classe (art. 2º). A assertiva “E” é falsa, pois o ao subsídio é vedado somar parcelas remuneratórias (art. 1º, § 1º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 633/2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	27	30	30

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão pede para marcar a assertiva em que todas as verbas apontadas se excluem da base de cálculo de incidência da contribuição previdenciária, conforme rol do art. 48 da lei. Na assertiva “A”, o subsídio integra a base de cálculo. Na assertiva “B”, o adicional de caráter permanente integra a base de cálculo. Na assertiva “C”, a vantagem permanente integra a base de cálculo. Na assertiva, “E”, o vencimento integra a base de cálculo. Na assertiva-resposta “D”, as três verbas não integram a base de cálculo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	26	27	28

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. O comando da questão possui o formato em que a assertiva completa corretamente o enunciado. A assertiva “A” não completa o enunciado pois o RPC não exclui os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública. A assertiva “B” é falsa pois o RPC não exclui os magistrados. A assertiva “C” está correta, conforme art. 1º, §2º, V da lei. A assertiva “D” é falsa, pois o RPC pode ser estendido aos empregados públicos. A assertiva “E” é falsa pois o RPC se estende a efetivos em exercício de cargo em comissão. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 711/2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	34	33	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes .A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	37	35	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Acerca dos níveis da cultura o autor Edgar H. Schein afirma que:

Artefatos => Estruturas e processos organizacionais visíveis.

Crenças e valores expostos => Estratégias, metas, filosofias.

Suposições Básicas => Crenças, percepções, pensamentos e sentimentos.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 24.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	39	40	38

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que a centralização de controle, como o termo sugere, consiste na centralização do gerenciamento de processos e das tomadas de decisão nas mãos de uma área específica ou de um grupo de pessoas da empresa. Os princípios são claros em descentralizar e não centralizar.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 247.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	38	34	39

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os autores James L. Bowditch L. & Anthony F. Buono afirmam: Poder reservado => Esse aspecto do poder é chamado poder reservado, não pela forma com que o poder é usado por si, porém mais devido às circunstâncias e aos objetivos desejados. Esse item não caracteriza um fator que especifica para as pessoas o poder, ele descreve sobre o uso do poder para evitar o conflito.

Fonte:

- BOWDITCH, James L. & BUONO, Anthony F. – Elementos do Comportamento Organizacional – 2016 – São Paulo – Editora Cengage Learning – Pág. 133.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	33	38	37

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com os autores Idalberto Chiavenato e Arão Sapiro para sua estratégia organizacional, o Balanced Scorecard (BSC) habilita a organização a alinhar e focar suas equipes de executivos, unidades de negócios, recursos humanos, Tecnologia da Informação e Recursos Financeiros. O item independência, autonomia e autocontrole está vinculado ao item Empreendedorismo Corporativo e não ao BSC, conforme conceituado a seguir:

**Empreendedorismo Corporativo**

- Fomentando o espírito empreendedor na organização: partindo do pressuposto de que a motivação para realização – ou impulso para melhorar – é fundamental para os empreendedores, procurou-se definir um modelo de treinamento de motivação para a realização, no sentido de desenvolver essa característica e fazê-la aplicável nas situações típicas das organizações. O segundo passo foi desenvolver um projeto de seleção e desenvolvimento de empreendedores (baseado em um estudo realizado em 34 países) para criar os instrumentos adequados de seleção e treinamento. O programa foi lançado por meio de um convenio entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae). Segundo o modelo, as principais características que um empreendedor bem-sucedido deve possuir ou desenvolver são as seguintes:
  - Iniciativa e busca incesante de oportunidades.
  - Perseverança
  - Comprometimento
  - Busca de qualidade e eficiência
  - Coragem para assumir riscos, mas calculados
  - Fixação de metas objetivas
  - Busca e coleta de informações
  - Planejamento e monitoração sistemáticos, isto é, detalhamento de planos e controles
  - Capacidade de persuasão e de estabelecer redes de contatos pessoais.
  - **Independência, autonomia e autocontrole.**

**Fonte:**

- CHIAVENATO, Idalberto e SAPIRO, Arão – Planejamento Estratégico – da intenção aos resultados – Conhecendo e aplicando o processo proativo de alcançar os objetivos estratégicos desejados. – 4ª Edição – 2020 – São Paulo – Editora Grupo Gen / Atlas = Pág. 233.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	35	31	33

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Edgar H. Schein todos os itens da questão estão corretos conforme afirmado a seguir:

- I. CORRETO => Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importante em termos da dinâmica cultura de uma dada organização.
- II. CORRETO => Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.
- III. CORRETO => O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
- IV. CORRETO => A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelado por um questionário.



- V. CORRETO => Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 192.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	40	36	31

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que as comunicações descendentes são aquelas que fluem de cima para baixo, se prestando mais à informações que não apresentam controvérsias, e quando o propósito é mais informativo do que persuasivo.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 389.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	36	32	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que o processo de Provisão de pessoas se ancora na pesquisa de mercado de Recursos Humanos, Recrutamento de Pessoas e Seleção de Pessoas.

A aplicação é composta pela integração de pessoas, desenho de cargos, descrição e análise de cargos e avaliação do desempenho.

A manutenção é composta pela remuneração e compensação, benefícios e serviços sociais, higiene e segurança do trabalho e relações sindicais.

O Desenvolvimento integra o Treinamento e Desenvolvimento Organizacional.

A Monitoração faz referência aos Controles de frequência, rotatividade e absenteísmo.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 247

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	44	43	45

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Lino Martins Silva conceitua que o Princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio à ele pertencente. Assim como em uma empresa o instrumento caracterizador da entidade é o estatuto ou o contrato social que estabelece sua forma de funcionamento, na entidade pública essa caracterização está apoiada no poder constituinte originário, que estabelece a forma de organização do Estado.

Fonte:

- SILVA, Lino Martins – Contabilidade Governamental – Um enfoque administrativo da nova Contabilidade Pública – 9ª Edição – 2011 – São Paulo – Editora Atlas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	47	49	48

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Carlos Alberto Nogueira para se avaliar o desempenho de um órgão público, é preciso conhecer se seus interesses, em princípio, coadunam-se com aqueles do Governo, mas que, à medida que se consolidam institucionalmente, desenvolvem alguns objetivos próprios, como Desenvolvimento e a garantia de autonomia de gestão, preservação da entidade, quanto à sua integridade econômica, social e corporativa, expansão das atividades da entidade, proteção em relação a ingerências externas, inclusive a criação de barreiras à eventual privatização de atividades da entidade.

Quando tais interesses forem compatíveis com o interesse público, cabe ao Estado apoiá-lo. Sempre que se tornarem conflitantes, deverão ser questionados e as atividades reorientadas, pois a sociedade, em geral, poderá, a médio prazo, ser beneficiada por decisões públicas emergentes de melhores sistemas de planejamento e de avaliação de desempenho no sentido de: Receber serviços públicos em maior extensão e de melhor qualidade; Pagar menores preços por serviços públicos e ter estabilizada (ou mesmo reduzida) sua carga de impostos.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª Edição – 2006 – São Paulo – Editora Campus – Pág. 315.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	48	46	49

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira conceitua Efetividade como o grau de satisfação das necessidades e dos desejos da sociedade pelos serviços prestados pela instituição. Pode ainda ser apresentada como o grau de atendimento ao mercado potencial pelos serviços da entidade.

Como eficiência ele diz que é a capacidade de produção da entidade, que procura garantir uma produtividade constante de bens e serviços com o uso o mais racional possível de um conjunto de insumos necessários a essa produção.

Para eficácia o grau em que as metas de uma organização, para um dado período de tempo, foram efetivamente atingidas.

Objetivo sendo o alvo a ser atingido e específica a intenção das diretrizes, traduzindo-as em termos concretos e prevendo um prazo definido de execução.

Diretrizes sendo as orientações de caráter geral que apontam rumos, as intenções de atuação política de uma gestão governamental ou de uma entidade.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª Edição – 2006 – São Paulo – Editora Campus – Pág. 315.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	42	45	47

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira faz as seguintes afirmações:

- A cultura de adaptabilidade empresarial é caracterizada pelo foco estratégico no ambiente externo por meio da flexibilidade e de mudanças para atender às necessidades dos clientes, estimulando as normas e convicções que sustentam a capacidade da organização em detectar, interpretar e traduzir sinais do ambiente em novos procedimentos.

- II. A cultura da Missão caracteriza-se pela ênfase numa visão clara do objetivo da organização e na conquista de metas específicas, com o crescimento das vendas, a lucratividade ou a participação de mercado, para ajudar a alcançá-lo.
- III. A Cultura de Clã, de forma mais destacada, ênfase ao envolvimento e a participação dos membros da organização e as rápidas mudanças de expectativas do ambiente externo.
- IV. A cultura burocrática tem foco interno e orientação coerente e constante para atuar em ambiente estável, sendo dotada de uma maneira metódica de realizar tarefas. Símbolos, heróis e cerimônias apoiam a cooperação, a tradição e o cumprimento das políticas e práticas estabelecidas como uma forma de alcançar as metas.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª Edição – 2006 – São Paulo – Editora Campus – Pág. 315.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	45	42	43

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Carlos Alberto Nogueira, a afirmativa I está incorreta, pois a resistência ao planejamento **não** é um fenômeno superficial; ela tem uma lógica própria, e não pode ser eliminada simplesmente com exortações dos altos administradores. As demais afirmativas estão corretas, restando tais afirmativas elencadas na alternativa E, conforme divulgado no gabarito preliminar, permanecendo inalterado.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª Edição – 2006 – São Paulo – Editora Campus – Pág. 173.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	41	50	41

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma sobre a ênfase na especialização que a organização funcional baseia-se no primado da especialização de todos os órgãos ou cargos em todos os níveis da organização.

A organização funcional é a estrutura que aplica o princípio da especialização das funções. O *staff* ou assessoria funcional decorre desse princípio, que separa, distingue e especializa. Ademais a questão atende ao conteúdo divulgado no edital: Estrutura e estratégia organizacional.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª Edição – 2006 – São Paulo – Editora Campus – Pág.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	43	47	42

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que o fim da República Velha determinou o fim do chamado “Estado Policial”. Um novo modelo, que fosse capaz de promover a intervenção nos padrões de organização foi responsável pelo primeiro quadro administrativo para o Estado brasileiro. A administração passava a assumir um papel de agente e promotora do crescimento econômico, cercada de uma estrutura legal atuante com ministérios, órgãos centrais fortes, instrumentos legais para atuação e controle. Era a introdução do chamado modelo racional-legal.

Este modelo pressupõe várias mudanças. A sua instituição se deu por meio do modelo clássico, se estruturando através da articulação do DASP – Departamento Administrativo do Setor Público. Implantavam-se os fundamentos conceituais

vigentes sobre a Administração Pública, mediante o fortalecimento de um poder central e da melhoria nos padrões técnicos da administração.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª Edição – 2006 – São Paulo – Editora Campus – Pág.280

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
55	56	52	58

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão traz em seu enunciado o seguinte texto: “As competências individuais como atributos pessoais são desenvolvidas ao longo da vida pessoal e são reveladas em situações de trabalho, gerando o vínculo entre conduta individual e estratégia organizacional”. Na imagem também apresentada no enunciado temos o modelo de gestão de desempenho baseado nas competências como um processo sistêmico.

Segundo Carbone (2009), as competências profissionais correspondem à combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes, expressas quando os indivíduos agem diante de situações de trabalho e servem como ligações entre as condutas individuais e as estratégias organizacionais. Tal concepção associa a competência ao desempenho que é expresso pelos comportamentos que a pessoa manifesta no trabalho e pelos resultados dos mesmos.

O domínio de certas competências é determinante para o melhor ou pior desempenho dos indivíduos e portanto as organizações buscam estratégias para mobilizar seus conhecimentos, habilidades e atitudes. Com um desempenho melhor há a agregação de valor pessoal e institucional, considerando a última a partir da verificação da entrega/resultados das competências pessoais no trabalho (Dutra, 2004; Carbone, 2009).

O desempenho refere-se a atuação do colaborador verificado por meio de ações ou conjunto de ações observáveis e orientadas para um resultado e efetivada por meio do somatório das competências “entregues” com os resultados produzidos (Carbone, 2009; Dutra, 2004; Zarifian, 2001).

Nesse sentido verifica-se que, o desempenho corresponde à capacidade que um profissional tem de executar uma atividade e para tal é necessário ter as competências técnicas e comportamentais e estar comprometido com os resultados organizacionais, ou seja, o próprio conceito de desempenho abrange a “entrega” e/ou “resultados” gerados institucionalmente.

Analisando-se o distrator A), temos que o mesmo está INCORRETO, pois a definição de objetivos institucionais não é conceito de competência e não são definidos de acordo com o desempenho individual.

Portanto, por não apresentar vício ou equívoco, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- CARBONE, P. P. et al. Gestão por competências e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- DUTRA, J. S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.
- ZARIFIAN, P. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	52	53	56

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A análise do tipo custo-benefício é uma avaliação econômica em que tanto os custos do projeto/programa quanto seus efeitos são valorizados em unidades monetárias. Dessa forma, os impactos de uma determinada política devem ser transformados em valores monetários. Já a análise do tipo custo-efetividade compara os custos expressos em unidades monetárias e os efeitos e unidades não monetárias (OLIVEIRA; CASTRO, 2022; BVS, 2023).

As análises custo-benefício e a análise custo-efetividade são ferramentas que buscam comparar os custos estimados de determinado projeto com os benefícios esperados, sendo sua diferença é que na primeira, os custos e resultados são comparados em unidades monetárias e na segunda os resultados não são valorizados monetariamente.

Nesse sentido, a análise econômica custo-benefício não é abrangida pelo conceito apresentado no início do enunciado: “Consiste na análise comparativa de custos, em unidades monetárias, e de resultados, em unidades quantitativas não

monetárias [...]”.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE (BVS). **Avaliação econômica em saúde**. Disponível em: [https://economia.saude.bvs.br/vitrinas/post\\_vitrinas/avaliacao-economica-em-saude/](https://economia.saude.bvs.br/vitrinas/post_vitrinas/avaliacao-economica-em-saude/). Acesso em 26 de janeiro de 2023.
- BRANCO, M. C. **Análise custo-efetividade: sua aplicação como auxílio para definição de políticas**. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio-Ambiente). Departamento de Economia. Universidade de Brasília, 2018.
- OLIVEIRA, B. P.; CASTRO, C. S. **Avaliações de custo efetividade e custo-benefício: ferramentas essenciais para tomada de decisões**. Disponível em: <https://fgvclear.org/avaliacoes-de-custo-efetividade-e-custo-beneficio-ferramentas-essenciais-para-a-tomada-de-decisao/>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	60	57	51

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo o Decreto nº. 9.319/2018 – Anexo I – Eixos temáticos da estratégia brasileira para a transformação digital, são Eixos habilitadores: 1. Infraestrutura e acesso às tecnologias de informação e comunicação; 2. Pesquisa, desenvolvimento e inovação; 3. Confiança no ambiente digital; 4. Educação e capacitação profissional; 5. Dimensão Internacional; são Eixos de transformação digital: 1. Transformação digital da economia - (a) Economia baseada em dados, (b) Um Mundo de Dispositivos Conectados, (c) Novos Modelos de Negócio; 2. Cidadania e Transformação Digital do Governo.

De acordo com o estudo “Estratégia brasileira para transformação digital (E-Digital) – Ciclo 2022-2026:

Os Eixos Habilitadores são compreendidos como aqueles que vão formar as bases para que a transformação digital aconteça. São eles: A. Infraestrutura e acesso às TIC; B. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; C. Confiança no ambiente digital; D. Educação e capacitação profissional; e, E. Dimensão internacional [...] Já os Eixos de Transformação Digital envolvem as estratégias para transformar digitalmente as atividades do governo e da economia, a partir das bases desenvolvidas nos eixos anteriores. Compõem os eixos de Transformação Digital: A. Transformação digital da economia; e, B. Cidadania e transformação digital do governo (BRASIL, 2022, p. 9-11).

Dessa forma, verifica-se que a alternativa “B) Transformação Digital da Economia” é a única que atende a solicitação do comando, sendo as demais componentes dos Eixos Habilitadores.

Portanto, por não haver equívocos, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. **Decreto nº. 9.319 de 21 de março de 2018**. Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Estratégia Brasileira para Transformação Digital (E-Digital) – Ciclo 2022-2026**. Brasília, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosestrategiadigital/e-digital\\_ciclo\\_2022-2026.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivosestrategiadigital/e-digital_ciclo_2022-2026.pdf). Acesso em 26 de janeiro de 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	58	54	59

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O primeiro conceito de reengenharia foi apresentado por Hammer e Champy (1993), com a publicação do livro “*Reengineering The Corporation*”, traduzido e lançado no Brasil em 1994 com o título “Reengenharia: revolucionando a empresa em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerência”. O livro apresenta a ideia

central que as empresas precisam empreender uma reinvenção radical na maneira como realizam o seu trabalho. No Brasil gerou uma confusão com o *downsizing* que corresponde a uma reestruturação administrativa, com o intuito de potencializar as atividades de determinada organização, eliminando processos burocráticos e níveis hierárquicos desnecessários na empresa, ou seja, trata-se da redução, diminuição ou achatamento, constituindo-se em um conjunto de técnicas administrativas que têm o objetivo de reduzir gastos, eliminar processos considerados desnecessários e aumentar a eficiência corporativa (ALVAREZ, 2001).

Segundo Hammer e Champy (1994, p.22), a reengenharia é o repensar fundamental e a reestruturação radical dos processos empresariais que visam alcançar drásticas melhorias em seus indicadores de desempenho, tais como custos, qualidade, atendimento e velocidade.

A reengenharia pode ter várias dimensões e amplitudes, havendo os seguintes tipos: organizacional, de processos, de cargos, de negócio, de cultura, de estratégica, de sistema e de informação (CHIAVENATO, 1998; ALVAREZ, 2001).

No que tange ao Merchandising, ele é um dos componentes do *mix* de marketing, que ocorre na área de vendas visando colocar o produto certo, na qualidade certa, com preço certo, no tempo certo, com impacto visual adequado e dentro de uma exposição correta para sua valorização e voltado para estimulação da venda (KOTLER, 2000).

Nesse sentido, o enunciado da questão a apontar: "A Kodak lançou uma nova câmera descartável de 35 mm na Europa", não apresenta quaisquer características que vinculem o fato ao *merchandising* ou ao *downsizing*, mas sim à reengenharia de processos, pois para lançar o novo produto, a Kodak teve que reestruturar e remodelar todo seu processo de desenvolvimento de produtos, sendo esse exemplo citado inclusive no livro "Reengenharia: revolucionando a empresa em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerência", de Hammer e Champy (1994.).

Portanto, por não ter sido verificado equívoco ou vício, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- KOTLER, P. **Administração de Marketing: a edição do novo milênio**. São Paulo: Atlas, 2000.
- HAMMER, M.; CHAMPY, J. **Reengenharia revolucionando a empresa em função da concorrência e das grandes mudanças da gerência**. Campus: 1994.
- ALVAREZ, M. e. B. **Administração da qualidade e da produtividade**. São Paulo: Atlas, 2001.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>61</b>	<b>64</b>	<b>66</b>	<b>65</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Apenas a letra "D" atende ao comando da questão.

Questão teve como referência legislação vigente. Vide distratores a seguir.

<b>DISTRATORES</b>
<b>Alternativa A - FALSA.</b> Afirmativa contraria o legalmente estabelecido. LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964. <i>CAPÍTULO III - Da Despesa</i> <i>Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.</i> <i>§ 1º Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho. (NÃO O EMPENHO, SÓ A EMISSÃO DO DOCUMENTO. O EMPENHO TEM DE EXISTIR)</i> [...] <i>Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.</i>
<b>Alternativa B - FALSA.</b> Afirmativa contraria o legalmente estabelecido. LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964. <i>CAPÍTULO III - Da Despesa</i> <i>Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.</i> <i>Art. 59 - O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.</i>
<b>Alternativa C - FALSA.</b> Afirmativa contraria o legalmente estabelecido. LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964. <i>CAPÍTULO III - Da Despesa</i>

Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.  
Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.  
Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

**Alternativa D - VERDADEIRA.** Afirmativa está consoante com o legalmente estabelecido.

**LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.**

**CAPÍTULO III - Da Despesa**

**Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.**

**Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade**

**Art. 65. O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.**

**Art. 68. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.**

**Alternativa E - FALSA.** Afirmativa contraria o legalmente estabelecido.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101/20002 – LRF:**

**Seção IV - Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas**

**Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.**

**Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.**

Fontes:

- LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – LRF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>
- LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
62	65	69	67

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Apenas a letra "A" atende ao comando da questão.

Questão teve como referência a Constituição Federal. Vide distratores a seguir.

#### **DISTRATORES**

**Afirmativa I - FALSA.** Nem todos os recursos provenientes do IR pertencem à União, conforme disposições da Constituição Federal de 1988.

**Seção III - DOS IMPOSTOS DA UNIÃO**

**Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:**

[...]

III - renda e proventos de qualquer natureza;

**Seção VI - DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS**

**Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:**

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

**Art. 158. Pertencem aos Municípios:**

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

**Afirmativa II - FALSA.** Nem todos os recursos provenientes do ISSQN pertencem aos municípios, conforme disposições da Constituição Federal de 1988

Seção V - DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: [...]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar

Seção IV - DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

**Afirmativa III - FALSA.** Nem todos os recursos provenientes do ICMS pertencem aos Estados, conforme disposições da Constituição Federal de 1988

Seção IV - DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: [...]

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

Art. 158. Pertencem aos Municípios:[...]

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Fonte:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
63	67	68	61

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Apenas a letra “E” atende ao comando da questão.

Questão teve como referência fonte oficial. Vide distratores a seguir.

#### **DISTRATORES**

##### **Alternativa A - VERDADEIRO**

Transferência Legal: Transferência derivada de lei complementar ou ordinária de caráter obrigatório para o ente transferidor. São exemplos: transferências para o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.947/2009.

##### **Alternativa B - VERDADEIRO**

Transferência com Finalidade Definida: Recursos advindos de emendas individuais impositivas transferidos a Estados, Distrito Federal ou Municípios, vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar e aplicados nas áreas de competência constitucional da União. EC nº 105/2019, art. 1º.

##### **Alternativa C - VERDADEIRO**

Transferência Fundo a Fundo - Instrumento de descentralização de recursos disciplinado em leis específicas que se caracteriza pelo repasse direto de recursos provenientes de fundos da esfera federal para fundos da esfera estadual, municipal e do Distrito Federal, dispensando a celebração de convênios. Exemplos de fundos que operam essa modalidade de transferência são o Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS) e o Fundo Nacional de Saúde (FNS).

##### **Alternativa D - VERDADEIRO**

Transferência Especial: Recursos advindos de emendas individuais impositivas transferidos a Estado, Distrito Federal ou Município, repassados diretamente ao ente federado beneficiado independentemente da celebração de convênio ou instrumento congêneres, vedada a aplicação em despesas de pessoal e serviço ou amortização da dívida, devendo ao menos 70% ser aplicado em despesas de capital.

##### **Alternativa E - FALSA.**



**Transferência Voluntária (TV):** Entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira. Não se consideram transferências voluntárias as transferências decorrentes de determinação constitucional ou legal ou as destinadas ao Sistema Único de Saúde, bem como as descentralizações de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios para execução de ações cuja competência seja exclusiva da União. CF; LRF, art. 25.

**LEI COMPLEMENTAR 101 DE 2000**

**CAPÍTULO V - Das Transferências Voluntárias**

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

Fonte:

- Glossário existente no sítio oficial do Senado Federal. Disponível em: [https://www25.senado.leg.br/web/congresso/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/despesa\\_obrigatoria](https://www25.senado.leg.br/web/congresso/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/despesa_obrigatoria)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
64	69	67	68

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Questão de acordo com conteúdo programático; “3 Despesa pública: principais condicionantes legais (limites de gastos; despesas obrigatórias com saúde e educação e responsabilidade fiscal).”

Edital não limita ou cita as fontes ou referenciais para servirem de fontes para elaboração das questões.

Apenas a letra “B” atende ao comando da questão.

Questão teve como referência fonte oficial. Vide distratores a seguir.

**DISTRATORES**

**Alternativa A - VERDADEIRA.**

*As despesas obrigatórias, diferentemente das receitas vinculadas, não dispõem de mecanismos à sua flexibilização. Mesmo acolhendo níveis distintos de hierarquização (Greggianin et al., 2018; Brasil, 2017a), 47 mesmo permitindo, por vezes, um controle de fluxo (Brasil, 2017b), 48 o empenho ilimitado gera uma ocorrência pré-orçamentária. Em outros termos, tais despesas, decorrem de “lei material anterior [a LOA], que define todos os elementos da relação obrigacional” (Greggianin et al., 2018, p. 10), sem qualquer concorrência pelos recursos disponíveis. Nessas condições, pode-se, no limite, argumentar que o fato gerador das despesas obrigatórias prescinde de uma “cobertura fiscal” (disponibilidade de recursos) à sua realização, fato que destoa, até mesmo, da lógica das vinculações; qual seja, garantir recursos a um objetivo preestabelecido.*

**Alternativa B - FALSA.**

*A rigidez orçamentária, derivada da vinculação de receitas, dispõe de alguns mecanismos legais à sua flexibilização. O primeiro, e mais conhecido, é a Desvinculação de Receitas da União (DRU), hoje, normatizada pela Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016 (EC no 93/2016). Em paralelo, apresentam-se a constituição de reserva de contingência (RES) com recursos próprios e/ou vinculados (LOA/2019, art. 4º, I) e a desvinculação do superávit financeiro (Guardia, 2016), a qual, atualmente, não é praticada.*

*Em suma, o vínculo é contornável, a despeito de demandar certa engenharia financeira. Enrijece o orçamento, mediante a existência de um superávit financeiro, flexibilizado, ex ante (pela utilização da DRU e da RES) e ex post (pela desafetação dos recursos não utilizados).*

**Alternativa C - VERDADEIRA.**

*A vinculação, conforme a Lei Complementar no 101/2000, é o ato de “exclusivizar” uma receita ao custeio de uma determinada despesa (ou a um conjunto delas, como no caso das contribuições sociais), redundando em uma proibição a usos alternativos.*

**Alternativa D - VERDADEIRA.**

*Mediante as variáveis elencadas, pode-se sustentar que são as obrigações, e não os vínculos, os maiores responsáveis pelo reduzido grau de liberdade na alocação dos recursos disponíveis. O primeiro pilar à assertiva é quantitativo. As receitas vinculadas representam 86% das receitas orçamentárias, enquanto as despesas obrigatórias, 95% das despesas realizadas. Isto é, mesmo se os vínculos fossem desfeitos, a flexibilidade não seria*

recuperada, tendo em vista que o nível de rigidez continuaria sendo ditado pela participação relativa das despesas obrigatórias (95%).

**Alternativa E - VERDADEIRA.**

As despesas denominadas "obrigatórias", em contraposição às despesas discricionárias (não obrigatórias), passaram a ser objeto de disciplina legal, especialmente a partir da LRF/2000, que adota como norte à sua caracterização o fato de não se sujeitarem a um limite de empenho. Transcreve-se a redação legal: Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (...)

§ 2º Não serão objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias (Brasil, 2000, grifo nosso).

Fonte:

- Nota Técnica nº 56 de agosto de 2019. Diretoria de Políticas Públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
65	62	63	70

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Apenas a letra "A" atende ao comando da questão. Buscou-se avaliar conhecimento sobre conceitos relativos ao orçamento público. Vide distratores a seguir.

**DISTRATORES**

**Alternativa A - FALSA.**

**1.6 Orçamento de Desempenho ou de Realizações**

***A evolução do orçamento clássico trouxe um novo enfoque na elaboração da peça orçamentária. Evidenciar as "coisas que o governo compra" passa a ser menos importante em relação às "coisas que o governo faz". Assim, saber o que a administração pública compra tornou-se menos relevante do que saber para que se destina a referida aquisição. O orçamento de desempenho, embora já ligado aos objetivos, não pode, ainda, ser considerado um orçamento-programa, visto que lhe falta uma característica essencial, que é a vinculação ao sistema de planejamento.***

**Alternativa B - VERDADEIRA.**

**1.4 Técnicas Orçamentárias**

*O surgimento do orçamento público está intimamente ligado à ideia de controle. Prova disso é que o orçamento originou-se pela necessidade de regular a discricionariedade dos governantes na destinação dos recursos públicos. Um dos vestígios mais interessantes dessa ideia está na Magna Carta inglesa, outorgada no ano de 1215, pelo Rei João Sem Terra.*

**Alternativa C - VERDADEIRA.**

**1.5 Orçamento Clássico ou Tradicional**

*No Brasil, a prática orçamentária federal antecedente à Lei nº 4.320, de 1964, baseava-se na técnica tradicional de orçamentação. Essa técnica clássica produz um orçamento que se restringe à previsão da receita e à autorização de despesas. Não se verifica uma preocupação primária com o atendimento das necessidades bem formuladas da coletividade ou da própria administração pública. Nem mesmo ficam claros os objetivos econômicos e sociais que motivaram a elaboração da peça orçamentária.*

**Alternativa D - VERDADEIRA.**

**1.6 Orçamento de Desempenho ou de Realizações**

*A evolução do orçamento clássico trouxe um novo enfoque na elaboração da peça orçamentária. Evidenciar as "coisas que o governo compra" passa a ser menos importante em relação às "coisas que o governo faz". Assim, saber o que a administração pública compra tornou-se menos relevante do que saber para que se destina a referida aquisição. O orçamento de desempenho, embora já ligado aos objetivos, não pode, ainda, ser considerado um orçamento-programa, visto que lhe falta uma característica essencial, que é a vinculação ao sistema de planejamento.*

**Alternativa E - VERDADEIRA.****1.7 Orçamento-Programa**

Essa técnica orçamentária foi introduzida na esfera federal pelo Decreto-Lei nº 200, de 23 de fevereiro de 1967, que menciona o orçamento-programa como plano de ação do governo federal, quando, em seu art. 16, determina: “em cada ano será elaborado um orçamento-programa que pormenorizará a etapa do programa plurianual a ser realizado no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual.”

Contudo, o marco legal que cristalizou a adoção do orçamento-programa no Brasil foi a Portaria da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República nº 9, de 28 de janeiro de 1974, que instituiu a classificação funcional-programática. Essa portaria vigorou - com alterações no decorrer dos anos, porém sem mudanças estruturais - até 1999. A partir do exercício de 2000, houve sua revogação, pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, que instituiu uma classificação funcional e remeteu a estrutura programática aos planos plurianuais de cada governo e esfera da federação.

A concepção do orçamento-programa está ligada à ideia de planejamento. De acordo com ela, o orçamento deve considerar os objetivos que o governo pretende alcançar, durante um período determinado de tempo.

Fonte:

- Orçamento Público. Conceitos Básicos. Módulo 1- Introdução. Enap - Escola Nacional de Administração Pública, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br>

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>66</b>	<b>61</b>	<b>65</b>	<b>64</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão atendeu às normas do edital e o conteúdo programático passível de ser exigido: “2 Gestão de compras e materiais. 2.1 Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e exigibilidade, procedimentos e modalidades (Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021);”

Buscou-se avaliar exatamente conhecimentos referentes às duas leis de licitações e as diferenças entre elas.”

Apenas a letra “D” atende ao comando da questão.

Questão teve como referência fonte oficial. Vide distratores a seguir.

**DISTRATORES****Alternativa A - FALSO.**

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Art. 2º Esta Lei aplica-se a:

I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;

**Alternativa B - FALSO.**

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**CAPÍTULO IV - DOS AGENTES PÚBLICOS**

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação. § 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

**Alternativa C - FALSO.**

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**CAPÍTULO IV - DOS AGENTES PÚBLICOS**

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública; II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; (...)

**Alternativa D - VERDADEIRO.**

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS**

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

**Alternativa E - FALSO.**

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**Seção II- Das Modalidades de Licitação**

Art. 28. São modalidades de licitação: I - pregão; II - concorrência; III - concurso; IV - leilão; V - diálogo competitivo. [...]

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso. [...]

Art. 193. Revogam-se:

I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;

II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.

Fonte:

- LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
67	63	70	69

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Apenas a letra “C” atende ao comando da questão. Questão teve como referência fonte oficial. Vide distratores a seguir.

**Afirmativa I - FALSA.**

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

**CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (...)

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

**Afirmativa II - VERDADEIRA.**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

**TÍTULO II - DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

**CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]  
XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

**Afirmativa III - VERDADEIRA.**

**Afirmativa IV - FALSA.**

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

*Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (...)*

*Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:*

*I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;*

*II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.*

*Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.*

Fontes:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>
- Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
70	68	62	63

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

*Apenas a letra "D" atende ao comando da questão. Questão teve como referência fonte oficial. Vide distratores a seguir.*

**DISTRATORES**

**Alternativa A - VERDADEIRA.**

*A Receita Pública pode ser vista sob diversas óticas:*

*(...)*

*4 - no sentido de caixa ou contabilístico, são receitas públicas todas e quaisquer entradas de fundos nos cofres do Estado, independentemente de sua origem ou fim;*

**Alternativa B - VERDADEIRA.**

*A Receita Pública pode ser vista sob diversas óticas:*

*1 - a entrada de recursos que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem crescer o seu vulto como elemento novo e positivo;*

**Alternativa C - VERDADEIRA.**

*A Receita Pública pode ser vista sob diversas óticas:*

*(...)*

*5 - no sentido financeiro ou próprio, são receitas públicas apenas as entradas de fundos nos cofres do Estado que representem um aumento do seu patrimônio. Outra maneira de definir a receita pública é considerar que, para que exista uma receita pública, é necessário que a soma de dinheiro arrecadada seja efetivamente disponível, isto é, que possa, em qualquer momento, ser objeto dentro das regras políticas e jurídicas de gestão financeira, de uma alocação e cobertura de despesas públicas*

*6 - de acordo com o Regulamento Geral de Contabilidade Pública, a receita pública engloba todos os créditos de qualquer natureza que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis gerais e especiais, de contratos e quaisquer títulos de que derivem direitos a favor do Estado*

**Alternativa D - FALSA. Esse conceito se refere à Despesa Pública e não à Receita Pública.**

**Despesa Obrigatória de Caráter Continuado: Despesa pública que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da LOA ou de Créditos Adicionais. É o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos, tais como despesas de pessoal, de custeio e de manutenção e ampliação dos serviços públicos prestados à sociedade.**

**Despesa Obrigatória: Despesa que a União tem a obrigação legal ou contratual de realizar, ou seja, cuja execução é mandatória. Os maiores grupos de despesas obrigatórias são serviço da dívida, pessoal e encargos sociais e os benefícios da previdência social.**

**Alternativa E - VERDADEIRA.**

A Receita Pública pode ser vista sob diversas óticas:

(...)

2 - toda arrecadação de rendas autorizadas pela Constituição Federal, leis e títulos creditórios à Fazenda Pública; 3 - conjunto de meios financeiros que o Estado e as outras pessoas de direito público auferem, livremente e sem reflexo no seu passivo e podem dispor para custear a produção de seus serviços e executar as tarefas políticas dominantes em cada comunidade. Em sentido restrito, receitas são as entradas que se incorporam ao patrimônio como elemento novo e positivo; em sentido lato, são todas quantias recebidas pelos cofres públicos, denominando-se entradas ou ingressos. Nem todo ingresso constitui receita pública; o produto de uma operação de crédito, por exemplo, é um ingresso, mas não é receita nessa concepção porque, em contraposição à entrada de recursos financeiros, cria uma obrigação no passivo da entidade pública;

Fonte:

- Glossário existente no sítio oficial do Senado Federal. Disponível em: [https://www25.senado.leg.br/web/congresso/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/despesa\\_obrigatoria](https://www25.senado.leg.br/web/congresso/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/despesa_obrigatoria)

### Cargo: Analista do Executivo - Arquitetura e Urbanismo

BRANCA	VERDE
1	5

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto.

Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e mobilize seus conhecimentos de mundo para chegar à conclusão de que há uma contradição entre os pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito e essa mesma estratégia, que parece inicialmente inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de as crianças adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que elas não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE
2	8

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto.

Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o

conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto para identificar que a única alternativa que não encontra respaldo no texto é a letra A, uma vez que em momento algum se afirma que os pais passaram a permitir que as crianças usassem o celular ainda com mais frequência para controlarem seu comportamento em casa durante a pandemia. Inclusive, a pesquisa apresentada no texto foi realizada antes da pandemia da Covid-19, entre 2018 e 2020. Essa informação se encontra no 3º parágrafo. Portanto, o gabarito é letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE
3	6

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo Pasquale e Ulisses (3003, p. 510), “crase é palavra de origem grega e significa ‘mistura’, ‘fusão’. Nos estudos de língua portuguesa, é o nome que se dá à fusão de duas vogais idênticas.” Para se usar adequadamente a crase, é necessário verificar a ocorrência de uma preposição e um artigo ou pronome.

I. INCORRETO: Apenas em 1e 2 o emprego da crase se justifica por um princípio de regência verbal.

II. CORRETO: A crase deve ser empregada junto a algumas locuções conjuncionais. Nas orações em que aparecem um termo regido pela preposição “a” acompanhado de locuções conjuncionais, o acento grave indicativo da crase é obrigatório. Isso, porém, só se dá se a palavra seguinte à locução for feminina e puder vir acompanhada por determinantes (artigo, por exemplo). Na Língua Portuguesa somente duas locuções conjuncionais se enquadram nesse emprego da crase. São elas: “à medida que” e “à proporção que”.

III. INCORRETO: em 1, se a expressão “a criança” estivesse no plural – “as crianças” –, o “as” deveria, obrigatoriamente, receber o acento grave para que o enunciado ficasse gramaticalmente correto.

IV. CORRETO: Em 2, se o “as” que antecede “emoções” estivesse no singular (“a”), não poderia haver o emprego da crase. Portanto, o adequado seria: “a emoções da criança”. Portanto, o gabarito é letra C.

Fonte:

- PASQUALE & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

BRANCA	VERDE
5	2

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz

respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>7</b>	<b>3</b>

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O uso que fazemos da língua em nossas ações de comunicação é sempre mediado por intenções: explicitar certeza, dúvida, obrigatoriedade, sentimentos, entre outros. Esse propósito está tão presente em nosso dia a dia que se materializa na estrutura de nossa língua.

“A língua é fundamentalmente argumentativa, uma vez que, ao interagirmos, seja pela fala, seja pela escrita, estamos imprimindo nossas ideias e argumentos pretendidos.” Ducrot

Ao definirmos e observarmos alguns exemplos de modalizadores discursivos, podemos concluir que não existe interação comunicativa sem modalização, uma vez que, sempre que nos expressamos, estamos indicando nosso ponto de vista em relação ao assunto em questão. A modalização, todavia, pode ser mais explícita ou mais contida.

Os modalizadores discursivos são elementos gramaticais ou lexicais por meio dos quais o autor manifesta determinadas atitudes e/ou posições em relação a um conteúdo e/ou tema específicos.

Em um texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo, o autor deve mostrar a sua habilidade de analisar, de modo coerente e coeso, um determinado tema, com o objetivo de defender um ponto de vista claro a respeito deste mesmo tema. Assim, o autor deve ser hábil em organizar ideias, dados e fatos, ou seja, argumentos e estabelecer relações entre eles de modo a extrair conclusões coerentes.

- **Modalizações Lógicas:** expressam o sentido de possibilidade e certeza por meio de modalizadores como “é possível que”, “é impossível que”, “talvez” etc;
- **Modalizações Deonticas:** expressam o sentido de uma necessidade ou obrigação por meio de modalizadores como “é preciso”, “faz-se necessário” etc e;
- **Modalizações Apreciativas:** expressam o sentido de análise e julgamento por meio de modalizadores como “felizmente”, “infelizmente” dentre outros.

No texto lido, em diversos momentos, o autor utiliza modalizadores discursivos. Em relação às alternativas de respostas, apenas a letra C apresenta uma marca de subjetividade ou de opinião, pois o autor afirma que o uso constante de celular para acalmar crianças **pode** comprometer o desenvolvimento delas. Ele não afirma categoricamente, mas supõe, acredita. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- <https://www.proenem.com.br/enem/enem/modalizadores/>
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.



<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>10</b>	<b>9</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada.**

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>13</b>	<b>12</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>14</b>	<b>15</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correto que:”. Esse comando elimina as alternativas que **PODEM** ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>18</b>	<b>16</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 18, § 4º da Constituição Federal prevê a possibilidade de criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, com consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Contudo, a lei complementar de que trata o referido dispositivo ainda não foi editada. Houve a tentativa de dois projetos de lei complementar para tratar da matéria, entretanto, ambos foram vetados pelo Presidente da República. Ocorre que, mesmo sem a regulamentação por lei complementar, diversas leis estaduais foram editadas para tratar da matéria, o que afrontava diretamente o texto constitucional. Com isso, algumas ADI foram propostas perante o STF, questionando a validade das referidas leis estaduais. Para contornar a inconstitucionalidade, o Poder Legislativo emendou o texto constitucional que acrescentou o art. 96 do ADCT, convalidando os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios até 31/12/2006. O enunciado da questão pedia que fosse assinalada a alternativa incorreta.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>22</b>	<b>25</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>23</b>	<b>21</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, pois o servidor efetivo pode ser estável ou ainda estar em estágio probatório A assertiva “B” é falsa pois o servidor pode ser estável por força do art. 19 do ADCT da Constituição e não ter sido aprovado em concurso público. A assertiva “C” é falsa, pois o servidor, seja estável ou não, pode ser exonerado por insuficiência de desempenho, conforme art. 41 ou por excesso de despesa de pessoal, art. 169, ambos da Constituição. A assertiva “D” é falsa, pois o servidor estável demitido injustamente pode ser reintegrado ao cargo, art. 41 da Constituição. A assertiva “E” é verdadeira pois todo servidor, estável ou não, pode ser demitido pela prática de infrações disciplinares. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal e Regime Jurídico dos Servidores Públicos.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>26</b>	<b>30</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, pois os benefícios calculados pela média são reajustados por índice legal geral e não por paridade com o servidor da ativa (art. 24-A, § 6º). A assertiva “B” é falsa, pois a idade de aposentação da professora é de 57 anos (art. 24, §2º, IV). A assertiva “C” é verdadeira, pois a aposentadoria por invalidez pode ser revista em caso de o servidor recuperar as condições de trabalho (art. 28, pu). A assertiva “D” é falsa, pois o valor dos proventos corresponde à média de 100% do período contributivo (art. 24-A). A assertiva “E” é falsa, pois o servidor que requerer a aposentadoria pode se afastar do cargo a partir da data do requerimento (art. 25, §3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>27</b>	<b>28</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “A” é falsa, pois o benefício de licença maternidade é custeado com recursos do Tesouro e não do RPPS (art. 3º). A assertiva “B” é verdadeira, pois a pensão por morte é devida aos filhos menores de idade seja de servidor ativo ou inativo, na hipótese, falecida no mês anterior ao requerimento. Saliente-se que se o candidato interpretou “mês anterior”, com anterior ao implemento de idade, ainda assim a resposta é a mesma (art. 5º). A assertiva “C” é falsa, pois o agente político não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “D” é falsa, pois o ocupante exclusivamente de cargo em comissão não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “E” é falsa, pois o benefício de auxílio doença não é custeado com recursos

do RPPS (art. 3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

BRANCA	VERDE
29	27

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A questão pede para marcar a assertiva em que todas as verbas apontadas se excluem da base de cálculo de incidência da contribuição previdenciária, conforme rol do art. 48 da lei. Na assertiva “A”, o subsídio integra a base de cálculo. Na assertiva “B”, o adicional de caráter permanente integra a base de cálculo. Na assertiva “C”, a vantagem permanente integra a base de cálculo. Na assertiva, “E”, o vencimento integra a base de cálculo. Na assertiva-resposta “D”, as três verbas não integram a base de cálculo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

BRANCA	VERDE
31	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes .A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

BRANCA	VERDE
35	38

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os autores James L. Bowditch L. & Anthony F. Buono afirmam: Poder reservado => Esse aspecto do poder é chamado poder reservado, não pela forma com que o poder é usado por si, porém mais devido às circunstâncias e aos objetivos desejados. Esse item não caracteriza um fator que especifica para as pessoas o poder, ele descreve sobre o uso do poder para evitar o conflito.

Fonte:

- BOWDITCH, James L. & BUONO, Anthony F. – Elementos do Comportamento Organizacional – 2016 – São Paulo – Editora Cengage Learning – Pág. 133.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>37</b>	<b>35</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Edgar H. Schein todos os itens da questão estão corretos conforme afirmado a seguir:

- VI. CORRETO => Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importante em termos da dinâmica cultura de uma dada organização.
- VII. CORRETO => Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.
- VIII. CORRETO =>O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
- IX. CORRETO => A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelado por um questionário.
- X. CORRETO => Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 192.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>41</b>	<b>46</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Questão elaborada baseando-se nos seguintes conteúdos programáticos, conforme previsão em edital: "1 Planejamento e projeto urbano. 1.1 Uso do solo", "2 Gestão urbana e instrumentos de gestão. 2.1 Plano diretor, instrumentos econômicos e administrativos, estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), licenciamento ambiental, áreas de proteção permanente e de proteção ambiental, Resolução CONAMA nº 237/1997" e "3 Dimensionamento e programação. 3.2 Sistemas de infraestrutura urbana. 3.2.4 Subsistema de esgotamento sanitário", sendo assim, conforme constam em razões discursais, **a resolução CONAMA Nº237 é um dos diversos assuntos contemplados no item "Gestão urbana e instrumentos de gestão" e não o único.** A questão solicita conhecimentos sobre licenciamento ambiental – conforme consta em item 2 do edital – e sobre esgotamento sanitário – conforme consta em item 3 do edital.

Por ser assunto pertinente ao exposto em edital, julga-se o recurso como improcedente e mantém-se o gabarito.

Fonte:

- Edital - CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SEGER/ES) – CARGO: ANALISTA DO EXECUTIVO – ARQUITETURA E URBANISMO.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>42</b>	<b>48</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Verificando que houve entendimento ambíguo, uma vez que as informações não foram suficientes para resolução correta da problemática apresentada em questão, julga-se como melhor tratamento a anulação da questão.

Fonte:

- <https://urbanidades.arq.br/2020/03/29/taxa-de-ocupacao-e-coeficiente-de-aproveitamento-v-2-0/>

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>44</b>	<b>51</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em observância a Lei Federal nº 13.465/2017 - Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana -, no que se refere a regularização fundiária urbana, baseando-se nos parâmetros por ela estabelecidos para Regularização Fundiária Urbana (Reurb), em caso de ocupações às margens de reservatórios devem ser verificados a distância por meio de cotas de níveis de água em condições habituais e em grandes cheias, de forma a possibilitar a criação de uma faixa de preservação para esta região.

Verifica-se:

Art. 11. Para fins desta Lei, consideram-se:

§ 4º Na Reurb cuja ocupação tenha ocorrido às margens de reservatórios artificiais de água destinados à geração de energia ou ao abastecimento público, a faixa da área de preservação permanente consistirá na distância entre o nível máximo operativo normal e a cota máxima maximorum.

Portanto, no que se refere a especificidade prevista em lei para ocupações a margens de reservatórios, julga-se o recurso como improcedente. Mantém o gabarito.

Fonte:

- Lei Federal nº 13.465/2017

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>45</b>	<b>52</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão refere-se ao conteúdo programático “paisagismo”. A “Cartilha da Ambiência” foi uma das fontes utilizadas para elaboração e não levou em sua formulação quaisquer considerações com a área da saúde. Como pode-se perceber abaixo, têm-se as seguintes definições para “ambiência”:

Ambiência - O que rodeia, meio físico ou moral, ambiente.

Como afirma Sader (2018 apud Bestetti, 2014) o termo meio ambiente pode ser tido como sinônimo de ambiência, abrangendo, portanto, não só o meio material, mas como também o meio moral, onde o usuário interage com o meio ambiente por meio dos sentidos, envolvendo aspectos relativos à orientação, conforto e qualidade ambiental.

Bestetti (2014) afirma que: quando falamos em ambiência, pensamos em humanização por meio do equilíbrio de elementos que compõem os espaços, considerando fatores que permitam o protagonismo e a participação. Pressupõe o espaço como cenário onde se realizam relações sociais, políticas e econômicas de determinados grupos da sociedade, sendo uma situação construída coletivamente e incluindo as diferentes culturas e valores.

Com base na Cartilha de Ambiência (2006), desenvolvida pela Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde, têm-se elementos modificadores e qualificadores do espaço os quais podemos destacar: luz, morfologia, cheiro, sinestesia, som, cor, arte, privacidade, acessibilidade e confortabilidade, contribuindo significativamente para a produção do espaço.

A acessibilidade é um dos aspectos complementares ao estudo da ambiência, desse modo, o Desenho Universal assegura a criação de espaços que sejam adequados a todos os tipos de usuários, sejam eles crianças, idosos ou pessoas com mobilidade reduzida, temporária ou permanentemente. Sendo assim, dota-se de espaços de qualidade os quais beneficiem seus usuários, garantindo segurança, conforto e o fácil entendimento sobre os usos dos mesmos. Considerando que o paisagismo tem como objetivo preservar a natureza ao mesmo tempo em que proporciona bem-estar, paz, surpresa, aconchego e muito mais ao ser humano, torna-se permanente o entendimento sobre os elementos que podem modificar ou qualificar os espaços criados, afim de beneficiar e proporcionar sensações nos usuários.

Fontes:

- Dicionário Priberam (site)
- SADER, Ana Paula Cabral; VERÍSSIMO, Marina Zambon. PARQUE URBANO INTEGRACIDADE. Trabalho de Conclusão de Curso. UNITOLEDO, 2018.
- BESTETTI, M. L. T. Ambiência: espaço físico e comportamento. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, 17(3): 601-610. 2014.

- Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v17n3/1809-9823-rbgg-17-03-00601.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Ambiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>46</b>	<b>53</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Questão elaborada baseando-se nos seguintes conteúdos programáticos, conforme previsão em edital: “2 Gestão urbana e instrumentos de gestão. 2.1 Plano diretor, instrumentos econômicos e administrativos, estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), **licenciamento ambiental**, áreas de proteção permanente e de proteção ambiental, Resolução CONAMA nº 237/1997”, sendo assim, conforme constam em razões discursais, a resolução CONAMA Nº237 é um dos diversos assuntos contemplados no item “Gestão urbana e instrumentos de gestão” e não o único, ainda, salienta-se que – conforme ressaltado – licenciamento ambiental é, por si só, um dos tópicos cobrados (inclusive em item 2 no que se refere a Planejamento Urbano) não sendo vinculado a nenhuma resolução ou legislação – seja ela federal, estadual ou municipal.

A questão solicita conhecimentos sobre licenciamento ambiental – conforme consta em item 2 do edital – especificando e em coerência com o Estado de atuação do cargo, ou seja, Espírito Santo.

Conforme exposto em questão, o enunciado verifica a possibilidade de licenciamento ambiental de acordo com o interesse público ou mediante compensação ambiental. Portanto, a alternativa incorreta é que afirma não licenciar sob nenhum tipo de plano exploratório as atividades localizadas em unidades de conservação ou APA.

Por ser **assunto pertinente ao exposto em edital** e por ser uma **das legislações pertinentes ao Estado de concurso**, julga-se o recurso como improcedente e mantém-se o gabarito.

**Fontes:**

- Edital - CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SEGER/ES) – CARGO: ANALISTA DO EXECUTIVO – ARQUITETURA E URBANISMO
- Decreto 1.777/2007 Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente, denominado SILCAP.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>47</b>	<b>54</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Carta de Machu Picchu atesta a vitalidade e continuidade do movimento moderno em arquitetura e planejamento urbano, criticando os preceitos estabelecidos anteriormente na Carta de Atenas (década 30) e sua formulação pensada de acordo com os princípios modernos. Para tanto, explora os preceitos ligados à espaços sociais e suas aplicações em arquitetura e urbanismo.

Em seu tópico “Projeto urbanístico e arquitetônico”, discorre-se – como ponto de crítica – que a Carta de Atenas não cuidou do projeto arquitetônico, uma vez que (há época) havia a concordância sobre a arquitetura ser “um jogo sábio de volumes puros sob a luz”. Com base neste exposto, afirma-se que “durante as últimas décadas, para a arquitetura contemporânea o problema principal não é mais o jogo visual de volumes puros (convencionado anteriormente), mas a criação de espaços sociais para neles se viver.” Em continuidade, a Carta de Machu Picchu aponta ainda “em 1977 (época a qual foi elaborada), o objetivo deve ser reintegrar esses componentes, que, fora de suas relações formais, perderam vitalidade e significado.”

Com base no exposto, para resolução do que solicita enunciado “o principal problema” de acordo com a Carta de Macchu Picchu, têm-se como afirmativa “Não é mais o jogo visual de volumes puros, mas a criação de espaços sociais para neles se viver.”

Baseando nas razões discursais, faz-se necessário o esclarecimento de que, em 1933, a Carta de Atenas já afirmava “a cidade é só uma parte de um conjunto econômico, social e político que constitui uma região”, portanto, a parcial afirmativa “mas pensar a cidade enquanto conjunto econômico, social e político” não é uma das diretrizes presentes

na Carta de Machu Picchu, sendo esta, já prevista anteriormente pela Carta de Atenas.

Outro ponto de destaque é sobre a parcial afirmativa no que se refere ao “setorizar”, na Carta de Machu Picchu (conforme exposto e solicitado em questão) têm-se “atualmente, adquiriu-se a consciência de que o processo urbanístico não consiste em setorizar, mas criar definitivamente uma integração polifuncional e contextual”. Portanto, como já previa a Carta de Atenas a integração econômica, social e política e a crítica de da Carta de Machu Picchu faz-se em relação ao contexto do meio em que se insere e suas múltiplas funcionalidades, a alternativa “Não é mais setorizar, mas pensar a cidade enquanto conjunto econômico, social e político” evidencia-se como incorreta.

Fonte:

- Iphan - Carta de Machu Picchu (1977).

BRANCA	VERDE
48	50

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Com base no edital, no que se refere a *conceitos e uso do solo*, utilizou-se o tema “área de fruição pública”. Conceito implementado em diretrizes de planejamento urbanístico instituindo uma área de fruição que seja de uso público, em nível térreo para possibilitar facilidade de acesso, ofertada com o intuito de promover melhorias de qualidade de vida aos usuários do espaço urbano.

Já implementado por diversos municípios, incluindo São Paulo e Belo Horizonte, ressalta-se que o termo *não é* de cunho exclusivo ou delimitado para nenhuma das localidades citadas. Ainda, ressalta-se que o enunciado solicita a diferenciação do conceito, não o vinculando a seu uso em nenhum município – seja ele dentro ou fora do Estado do Espírito Santo.

Fonte:

- <https://bsa.com.br/blog/o-que-e-fruicao-publica/>

BRANCA	VERDE
49	55

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Questão elaborada baseando-se nos seguintes conteúdos programáticos, conforme previsão em edital: “1 **Planejamento e projeto urbano**. 1.1 **Uso do solo**” e “2 **Gestão urbana e instrumentos de gestão**. 2.1 Plano diretor, instrumentos econômicos e administrativos, estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), licenciamento ambiental, áreas de proteção permanente e de proteção ambiental, Resolução CONAMA nº 237/1997.”

A questão solicita **conhecimentos sobre planejamento urbano** – conforme consta em item 1 do edital – e **sobre gestão urbana e instrumentos de gestão** – conforme consta em item 2 do edital – especificando e **em coerência com o Estado de atuação do cargo**, ou seja, Espírito Santo.

Portanto, por ser **assunto pertinente ao exposto em edital** e por ser uma **das legislações pertinentes ao Estado de concurso**, julga-se o recurso como improcedente e mantém-se o gabarito.

Fontes:

- Edital - CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SEGER/ES) – CARGO: ANALISTA DO EXECUTIVO – ARQUITETURA E URBANISMO
- Plano de Redução de Risco - Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado do Espírito Santo.

BRANCA	VERDE
50	47

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

A presente questão foi anulada, tendo em vista que todas as alternativas apresentadas evidenciam instrumentos para garantir a gestão democrática da cidade, de maneira que não nenhuma alternativa incorreta.

BRANCA	VERDE
52	59

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A implementação de técnicas compensatórias, agindo em conjunto com as estruturas convencionais de drenagem, procuram compensar sistematicamente os efeitos da urbanização. As ações não são previstas para trabalho isolado, uma vez que seu surgimento está atrelado a sobrecarga dos sistemas convencionais. Além deste fato, os sistemas sugeridos são pontuais e não criados em cadeia de forma a abranger toda região, distrito ou município, portanto, não podem substituir os sistemas convencionais e sim, complementá-los.

Conforme dispõem razões discursais “Entretanto, quando de fato aplicadas ao contexto urbano, passando a interagir com as especificidades de drenagem de cada bacia, além das variáveis climáticas, vemos que essas alternativas são **insuficientes para promover a compensação dos efeitos da urbanização, devendo ser combinadas com outras estratégias.**”

Uma vez que a questão afirma que “A implementação de técnicas compensatórias, analisadas de forma isolada, se mostra suficiente para promover a compensação sistemática dos efeitos da urbanização” e que o próprio recurso afirma que, apesar de benefícios em sua implementação, este tipo de sistema precisa ser combinada com outras estratégias – ou seja, não atua de forma isolada – corroborando com o que é explicitado, julga-se o recurso como improcedente e mantém-se o gabarito.

Fontes:

- Dicas bioclimáticas para um projeto mais sustentável = Bioclimatic tips: to guide sustainable design projects [livro eletrônico] / organização Caio Silva, Thiago Góes; ilustração Lucas Albuquerque; preface by Marta Romero. -- 1. ed. -- Brasília, DF: LaSUS FAU: Editora Universidade de Brasília, 2022.
- Águas pluviais: técnicas compensatórias para o controle de cheias urbanas: guia do profissional em treinamento: nível 2 e 3 / Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (org.). – Belo Horizonte: ReCESA, 2007. 52 p.

BRANCA	VERDE
53	56

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Questão elaborada baseando-se nos seguintes conteúdos programáticos, conforme previsão em edital: “7 Paisagismo. 7.1 Espaços livres: praças e parques. 7.2 Espaços vinculados à edificação: jardins”. Como pode ser observado em edital, não há especificações de autores ou de referências bibliográficas, sendo portanto, necessário o estudo dos temas previstos de maneira geral, sem delimitação.

Com este pressuposto e conforme referenciado em recurso, a questão tem como base a obra “Criando Paisagens” de Benedito Abbud, um dos autores de referência básica nas graduações de arquitetura e urbanismo no que se refere ao estudo do tema: paisagismo.

O enunciado introduz o tema e explicita o solicitado, sendo assim, é importante a atenção a leitura do que solicitado: “Na criação de espaços paisagísticos, é importante entender as técnicas adotadas para que o observador consiga diferenciar hierarquias e **perceba o “aqui” e o “ali”**. São consideradas **estratégias sugeridas para elaboração destes planos, EXCETO:**”

Sendo assim, solicita-se a EXCEÇÃO as estratégias SUGERIDAS para elaboração dos planos “aqui” e “ali”.

Em “Ferramentas de projeto”, Abbud (2006) aponta as estratégias que identificam e diferenciam o “aqui” e o “ali” – ou seja, o próximo e o pouco distante as barreiras físicas ou visuais que conseguem delimitar os espaços – pela visão do observador, o que ele vê ao redor e nos demais planos. São exemplos informados pelo autor: Muros ou cercas vivas



de arbustos altos, muretas, pequenos desníveis, ou pequenas escadas, renques de árvores verticais, ou renques de árvores horizontais e pilares espaçados regularmente, arcadas, ou colonatas de palmeiras. Cada qual em um respectivo plano visual de distância, os menores e próximos “aqui” e os maiores e mais distantes “ali”. Portanto, o uso de cores na floração (árvores, cercas e arbustos) não compõe por si só este tipo de diferenciação. Mantém-se o gabarito.

Fonte:

- Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística Benedito Abbud [ilustrações Hélio. Yokomizo]. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

BRANCA	VERDE
54	60

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Dentre os dois grandes tipos básico de copas de arvores – verticais e horizontais – aquela com maior possibilidade de prover conforto por sombreamento é a horizontal – aquela com diâmetro de copa maior que altura -, destinando as árvores de copas verticais – aquelas com diâmetro da copa menor que altura - como barreiras visuais e de vento, com pouca ação de sombreamento.

Em capítulo 3 “Projetando com árvores”, tópico “Tipos de copa”, Abbud (2006) afirma que “Quando enfileiradas, as copas verticais formam grandes muros verdes que escondem vistas desinteressantes e barram o vento indesejado”, dentre as opções, está é a única totalmente correta. Ressalta-se a diferenciação correta apresentada pelo autor onde há o apontamento “copa vertical tem DIÂMETRO da COPA menor que a altura”. Portanto, como exposto, a diferenciação ocorre – como solicita o enunciado - de acordo com seu tipo de copa.

As razões discursais trazem o estudo apresentado por Lamberts; Dutra; Pereira (2014, p. 182 e 183) "as árvores com copas altas são melhores para sombrear o sol indesejável no verão e para facilitar o acesso do vento à edificação", verifica-se – ainda junto a ilustração que consta em livro e será reproduzida em resposta – a **ALTURA** das árvores e não o seu **TIPO**, conforme solicita questão.

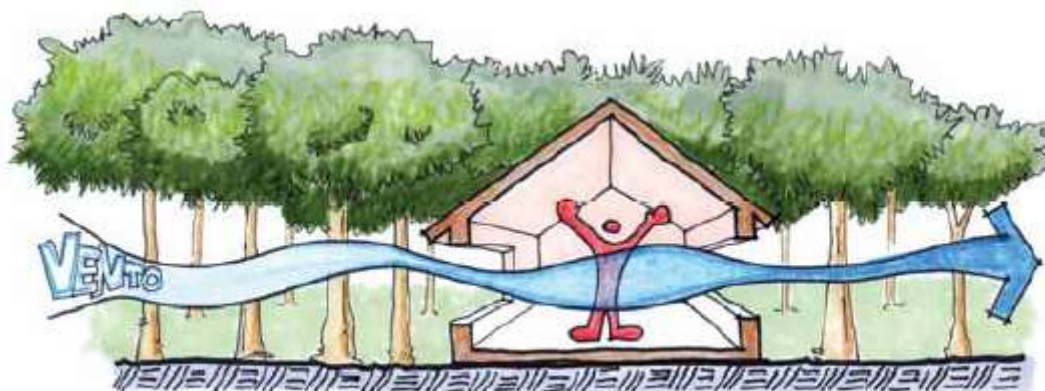


Figura 6-5: Circulação do vento sob copas de árvores altas

Sendo o **TIPO** definido pela **RELAÇÃO DIÂMETRO DE COPA x ALTURA** total da árvore, não é possível afirmar somente que “árvores altas” são sempre o mesmo que “copas verticais”, seria preciso avaliar o tipo de copa para definir seu tipo, conforme aponta Abbud – e não há esta classificação na obra dos autores Lamberts; Dutra; Pereira.

Fontes:

- Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística Benedito Abbud [ilustrações Hélio. Yokomizo]. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.
- LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Fernando. Eficiência energética na arquitetura. 3ª ed. São Paulo: PW Editores, 2014.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>55</b>	<b>58</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As informações do uso e cobertura do solo são elementos básicos para o planejamento de uma bacia hidrográfica, pois retratam as atividades econômicas desenvolvidas e que podem significar pressões e impactos sobre os elementos naturais. Por exemplo, centros urbanos, áreas industriais, entre outros constituintes. Estes elementos podem ser identificados e localizados sobre o mapa das bacias, indicando áreas estratégicas para avaliação, estudo ou manejo. Os impactos do desenvolvimento urbano sobre os recursos hídricos ocorrem tanto no aspecto qualitativo (pela alteração da qualidade da água), quanto no quantitativo (com mudanças nos padrões de fluxo e quantidade da água). É importante ressaltar que estes impactos ocorrem de forma indissociável, simultaneamente dentro do meio urbano. Quanto maior a densidade de drenagem, maior a capacidade da bacia de fazer escoamentos rápidos no exutório, bem como deflúvios de estiagem baixos. É um parâmetro utilizado para pré-avaliação em estudos de regionalização ou transposição de dados hidrológicos entre bacias de uma região, pois permite avaliar a semelhanças de escoamento entre bacias hidrográficas de tamanhos diferentes. As corretas classificações são “grosseira, média ou fina”.

Conforme dispõe razões discursais “De acordo com Antônio Christofolletti no livro intitulado Geomorfologia fluvial (1981), a densidade de drenagem pode ser caracterizada por **grosseira, média ou fina**, variando de acordo com a litologia, cobertura vegetal e a quantidade de precipitações da área a ser analisada”, observando em conjunto com a afirmativa apresentada em questão “Pode ser caracterizada por **baixa, média ou alta**, variando de acordo com litologia, cobertura vegetal e quantidade de precipitações da área a ser analisada”, portanto, verificando que as palavras “grosseira” e “alta” e “fina” ou “baixa” **não são sinônimos**, logo, a **exposição apresentada é incorreta** – conforme solicita que seja identificado por enunciado.

Fontes:

- MANOEL, Jhonatan Laszlo; ROCHA, Paulo Cesar. Levantamento e análise comparativa dos padrões de drenagem das bacias hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe. XVIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento
- FINKLER, Raquel. Planejamento, manejo e gestão de bacias. Unidade 1 - Bacia Hidrográfica.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>58</b>	<b>42</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O item III afirma que a tubulação para rede de gás apresenta materiais, estrutura e diâmetros **similares** aos utilizados nas redes de água. Similar é aquilo que é PARECIDO, SEMELHANTE, não o mesmo. Com suas respectivas especificações, vide normas técnicas e suas respectivas ressalvas, pode-se sim afirmar que há SEMELHANÇA em materiais, estruturas e diâmetros que também são utilizados para água – lembrando que existem as tubulações específicas para água fria e para água quente. **Não há afirmativa que se usam os exatos mesmos componentes.**

Sobre as legislações apresentadas como razões discursais, têm-se: A Norma Técnica DE 16-AFD-011, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP), que por ser específica para o Estado de São Paulo não pode ser utilizada como base para os procedimentos gerais nacionais adotados e ABNT NBR 15280-1 - que apesar de ser citada em recurso como 2009, apresenta versão atualizada em 2017 – onde a mesma especifica diretrizes gerais para **dutores terrestres**, e em item 1.2 afirma “Esta parte da ABNT NBR15280 se aplica a **instalações dutoviárias terrestres para movimentação de produtos líquidos ou liquefeitos**, como petróleo, derivados do petróleo (nafta, gasolina, diesel, querosene, óleo combustível etc.), condensado de gás natural, gasolina natural, gás liquefeito de petróleo, amônia anidra, etanol e outros biocombustíveis” e não constam, nesta norma, conforme indicado, que os trechos citados em recursos são específicos para sistemas de condensado de gás natural, ou seja, a norma abrange a todo momento as especificações de projeto para todos os tipos citados acima, sem haver recorte para qual sistema deve ou não receber determinado tratamento.

Fontes:

- Referência Bibliográfica: MASCARO, Juan Luis. Infraestrutura urbana para o século XXI. 1. ed. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2016. 206 . p.

- ABNT NBR 15280-2017 – Dutos terrestres. Parte 1: projeto.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>61</b>	<b>61</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo a ABNT NBR 16636-1:2017 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia, tem-se:

3.48 estudo é a atividade que envolve simultaneamente o levantamento, a coleta, a observação, o tratamento e a análise de informações e dados de natureza diversa, necessários aos projetos ou execução de obra ou serviço técnico, ou ao desenvolvimento de métodos ou processos de produção, ou à determinação preliminar de características gerais ou de viabilização técnica, econômica ou ambiental.

3.56 etapa: período de trabalho que compõe o processo sequencial das atividades técnicas na elaboração e desenvolvimento do projeto ou processos de obra ou construção de uma edificação ou objeto da construção

3.57 execução: etapa que abrange as atividades de realização física de um empreendimento planejado, desde a mobilização das equipes e execução dos serviços, até o comissionamento ou entrega a seus usuários.

3.49 estudo de viabilidade arquitetônica (EV-ARQ) ou Urbanística (EV-Urb); etapa destinada à elaboração de análise e avaliações para seleção e recomendação de alternativas para a concepção arquitetônica ou urbanística e de seus respectivos elementos, instalações e componentes

3.50 estudo de viabilidade do empreendimento (EVE): etapa destinada à elaboração de análise e avaliações para seleção e recomendação de alternativas para a concepção da edificação e de seus elementos, instalações e componentes. Alternativa C.

3.51 estudo de viabilidade econômico-financeira (EVEF): análise técnica e econômico-financeira de um empreendimento para fins de subsidiar planos, estudos e projetos da mesma natureza.

3.52 estudo de viabilidade da edificação (EV-EDIF); etapa destinada à elaboração de análise e avaliações para seleção e recomendação de alternativas para a concepção da edificação e de seus respectivos elementos, instalações e componentes. Alternativa B - CORRETA.

3.53 estudo preliminar (EP): etapa destinada ao dimensionamento preliminar dos conceitos do projeto da edificação ou dos espaços livres públicos e privados a ser realizada por profissional habilitado

3.54 estudo preliminar arquitetônico (EP-ARQ): etapa destinada ao dimensionamento preliminar dos conceitos do projeto arquitetônico da edificação e anexos necessários à compreensão da configuração da edificação, podendo incluir alternativas de projetos. Alternativa A.

3.55 estudo preliminar dos projetos complementares (EP-COMP): etapa destinada ao dimensionamento preliminar dos conceitos do projeto da edificação ou dos espaços anexos, a ser realizada por profissional habilitado.

3.67 levantamento de informações preliminares (LV-PRE): etapa destinada à coleta das informações de referência que representem as condições preexistentes, de interesse para instruir a elaboração do projeto. Alternativa D.

3.68 levantamento de informações técnicas e específicas (LVIT-ARQ): obtenção das informações técnicas aplicadas necessárias ao desenvolvimento do projeto. Alternativa E.

Conforme o exposto nos itens 3.54 (alternativa A), 3.50 (alternativa B - correta), 3.52 (alternativa C), 3.67 (alternativa D) e 3.68 (alternativa E), verifica-se que o que foi apresentado nas razões recursais é IMPROCEDENTE. Um dos motivos se deu a não observância da palavra “respectivos” (item 3.52) o que diferencia as duas etapas, EV-EDIF e EVE, devendo assim o gabarito ser mantido.

Fonte:

- ABNT NBR 16636-1:2017. Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia. Pág. 6, 7, 9.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>64</b>	<b>67</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo as fontes apresentadas, tem-se que:

Afirmativa I – Incorreta. Pode-se basear a eficiência energética em dois pontos: a construção e a operação do edifício. O grande desafio dos engenheiros e arquitetos é encontrar o balanço ideal entre estes dois pilares. As simulações realizadas com a ajuda de ferramentas BIM aceleram o processo e aumentam a quantidade e a qualidade dos dados, para que sejam tomadas melhores decisões na “fase inicial de execução do projeto” (incorreto). O que tornaria a afirmativa correta seria para que sejam tomadas melhores decisões “nas fases de projeto” e não de execução.

Afirmativa II – Correta. Simulação de iluminação: A qualidade da iluminação dos ambientes é mais um desafio na concepção dos edifícios. As ferramentas BIM permitem simular diferentes tipos de lâmpada, a altura e a disposição das mesmas, verificar diferentes cores e materiais de revestimentos, simular diferentes tamanhos e tipos de aberturas nos ambientes, analisando a quantidade de lux distribuída, e ainda a utilização de sombreamento – brises ou cortinas.

Afirmativa III – Incorreta. Os softwares paramétricos destinados a uma arquitetura sustentável podem apresentar modos de conceber, visualizar, gerar, desenhar e modelar formas físicas a partir de elementos naturais, onde cadeias de informação permitem que a forma se torne arquitetura com uma maior precisão, maior sustentabilidade, mais eficiência. O que torna a alternativa incorreta é o texto “ Uma desvantagem é que os estudos paramétricos não permitem a obtenção de mobiliários urbanos.

Afirmativa IV – Correta. Simulação de cargas térmicas durante a operação: As ferramentas BIM permitem fazer simulações de cargas térmicas de aquecimento e resfriamento, que sofrem influências pelos ganhos de calor internos devido ao número de ocupantes e padrões de uso e operação da edificação e seus sistemas (iluminação e equipamentos). Estas variam em diferentes estações do ano, dependendo da orientação das fachadas, que podem ter insolação direta ou que não pegam muito sol.

Afirmativa V – Incorreta. Uma vantagem da arquitetura paramétrica, pode ser vista no momento em que uma mesma programação consegue gerar milhões de hipóteses diferentes a partir de vários parâmetros que mudam de acordo com seu contexto de inserção projetual, cada vertente de escolha do algoritmo pode gerar um novo ativo que em questões de minutos pode ser testado de diferentes formas para estudar múltiplas possibilidades de projeto dentro das premissas condicionadas na programação. A alternativa V torna-se incorreta, no momento diz que a” desvantagem é não possuir interface com o sistema BIM”.

Fontes:

- <https://www.bimexperts.com.br/post/bim-e-sustentabilidade>
- <https://spbim.com.br/arquitetura-parametrica/>
- <https://thorusengenharia.com.br/como-o-bim-pode-melhorar-a-eficiencia-energetica-dos-edificios/>
- SACKS, R.; et al. Manual de BIM: Um Guia de Modelagem da Informação da Construção para Arquitetos, Engenheiros, Gerentes, Construtores e Incorporadores. Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo A, 2021.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>67</b>	<b>70</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo a ABNT NBR 16636-2:2017 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico, pág. 12, item 7.3.2 As condições de coordenação geral das demais atividades técnicas do projeto, e cronograma de atividades elaborado por profissional habilitado, de acordo com a complexidade de cada projeto, envolvendo (de acordo com cada caso) as seguintes especialidades:

- fundações;
- estruturas;
- sistemas de instalações prediais e de segurança;
- iluminação e luminotécnica;
- comunicação visual;
- arquitetura paisagística e paisagismo das áreas externas;
- impermeabilização;

- h) equipamentos eletromecânicos;
- i) leiaute e mobiliário acessório (Design de Interiores);
- j) acústica.

Conforme o exposto, acústica é a última das 10 especialidades apresentadas, diferentemente do que a razão recursal dispõe, que o que torna o recurso IMPROCEDENTE, devendo o gabarito ser mantido.

Fonte:

- ABNT NBR 16636-2:2017. **Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico.** Pág. 12.

#### Cargo: Analista do Executivo – Artes Plásticas ou Artes Visuais

<b>BRANCA</b>
<b>10</b>

#### **Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada.**

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República.** 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

<b>BRANCA</b>
<b>13</b>

#### **Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

#### **Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

BRANCA
3

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo Pasquale e Ulisses (3003, p. 510), “crase é palavra de origem grega e significa ‘mistura’, ‘fusão’. Nos estudos de língua portuguesa, é o nome que se dá à fusão de duas vogais idênticas.” Para se usar adequadamente a crase, é necessário verificar a ocorrência de uma preposição e um artigo ou pronome.

I. INCORRETO: Apenas em 1e 2 o emprego da crase se justifica por um princípio de regência verbal.

II. CORRETO: A crase deve ser empregada junto a algumas locuções conjuncionais. Nas orações em que aparecem um termo regido pela preposição “a” acompanhado de locuções conjuncionais, o acento grave indicativo da crase é obrigatório. Isso, porém, só se dá se a palavra seguinte à locução for feminina e puder vir acompanhada por determinantes (artigo, por exemplo). Na Língua Portuguesa somente duas locuções conjuncionais se enquadram nesse emprego da crase. São elas: “à medida que” e “à proporção que”.

III. INCORRETO: em 1, se a expressão “a criança” estivesse no plural – “as crianças” –, o “as” deveria, obrigatoriamente, receber o acento grave para que o enunciado ficasse gramaticalmente correto.

IV. CORRETO: Em 2, se o “as” que antecede “emoções” estivesse no singular (“a”), não poderia haver o emprego da crase. Portanto, o adequado seria: “a emoções da criança”. Portanto, o gabarito é letra C.

Fonte:

- PASQUALE & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

BRANCA
10

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada**.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA
13

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA
14

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correto que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não

necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>
<b>16</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 12 da Constituição Federal disciplina a respeito do tema nacionalidade. O § 4º do referido dispositivo estabelece as hipóteses em que poderá ser declarada a perda da nacionalidade brasileira, ainda que de brasileiro nato. Portanto, mesmo que brasileiro nato, perderá a nacionalidade aquele que adquirir outra, salvo se a adquirir quando houver reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. Sendo assim, Carla poderá adquirir outra nacionalidade, desde que esteja dentro das exceções previstas na Constituição Federal, a exemplo da imposição como condição para o exercício de direitos civis.

Fonte:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

<b>BRANCA</b>
<b>20</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois, se um estado da região Sul também tiver até 12 deputados federais, a fórmula do cálculo de deputados estaduais será a mesma aplicável ao estado do Espírito Santo que também tem até doze. A assertiva “B” é falsa, pelas mesmas razões explanadas na assertiva “A”. A assertiva “C” é verdadeira, pois se Alagoas também tem até 12 deputados, a forma de cálculo é igual à aplicável ao Espírito Santo. A assertiva “D” é falsa, pois a fórmula do cálculo será igual. A assertiva “E” é falsa pois, como Minas Gerais tem mais de 12 deputados federais a fórmula de cálculo será diferente, conforme art. 27 da Constituição Federal. A questão não exige conhecer o número de deputados das regiões Sul e Norte, trata-se apenas de raciocínio lógico. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 27.

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

<b>BRANCA</b>
<b>25</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois os Municípios não podem instituir Tribunais de Contas. A assertiva “B” é verdadeira, pois a revogação é o desfazimento de atos administrativos por critério de conveniência e oportunidade e esta competência discricionária não se transfere ao Poder Judiciário. O Poder Judiciário examina a ilegalidade dos atos, deste modo, o comando de desfazimento denomina-se anulação. As assertivas “C” e “D” são falsas, pois um ato só pode ser susgado ou suspenso “após existir”, o que significa dizer que o controle é posterior. A assertiva “E” é falsa, pois apenas a própria Administração ou o Poder Judiciário podem anular os referidos atos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

<b>BRANCA</b>
<b>37</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Edgar H. Schein todos os itens da questão estão corretos conforme afirmado a seguir:

- CORRETO => Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importante em termos da dinâmica cultura de uma dada organização.
- CORRETO => Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.
- CORRETO => O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
- CORRETO => A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelado por um questionário.
- CORRETO => Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – *Cultura Organizacional e Liderança* – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 192.

<b>BRANCA</b>
<b>44</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um equívoco no uso das palavras organizador (no comando) e editor (na alternativa), razão pela qual a questão foi anulada.

Fonte:

- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade; BORGES, Stella Maris (colab.). **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 10. ed.; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2021. 250 p.



<b>BRANCA</b>
<b>50</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“São formadas por meio de termos que aparecem em certos recortes da literatura científico-tecnológica (grifo nosso), onde são isolados do texto em que ocorrem, a fim de que cada um deles possua definição própria, em uma tentativa de controlar ambiguidades entre eles” está correta, e afirma que não é só na literatura científico-que se encontram termos para a linguagem de indexação. A afirmativa não traz esta ideia de limitação.

Fonte:

- ARAUJO JUNIOR, Rogerio Henrique. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. 175p.

<b>BRANCA</b>
<b>59</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso aponta erro no enunciado argumentando que a questão está incompleta pois faltou a alternativa E, porém, tal ausência da alternativa foi mero erro material que não impactou na resolução da questão, de maneira que a alternativa correta a ser marcada encontra-se na alternativa A, sendo esta única sequência correta a ser marcada, razão pela qual o gabarito permanece inalterado.

<b>BRANCA</b>
<b>61</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão foi elaborada tendo em vista o tópico do conteúdo programático divulgado no edital do concurso: Organização de serviços de notificação corrente (serviços de alerta), disseminação seletiva da informação (DSI) — estratégia de busca de informação, planejamento e etapas de elaboração, atendimento ao usuário, estudo de usuário. O foco está no planejamento e etapas de elaboração de um serviço de DSI. O enunciado da questão descreve um processo desenvolvido na etapa de estruturação: as atividades de definição da representação da linguagem do sistema, do suporte do pacote informacional e da padronização dos campos que o usuário tem interesse de receber. As alternativas de resposta indicam processos para que seja selecionada a alternativa que completa corretamente o texto. A normatização corresponde ao processo descrito no enunciado e, assim, a alternativa que deve ser assinalada é D. O recurso alega erro na divulgação do gabarito, mas não indica qual a alternativa considera correta. Apenas faz algumas afirmativas a respeito de processos que são indicados em duas das alternativas: categorização (alternativa incorreta) e normatização (alternativa correta) sem, contudo, relacioná-las ao conteúdo da questão.

Fonte:

- SOUTO, L. F. **Informação seletiva, mediação e tecnologia: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. p 106.

<b>BRANCA</b>
<b>62</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão foi elaborada tendo em vista o tópico do conteúdo programático divulgado no edital do concurso: Organização de serviços de notificação corrente (serviços de alerta), disseminação seletiva da informação (DSI) — estratégia de busca de informação, planejamento e etapas de elaboração, atendimento ao usuário, estudo de usuário. O foco está no planejamento de um serviço de DSI, mais especificamente em critérios utilizados para a classificação do serviço. Ou seja, o conteúdo a ser disseminado foi o foco utilizado na análise do serviço citado no enunciado. De

acordo com Souto (2010) a classificação de um serviço de disseminação seletiva de informações que planeja manter o usuário atualizado sobre temas de seu interesse notificando-o sobre detalhes do cotidiano, acontecimentos, eventos e programação cultural como um serviço geral atende ao critério indicado na alternativa C) Natureza do conteúdo. As demais alternativas indicam outros critérios de classificação. O recurso alega erro na divulgação do gabarito e indica como correta a alternativa E) Abrangência dos perfis. Entretanto, a argumentação utilizada aborda o perfil dos usuários e não os critérios de classificação do serviço que constituem o foco da questão. Desse modo não fica caracterizado erro na divulgação do gabarito. Face ao exposto, o recurso é improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- SOUTO, L. F. **Informação seletiva, mediação e tecnologia: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

<b>BRANCA</b>
<b>65</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A atualidade, embora seja um dos critérios de seleção citados por autores da área, não tem a característica solicitada no enunciado da questão que é possibilitar a comparação de dados coletados por diversos órgãos. A questão, que busca verificar o conhecimento a respeito das Fontes de informação gerais e especializadas e de Desenvolvimento de coleções, foi elaborada tendo como base o livro Manual de fontes de informação de autoria de Murilo Bastos da Cunha. Ao abordar as características dos dados estatísticos, esse autor afirma a respeito da padronização: “os dados coletados por diversos órgãos devem obedecer a um padrão mínimo para possibilitar uma comparação entre eles.” Verifica-se assim que a padronização é a característica que está de acordo com a situação descrita no enunciado. O recurso apresenta ainda o argumento que a padronização não é citada na literatura da área como um critério de seleção e apresenta os critérios de dois relevantes autores como justificativa. Mas, esses são critérios que dizem respeito á publicações de modo geral enquanto a situação descrita é específica para o caso de fontes primárias de informação estatística, que exige a observação de determinadas características. Essas peculiaridades são abordadas em publicações sobre fontes de informação especializadas como a que fundamenta a questão. Face ao exposto, o recurso não procede e o gabarito preliminar divulgado está correto e deve ser mantido.

Fonte:

- CUNHA, Murilo Bastos da. **Manual de fontes de informação**. Brasília: Briquet de Lemos. 2020. p. 136.

<b>BRANCA</b>
<b>67</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O gabarito preliminar divulgado indica como correta a alternativa: B) A primeira afirmativa é falsa e a segunda, verdadeira. A fundamentação do recurso consiste em alegar que as duas afirmativas são falsas e, portanto, há erro na divulgação do gabarito. A primeira afirmativa é mesmo falsa, pois os órgãos colecionadores fazem a seleção de seu acervo e não acumulam documentos de forma orgânica formando fundos documentais. Na realidade essa é a metodologia de formação do acervo dos arquivos. Entretanto, a argumentação que a segunda afirmativa é falsa não procede. O recurso procura demonstrar que a afirmativa é falsa utilizando um trecho de Castro e Gastaud (2017), que trata das similaridades e diferenças entre arquivos, bibliotecas e museus mas não apresenta evidências que a afirmativa é falsa. Pelo contrário, mais adiante nesse texto as autoras citam Tessitore (2003) para explicar que “os centros de documentação são órgãos colecionadores e fazem referência a uma área específica, ou seja, é uma característica desses locais a especialização em uma área de conhecimento e a partir disso a seleção de seu acervo e a definição de suas funções de pesquisa, bem como a composição de sua equipe técnica científica.” Assim, verifica-se que a segunda afirmativa é verdadeira evidenciando que não há erro no gabarito divulgado. Face ao exposto, o recurso é improcedente e o gabarito preliminar deve ser confirmado.

Fonte:

- CASTRO, Renata Brião de; GASTAUD, Carla Rodrigues. O que são centros de documentação? O caso do Centro

<b>BRANCA</b>
<b>69</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o Art. 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 179, de 26 de maio de 2017, “ O Sistema CFB/CRB é constituído pelos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia, estrutura administrativa criada para favorecer o planejamento e a execução de ações articuladas dirigidas à fiscalização do exercício da profissão de Bibliotecário no Brasil.” Assim, a alternativa correta e que deve ser assinalada é D. O recurso alega mais de uma resposta correta, mas não apresenta argumentos nesse sentido e também não indica quais alternativas deveriam ser consideradas corretas. Apenas faz algumas afirmativas a respeito da Resolução CFB nº 207/2018 sem, contudo, relacioná-la ao conteúdo da questão, o que torna o recurso prejudicado. Face ao exposto, o recurso está prejudicado e o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução n.º 207 de 9 de novembro de 2018**. Dispõe sobre Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 de nov. 2018, Seção 1, págs.155 e 156.
- CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução n.º 179 de 26 de maio 2017**. Aprova o Regimento Interno. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 de jun. 2017, Seção 1, págs.120 a 128.

**Cargo: Analista do Executivo - Ciências Contábeis**

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>3</b>	<b>6</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo Pasquale e Ulisses (3003, p. 510), “crase é palavra de origem grega e significa ‘mistura’, ‘fusão’. Nos estudos de língua portuguesa, é o nome que se dá à fusão de duas vogais idênticas.” Para se usar adequadamente a crase, é necessário verificar a ocorrência de uma preposição e um artigo ou pronome.

I. INCORRETO: Apenas em 1e 2 o emprego da crase se justifica por um princípio de regência verbal.

II. CORRETO: A crase deve ser empregada junto a algumas locuções conjuncionais. Nas orações em que aparecem um termo regido pela preposição “a” acompanhado de locuções conjuncionais, o acento grave indicativo da crase é obrigatório. Isso, porém, só se dá se a palavra seguinte à locução for feminina e puder vir acompanhada por determinantes (artigo, por exemplo). Na Língua Portuguesa somente duas locuções conjuncionais se enquadram nesse emprego da crase. São elas: “à medida que” e “à proporção que”.

III. INCORRETO: em 1, se a expressão “a criança” estivesse no plural – “as crianças” –, o “as” deveria, obrigatoriamente, receber o acento grave para que o enunciado ficasse gramaticalmente correto.

IV. CORRETO: Em 2, se o “as” que antecede “emoções” estivesse no singular (“a”), não poderia haver o emprego da crase. Portanto, o adequado seria: “a emoções da criança”. Portanto, o gabarito é letra C.

Fonte:

- PASQUALE & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

BRANCA	VERDE
5	2

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE
8	1

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Pode-se construir a coesão do texto por meio de vários recursos. A ordem das palavras no período, as marcas de gênero e de número, as preposições, os pronomes pessoais, os tempos verbais, os conectivos funcionam também como elos coesivos. Cada um desses elementos gramaticais estabelece conexões, articulações, ligações, concatenando as ideias. Ou seja, a estrutura gramatical das frases trata de criar coesão entre os constituintes de um texto. Um exemplo disso é a concordância. Sempre que respeitamos a concordância, estamos reforçando a coesão.

Em relação à passagem destacada, a locução verbal é constituída pelo verbo auxiliar “poder” mais o verbo principal “haver”, que possui uma concordância especial. O verbo “haver”, no sentido de “existir”, é impessoal. Por isso, a locução verbal “pode haver” permanece no singular. No entanto, se substituirmos o verbo “haver” pelo verbo “existir”, a concordância deverá ser no plural. Sendo assim, a locução ficará “podem existir”. Portanto, o gabarito é letra C.

Fonte:

- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.
- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática. Teoria e prática**. 25ª Ed. São Paulo: Atual, 1999.
- PASQUALE & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

BRANCA	VERDE
9	10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As alternativas A, B, C e E descrevem corretamente as características dos gêneros da correspondência oficial. De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), a descrição da letra B se refere ao gênero requerimento e não ao memorando, que se caracteriza por ser uma comunicação ágil e fundamentalmente interna, feita entre as unidades administrativas de um mesmo órgão, sendo elas de mesmo nível ou até de níveis diferentes. Além disso, o caráter pode ser administrativo ou até envolver projetos, ideias e diretrizes a serem adotados em certa instância do serviço público. Portanto, a alternativa correta, conforme o solicitado pelo comando da questão, é letra D.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE
10	9

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada**.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE
13	12

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA	VERDE
14	15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correto que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>16</b>	<b>17</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 12 da Constituição Federal disciplina a respeito do tema nacionalidade. O § 4º do referido dispositivo estabelece as hipóteses em que poderá ser declarada a perda da nacionalidade brasileira, ainda que de brasileiro nato. Portanto, mesmo que brasileiro nato, perderá a nacionalidade aquele que adquirir outra, salvo se a adquirir quando houver reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. Sendo assim, Carla poderá adquirir outra nacionalidade, desde que esteja dentro das exceções previstas na Constituição Federal, a exemplo da imposição como condição para o exercício de direitos civis.

Fonte:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>18</b>	<b>16</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 18, § 4º da Constituição Federal prevê a possibilidade de criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, com consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Contudo, a lei complementar de que trata o referido dispositivo ainda não foi editada. Houve a tentativa de dois projetos de lei complementar para tratar da matéria, entretanto, ambos foram vetados pelo Presidente da República. Ocorre que, mesmo sem a regulamentação por lei complementar, diversas leis estaduais foram editadas para tratar da matéria, o que afrontava diretamente o texto constitucional. Com isso, algumas ADI foram propostas perante o STF, questionando a validade das referidas leis estaduais. Para contornar a inconstitucionalidade, o Poder Legislativo emendou o texto constitucional que acrescentou o art. 96 do ADCT, convalidando os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios até 31/12/2006. O tema abordado está relacionado à Organização do Estado, art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil. A Constituição Federal é composta de preâmbulo, corpo normativo e ADCT. O tópico 1 do cronograma de matérias do edital especifica: “1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”.

Fonte:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>20</b>	<b>19</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois, se um estado da região Sul também tiver até 12 deputados federais, a fórmula do cálculo de deputados estaduais será a mesma aplicável ao estado do Espírito Santo que também tem até doze. A assertiva “B” é falsa, pelas mesmas razões explanadas na assertiva “A”. A assertiva “C” é verdadeira, pois se Alagoas também tem até 12 deputados, a forma de cálculo é igual à aplicável ao Espírito Santo. A assertiva “D” é falsa, pois a fórmula do cálculo será igual. A assertiva “E” é falsa pois, como Minas Gerais tem mais de 12 deputados federais a fórmula de cálculo será diferente, conforme art. 27 da Constituição Federal. A questão não exige conhecer o número de deputados das regiões Sul e Norte, trata-se apenas de raciocínio lógico. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 27.

BRANCA	VERDE
22	25

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

BRANCA	VERDE
23	21

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o servidor efetivo pode ser estável ou ainda estar em estágio probatório A assertiva “B” é falsa pois o servidor pode ser estável por força do art. 19 do ADCT da Constituição e não ter sido aprovado em concurso público. A assertiva “C” é falsa, pois o servidor, seja estável ou não, pode ser exonerado por insuficiência de desempenho, conforme art. 41 ou por excesso de despesa de pessoal, art. 169, ambos da Constituição. A assertiva “D” é falsa, pois o servidor estável demitido injustamente pode ser reintegrado ao cargo, art. 41 da Constituição. A assertiva “E” é verdadeira pois todo servidor, estável ou não, pode ser demitido pela prática de infrações disciplinares. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal e Regime Jurídico dos Servidores Públicos.

BRANCA	VERDE
25	24

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois os Municípios não podem instituir Tribunais de Contas. A assertiva “B” é verdadeira, pois a revogação é o desfazimento de atos administrativos por critério de conveniência e oportunidade e esta competência discricionária não se transfere ao Poder Judiciário. O Poder Judiciário examina a ilegalidade dos atos, deste modo, o comando de desfazimento denomina-se anulação. As assertivas “C” e “D” são falsas, pois um ato só pode ser susgado ou suspenso “após existir”, o que significa dizer que o controle é posterior. A assertiva “E” é falsa, pois apenas a própria Administração ou o Poder Judiciário podem anular os referidos atos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE
26	30

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois os benefícios calculados pela média são reajustados por índice legal geral e não por paridade com o servidor da ativa (art. 24-A, § 6º). A assertiva “B” é falsa, pois a idade de aposentação da professora é de 57 anos (art. 24, §2º, IV). A assertiva “C” é verdadeira, pois a aposentadoria por invalidez pode ser revista em caso de o servidor recuperar as condições de trabalho (art. 28, pu). A assertiva “D” é falsa, pois o valor dos proventos corresponde à média de 100% do período contributivo (art. 24-A). A assertiva “E” é falsa, pois o servidor que requerer a aposentadoria pode se afastar do cargo a partir da data do requerimento (art. 25, §3º) RECURSO IMPROCEDENTE.

## GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

BRANCA	VERDE
27	28

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o benefício de licença maternidade é custeado com recursos do Tesouro e não do RPPS (art. 3º). A assertiva “B” é verdadeira, pois a pensão por morte é devida aos filhos menores de idade seja de servidor ativo ou inativo, na hipótese, falecida no mês anterior ao requerimento. Saliente-se que se o candidato interpretou “mês anterior”, com anterior ao implemento de idade, ainda assim a resposta é a mesma (art. 5º). A assertiva “C” é falsa, pois o agente político não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “D” é falsa, pois o ocupante exclusivamente de cargo em comissão não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “E” é falsa, pois o benefício de auxílio doença não é custeado com recursos do RPPS (art. 3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

BRANCA	VERDE
31	34

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes. A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171

BRANCA	VERDE
32	37

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Acerca dos níveis da cultura o autor Edgar H. Schein afirma que:

Artefatos => Estruturas e processos organizacionais visíveis.

Crenças e valores expostos => Estratégias, metas, filosofias.

Suposições Básicas => Crenças, percepções, pensamentos e sentimentos.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 24.



<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>33</b>	<b>39</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que a centralização de controle, como o termo sugere, consiste na centralização do gerenciamento de processos e das tomadas de decisão nas mãos de uma área específica ou de um grupo de pessoas da empresa. Os princípios são claros em descentralizar e não centralizar.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 247.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>36</b>	<b>33</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com os autores Idalberto Chiavenato e Arão Sapiro para sua estratégia organizacional, o Balanced Scorecard (BSC) habilita a organização a alinhar e focar suas equipes de executivos, unidades de negócios, recursos humanos, Tecnologia da Informação e Recursos Financeiros. O item independência, autonomia e autocontrole está vinculado ao item Empreendedorismo Corporativo e não ao BSC, conforme conceituado a seguir:

Empreendedorismo Corporativo

- Fomentando o espírito empreendedor na organização: partindo do pressuposto de que a motivação para realização – ou impulso para melhorar – é fundamental para os empreendedores, procurou-se definir um modelo de treinamento de motivação para a realização, no sentido de desenvolver essa característica e fazê-la aplicável nas situações típicas das organizações. O segundo passo foi desenvolver um projeto de seleção e desenvolvimento de empreendedores (baseado em um estudo realizado em 34 países) para criar os instrumentos adequados de seleção e treinamento. O programa foi lançado por meio de um convenio entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae). Segundo o modelo, as principais características que um empreendedor bem-sucedido deve possuir ou desenvolver são as seguintes:
  - Iniciativa e busca incesante de oportunidades.
  - Perseverança
  - Comprometimento
  - Busca de qualidade e eficiência
  - Coragem para assumir riscos, mas calculados
  - Fixação de metas objetivas
  - Busca e coleta de informações
  - Planejamento e monitoração sistemáticos, isto é, detalhamento de planos e controles
  - Capacidade de persuasão e de estabelecer redes de contatos pessoais.
  - **Independência, autonomia e autocontrole.**

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto e SAPIRO, Arão – Planejamento Estratégico – da intenção aos resultados – Conhecendo e aplicando o processo proativo de alcançar os objetivos estratégicos desejados. – 4ª Edição – 2020 – São Paulo – Editora Grupo Gen / Atlas = Pág. 233.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>37</b>	<b>35</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Edgar H. Schein todos os itens da questão estão corretos conforme afirmado a seguir:

- I. CORRETO => Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importante em termos da dinâmica cultura de uma dada organização.
- II. CORRETO => Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.
- III. CORRETO =>O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
- IV. CORRETO => A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelado por um questionário.
- V. CORRETO => Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 192.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>41</b>	<b>47</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.**

Segundo o Manual de Procedimentos (Receitas Públicas, 2014), conforme os conceitos contábeis e orçamentários estabelecidos, a Receita Pública pode ou não provocar variação na situação patrimonial líquida, classificando-se em: Receita Pública Efetiva - os ingressos de disponibilidades de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes e por isto alteram a situação líquida patrimonial; e, Receita Pública Não-Efetiva ou por Mutação Patrimonial - os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito e por isto não alteram a situação líquida patrimonial.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2021), Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes; já Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.

Conforme o Manual Técnico de Orçamento (2022), as Receitas Correntes são aquelas arrecadadas dentro do exercício, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido, enquanto as Receitas de Capital aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, mas não gera efeitos sobre o Patrimônio Líquido.

As Receitas Orçamentárias Efetivas constituem-se em um fato contábil modificativo aumentativo, como é o caso das receitas correntes, com exceção da Dívida Ativa; já as Receitas Orçamentárias Não Efetivas constituem-se em uma permuta patrimonial, como é o caso das Receitas de Capital, com exceção das Transferências de Capital.

Dessa forma, as afirmativas I e II estão incorretas, no caso da primeira pelo apontamento das doações de bens e direitos como receitas extraorçamentárias e da segunda por apresentar características de Receitas Não Efetivas.

Portanto, o gabarito da questão deve ser alterado de “C) I e IV, apenas” para **“D) III e IV, apenas”**.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial do Tesouro Nacional e Orçamento. **Manual Técnico de Orçamento – MTO 2022**. Brasília, 2022.
- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 9 ed. Brasília, 2021.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas Públicas: Manual de Procedimentos**. Brasília, 2001.

BRANCA	VERDE
42	44

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2022, p. 172): “O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das VPA e o valor total das VPD, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período. Caso o total das VPA sejam superiores ao total das VPD, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

Conforme os dados da questão temos que:

- VPA = Impostos, taxas e contribuições de melhoria + Contribuições + Exploração e venda de bens, serviços e direitos + Transferências e delegações recebidas + Remuneração de aplicações financeiras + Valorização e ganhos com ativos
- $VPA = 3.300 + 5.800 + 1.100 + 6.700 + 900 + 4.200 = 22.000$
- VPD = Pessoal e encargos + Benefícios previdenciários e assistenciais + Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo + Transferências e delegações concedidas + Juros e encargos de mora
- $VPD = 2.400 + 1.600 + 6.500 + 5.700 + 1.300 = 17.500$
- Resultado Patrimonial = VPA – VPD
- Resultado Patrimonial =  $22.000 - 17.500 = 4.500$

Assim, o resultado encontrado correspondente à letra “C) Superávit de R\$ 4.500,00”.

Portanto, por não apresentar equívoco ou vício, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 9 ed. Brasília, 2021.

BRANCA	VERDE
43	49

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão versa sobre a mensuração de ativos após o reconhecimento inicial pelo método da reavaliação e traz a seguinte informação:

Valor histórico	R\$ 10.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 3.000,00
Valor do bem no laudo	R\$ 12.000,00

Solicita que seja apontado o Valor a ser reavaliado = valor da nova avaliação – valor contábil líquido =  $12.000 - (10.000 - 3.000) = 5.000$

Considerando que no enunciado é apresentado do “valor do bem no laudo”, infere-se que o bem já foi objeto de reavaliação, cujo valor corresponde a diferença entre o valor contábil líquido e aquele apresentado no laudo e que indica o valor a ser reavaliado, ou seja, a ser registrado como resultado da reavaliação.

Nesse sentido, conforme a NBC TSP 047 – Ativo Imobilizado: “ 50. Quando o item do ativo imobilizado é reavaliado, o valor contábil do ativo deve ser ajustado para o **valor reavaliado**”.

Em exemplo apresentado pela Confederação Nacional de Municípios – CNM (2012), vemos a seguinte estrutura e **termos técnicos**:

Valor da nova avaliação	90.000,00
Valor contábil líquido	60.000,00
<b>Valor a ser reavaliado</b>	30.000,00

Para apurar o valor reavaliado parte-se do novo valor do bem apresentado pelo laudo (R\$ 90.000,00) deduzido do valor contábil líquido (R\$ 60.000,00), **sendo a diferença o valor a ser reavaliado** (R\$ 30.000).

Portanto, não verificou-se equívoco ou vício na questão, que apresenta de forma clara e em termos técnicos as informações, o comando e as alternativas, devendo ser a questão e o gabarito mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 9 ed. Brasília, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado**.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Parte 3 - Procedimento contábil da reavaliação**. Disponível em: [https://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/parte\\_3\\_reavaliacao\\_.pdf](https://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/parte_3_reavaliacao_.pdf). Acesso em 26 de janeiro de 2023.

BRANCA	VERDE
46	42

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme a NBC TSP – Estrutura Conceitual: “Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade da relação entre dois ou mais itens de informação [...] A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. Os RCPGs devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. [...] Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

Segundo o MCASP (2021) “Compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado, devendo as demonstrações contábeis apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil. Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos”.

De acordo com as informações da questão: Característica qualitativa da informação contábil que possibilita a identificação e compreensão de similaridades dos itens bem como diferenças entre os mesmos = COMPARABILIDADE; Característica qualitativa da informação contábil que refere-se à qualidade da informação contábil que permite aos usuários compreenderem seu significado e é aprimorada quando a informação é apresentada de forma clara e sucinta = COMPREENSIBILIDADE; Característica qualitativa da informação contábil que significa ter a informação disponível para os usuários antes que ela perca sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil = TEMPESTIVIDADE.

Dessa forma, a única alternativa correta corresponde à letra “D) I. Comparabilidade II. Compreensibilidade III. Tempestividade”.

Portanto a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 9 ed. Brasília, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP – Estrutura conceitual**.

BRANCA	VERDE
47	54

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (2021), a dívida pública consolidada ou fundada constitui-se no montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas sob a forma de Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Precatórios Judiciais (posteriores a 05/2000) e Outras Dívidas.

Segundo a Resolução nº. 40/2001: “Art. 1º [...] V - dívida consolidada líquida: dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros”.

O cálculo da Dívida Consolidada Líquida é dada por:

$DCL = \text{Dívida Consolidada} - \text{Deduções (Disponibilidades de Caixa + Demais haveres Financeiros)}$

Na questão em voga, foram apresentadas as seguintes informações: Dívida Consolidada Líquida = 30.000;

Disponibilidades Financeiras = 7.200; Haveres Financeiros = 1.500; tendo sido solicitado o valor da Dívida Consolidada. Considerando a fórmula apresentada:

$DCL = \text{Dívida Consolidada} - \text{Deduções (Disponibilidades de Caixa + Demais haveres Financeiros)}$

$DC = DCL + \text{Deduções} = 30.000 + 8.700 = 38.700$

Dessa forma, tendo sido apresentado o valor da Dívida Consolidada Líquida, a solicitação é de apontar o valor correto da Dívida Consolidada (bruta) e o cálculo deve ser feito somando-se as deduções ao valor líquido.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 9 ed. Brasília, 2021.
- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Demonstrativos Fiscais**. 12 ed. Brasília, 2021.
- BRASIL. **Resolução nº. 40 de 9 de abril de 2002**. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal.

BRANCA	VERDE
50	44

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o MCASP (2021): “Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa [...] Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade. Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa. Atividades operacionais são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento. A DFC deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade: a. operacionais; b. de investimento; e, c. de financiamento.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem sua estrutura em fluxos elemento básico de seu conhecimento, não sendo passível de interferir na interpretação e resolução da questão.

Há ainda que ressaltar-se que no comando são solicitados os valores “do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais, de Investimento e de F (inanciamento)”, implicando no fato de que, encontrando-se corretamente o Fluxos das Atividades Operacionais e os de Investimentos, a diferença corresponde às informações para o Fluxo das Atividades de Financiamento, conforme apontado na alternativa C).

Portanto, não verificou-se vício ou equívoco que prejudicasse a resolução da questão devendo a mesma e seu gabarito serem mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 9 ed. Brasília, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC TSP 12** – Demonstração dos fluxos de caixa.

BRANCA	VERDE
54	41

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O índice de liquidez seca objetiva calcular a capacidade de pagamento empresarial desconsiderando os seus estoques, visando medir o grau de excelência da situação financeira da empresa (MARION, 2019; ASSAF NETO, 2015). O cálculo do indicador é realizado através da seguinte fórmula:  $\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$ . Os dados fornecidos na questão são: Ativo Circulante: R\$ 32.000,00; Estoques: R\$ 10.000,00; **Passivo Circulante: R\$ 24.000,00**; Passivo não Circulante: R\$ 36.000,00; Passivo Total: R\$ 80.000,00. Com a utilização da fórmula temos:

$LS = \frac{AC - \text{Estoques}}{PC}$

LS = (32.000 – 10.000) / 24.000 = 22.000/24.000 = 0,92.

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BRANCA	VERDE
55	48

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a Lei nº. 6.404/76: “Art. 187. [...] § 1º **Na determinação do resultado do exercício** serão computados: a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e, b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Conforme a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: “88. Todos os **itens de receitas e despesas reconhecidos no período devem ser incluídos no resultado líquido do período** a menos que uma ou mais normas, interpretações e comunicados técnicos requeiram ou permitam procedimento distinto”.

A **Receita Bruta de Vendas corresponde ao total de produtos, mercadorias e/ou serviços vendido no período**. As Deduções da Receita correspondem aos ajustes de devoluções de vendas, impostos incidentes sobre vendas, abatimentos, etc., realizados sobre a Receita Bruta de Vendas para que se possa apurar a Receita Líquida de Vendas. Já o Lucro ou Resultado Bruto corresponde a diferença entre a Receita Líquida de Vendas e o Custo das Vendas (CPV, CMV, CSP) (MARION, 2016).

Em relação às nomenclaturas das contas contábeis ressalta-se que dependem do Plano de Contas de cada organização, não havendo determinação ou normativa que aponte quais termos devem ser utilizados, mas sim que sejam claros e definam objetivamente o elemento a que se refere. O estabelecido no CPC 30 – Receitas, revogado em 01/01/2018, aponta que o **pronunciamento** tem o alcance de todas as receitas de vendas de bens ou serviços, não implicando tal aplicação à nomenclatura dos termos.

Assim, os termos Receita Bruta de Vendas e Receita Líquida de Vendas são genéricos, mas encontrados em muitos Planos de Contas empresariais, referindo-se o primeiro a soma de todas as vendas realizadas durante um período e o segundo à diferença entre o valor bruto e as Deduções da Receita, que correspondem às despesas ou custos que diminuem o saldo das vendas (GELBCKE *et al.*, 2018).

Portanto, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

Fontes:

- BRASIL. **Lei nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis**.
- GELBCKE, E. R. et al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BRANCA	VERDE
56	64

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.**

Apenas a letra “D” atende ao comando da questão. Ocorreu erro na divulgação do gabarito. Vide distratores a seguir.

**DISTRATORES**

**Alternativa A - VERDADEIRO.**

04.00.01.01 Conteúdo do Relatório

O Relatório de Gestão Fiscal conterá demonstrativos comparativos com os limites de que trata a LRF, dos seguintes montantes: a) despesa total com pessoal, evidenciando as despesas com ativos, inativos e pensionistas; b) dívida consolidada líquida; c) concessão de garantias e contragarantias; e d) operações de crédito.

**Alternativa B - VERDADEIRO.****04.00.00 PARTE IV RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

Estão obrigados a emitir o Relatório de Gestão Fiscal a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estando compreendido:

[...]

c) na esfera estadual: o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Estado), o Poder Judiciário, o Poder Executivo, o Ministério Público Estadual;

Por oportuno, vale ressaltar que, para fins de limites da LRF, os dados relativos às defensorias públicas deverão estar contemplados nos demonstrativos do RGF do Poder Executivo. Nesse sentido, caso sejam criados pela Constituição Federal outros órgãos com autonomia funcional e administrativa, que dependem de alteração da LRF para o estabelecimento de limites, o órgão criado também deverá preencher os demonstrativos do RGF citados anteriormente.

**Alternativa C - VERDADEIRO.****04.00.03 LIMITES**

O limite legal (ou limite máximo) constitui uma das formas para a avaliação da gestão fiscal do ente da Federação. Nesse sentido, deverão ser informados nos demonstrativos do RGF os limites legais estabelecidos pela LRF (despesa com pessoal) e pelo Senado Federal (dívida consolidada líquida, operações de crédito e garantias).

**Alternativa D - FALSA.****04.00.00 PARTE IV RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

Estão obrigados a emitir o Relatório de Gestão Fiscal a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estando compreendido:

[...]

c) na esfera estadual: o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Estado), o Poder Judiciário, o Poder Executivo, o Ministério Público Estadual;

A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, assegurou à Defensoria Pública Estadual autonomia funcional e administrativa e iniciativa de proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na LDO; e a EC nº 74/2013 conferiu autonomia orçamentário-financeira à Defensoria Pública da União e do Distrito Federal.

**Alternativa E - VERDADEIRO.****04.00.04.01 Não divulgação do RGF**

A não divulgação do Relatório, nos prazos e condições estabelecidos em lei, impede o Ente da Federação, até que a situação seja regularizada, de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária. 284

Fonte:

- Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. – 13ª ed. – Brasília: 2022. p. 689. Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO\\_ANEXO:16605](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:16605)

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>59</b>	<b>57</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Questão atende Conteúdo programático: “4 Tópicos Selecionados da Lei Complementar nº 101/2000. 4.2 Renúncia de receita.” Apenas a letra “B” atende ao comando da questão. Questão teve como referência fonte oficial. Vide distratores a seguir.

**DISTRATORES****Alternativa A - FALSO.**

Seção II - Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

**Alternativa B - VERDADEIRO.**

**Seção II - Da Renúncia de Receita**

**Art. 14.** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**Alternativa C - FALSO. SE FOR ALTERAÇÃO PARA ARECADAR MAIS NÃO É RENUNCIA DE RECEITA**

**Seção II - Da Renúncia de Receita**

**Art. 14.** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**Alternativa D - FALSO.**

**Seção II - Da Renúncia de Receita**

**Art. 14.** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**Alternativa E - FALSO.**

**Seção II - Da Renúncia de Receita**

**Art. 14.** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Fonte:

- LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)

BRANCA	VERDE
60	63

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

*Apenas a letra "D" atende ao comando da questão, por estar errada. Questão teve como referência fonte oficial. Vide distratores a seguir.*

**DISTRATORES**

**Alternativa A - VERDADEIRO**

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (Atualizada até EC nº 114 de.2019).

Disponível em: <http://www.al.es.gov.br> (Consulta efetuada em 19.12.2022).

**Seção II - Dos Orçamentos**

**Art. 149.** O orçamento público, expressão físico-financeira do planejamento governamental, será entendido não só como um documento formal de decisões sobre a alocação de recursos, mas sobretudo como um instrumento que



expressa, anualmente, o conjunto de ações visando alcançar, setorial e espacialmente, maiores níveis de eficiência e eficácia da ação do governo.

**Alternativa B - VERDADEIRO**

DECRETO-LEI Nº 200 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967.

TÍTULO III - DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO-PROGRAMA E DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Art. 18. Toda atividade deverá ajustar-se à programação governamental e ao orçamento-programa e os compromissos financeiros só poderão ser assumidos em consonância com a programação financeira de desembolso. O planejamento e o orçamento públicos são tarefas essenciais para a gestão governamental. É por meio delas que são definidas as estratégias para orientar o rumo que se deseja para o País, as diretrizes e prioridades do Governo Federal e alocados os recursos que financiam a atuação governamental, visando a manutenção da atividade de Estado e a entrega de bens e serviços à sociedade.

**Alternativa C - VERDADEIRO**

DECRETO-LEI Nº 200 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967.

TÍTULO III - DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO-PROGRAMA E DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Art. 15. A ação administrativa do Poder Executivo obedecerá a programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação e a coordenação superiores do Presidente da República.

**Alternativa D - FALSO**

DECRETO-LEI Nº 200 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967.

TÍTULO III - DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO-PROGRAMA E DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Art. 16. Em cada ano será elaborado um orçamento-programa, que pormenorizará a etapa do programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual.  
Parágrafo único. Na elaboração do orçamento-programa serão considerados, além dos recursos consignados no Orçamento da União, os recursos extra-orçamentários vinculados à execução do programa do Governo.

**Alternativa E - VERDADEIRO**

DECRETO-LEI Nº 200 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967.

TÍTULO III - DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO-PROGRAMA E DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Art. 17. Para ajustar o ritmo de execução do orçamento-programa ao fluxo provável de recursos, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério da Fazenda elaborarão, em conjunto, a programação financeira de desembolso, de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários à execução dos programas anuais de trabalho.

Fontes:

- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (Atualizada até EC nº 114 de.2019). Disponível em: <http://www.al.es.gov.br> (Consulta efetuada em 19.12.2022).
- DECRETO-LEI Nº 200 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br>

BRANCA	VERDE
62	59

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Apenas a letra “E” atende ao comando da questão. Questão teve como referência fonte oficial. Vide distratores a seguir.

**DISTRATORES**

**Alternativa A - VERDADEIRO.**

O SICSP é apoiado em três elementos: Sistema de acumulação; Sistema de custeio e Custeio por absorção que consiste na apropriação de todos os custos de produção aos produtos e serviços. Custeio pleno que consiste na apropriação dos custos de produção e das despesas aos produtos e serviços.  
**Custeio por atividade** que considera que todas as atividades desenvolvidas pelas entidades são geradoras de custos e consomem recursos. Procura estabelecer a relação entre atividades e os objetos de custo por meio de direcionadores de custos que determinam quanto de cada atividade é consumida por eles.

**Alternativa B - VERDADEIRO.**

O SICSP é apoiado em três elementos: Sistema de acumulação; Sistema de custeio e **Método de custeio.**

**Método de custeio** se refere ao **método de apropriação de custos** e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado. Os principais métodos de custeio são: direto; variável; por absorção; por atividade; pleno.

**Alternativa C - VERDADEIRO.**

O SICSP é apoiado em três elementos: Sistema de acumulação; Sistema de custeio e Método de custeio.

**Método de custeio** se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado. Os principais métodos de custeio são: direto; variável; por absorção; por atividade; pleno. Custeio direto é o custeio que aloca todos os custos – fixos e variáveis – diretamente a todos os objetos de custo sem qualquer tipo de rateio ou apropriação. Custeio variável que apropria aos produtos ou serviços apenas os custos variáveis e considera os custos fixos como despesas do período.

**Alternativa D - VERDADEIRO.**

O SICSP é apoiado em três elementos: Sistema de acumulação; **Sistema de custeio** e Método de custeio.

**Sistema de custeio** está associado ao modelo de mensuração e desse modo podem ser custeados os diversos agentes de acumulação de acordo com diferentes unidades de medida, dependendo das necessidades dos tomadores de decisões. No âmbito do sistema de custeio, podem ser utilizadas as seguintes unidades de medida: custo histórico; custo-corrente; custo estimado; e custo padrão.

**Alternativa E - FALSO.**

O SICSP é apoiado em três elementos: Sistema de acumulação; Sistema de custeio e Método de custeio.

**Sistema de acumulação** corresponde à forma como os custos são acumulados e apropriados aos bens e serviços e outros objetos de custos e está relacionado ao fluxo físico e real da produção. Os sistemas de acumulação de custos no setor público ocorrem por ordem de serviço ou produção e de forma contínua.

Por ordem de serviço ou produção é o sistema de acumulação que compreende especificações predeterminadas do serviço ou produto demandado, com tempo de duração limitado. As ordens são mais adequadas para tratamento dos custos de investimentos e de projetos específicos, por exemplo, as obras e benfeitorias. De forma contínua é o sistema de acumulação que compreende demandas de caráter continuado e são acumuladas ao longo do tempo.

Fontes:

- RESOLUÇÃO CFC N.º 1.366/11. Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público.
- NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. NBC T 16.11 – SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO. Disponível em: <https://www2.cfc.org.br> (consulta efetuada em 20/12/2022)

BRANCA	VERDE
65	69

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão se baseou na Lei de Responsabilidade Fiscal. Apenas a alternativa “C” atende ao comando da questão. Vide distratores a seguir.

**DISTRATORES**

**Afirmativa I - FALSO**

Seção II - Das Despesas com Pessoal

Subseção I - Definições e Limites

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

**Afirmativa II - FALSO**

Seção II - Das Despesas com Pessoal

Subseção I - Definições e Limites

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 3º Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

**Afirmativa III - FALSO**

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

**Afirmativa IV - FALSO**

Art. 21. É nulo de pleno direito:

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo;

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20

Fonte:

- LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

BRANCA	VERDE
67	70

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão não estabeleceu restrição à análise. Apenas a letra “D” atende ao comando da questão. Questão teve como referência fonte oficial. Vide distratores a seguir.

**DISTRATORES**

**Alternativa A - FALSO**

**Termo: Identificador de Resultado Primário (RP)**

Indicador previsto pelas leis de diretrizes orçamentárias anuais que auxilia a apuração do resultado primário previsto para o exercício. Classifica a despesa em despesa financeira, despesa primária obrigatória e despesa primária discricionária. Pode, ainda, evidenciar a programação orçamentária decorrente de emendas parlamentares de execução obrigatória individuais ou de bancada estadual.

**Alternativa B - FALSO**

**Termo: Identificador de Resultado Primário (RP)**

Indicador previsto pelas leis de diretrizes orçamentárias anuais que auxilia a apuração do resultado primário previsto para o exercício. Classifica a despesa em despesa financeira, despesa primária obrigatória e despesa primária discricionária. Pode, ainda, evidenciar a programação orçamentária decorrente de emendas parlamentares de execução obrigatória individuais ou de bancada estadual.

**Alternativa C - FALSO**

**Termo: Resultado Nominal**

Diferença entre as receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e as despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período. Configura-se déficit nominal se o resultado for negativo, ou superávit nominal, se positivo.

**Alternativa D - VERDADEIRO****Termo: Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)**

*Indicador que consolida o endividamento líquido do setor público não financeiro e do Banco Central do Brasil com o setor privado (títulos públicos), o setor financeiro e o resto do mundo. É o conceito mais amplo de dívida, pois inclui os governos federal, estaduais e municipais, o Banco Central do Brasil, a Previdência Social e as empresas estatais.*

**Alternativa E - FALSO****Termo: Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP)**

*Montante de recursos que o setor público consolidado não financeiro necessita captar com o setor privado, o setor público financeiro e o resto do mundo para fazer face aos seus dispêndios, em razão da insuficiência de suas receitas fiscais. Representa a variação da dívida líquida em determinado período.*

Fonte:

- Glossário-orçamentário. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br>

BRANCA	VERDE
70	56

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

*A questão teve como referência fontes oficiais. Apenas a letra “E” atende ao comando da questão. Vide distratores a seguir.*

**DISTRATORES****Alternativa A - VERDADEIRO**

9.6 - Indicadores de desempenho de custos – IDC

*Um Indicador de Desempenho de Custos – IDC é um número que mede o desempenho do consumo de recursos (custos), mediante aproximações à realidade, para interpretação e análise subsidiária de determinado contexto de tomada de decisão do gestor público. Para compreensão dos IDC é importante apresentar algumas ponderações: [...]*

- não há consideração sobre avaliação de resultados qualitativa nos indicadores;

**Alternativa B - VERDADEIRO**

9.6 - Indicadores de desempenho de custos – IDC

*Um Indicador de Desempenho de Custos – IDC é um número que mede o desempenho do consumo de recursos (custos), mediante aproximações à realidade, para interpretação e análise subsidiária de determinado contexto de tomada de decisão do gestor público. Para compreensão dos IDC é importante apresentar algumas ponderações: [...]*

- alterações em produtos ou unidades de medidas das ações comprometem a análise comparativa temporal;

**Alternativa C - VERDADEIRO**

9.6 - Indicadores de desempenho de custos – IDC

*Um Indicador de Desempenho de Custos – IDC é um número que mede o desempenho do consumo de recursos (custos), mediante aproximações à realidade, para interpretação e análise subsidiária de determinado contexto de tomada de decisão do gestor público. Para compreensão dos IDC é importante apresentar algumas ponderações:*

- os indicadores representam o estado ideal ou desejável daquilo que se examina e sua utilidade depende da qualidade da fase de planejamento (definição de metas);

**Alternativa D - VERDADEIRO**

9.6 - Indicadores de desempenho de custos – IDC

*Um Indicador de Desempenho de Custos – IDC é um número que mede o desempenho do consumo de recursos (custos), mediante aproximações à realidade, para interpretação e análise subsidiária de determinado contexto de tomada de decisão do gestor público. Para compreensão dos IDC é importante apresentar algumas ponderações: [...]*

- os indicadores não consideram possíveis limitações decorrentes de efeitos de fatores externos sobre o desempenho dos programas de governo;

**Alternativa E - FALSO**

9.6 - Indicadores de desempenho de custos – IDC

**Um Indicador de Desempenho de Custos – IDC é um número que mede o desempenho do consumo de recursos (custos), mediante aproximações à realidade, para interpretação e análise subsidiária de determinado contexto de tomada de decisão do gestor público. Para compreensão dos IDC é importante apresentar algumas ponderações:**

[...]

**• os indicadores baseados nos relatórios de custos são parte complementar ao processo de tomada de decisões, e não devem ser analisados isoladamente;**

Fontes:

- *NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. NBC T 16.11 – SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO.* Disponível em: <https://www2.cfc.org.br> (consulta efetuada em 20/12/2022)
- Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br>

**Cargo: Analista do Executivo - Ciências Econômicas**

<b>BRANCA</b>
<b>2</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto.

Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto para identificar que a única alternativa que não encontra respaldo no texto é a letra B, uma vez que em momento algum se afirma que os pais passaram a permitir que as crianças usassem o celular ainda com mais frequência para controlarem seu comportamento em casa durante a pandemia. Inclusive, a pesquisa apresentada no texto foi realizada antes da pandemia da Covid-19, entre 2018 e 2020. Essa informação se encontra no 3º parágrafo. Portanto, o gabarito é letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido.** 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores.** Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

<b>BRANCA</b>
<b>3</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo Pasquale e Ulisses (3003, p. 510), “crase é palavra de origem grega e significa ‘mistura’, ‘fusão’. Nos estudos de língua portuguesa, é o nome que se dá à fusão de duas vogais idênticas.” Para se usar adequadamente a crase, é necessário verificar a ocorrência de uma preposição e um artigo ou pronome.

I. INCORRETO: Apenas em 1e 2 o emprego da crase se justifica por um princípio de regência verbal.

II. CORRETO: A crase deve ser empregada junto a algumas locuções conjuncionais. Nas orações em que aparecem um termo regido pela preposição “a” acompanhado de locuções conjuncionais, o acento grave indicativo da crase é

obrigatório. Isso, porém, só se dá se a palavra seguinte à locução for feminina e puder vir acompanhada por determinantes (artigo, por exemplo). Na Língua Portuguesa somente duas locuções conjuncionais se enquadram nesse emprego da crase. São elas: “à medida que” e “à proporção que”.

III. INCORRETO: em 1, se a expressão “a criança” estivesse no plural – “as crianças” –, o “as” deveria, obrigatoriamente, receber o acento grave para que o enunciado ficasse gramaticalmente correto.

IV. CORRETO: Em 2, se o “as” que antecede “emoções” estivesse no singular (“a”), não poderia haver o emprego da crase. Portanto, o adequado seria: “a emoções da criança”. Portanto, o gabarito é letra C.

Fonte:

- PASQUALE & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

<b>BRANCA</b>
<b>5</b>

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

<b>BRANCA</b>
<b>10</b>

#### **Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada**.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

<b>BRANCA</b>
<b>13</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

<b>BRANCA</b>
<b>14</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correta que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>
<b>18</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 18, § 4º da Constituição Federal prevê a possibilidade de criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, com consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Contudo, a lei complementar de que trata o referido dispositivo ainda não foi editada. Houve a tentativa de dois projetos de lei complementar para tratar da matéria, entretanto, ambos foram vetados pelo Presidente da República. Ocorre que, mesmo sem a regulamentação por lei complementar, diversas leis estaduais foram editadas para tratar da matéria, o que afrontava diretamente o texto constitucional. Com isso, algumas ADI foram propostas perante o STF, questionando a validade das referidas leis estaduais. Para contornar a inconstitucionalidade, o Poder Legislativo emendou o texto constitucional que acrescentou o art. 96 do ADCT, convalidando os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios até 31/12/2006. O tema abordado está relacionado à Organização do Estado, art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil. A Constituição Federal é composta de preâmbulo, corpo normativo e ADCT. O tópico 1 do cronograma de matérias do edital especifica: “1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”.

Fonte:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

<b>BRANCA</b>
<b>27</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o benefício de licença maternidade é custeado com recursos do Tesouro e não do RPPS (art. 3º). A assertiva “B” é verdadeira, pois a pensão por morte é devida aos filhos menores de idade seja de servidor ativo ou inativo, na hipótese, falecida no mês anterior ao requerimento. Saliente-se que se o candidato interpretou “mês anterior”, com anterior ao implemento de idade, ainda assim a resposta é a mesma (art. 5º). A assertiva “C” é falsa, pois o agente político não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “D” é falsa, pois o ocupante exclusivamente de cargo em comissão não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “E” é falsa, pois o benefício de auxílio doença não é custeado com recursos do RPPS (art. 3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

<b>BRANCA</b>
<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes .A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

<b>BRANCA</b>
<b>35</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os autores James L. Bowditch L. & Anthony F. Buono afirmam: Poder reservado => Esse aspecto do poder é chamado poder reservado, não pela forma com que o poder é usado por si, porém mais devido às circunstâncias e aos objetivos desejados. Esse item não caracteriza um fator que especifica para as pessoas o poder, ele descreve sobre o uso do poder para evitar o conflito.

Fonte:

- BOWDITCH, James L. & BUONO, Anthony F. – Elementos do Comportamento Organizacional – 2016 – São Paulo – Editora Cengage Learning – Pág. 133.

<b>BRANCA</b>
<b>42</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Assiste total razão a todos candidatos que recorreram e seus recursos apostos deve ser acatados integralmente pois houve erro quando ao elaborar o gabarito, utilizou o valor de 80<sup>2</sup> (oitenta ao quadrado) quando o correto seria 100<sup>2</sup>(cem ao quadrado), logo a resposta correta ao proposto é 13.000.



Fontes:

- DIVERSOS, **A ORDEM DO PROGRESSO**, Editora Campus, 19ª tiragem
- WILLIAMSON, John. **A ECONOMIA ABERTA E A ECONOMIA MUNDIAL**, Editora Campus 2ed.
- SILVA, José Cláudio Ferreira da Silva. **MODELOS DE ANÁLISE MACROECONÔMICA**, Editora Campus, 5ª tiragem.
- DIVERSOS. **ECONOMIA BRASILEIRA**. Editora Saraiva, 2ªtiragem.
- BUSSAB, Wilton de O e OUTROS. **CÁLCULO FUNÇÕES DE UMA E VÁRIAS VARIÁVEIS**. Editora Saraiva, 6ª tiragem.

<b>BRANCA</b>
<b>45</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os dados foram fornecidos corretamente em valores monetários e unidades marginais, cabendo a solução por meio do processo de integral para definir as funções custo total e receita total. Abaixo, apresento o gabarito com a construção da ideia proposta com sua respectiva resposta correta:

O custo total desta empresa é obtida pela somatória do custo fixo de R\$ 100 mais a integral da função custo marginal, logo temos que a função  $CT = 150 + 5x$

A receita total da empresa é dada aplicando a integral da receita marginal, logo  $RT = 10x$

Como condição de anulação dos lucros, a receita total deve ser igual ao custo total da empresa, logo; a quantidade q anula os lucros é

$RT = CT \Rightarrow 10x = 150 + 5x \Rightarrow 5x = 150 \Rightarrow$  **30 unidades.**

Fontes:

- DIVERSOS, **A ORDEM DO PROGRESSO**, Editora Campus, 19ª tiragem
- WILLIAMSON, John. **A ECONOMIA ABERTA E A ECONOMIA MUNDIAL**, Editora Campus 2ed.
- SILVA, José Cláudio Ferreira da Silva. **MODELOS DE ANÁLISE MACROECONÔMICA**, Editora Campus, 5ª tiragem.
- DIVERSOS. **ECONOMIA BRASILEIRA**. Editora Saraiva, 2ªtiragem.
- BUSSAB, Wilton de O e OUTROS. **CÁLCULO FUNÇÕES DE UMA E VÁRIAS VARIÁVEIS**. Editora Saraiva, 6ª tiragem.

<b>BRANCA</b>
<b>49</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Insurgem os candidatos alegando ter ocorrido: “ ausência do conteúdo programático” uma vez que o período abrangido é anterior ao declinado no item Economia Brasileira pois neste item diz que o período analisado vai do milagre adiante. Acontece que há também neste mesmo tópico o conteúdo elencando pelo número 5. Desenvolvimento Econômico e Social da economia brasileira e as afirmativas para justificar “verdadeiro ou falso” se adequam perfeitamente dentro deste conteúdo.

Fontes:

- DIVERSOS, **A ORDEM DO PROGRESSO**, Editora Campus, 19ª tiragem
- WILLIAMSON, John. **A ECONOMIA ABERTA E A ECONOMIA MUNDIAL**, Editora Campus 2ed.
- SILVA, José Cláudio Ferreira da Silva. **MODELOS DE ANÁLISE MACROECONÔMICA**, Editora Campus, 5ª tiragem.
- DIVERSOS. **ECONOMIA BRASILEIRA**. Editora Saraiva, 2ªtiragem.
- BUSSAB, Wilton de O e OUTROS. **CÁLCULO FUNÇÕES DE UMA E VÁRIAS VARIÁVEIS**. Editora Saraiva, 6ª tiragem.

<b>BRANCA</b>
<b>57</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O cálculo da demanda agregada foi efetivado dentro dos conceitos econômicos teóricos e balizadores da contabilidade nacional, conforme abaixo:

$$D = C + I + G = 15 + 8 + 10 = \mathbf{33 \text{ bilhões}}$$

$$\text{PIB} = D + (X-M) \text{ ou } C + I + G + (X - M) = 33 + (8 - 10) = 33 - 2 = \mathbf{31 \text{ bilhões}}$$

$$\text{PNB} = C + I + G + (\text{SCC}) = 33 + 12 = \mathbf{45 \text{ bilhões}}$$

Fontes:

- SILVA, José Cláudio Ferreira da Silva. **MODELOS DE ANÁLISE MACROECONÔMICA**, Editora Campus, 5ª tiragem.
- DIVERSOS. **ECONOMIA BRASILEIRA**. Editora Saraiva, 2ª tiragem.
- BUSSAB, Wilton de O e OUTROS. **CÁLCULO FUNÇÕES DE UMA E VÁRIAS VARIÁVEIS**. Editora Saraiva, 6ª tiragem.

<b>BRANCA</b>
<b>58</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Após a análise de todas as alegações e consulta ao material utilizado para elaboração da questão, mantém-se íntegra a fonte de referência bibliográfica utilizada, que é de amplo conhecimento público, quer seja: DIVERSOS AUTORES, **A Ordem do Progresso**, Editora Campus. 1990, 19ª ed. Capítulo 13, páginas 347-375.

Fontes:

- DIVERSOS AUTORES, **A Ordem do Progresso**, Editora Campus. 1990, 19ª ed. Capítulo 13, páginas 347-375.
- SILVA, José Cláudio Ferreira da Silva. **MODELOS DE ANÁLISE MACROECONÔMICA**, Editora Campus, 5ª tiragem.
- DIVERSOS. **ECONOMIA BRASILEIRA**. Editora Saraiva, 2ª tiragem.
- BUSSAB, Wilton de O e OUTROS. **CÁLCULO FUNÇÕES DE UMA E VÁRIAS VARIÁVEIS**. Editora Saraiva, 6ª tiragem.

<b>BRANCA</b>
<b>60</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O gabarito da questão, corretamente apresentada seja no seu prenúncio e comando corretamente ofertados de modo a dirimir qualquer dúvida:

$$C(y)' = 0,30, y^{-0,25} = C(16)' = 0,30 \times 16^{-0,25} = 0,30 \times (2^4)^{-0,25} = \mathbf{0,15}$$

$$S(y) = y - 30 + 0,4y^{0,75} = 1 - 0,30, y^{-0,25} = S(16) = 1 - 0,15 = \mathbf{0,85}$$

Fontes:

- DIVERSOS AUTORES, **A Ordem do Progresso**, Editora Campus. 1990, 19ª ed. Capítulo 13, páginas 347-375.
- SILVA, José Cláudio Ferreira da Silva. **MODELOS DE ANÁLISE MACROECONÔMICA**, Editora Campus, 5ª tiragem.
- DIVERSOS. **ECONOMIA BRASILEIRA**. Editora Saraiva, 2ª tiragem.
- BUSSAB, Wilton de O e OUTROS. **CÁLCULO FUNÇÕES DE UMA E VÁRIAS VARIÁVEIS**. Editora Saraiva, 6ª tiragem.

<b>BRANCA</b>
<b>63</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Trata-se de uma frequência de repetição (fi) pois o coeficiente de Pearson está inserido no conteúdo de Econometria, listado no edital do certame. Abaixo a solução oficial:

Número de quedas no servidor da Secretaria	Quantidade de IP's conectados	xi * fi	média	variância	moda
1	2	2		7,0688	
2	10	20		7,744	<b>2</b>
3	6	18		0,0864	
4	4	16		5,0176	
5	2	10		8,9888	
6	1	6		9,7344	
	25	72	<b>2,88</b>	38,64	
			<b>dp</b>	<b>1,243221621</b>	

$$As = 2,88 - 2 / 1,24 = \underline{\underline{0,71}}$$

Pela tabela de classificação de assimetria, temos que 0,71 é considerada uma **assimetria positiva fraca**.

Fonte:

- SILVA, Ermes Medeiros da Silva et al, **ESTATÍSTICA**, Ed. Atlas, 4ª edição, São Paulo.

<b>BRANCA</b>
<b>66</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Trata-se de um problema de probabilidade que envolve o Teorema de Bayes do conteúdo probabilidades. A seguir a resposta correta com fundamento no teorema de Bayes:

A questão apresentada é solucionada pelo *Teorema de Bayes*. Separando os eventos, temos:

A: o pedido da demissão ter ocorrido na secretaria A

B: o pedido da demissão ter ocorrido na secretaria B

d: pedido de demissão

Logo, temos que identificar, por definição estatística, a P(B/d), ou seja que a probabilidade de que a demissão tenha sido ocorrido na secretaria B.

$$P(B/d) = \frac{P(d/B) * P(B)}{P(d/A) * P(A) + P(d/B) * P(B)} \Rightarrow (0,07 * 0,60) / (0,03 * 0,40 + 0,07 * 0,60) = 0,7778 \text{ ou } \underline{\underline{77,78\%}}$$

Fonte:

- SILVA, Ermes Medeiros da Silva et al, **ESTATÍSTICA**, Ed. Atlas, 4ª edição, São Paulo.

<b>BRANCA</b>
<b>67</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O multiplicador bancário ou multiplicador monetário ou, ainda, "efeito multiplicador do crédito" corresponde à relação entre oferta de moeda e base monetária existente em determinado momento no sistema econômico. Traduz a capacidade dos bancos de ampliar a base monetária através do crédito.

O **multiplicador** é dado pela fórmula:  $m = M1/B$ , tal que **M1** são os meios de pagamentos restrito, ou seja, **M1 = PMPP + DV**, papel moeda em poder do público mais depósitos à vista e **B** é a base monetária, **B = PMPP + R**, papel moeda em poder do público mais os encaixes totais.

Fontes:

- WILLIAMSON, J. **ECONOMIA ABERTA E ECONOMIA MUNDIAL**. Ed. Campus, 1989, 1ª ed.
- LACERDA, A. Corrêa de et.al. **ECONOMIA BRASILEIRA**. Ed. Saraiva, 2000, 1ª ed.
- SOUZA, Nali de Souza. **CURSO DE ECONOMIA**. Ed. Atlas, 2003, 2ª ed.

<b>BRANCA</b>
<b>68</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recorre o candidato alegando que “a alternativa E da questão, considerada correta pelo gabarito preliminar, afirma que o Valor Bruto da Produção inclui o produto líquido e o consumo intermediário, no entanto, o Valor Bruto de Produção inclui o produto bruto e o consumo intermediário e não produto líquido (que exclui depreciação) como afirmado na alternativa. Portanto há duas alternativas incorretas, que poderiam responder a questão. Nesses termos, paço anulação desta questão”. O recurso por si já apresenta a falha recursal, ou seja, como incorporar um valor bruto duas vezes a ele mesmo(?). A resposta correta é expressada abaixo:

No correto dimensionamento do Produto Nacional Bruto a preço de mercado (PNBpm) não se exclui nenhum agregado macroeconômico. Portanto ao se considerar a exclusão de tributos indiretos e subsídios há uma falha conceitual.

Fontes:

- WILLIAMSON, J. **ECONOMIA ABERTA E ECONOMIA MUNDIAL**. Ed. Campus, 1989, 1ª ed.
- LACERDA, A. Corrêa de et.al. **ECONOMIA BRASILEIRA**. Ed. Saraiva, 2000, 1ª ed.
- SOUZA, Nali de Souza. **CURSO DE ECONOMIA**. Ed. Atlas, 2003, 2ª ed.

<b>BRANCA</b>
<b>70</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta-se que o alegado erro não impediria o candidato de realizar seus cálculos uma vez que é sabidamente conhecido o indicador econômico IGPM na literatura econômica e minimamente inconfundível e não trazendo prejuízos à linha de raciocínio fundamental para solução da questão apresentada.

Fontes:

- WILLIAMSON, J. **ECONOMIA ABERTA E ECONOMIA MUNDIAL**. Ed. Campus, 1989, 1ª ed.
- LACERDA, A. Corrêa de et.al. **ECONOMIA BRASILEIRA**. Ed. Saraiva, 2000, 1ª ed.
- SOUZA, Nali de Souza. **CURSO DE ECONOMIA**. Ed. Atlas, 2003, 2ª ed.

**Cargo: Analista do Executivo - Ciências Sociais**

<b>BRANCA</b>
<b>7</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O uso que fazemos da língua em nossas ações de comunicação é sempre mediado por intenções: explicitar certeza, dúvida, obrigatoriedade, sentimentos, entre outros. Esse propósito está tão presente em nosso dia a dia que se materializa na estrutura de nossa língua.

“A língua é fundamentalmente argumentativa, uma vez que, ao interagirmos, seja pela fala, seja pela escrita, estamos imprimindo nossas ideias e argumentos pretendidos.” Ducrot

Ao definirmos e observarmos alguns exemplos de modalizadores discursivos, podemos concluir que não existe

interação comunicativa sem modalização, uma vez que, sempre que nos expressamos, estamos indicando nosso ponto de vista em relação ao assunto em questão. A modalização, todavia, pode ser mais explícita ou mais contida.

Os modalizadores discursivos são elementos gramaticais ou lexicais por meio dos quais o autor manifesta determinadas atitudes e/ou posições em relação a um conteúdo e/ou tema específicos.

Em uma texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo, o autor deve mostrar a sua habilidade de analisar, de modo coerente e coeso, um determinado tema, com o objetivo de defender um ponto de vista claro a respeito deste mesmo tema. Assim, o autor deve ser hábil em organizar ideias, dados e fatos, ou seja, argumentos e estabelecer relações entre eles de modo a extrair conclusões coerentes.

- **Modalizações Lógicas:** expressam o sentido de possibilidade e certeza por meio de modalizadores como “é possível que”, “é impossível que”, “talvez” etc;
- **Modalizações Deônticas:** expressam o sentido de uma necessidade ou obrigação por meio de modalizadores como “é preciso”, “faz-se necessário” etc e;
- **Modalizações Apreciativas:** expressam o sentido de análise e julgamento por meio de modalizadores como “felizmente”, “infelizmente” dentre outros.

No texto lido, em diversos momentos, o autor utiliza modalizadores discursivos. Em relação às alternativas de respostas, apenas a letra C apresenta uma marca de subjetividade ou de opinião, pois o autor afirma que o uso constante de celular para acalmar crianças **pode** comprometer o desenvolvimento delas. Ele não afirma categoricamente, mas supõe, acredita. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- <https://www.proenem.com.br/enem/enem/modalizadores/>
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

<b>BRANCA</b>
<b>10</b>

#### **Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada**.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/1noxZwD>>

<b>BRANCA</b>
<b>13</b>

#### **Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

<b>BRANCA</b>
<b>18</b>

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 18, § 4º da Constituição Federal prevê a possibilidade de criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, com consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Contudo, a lei complementar de que trata o referido dispositivo ainda não foi editada. Houve a tentativa de dois projetos de lei complementar para tratar da matéria, entretanto, ambos foram vetados pelo Presidente da

República. Ocorre que, mesmo sem a regulamentação por lei complementar, diversas leis estaduais foram editadas para tratar da matéria, o que afrontava diretamente o texto constitucional. Com isso, algumas ADI foram propostas perante o STF, questionando a validade das referidas leis estaduais. Para contornar a inconstitucionalidade, o Poder Legislativo emendou o texto constitucional que acrescentou o art. 96 do ADCT, convalidando os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios até 31/12/2006. O tema abordado está relacionado à Organização do Estado, art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil. A Constituição Federal é composta de preâmbulo, corpo normativo e ADCT. O tópico 1 do cronograma de matérias do edital especifica: “1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

<b>BRANCA</b>
<b>20</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois, se um estado da região Sul também tiver até 12 deputados federais, a fórmula do cálculo de deputados estaduais será a mesma aplicável ao estado do Espírito Santo que também tem até doze. A assertiva “B” é falsa, pelas mesmas razões explanadas na assertiva “A”. A assertiva “C” é verdadeira, pois se Alagoas também tem até 12 deputados, a forma de cálculo é igual à aplicável ao Espírito Santo. A assertiva “D” é falsa, pois a fórmula do cálculo será igual. A assertiva “E” é falsa pois, como Minas Gerais tem mais de 12 deputados federais a fórmula de cálculo será diferente, conforme art. 27 da Constituição Federal. A questão não exige conhecer o número de deputados das regiões Sul e Norte, trata-se apenas de raciocínio lógico. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 27.

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

<b>BRANCA</b>
<b>32</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Acerca dos níveis da cultura o autor Edgar H. Schein afirma que:

Artefatos => Estruturas e processos organizacionais visíveis.

Crenças e valores expostos => Estratégias, metas, filosofias.

Suposições Básicas => Crenças, percepções, pensamentos e sentimentos.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 24.

<b>BRANCA</b>
<b>43</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente alega que a palavra senão foi trocada no texto pela palavra “se não”. Todavia, isso não procede e mesmo que houvesse esse erro não mudaria o sentido da afirmativa conforme expõe o trecho “As grandes sociedades políticas só podem se manter em equilíbrio graças à especialização de tarefas que a divisão do trabalho é a fonte, senão a única, pelo menos a principal da solidariedade social” “senão” ou “se não” teria o mesmo sentido de demonstrar que pode não ser a única. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- RODRIGUES, José Albertino (org,) Durkheim. São Paulo: Ática, 2010.

<b>BRANCA</b>
<b>45</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente alega que, embora as afirmativas sejam verdadeiras, a II não seria uma justificativa da I. Todavia, a afirmativa I expõe que o que impede a realização do bem comum e a felicidade de uma nação estaria na diversidade de indivíduos que a compõem e a afirmação II expõe o papel dos movimentos sociais no sentido de objetivos comuns. Ou seja, os movimentos sociais seriam a solução para os óbices, aquilo que impede a realização coletiva por expressar uma ação coletiva. Dessa forma, a afirmativa II é uma justificativa da I.

Fonte:

- GOHN, Maria da Glória. TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARADIGMAS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS. São Paulo: Loyola, 1997.

<b>BRANCA</b>
<b>46</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente alega que o conteúdo da questão não está no conteúdo programático, contudo está de acordo com o item 3. Sociologia como Ciência. Conforme expõe Plummer (2015, p.116) em sentido amplo, fazer sociologia significa cultivar alguns dos tipos de habilidades como trabalho epistemológico; trabalho empírico; trabalho analítico e outros. E a sociologia clínica é um campo de estudo e não uma habilidade conforme foi enunciado na questão. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- Plummer, Ken Sociologia / Ken Plummer; revisão técnica de Danilo Ferreira da Fonseca; tradução de Rogério Waldrigues Galindo. – São Paulo: Saraiva, 2015.

<b>BRANCA</b>
<b>53</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com Lakatos, a correlação seria uma das funções dos meios de comunicação de massa. A correlação de acordo com o quadro 17.1 apresentado em Lakatos (2019, p 286) tem a função de explicar, interpretar e comentar o significado de eventos e informações, apoiar a autoridade e normas estabelecidas, criar consenso e coordenar atividades isoladas”. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- LAKATOS, Eva, M. e MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral, 8ª edição*. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019.

<b>BRANCA</b>
<b>54</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente alega que a alternativa que contém o termo dominação também seria correta. Todavia, o trecho cita uma mudança de estágio, a dominação é inerente à estrutura e a dominação racional seria um tipo de dominação. Conforme aponta Nobre, a tragicidade da cultura é a expressão da não-adaptação humana. Acontece que o último baluarte da busca pelo sentido da vida foi o próprio racionalismo. Com a hegemonia das ações racionalmente orientadas, superou-se os estágios da ingenuidade emocional e da inocência metafísica. O homem desencantado é aquele que se encontra esclarecido pelos avanços da racionalidade. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- NOBRE, Renarde Freire. Racionalidade e tragédia cultural no pensamento de Max Weber. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(2): 85-108, novembro de 2000.*

<b>BRANCA</b>
<b>59</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com Lakatos (2019, p.208) Johntson, Laraña e Gusfield (1994) apud Gohn (1997) apresentam oito características básicas dos Novos Movimentos Sociais, pois elas refletem uma certa fusão dos argumentos europeus e americanos. Ou seja, são argumentos que expressam a teoria no que diz respeito aos elementos absorvidos da teoria dos Novos Movimentos Sociais pelos americanos. São eles: Não há clara definição do papel estrutural dos participantes. Há uma tendência para a base social dos NMS transcender a estrutura de classes; As características ideológicas dos NMS apresentam nítido contraste com os movimentos da classe trabalhadora e com a concepção marxista de ideologia, como elemento unificador e totalizador da ação. Os NMS exigem uma pluralidade de ideias e valores e têm tendências e orientações pragmáticas e para a busca de reformas institucionais que ampliem o sistema de participação de seus membros no processo de tomada de decisões; Os NMS envolvem a emergência de novas dimensões da identidade; A relação entre o individual e o coletivo é obscurecida; Os NMS envolvem aspectos pessoais e íntimos da vida humana; Há o uso de táticas radicais de mobilização de ruptura e resistência que diferem fundamentalmente das utilizadas pela classe trabalhadora, como a não violência, a desobediência civil etc; A organização e a proliferação dos NMS então relacionadas com a crise de credibilidade dos canais convencionais de participação nas democracias ocidentais; Os NMS organizam-se de forma difusa, segmentada e descentralizada, ao contrário dos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados (LAKATOS, 2019,p.208). Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- LAKATOS, Eva, M. e MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral, 8ª edição*. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019.

<b>BRANCA</b>
<b>60</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão foi retirada do livro *Sociologia Geral* de Lakatos e Marconi (2019, p.25) e o trecho traz o seguinte: Em termos gerais, os argumentos do positivismo lógico são os seguintes: 1. Uma proposição é significativa quando é verificada, no sentido de que a proposição possa ser julgada provável a partir da experiência. 2. Uma proposição é verificável se é uma proposição empírica ou uma proposição da qual pode ser deduzida uma proposição empírica. 3. A proposição



é formalmente significativa só quando é verdadeira, em virtude da definição de seus termos – isto é, se ela for tautológica.4. As leis da lógica e da matemática são tautológicas.5. Uma proposição é literalmente significativa somente se for verificável ou tautológica. 6. Considerando que as proposições da metafísica não são nem verificáveis, nem tautológicas, elas são literalmente insignificantes.7. Considerando que as proposições teológicas, éticas e estéticas não cumprem as condições, também são insignificantes em termos de conhecimento. 8. Considerando que a metafísica, a ética, a filosofia da religião e a estética são eliminadas, a única tarefa da filosofia é a clarificação e a análise.

Fonte:

- LAKATOS, Eva, M. e MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral, 8ª edição*. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019.

<b>BRANCA</b>
<b>61</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente alega uma inconsistência na afirmativa I no trecho “As mídias tradicionais sempre tiveram algum tipo de interação, como nas seções de cartas de jornais e TVs e nos telefonemas para programas de rádio. Mas, é no webjornalismo que a interação atinge seu ponto máximo”. Entretanto, o argumento não procede visto, que o argumento do recorrente é sobre a comparação com redes sociais, todavia o trecho não cita essas redes, ele demonstra apenas a diferença entre meios tradicionais e o webjornalismo. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- LAKATOS, Eva, M. e MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral, 8ª edição*. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019.

<b>BRANCA</b>
<b>62</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recorrente alega que a alternativa cujo trecho expõe “Que o eleitorado feminino é maior que o masculino e que nas faixas de escolaridade entre o ensino médio incompleto e o superior incompleto elas são em maior número.” também está incorreta. Todavia, o que se afirma é que entre as faixas de ensino médio incompleto e superior incompleto elas são em maior número não incluindo outras faixas não citadas no enunciado. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- LAKATOS, Eva, M. e MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral, 8ª edição*. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019.

<b>BRANCA</b>
<b>63</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Questiona-se o fato de haver duas alternativas com as mesmas opções. Todavia, essas alternativas não são a resposta correta, dessa forma não há prejuízo a resposta correta que se encontra na alternativa cujo opção é 1;2;2;1. Pois, de acordo com Oliveira (2022) Émile Durkheim procura respostas para a questão: quais são as formas de organização que se impõem aos homens?. Max Weber procura respostas para a questão: Quais são as orientações que os homens articulam às suas ações e vão formando uma rede que os mantém em relação? E nunca se preocuparia com a anomia. Seu foco era o que chamou de “desencantamento do mundo”, que seria uma forma específica de racionalismo

característico da sociedade moderna ocidental. Émile Durkheim formula modelos de explicação com base no funcionamento da sociedade como um organismo vivo, procurando mostrar como os órgãos que o constituem se relacionam.

Fonte:

- OLIVEIRA, Eric Moné. O PAPEL DA SOCIOLOGIA, SEGUNDO ÉMILE DURKHEIM E MAX WEBER. Disponível em: file:///C:/Users/leand/Downloads/admin,+13.pdf . Acesso em: 30 de dez. 2022.

<b>BRANCA</b>
<b>64</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com importantes estudos como de Pochmann (2009, p.9) “Entre as possíveis razões explicativas para a recente trajetória de pobreza metropolitana diversa de outros períodos analisados, encontram-se as políticas públicas. A elevação do valor real do salário mínimo e a existência de uma rede de garantia de renda aos pobres contribuem para que a base da pirâmide social não seja a mais atingida, conforme observado em períodos anteriores de forte desaceleração econômica no Brasil. Esses efeitos também são válidos para o interior do país, onde os efeitos do Bolsa Família e, sobretudo, da aposentadoria rural e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), são ainda mais presentes em termos da proporção sobre a população”.

Fonte:

- POCHMANN, Marcio. Pobreza e crise econômica: o que há de novo no Brasil metropolitano. IPEA. Nota técnica, 2009. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5817/1/NT\\_n01\\_Pobreza-crise-economica\\_Presidencia\\_2009-maio.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5817/1/NT_n01_Pobreza-crise-economica_Presidencia_2009-maio.pdf). Acesso em 02 de fev. 2023.

<b>BRANCA</b>
<b>65</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O argumento que o tema do trabalho não é uma preocupação dos clássicos não procede visto que é possível verificar o tema nas obras “Da divisão Social do trabalho” de Émile Durkheim; “O capital” de Karl Marx e “A Ética protestante e o espírito do capitalismo” de Max Weber. A IV está incorreta porque para Durkheim (2010), o trabalho é um fato social presente em todas as sociedades e a divisão social que ele gera é o que possibilita a coesão social, ou seja, ele é responsável pelos indivíduos viverem em sociedade após a ascensão do sistema capitalista. Assim, o trabalho possui significados diferentes nas sociedades pré-capitalistas e pós-capitalistas.

Fonte:

- RODRIGUES, José Albertino (org.) Durkheim. São Paulo: Ática, 2010.

**Cargo: Analista do Executivo - Comunicação Social**

<b>BRANCA</b>
<b>5</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos

argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

<b>BRANCA</b>
<b>6</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.

Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O mesmo não acontece com os tipos textuais, que são poucos: **narração, argumentação, exposição, injunção e descrição**.

No texto, a tipologia textual predominante é a exposição, uma vez que o autor expõe, ou seja, analisa alguma ideia, conceito, teoria ou fenômeno. Desse modo, esse tipo textual auxilia principalmente na identificação, instrução e informação de determinado assunto, sendo muito utilizado, por isso, em ambientes educativos (educação escolar, acadêmica, profissional etc.).

Entretanto, em alguns momentos do texto, surgem sequências injuntivas quando o autor afirma que os pesquisadores instruem, sugerem algumas estratégias para acalmar as crianças sem necessariamente usar o celular para isso. Não há marcas linguísticas de imperativo, característica marcante da injunção.

Vale destacar que a questão é muito clara quando pede que o candidato analise discursiva e pragmaticamente a passagem que apresenta marcas de injunção, já que a finalidade da injunção na passagem que constitui o gabarito é exatamente instruir, dizer como fazer algo, orientar procedimentos. Portanto, o gabarito é letra A.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-23.

BRANCA
7

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O uso que fazemos da língua em nossas ações de comunicação é sempre mediado por intenções: explicitar certeza, dúvida, obrigatoriedade, sentimentos, entre outros. Esse propósito está tão presente em nosso dia a dia que se materializa na estrutura de nossa língua.

“A língua é fundamentalmente argumentativa, uma vez que, ao interagirmos, seja pela fala, seja pela escrita, estamos imprimindo nossas ideias e argumentos pretendidos.” Ducrot

Ao definirmos e observarmos alguns exemplos de modalizadores discursivos, podemos concluir que não existe interação comunicativa sem modalização, uma vez que, sempre que nos expressamos, estamos indicando nosso ponto de vista em relação ao assunto em questão. A modalização, todavia, pode ser mais explícita ou mais contida.

Os modalizadores discursivos são elementos gramaticais ou lexicais por meio dos quais o autor manifesta determinadas atitudes e/ou posições em relação a um conteúdo e/ou tema específicos.

Em um texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo, o autor deve mostrar a sua habilidade de analisar, de modo coerente e coeso, um determinado tema, com o objetivo de defender um ponto de vista claro a respeito deste mesmo tema. Assim, o autor deve ser hábil em organizar ideias, dados e fatos, ou seja, argumentos e estabelecer relações entre eles de modo a extrair conclusões coerentes.

- **Modalizações Lógicas:** expressam o sentido de possibilidade e certeza por meio de modalizadores como “é possível que”, “é impossível que”, “talvez” etc;
- **Modalizações Deonticas:** expressam o sentido de uma necessidade ou obrigação por meio de modalizadores como “é preciso”, “faz-se necessário” etc e;
- **Modalizações Apreciativas:** expressam o sentido de análise e julgamento por meio de modalizadores como “felizmente”, “infelizmente” dentre outros.

No texto lido, em diversos momentos, o autor utiliza modalizadores discursivos. Em relação às alternativas de respostas, apenas a letra C apresenta uma marca de subjetividade ou de opinião, pois o autor afirma que o uso constante de celular para acalmar crianças **pode** comprometer o desenvolvimento delas. Ele não afirma categoricamente, mas supõe, acredita. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- <https://www.proenem.com.br/enem/enem/modalizadores/>
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BRANCA
10

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – a **questão deverá ser anulada**.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA
13

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

<b>BRANCA</b>
<b>14</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correto que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>
<b>20</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois, se um estado da região Sul também tiver até 12 deputados federais, a fórmula do cálculo de deputados estaduais será a mesma aplicável ao estado do Espírito Santo que também tem até doze. A assertiva “B” é falsa, pelas mesmas razões explanadas na assertiva “A”. A assertiva “C” é verdadeira, pois se Alagoas também tem até 12 deputados, a forma de cálculo é igual à aplicável ao Espírito Santo. A assertiva “D” é falsa, pois a fórmula do cálculo será igual. A assertiva “E” é falsa pois, como Minas Gerais tem mais de 12 deputados federais a fórmula de cálculo será diferente, conforme art. 27 da Constituição Federal. A questão não exige conhecer o número de deputados das regiões Sul e Norte, trata-se apenas de raciocínio lógico. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 27.

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

<b>BRANCA</b>
<b>23</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o servidor efetivo pode ser estável ou ainda estar em estágio probatório A assertiva “B” é falsa pois o servidor pode ser estável por força do art. 19 do ADCT da Constituição e não ter sido aprovado em concurso público. A assertiva “C” é falsa, pois o servidor, seja estável ou não, pode ser exonerado por insuficiência de desempenho, conforme art. 41 ou por excesso de despesa de pessoal, art. 169, ambos da Constituição. A assertiva “D” é falsa, pois o servidor estável demitido injustamente pode ser reintegrado ao cargo, art. 41 da Constituição. A assertiva “E” é verdadeira pois todo servidor, estável ou não, pode ser demitido pela prática de infrações disciplinares. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal e Regime Jurídico dos Servidores Públicos.

<b>BRANCA</b>
<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes .A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

<b>BRANCA</b>
<b>35</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os autores James L. Bowditch L. & Anthony F. Buono afirmam: Poder reservado => Esse aspecto do poder é chamado poder reservado, não pela forma com que o poder é usado por si, porém mais devido às circunstâncias e aos objetivos desejados. Esse item não caracteriza um fator que especifica para as pessoas o poder, ele descreve sobre o uso do poder para evitar o conflito.

Fonte:

- BOWDITCH, James L. & BUONO, Anthony F. – Elementos do Comportamento Organizacional – 2016 – São Paulo – Editora Cengage Learning – Pág. 133.

<b>BRANCA</b>
<b>36</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com os autores Idalberto Chiavenato e Arão Sapiro para sua estratégia organizacional, o Balanced Scorecard (BSC) habilita a organização a alinhar e focar suas equipes de executivos, unidades de negócios, recursos humanos, Tecnologia da Informação e Recursos Financeiros. O item independência, autonomia e autocontrole está vinculado ao item Empreendedorismo Corporativo e não ao BSC, conforme conceituado a seguir:

Empreendedorismo Corporativo

- Fomentando o espírito empreendedor na organização: partindo do pressuposto de que a motivação para realização – ou impulso para melhorar – é fundamental para os empreendedores, procurou-se definir um modelo de treinamento de motivação para a realização, no sentido de desenvolver essa característica e fazê-la aplicável nas situações típicas das organizações. O segundo passo foi desenvolver um projeto de seleção e desenvolvimento de empreendedores (baseado em um estudo realizado em 34 países) para criar os instrumentos adequados de seleção e treinamento. O programa foi lançado por meio de um convenio entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae). Segundo o modelo, as principais características que um empreendedor bem-sucedido deve possuir ou desenvolver são as seguintes:
  - Iniciativa e busca incesante de oportunidades.
  - Perseverança
  - Comprometimento
  - Busca de qualidade e eficiência
  - Coragem para assumir riscos, mas calculados

- Fixação de metas objetivas
- Busca e coleta de informações
- Planejamento e monitoração sistemáticos, isto é, detalhamento de planos e controles
- Capacidade de persuasão e de estabelecer redes de contatos pessoais.
- Independência, autonomia e autocontrole.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto e SAPIRO, Arão – Planejamento Estratégico – da intenção aos resultados – Conhecendo e aplicando o processo proativo de alcançar os objetivos estratégicos desejados. – 4ª Edição – 2020 – São Paulo – Editora Grupo Gen / Atlas = Pág. 233.

<b>BRANCA</b>
<b>45</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme Curvello (2002), a comunicação interna é operada por meio de quatro fluxos: ascendente, descendente, horizontal e transversal (e-mails e uso de tecnologias).

O fluxo horizontal e o circular são o que move a organização no seu dia a dia, situando-se em grande medida no campo informal. No entanto, a comunicação transversal tem o poder de subverter as hierarquias, permitindo a transmissão de mensagens entre as equipes de diferentes setores ou áreas.

O fluxo descendente é o mais dominante nos tipos presentes nas organizações, porque está associado com as relações hierárquicas, em que as informações se originam nos altos escalões e são transmitidas por diferentes canais, incluindo murais, e-mails ou boletins de notícias.

Já o fluxo ascendente se caracteriza pelas informações oriundas dos funcionários e dirigidas para os gestores ou as lideranças. A comunicação ascendente ocorre, portanto, do subordinado para o superior. Nesse caso, podemos citar memorandos escritos, relatórios, reuniões grupais planejadas, conversas informais com o superior. Esse fluxo tem propósito informativo e auxilia na tomada de decisão.

Por este motivo a afirmativa III está incorreta.

Fontes:

- CURVELLO, J. J. A. Comunicação interna e cultura organizacional. Brasília: João José Azevedo Curvello, 2002.
- Aguiar, Fernanda Rocha. et al. Comunicação interna. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

<b>BRANCA</b>
<b>46</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo ALMEIDA (2021, p. 124), house Organ é um periódico endereçado ao público interno. O objetivo desse tipo de produto é levar novidades da empresa para os colaboradores de uma organização, mas pelo viés da instituição. Então, ele é um jornal mais formal, que tem como meta fortalecer o senso de coletivo, de comunidade dentro das empresas, além de motivar e engajar os colaboradores. Para isso, o house organ normalmente aborda, em relação ao conteúdo, fatos e realizações das empresas. Esse tipo de conteúdo jornalístico é desenvolvido na sua totalidade pela equipe de assessoria de imprensa. Ele normalmente não conta com a participação direta dos colaboradores, nem na parte de sugestão de pauta, porque seu objetivo é promover a cultura organizacional da empresa perante seus colaboradores. Então, há aqui um predomínio da visão da organização.

“O assessor de imprensa deve considerar que um jornal da empresa, não raro, pode ser olhado com desconfiança pelos funcionários. É comum que a publicação retrate o padrão, como o chama o empregado, de modo extremamente favorável, sem deixar margem para controvérsias [...]” (FERRARETTO; FERRARETTO, 2009, p. 34).

ALMEIDA ainda afirma que: Outro tipo de jornal muito utilizado na comunicação interna é o jornal mural. Ele tem algumas diferenças em relação ao house organ. A primeira consiste no fato de ele ser mais informal. A segunda diferença é que, normalmente, o jornal mural conta com a ajuda dos colaboradores na sua confecção, seja por meio de sugestões de pauta ou na elaboração das reportagens, e quem sabe até na escrita de uma coluna, por exemplo. O

importante é oferecer esse espaço para que aqueles que desejam possam de fato se envolver diretamente com a publicação.

Fontes:

- FERRARETTO, E. K.; FERRARETTO, L. A. Assessoria de imprensa: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Summus, 2009.
- ALMEIDA, Clarisse de Mendonça. Assessoria de imprensa e outras especificidades no jornalismo. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

<b>BRANCA</b>
<b>55</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo BARRETO (2022), a intencionalidade é um componente central da estratégia de comunicação política pautada nas Fake News e, sobre essa clara deliberação de disseminar teor falso e distorcido. Observa-se, então, a distinção necessária entre o conceito de desinformação e a mera noção de notícias falsas ou mentiras. Fake News são bastante sofisticadas, planejadas desde sua gênese, disseminadas de forma intencional com o intuito de atingir objetivos econômicos ou políticos bastante específicos. Em casos diversos a desinformação também é explorada economicamente, são casos nos quais conteúdos são disseminados em portais pretensamente noticiosos, mas que divulgam manchetes dúbias, enviesadas, sensacionalistas com o intuito de angariar audiência e – especialmente, serem remunerados por anúncios. Diante disso, são intencionalmente falsas, deturpadas e distorcem a realidade factual.

Sobre os efeitos de desinformação contidos nas Fake News, é necessário observar as distinções estabelecidas por Wu et al (Apud RAIS) entre esse termo e as expressões, em língua inglesa, misinformation e desinformation. Apesar de similares, possuem significados diferentes. “Em inglês, misinformation é uma informação falsa ou imprecisa espalhada de forma não intencional, enquanto desinformation é intencionalmente falsa e deliberadamente propagada.” Nessa perspectiva as Fake News devem ser consideradas como desinformação, ou seja, informação criada com o propósito deliberado de enganar ou enviesar os eleitores e cidadãos. Espalhando, assim, desinformação; mentiras, fraudes e teorias da conspiração.

BARRETO também afirma que as fake News são impulsionadas de forma artificial ou orgânica em redes sociais, motores de busca e grupos de WhatsApp/Telegram. As Fake News atingiram a atual centralidade em decorrência das potencialidades advindas com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) propiciadas pela Internet, o desenvolvimento dos smartphones e os novos hábitos arraigados pela cultura digital. Convencionou-se chamar esse novo cenário como Sociedade da Informação, nova era que propiciou o desenvolvimento de várias técnicas, artificiais ou orgânicas, de disseminação de conteúdo pela internet. As estratégias artificiais mais comuns, nas quais as Fake News não raramente se apoiam, são robôs (bots), ciborgues, algoritmos e ativistas em série. Essas táticas servem para inflar artificialmente a repercussão de postagens em redes sociais, pois quanto maior o número de interações (curtidas, compartilhamentos e retuítes) mais ampla é a exposição orgânica das postagens, ou impulsionar mensagens via grupos de WhatsApp.

E por fim ele aborda que elas devem ser associadas ao contexto mais amplo: desinformação não é verdadeira, mas necessita parecer verdadeira. Algo que constantemente provoca questionamentos sobre a real eficácia das Fake News é que, não raro, seu teor pareça exagerado, extravagante e caricato, fatores que levaria os receptores a imediatamente questionar sua autenticidade. É necessário observar que, apesar de procedente a assertiva de que parte do conteúdo parece inverossímil e pouco crível, essas mensagens normalmente despertam emoções ou crenças e, com a Sociedade da Informação e seus múltiplos efeitos na cultura e sociabilidade – há uma tendência de as pessoas serem menos cautelosas ao disseminarem notícias que coadunam com suas crenças ou visões de mundo.

Fontes:

- BARRETO, Irineu. Fake News: anatomia da desinformação, discurso de ódio e erosão da democracia. São Paulo: ExpressaJur, 2022.
- RAIS, Diogo (coord.). FAKE NEWS: a conexão entre desinformação e o Direito. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.



<b>BRANCA</b>
<b>60</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A comunicação administrativa apoia o funcionamento e a estrutura de uma organização. Kunsch (2016b, p. 152) conceitua a comunicação administrativa como “[...] aquela que se processa dentro da organização, no âmbito das funções administrativas; é a que permite viabilizar todo o sistema organizacional, por meio de uma confluência de fluxos e redes”. Para Andrade (1996, p. 34), “[...] ela pode ser definida como o intercâmbio de informações dentro de uma empresa ou repartição, tendo em vista sua maior eficiência e melhor atendimento ao público”.

Comunicação interna é aquele tipo de comunicação que se dirige a um público essencial da organização: os seus colaboradores. Ela não deve ser confundida com a comunicação administrativa, pois é mais ampla e deve ser planejada de forma dirigida. Lemos (apud FARIAS, 2011, p. 156) alerta sobre a complexidade e abrangência da comunicação interna contemporânea: Na revolução dinâmica que se vem experimentando dia-a-dia, a comunicação interna deve considerar três grandes fundamentos: orientar-se para o cidadão nas organizações, estando atenta à ambiência em que se dá, quer interna, quer externa; promover o conhecimento sobre a cultura organizacional e o envolvimento das lideranças com o planejamento e a disseminação das mensagens; ser ágil, verdadeira e parte de um sistema de comunicação integrada. Só assim ajudará as organizações a alcançar seus objetivos e, ao mesmo tempo, oferecerá ao público interno a possibilidade de também alcançar seus próprios objetivos.

Fontes:

- ANDRADE, C. T. S. Dicionário profissional de relações públicas e comunicação e glossário de termos anglo-americanos. 29. ed. rev. e ampl. São Paulo: Summus Editorial, 1996.
- FARIAS, L. A. (org.). Relações públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2011.
- KUNSCH, M. M. K. (org.). Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus Editorial, 2016.
- LERY, Fernanda. et al. Fundamentos e práticas em relações públicas. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

<b>BRANCA</b>
<b>63</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não há cobrança alguma da lei, apesar de citada a referida lei no enunciado da presente questão, tem que haver o CONHECIMENTO. A inclusão da Pessoa com Deficiência em qualquer produção audiovisual é o que há de mais básico. Não se faz, nem se está preparado a fazer uma produção audiovisual, principalmente em um cargo público, se não há esses conhecimentos básicos, esse entre outros. Para se fazer uma produção audiovisual, sabemos que não se pode, por exemplo, exhibir nu, bebidas alcoólicas em determinados horários, porém não é preciso citar leis para isso, é básico. Há de se tomar todos os cuidados devidos afim que se enquadre na legislação vigente, evitando assim multas ou a retirado do produto das mídias de exibição.

A respeito do argumento específico citado sobre o (Filtro Antidiscromatopsia), não existe o Filtro Antidiscromatopsia para colocar na frente de uma câmera ou para exibição, até porque, existe várias graduações de daltonismo, se exhibir as cores “adaptadas” para uns prejudicaria outros e principalmente a maioria que enxerga normalmente. Essa correção com o Filtro Antidiscromatopsia, é de uso pessoal, ou seja, usa-se um óculos com Filtro Antidiscromatopsia.

Fonte:

- Lei 13.146/2015.

<b>BRANCA</b>
<b>64</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Uma paisagem sonora é composta pelos diferentes sons que compõe um determinado ambiente, sejam esses sons de origem natural, humana, industrial ou tecnológica.

Fonte:

- paisagem sonora - Laboratório de Conforto Ambiental – ECOS UFJF <https://www.ufjf.br/ecos/projeto-ecologia-s>

<b>BRANCA</b>
<b>65</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Quem produz o *Story Board*, não é o diretor de cena e sim um desenhista especialista, e, faz baseado no roteiro técnico feito exclusivamente pelo diretor de cena.

Fonte:

- O cinema e a produção: Para quem gosta, faz ou quer fazer cinema (Chris Rodrigues).

<b>BRANCA</b>
<b>70</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não há cobrança alguma da lei, apesar de citada a referida lei no enunciado da presente questão, tem que haver o CONHECIMENTO. Qualquer produção audiovisual é o que há de mais básico. Não se faz, nem se está preparado a fazer uma produção audiovisual, principalmente em um cargo público, se não há esses conhecimentos básicos. Para se fazer uma produção audiovisual, sabemos que não se pode exibir nu, bebidas alcoólicas em determinados horários, porém não é preciso citar leis para isso, é básico. Há de se tomar todos os cuidados devidos afim que se enquadre na legislação vigente, evitando assim multas ou a retirado do produto das mídias de exibição.

Fonte:

- <https://antigo.ancine.gov.br/pt-br/legislacao/leis-e-medidas-provisorias/lei-n-11437-de-28-de-dezembro-de2006#:~:text=Altera%20a%20destinação%20de%20receitas,das%20atividades%20audiovisuais%3B%20altera%20a>

**Cargo: Analista do Executivo - Direito**

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>1</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>6</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto.

Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não

está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e mobilize seus conhecimentos de mundo para chegar à conclusão de que há uma contradição entre os pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito e essa mesma estratégia, que parece inicialmente inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de as crianças adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que elas não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	1	2	10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Essa é uma questão que trabalha com a noção de paráfrase. A paráfrase, originária do grego *para-phrasis* (repetição de uma sentença), constitui-se na recriação textual, tendo como suporte um texto-fonte. Ao parafrasearmos um texto, estamos atribuindo-lhe uma nova “roupagem” discursiva, embora mantendo a mesma ideia contida no texto original. Dessa forma, a única alternativa em que a reescrita não manteve o sentido do texto original, ou seja, a única opção em que não houve paráfrase foi a letra E.

Em A, B, C e D, a mudança de posição do advérbio não provocou alteração de sentido. No entanto, em E, o advérbio “particularmente” incide sobre o adjetivo “negativos. Em EII, “particularmente” passa a incidir sobre “chateadas”, o que provoca sensível alteração de sentido. Portanto, a resposta correta é letra E.

Fontes:

- TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Scipione, 1996. p. 193.
- <http://www.portugues.com.br/redacao/parodiaparafraseexemplosintertextualidade.html>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	2	6	8

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
6	3	10	1

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.

Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O mesmo não acontece com os tipos textuais, que são poucos: **narração, argumentação, exposição, injunção e descrição**.

No texto, a tipologia textual predominante é a exposição, uma vez que o autor expõe, ou seja, analisa alguma ideia, conceito, teoria ou fenômeno. Desse modo, esse tipo textual auxilia principalmente na identificação, instrução e informação de determinado assunto, sendo muito utilizado, por isso, em ambientes educativos (educação escolar, acadêmica, profissional etc.).

Entretanto, em alguns momentos do texto, surgem sequências injuntivas quando o autor afirma que os pesquisadores instruem, sugerem algumas estratégias para acalmar as crianças sem necessariamente usar o celular para isso. Não há marcas linguísticas de imperativo, característica marcante da injunção.

Vale destacar que a questão é muito clara quando pede que o candidato analise discursiva e pragmaticamente a passagem que apresenta marcas de injunção, já que a finalidade da injunção na passagem que constitui o gabarito é exatamente instruir, dizer como fazer algo, orientar procedimentos. Portanto, o gabarito é letra A.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-23.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	4	7	2

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O uso que fazemos da língua em nossas ações de comunicação é sempre mediado por intenções: explicitar certeza, dúvida, obrigatoriedade, sentimentos, entre outros. Esse propósito está tão presente em nosso dia a dia que se materializa na estrutura de nossa língua.

“A língua é fundamentalmente argumentativa, uma vez que, ao interagirmos, seja pela fala, seja pela escrita, estamos imprimindo nossas ideias e argumentos pretendidos.” Ducrot

Ao definirmos e observarmos alguns exemplos de modalizadores discursivos, podemos concluir que não existe interação comunicativa sem modalização, uma vez que, sempre que nos expressamos, estamos indicando nosso ponto de vista em relação ao assunto em questão. A modalização, todavia, pode ser mais explícita ou mais contida.

Os modalizadores discursivos são elementos gramaticais ou lexicais por meio dos quais o autor manifesta determinadas atitudes e/ou posições em relação a um conteúdo e/ou tema específicos.

Em um texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo, o autor deve mostrar a sua habilidade de analisar, de modo coerente e coeso, um determinado tema, com o objetivo de defender um ponto de vista claro a respeito deste mesmo tema. Assim, o autor deve ser hábil em organizar ideias, dados e fatos, ou seja, argumentos e estabelecer relações entre eles de modo a extrair conclusões coerentes.

- **Modalizações Lógicas:** expressam o sentido de possibilidade e certeza por meio de modalizadores como “é possível que”, “é impossível que”, “talvez” etc;
- **Modalizações Deonticas:** expressam o sentido de uma necessidade ou obrigação por meio de modalizadores como “é preciso”, “faz-se necessário” etc e;
- **Modalizações Apreciativas:** expressam o sentido de análise e julgamento por meio de modalizadores como “felizmente”, “infelizmente” dentre outros.

No texto lido, em diversos momentos, o autor utiliza modalizadores discursivos. Em relação às alternativas de respostas, apenas a letra C apresenta uma marca de subjetividade ou de opinião, pois o autor afirma que o uso constante de celular para acalmar crianças **pode** comprometer o desenvolvimento delas. Ele não afirma categoricamente, mas supõe, acredita. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- <https://www.proenem.com.br/enem/enem/modalizadores/>
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	10	4	3

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Pode-se construir a coesão do texto por meio de vários recursos. A ordem das palavras no período, as marcas de gênero e de número, as preposições, os pronomes pessoais, os tempos verbais, os conectivos funcionam também como elos coesivos. Cada um desses elementos gramaticais estabelece conexões, articulações, ligações, concatenando as ideias. Ou seja, a estrutura gramatical das frases trata de criar coesão entre os constituintes de um texto. Um exemplo disso é a concordância. Sempre que respeitamos a concordância, estamos reforçando a coesão.

Em relação à passagem destacada, a locução verbal é constituída pelo verbo auxiliar “poder” mais o verbo principal “haver”, que possui uma concordância especial. O verbo “haver”, no sentido de “existir”, é impessoal. Por isso, a locução verbal “pode haver” permanece no singular. No entanto, se substituirmos o verbo “haver” pelo verbo “existir”, a concordância deverá ser no plural. Sendo assim, a locução ficará “podem existir”. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.
- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática. Teoria e prática**. 25ª Ed. São Paulo: Atual, 1999.
- PASQUALE & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	7	8	4

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Pode-se construir a coesão do texto por meio de vários recursos. A ordem das palavras no período, as marcas de gênero e de número, as preposições, os pronomes pessoais, os tempos verbais, os conectivos funcionam também como elos coesivos. Cada um desses elementos gramaticais estabelece conexões, articulações, ligações, concatenando as ideias. Ou seja, a estrutura gramatical das frases trata de criar coesão entre os constituintes de um texto. Um exemplo disso é a concordância. Sempre que respeitamos a concordância, estamos reforçando a coesão.

Sendo assim, nas alternativas A, B, C e D, tanto a concordância nominal quanto a verbal respeitam as regras estabelecidas pela norma culta escrita. O mesmo não acontece na alternativa E. Nela, há um desvio da concordância verbal, uma vez que “torna” deveria estar flexionado na 3ª pessoa do plural “tornam”, concordando com sujeito composto “meninos e em crianças”. Portanto, o gabarito é letra E.

Fontes:

- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática. Teoria e prática**. 25ª Ed. São Paulo: Atual, 1999.
- PASQUALE & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	8	9	5

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em todo texto de maior extensão, aparecem expressões conectoras – sejam conjunções, preposições, advérbios e respectivas locuções – que criam e sinalizam relações semânticas de diferentes naturezas. Entre as mais comuns, podemos citar as relações de causalidade, de comparação, de concessão, de tempo, de condição, de adição, de oposição etc. Reconhecer o tipo de relação semântica estabelecida por esses elementos de conexão é uma habilidade fundamental para a apreensão da coerência do texto.

FALSO - Em “**Se** aplicado com moderação, pode ser útil” (7º§), **se** estabelece relação semântica de **condição** e pode ser substituído por **desde que**.

VERDADEIRO - Em “uso de aparelhos eletrônicos como método **para** acalmar crianças” (3º§), **para** introduz ideia de **finalidade** e pode ser substituído por **a fim de**.

FALSO - Em “ter dificuldades quando estressadas na escola ou com colegas **à medida que** envelhecem.” (13º§), **à medida que** é uma locução conjuntiva **proporcional** e pode ser substituída por **à proporção que**.

Além disso, é necessário que o candidato reconheça as relações coesivas do texto, mais especificamente as repetições ou substituições, que servem para estabelecer a continuidade textual. Trata-se da coesão sequencial, alvo das duas afirmações a seguir.

VERDADEIRO - Em “o que **os** torna mais propensos a reagir intensamente a sentimentos (4º§), o **os** é um pronome anafórico e retoma os termos “**meninos**” e “**crianças**”.

FALSO - Em “Esses cuidados ajudam a desenvolver habilidades de regulação emocional **que** duram a vida toda.” (12º§), **que** é um pronome relativo anafórico e retoma “**habilidade de regulação emocional**”.

Portanto, respeitando-se a ordem de posição das afirmativas da questão, o gabarito é F – V – V – F – F, letra C.

Fontes:

- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.
- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática. Teoria e prática**. 25ª Ed. São Paulo: Atual, 1999.
- PASQUALE & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	14	12	13

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As alternativas A, B, C e E descrevem corretamente as características dos gêneros da correspondência oficial. De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), a descrição da letra D se refere ao gênero requerimento e não ao memorando, que se caracteriza por ser uma comunicação ágil e fundamentalmente interna, feita entre as unidades administrativas de um mesmo órgão, sendo elas de mesmo nível ou até de níveis diferentes. Além disso, o caráter pode ser administrativo ou até envolver projetos, ideias e diretrizes a serem adotados em certa instância do serviço público. Portanto, a alternativa correta é letra D.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	15	14	11

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada.**

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/1noxZwD>>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	13	11	12

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), a redação oficial deve caracterizar-se por:

- clareza e precisão;
- objetividade;
- concisão;
- coesão e coerência;
- impessoalidade;
- formalidade e padronização; e
- uso da norma padrão da língua portuguesa.

Fundamentalmente, esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no art. 37: “A administração pública direta, indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”. Sendo a publicidade, a impessoalidade e a eficiência princípios fundamentais de toda a administração pública, devem igualmente nortear a elaboração dos atos e das comunicações oficiais. Dessa forma, a prolixidade, que é a tendência para falar ou escrever em excesso; verbosidade. Não é um atributo da redação oficial. Portanto, a alternativa correta é letra B.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	16	20	18

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	16	17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correto que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente

verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	19	17	16

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O padrão lógico da sequência é dado multiplicando-se o termo anterior por 3 e somando-se 1 unidade. Assim: 15, 46, 139, 418, X, 3.766, 11.299

$$15 \cdot 3 + 1 = 46$$

$$46 \cdot 3 + 1 = 139$$

$139 \cdot 3 + 1 = 1255$  é o valor de X cujo produto dos termos é  $1 \cdot 2 \cdot 5 \cdot 5 = 50$ , conforme gabarito preliminar.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	23	22	23

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva "A" é falsa, pois os benefícios calculados pela média são reajustados por índice legal geral e não por paridade com o servidor da ativa (art. 24-A, § 6º). A assertiva "B" é falsa, pois a idade de aposentação da professora é de 57 anos (art. 24, §2º, IV). A assertiva "C" é verdadeira, pois a aposentadoria por invalidez pode ser revista em caso de o servidor recuperar as condições de trabalho (art. 28, pu). A assertiva "D" é falsa, pois o valor dos proventos corresponde à média de 100% do período contributivo (art. 24-A). A assertiva "E" é falsa, pois o servidor que requerer a aposentadoria pode se afastar do cargo a partir da data do requerimento (art. 25, §3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	25	25	22

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva "A" é falsa, pois o benefício de licença maternidade é custeado com recursos do Tesouro e não do RPPS (art. 3º). A assertiva "B" é verdadeira, pois a pensão por morte é devida aos filhos menores de idade seja de servidor ativo ou inativo, na hipótese, falecida no mês anterior ao requerimento. Saliente-se que se o candidato interpretou "mês anterior", com anterior ao implemento de idade, ainda assim a resposta é a mesma (art. 5º). A assertiva "C" é falsa, pois o agente político não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva "D" é falsa, pois o ocupante exclusivamente de cargo em comissão não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva "E" é falsa, pois o benefício de auxílio doença não é custeado com recursos do RPPS (art. 3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.



BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	26	26	24

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o ingresso no cargo pode se dar por provas, sem análise de títulos (art. 3º). A assertiva “B” é falsa, pois a progressão não ocorre durante o estágio probatório (art. 6º). A assertiva “C” é verdadeira, pois corresponde à literalidade da lei (art. 10). A assertiva “D” é falsa, pois a descrição apresentada refere-se à classe (art. 2º). A assertiva “E” é falsa, pois o ao subsídio é vedado somar parcelas remuneratórias (art. 1º, § 1º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 633/2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	22	21	25

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pede para marcar a assertiva em que todas as verbas apontadas se excluem da base de cálculo de incidência da contribuição previdenciária, conforme rol do art. 48 da lei. Na assertiva “A”, o subsídio integra a base de cálculo. Na assertiva “B”, o adicional de caráter permanente integra a base de cálculo. Na assertiva “C”, a vantagem permanente integra a base de cálculo. Na assertiva, “E”, o vencimento integra a base de cálculo. Na assertiva-resposta “D”, as três verbas não integram a base de cálculo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	28	27	30

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital os Títulos da Lei nº 3.043/1975, não incluindo o Título VI, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital – Ética e Legislação - Item 5.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	29	28	28

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois os planos de benefícios no RPC são de “contribuição” definida, art. 20. A assertiva “B” é falsa, pois o servidor pode manter-se filiado, art. 23. A assertiva “C” é verdadeira e expressa o art. 11, p.u. da Lei. A assertiva “D” é falsa, pois será custeado com remunerações já inseridas no plano de custeio. A assertiva “E” é falsa, pois a contribuição normal é, no máximo, paritária, art. 17, § 1º. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar n. 711/2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	33	32	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes. A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	34	33	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Acerca dos níveis da cultura o autor Edgar H. Schein afirma que:

Artefatos => Estruturas e processos organizacionais visíveis.

Crenças e valores expostos => Estratégias, metas, filosofias.

Suposições Básicas => Crenças, percepções, pensamentos e sentimentos.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 24.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	38	37	37

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que o processo de Provisão de pessoas se ancora na pesquisa de mercado de Recursos Humanos, Recrutamento de Pessoas e Seleção de Pessoas.

A aplicação é composta pela integração de pessoas, desenho de cargos, descrição e análise de cargos e avaliação do desempenho.

A manutenção é composta pela remuneração e compensação, benefícios e serviços sociais, higiene e segurança do trabalho e relações sindicais.

O Desenvolvimento integra o Treinamento e Desenvolvimento Organizacional.

A Monitoração faz referência aos Controles de frequência, rotatividade e absenteísmo.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 247.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	39	39	33

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os autores James L. Bowditch L. & Anthony F. Buono afirmam: Poder reservado => Esse aspecto do poder é chamado poder reservado, não pela forma com que o poder é usado por si, porém mais devido às circunstâncias e aos objetivos desejados. Esse item não caracteriza um fator que especifica para as pessoas o poder, ele descreve sobre o uso do poder para evitar o conflito.

Fonte:

- BOWDITCH, James L. & BUONO, Anthony F. – Elementos do Comportamento Organizacional – 2016 – São Paulo – Editora Cengage Learning – Pág. 133.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	32	40	39

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com os autores Idalberto Chiavenato e Arão Sapiro para sua estratégia organizacional, o Balanced Scorecard (BSC) habilita a organização a alinhar e focar suas equipes de executivos, unidades de negócios, recursos humanos, Tecnologia da Informação e Recursos Financeiros. O item independência, autonomia e autocontrole está vinculado ao item Empreendedorismo Corporativo e não ao BSC, conforme conceituado a seguir:

Empreendedorismo Corporativo

- Fomentando o espírito empreendedor na organização: partindo do pressuposto de que a motivação para realização – ou impulso para melhorar – é fundamental para os empreendedores, procurou-se definir um modelo de treinamento de motivação para a realização, no sentido de desenvolver essa característica e fazê-la aplicável nas situações típicas das organizações. O segundo passo foi desenvolver um projeto de seleção e desenvolvimento de empreendedores (baseado em um estudo realizado em 34 países) para criar os instrumentos adequados de seleção e treinamento. O programa foi lançado por meio de um convenio entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae). Segundo o modelo, as principais características que um empreendedor bem-sucedido deve possuir ou desenvolver são as seguintes:
  - Iniciativa e busca incesante de oportunidades.
  - Perseverança
  - Comprometimento
  - Busca de qualidade e eficiência
  - Coragem para assumir riscos, mas calculados
  - Fixação de metas objetivas
  - Busca e coleta de informações
  - Planejamento e monitoração sistemáticos, isto é, detalhamento de planos e controles
  - Capacidade de persuasão e de estabelecer redes de contatos pessoais.
  - Independência, autonomia e autocontrole.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto e SAPIRO, Arão – Planejamento Estratégico – da intenção aos resultados – Conhecendo e aplicando o processo proativo de alcançar os objetivos estratégicos desejados. – 4ª Edição – 2020 – São Paulo – Editora Grupo Gen / Atlas = Pág. 233.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	31	34	32

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Edgar H. Schein todos os itens da questão estão corretos conforme afirmado a seguir:

- I. CORRETO => Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importante em termos da dinâmica cultura de uma dada organização.
- II. CORRETO => Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.
- III. CORRETO => O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
- IV. CORRETO => A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelado por um questionário.
- V. CORRETO => Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 192.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	40	31	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que as comunicações descendentes são aquelas que fluem de cima para baixo, se prestando mais à informações que não apresentam controvérsias, e quando o propósito é mais informativo do que persuasivo.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 389.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	43	42	41

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais não devem ser acolhidas, já que a única resposta correta é a apontada pelo gabarito, pois o equívoco dos recorrentes diz respeito à interpretação do enunciado da questão. Vale esclarecer que é indispensável a atuação do Procurador-Geral de Justiça como legitimado ativo para o controle de constitucionalidade das leis municipais, diante do estabelecido no art. 129, IV, da Constituição, que aponta como função institucional do Ministério Público a promoção da ação de inconstitucionalidade. Ainda, apenas o Ministério Público tem essa função como dever institucional de promover a ação de inconstitucionalidade e por essa razão não pode ser excluído do rol de legitimados ativos ao controle de constitucionalidade, ainda que apenas no tocante a normas municipais. Dessa forma, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5693, o STF fixou a tese de que os Estados-membros da Federação, no exercício da competência outorgada pela Constituição Federal (art. 25, caput, c/c art. 125, § 2º, CF), não podem afastar a legitimidade ativa do Chefe do Ministério Público estadual para propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local.

Fonte:

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.693 CEARÁ - RELATORA: MIN. ROSA WEBER.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>42</b>	<b>41</b>	<b>43</b>	<b>42</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais não devem ser acolhidas, já que o gabarito espelha a resposta correta e o conteúdo programático do edital foi observado – Direito Constitucional – Sistema Tributário Nacional. Verifica-se que a alternativa correta é a letra C, na qual se encontra a sequência V, V, F, F. Sendo assim, constata-se que as afirmativas I e II são verdadeiras. Contudo, a afirmativa III é falsa, pois o princípio da reserva de lei não é absoluto, de maneira que caminha para uma legalidade suficiente, sendo que sua maior ou menor abertura depende da natureza e da estrutura do tributo a que se aplica. Assim, por força da ausência de exauriente e minuciosa definição legal dos serviços compreendidos, no tocante às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia, admite-se o especial diálogo da lei com os regulamentos na fixação do aspecto quantitativo da regra matriz de incidência. Por fim, a alternativa IV é falsa, pois o prazo para que seja observado o princípio da anterioridade é a data da publicação da medida provisória.

**Fontes:**

- Jurisprudência – STJ – Ministra Regina Helena Costa
- Doutrina – Marco Aurélio Greco
- RE 838.284, Rel. Min. Dias Toffoli, Pleno, DJ 19.10.2016; leading case. Repercussão Geral
- RE 568.503/2014

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>43</b>	<b>42</b>	<b>41</b>	<b>43</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal não prospera, de maneira que está correto o gabarito, de maneira que equívoco do recorrente decorre de incorreta interpretação do texto do enunciado da questão. A interpretação conforme à Constituição exige (a) que se tenha uma compreensão prévia do conteúdo do texto constitucional, sendo necessária sua interpretação; (b) tendo essa compreensão prévia, que o intérprete verifique até que ponto cabe ao legislador a livre concretização dos valores constitucionais, expostos por meio de normas jurídicas; (c) que o julgador conheça os seus limites, procurando no texto da norma o sentido compatível com a compreensão verificada da norma constitucional. Para isso, a Constituição é vista como norma superior, com plenas possibilidades de realização das tarefas; (d) que a interpretação conforme à Constituição seja concebida como um mecanismo de controle de constitucionalidade, devido ao fato de o julgador declarar em qual sentido a norma é constitucional, excluindo as demais possibilidades de interpretação.

**Fonte:**

- A interpretação conforme à Constituição – Verfassungskonforme Auslegung – no direito brasileiro - **Gerson dos Santos Sicca**. DISPONÍVEL EM <https://www2.senado.leg.br>

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>44</b>	<b>45</b>	<b>47</b>	<b>46</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “D” é expressão da Súmula Vinculante n. 37 do Supremo Tribunal Federal. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

**Fonte:**

- Súmula Vinculante n. 37 do Supremo Tribunal Federal.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	46	44	47

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “C” é expressão de entendimento do Supremo Tribunal Federal, conforme IF 5101 - RS. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- EMENTA: INTERVENÇÃO FEDERAL. Pagamento de precatório judicial. Descumprimento voluntário e intencional. Não ocorrência. Inadimplemento devido a insuficiência transitória de recursos financeiros. Necessidade de manutenção de serviços públicos essenciais, garantidos por outras normas constitucionais. Precedentes. Não se justifica decreto de intervenção federal por não pagamento de precatório judicial, quando o fato não se deva a omissão voluntária e intencional do ente federado, mas a insuficiência temporária de recursos financeiros. IF 5101, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-176 DIVULG 05-09-2012 PUBLIC 06-09-2012)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	47	45	44

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois os proventos de aposentadoria são acumuláveis nos moldes do art. 37, § 10 da Constituição. A assertiva “B” é falsa, pois os proventos de professor são acumuláveis com um cargo de professor ou um cargo técnico-científico, nos moldes do art. 37, XVI e § 10 da Constituição. As assertivas “C” e “D” são falsas, pois os casos limitam-se aos previstos no art. 37, § 10. A assertiva “E” é verdadeira, pois o cargo de Analista exige formação de nível superior e, portanto, enquadra-se no conceito de cargo científico para fins de acumulação. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 37, inciso XVI e § 10.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	44	46	45

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As assertivas “A”, “B”, “C” e “E” são falsas, pois os servidores efetivos contribuem para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (até o valor que corresponde ao teto do RGPS) e, acima desse valor, contribuem facultativamente para o Regime de Previdência Complementar – RPC, caso façam adesão a algum dos planos de contribuição definida. (art. 40, caput e § 14, 15, e 16 da Constituição Federal e Lei Complementar n. 282/2004, art. 48, § 3º e Lei Complementar n. 711/2013). A assertiva “D” é verdadeira pois o teto de benefícios do RPPS é, atualmente, de R\$ 7.507,49. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- Lei Complementar n. 282/2004
- Lei Complementar n. 711/2013
- Constituição Federal, art. 40.
- Conhecimentos gerais de Previdência Pública.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	50	51	49

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é verdadeira, pois encargo é um elemento accidental do negócio jurídico que traz um ônus relacionado com uma liberalidade. As assertivas “B”, “C” e “E” são falsas, pois nem toda doação é com encargos. A assertiva “D” é falsa, pois a doação é negócio jurídico bilateral. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Código Civil, art. 540.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	51	48	51

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

Conforme definição em página do Senado Federal, *Vacatio Legis* é a “Expressão latina que significa vacância da lei, correspondendo ao período entre a data da publicação de uma lei e o início de sua vigência. Existe para que haja prazo de assimilação do conteúdo de uma nova lei e, durante tal vacância, continua vigorando a lei antiga. A *vacatio legis* vem expressa em artigo no final da lei da seguinte forma: “esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação oficial”. Nesse sentido a resposta correta encontra-se na assertiva “C”. Equívoco de divulgação do Gabarito. RECURSO PROCEDENTE. GABARITO RETIFICADO – RESPOSTA CORRETA “C” A lei considera-se existente; contudo, não tem ainda vigência.

Fontes:

- Senado Federal – definição de *Vacatio Legis*.
- <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/vacatio-legis#:~:text=Express%C3%A3o%20latina%20que%20significa%20vac%C3%A2ncia,continua%20vigorando%20a%20lei%20antiga.>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	48	49	50

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa E.**

A assertiva “A”, é contrária o art. 279 do Código Civil. A assertiva “B”, é contrária ao art. 280. A assertiva “C” contraria o art. 282. A assertiva “D” é falsa pois a renúncia e a remissão não se confundem. A assertiva “E - Havendo a renúncia quanto a apenas um dos devedores, o credor não poderá cobrar do beneficiado a sua quota na dívida, e a solidariedade permanecerá quanto aos demais devedores. A renúncia ao crédito equivale ao perdão, exonerando-se da obrigação o devedor beneficiado, remanescendo para os demais devedores o restante da dívida.” Art. 282 a 285. RECURSO PROCEDENTE. GABARITO RETIFICADO – RESPOSTA CORRETA “E”.

Fonte:

- Código Civil.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	49	50	48

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os bens não são privados pois o enunciado já descreve que são bens públicos. Os bens públicos classificam-se como de uso comum do povo e uso especial, quando afetados e como bens públicos dominiais, dominicais ou patrimoniais quando desafetados, como é o caso narrado na questão. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	52	52	52

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado deixa claro que a pergunta trata da hipótese de aplicação da teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica que é vista no caput do artigo 50 do Código Civil nos termos, “Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica.

Uma vez que se trata de relação jurídica de natureza civil-empresarial os requisitos previstos no artigo 50, acima transcrito, são assim caracterizados: o desvio de finalidade, pelo ato intencional dos sócios de fraudar terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica; a confusão patrimonial, pela inexistência de separação entre o patrimônio da pessoa jurídica e os de seus sócios.

Fonte:

- artigo 50 do Código Civil.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
53	55	54	53

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 782, § 3º do CPC possibilita ao exequente formular requerimento para inserção do nome do executado no cadastro de inadimplentes. O texto da lei não condiciona tal requerimento à comprovação de negativa das entidades mantenedoras do cadastro, pelo que, na situação hipotética apresentada, embora o juiz não seja obrigado a deferir o pedido, considerando o disposto no CPC a justificativa apresentada pelo magistrado está incorreta. No mesmo sentido o entendimento jurisprudencial: STJ, 3ª turma, REsp 1835778-PR (Info 664). O tema indagado na questão refere-se a processos de execução, disposto do CPC e no cronograma do edital.

Fontes:

- Código de Processo Civil, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm).
- STJ, 3ª turma, REsp 1835778-PR, Info 664, disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/Informjuris20/issue/view/504/showToc>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	56	55	54

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 334, § 10 do CPC estabelece que a parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. Sendo assim, é direito da parte se fazer representar em audiência de conciliação por advogado com poderes para negociar e transigir. No mesmo sentido o entendimento jurisprudencial: STJ, 4ª turma (Info 700). Sendo assim, é possível que Suzana constitua seu advogado como legítimo representante, conferindo-lhe procuração específica para negociar e transigir em audiência de conciliação. Trata-se de assunto atinente ao tema atos



processuais, previsto no cronograma editalício.

Fontes:

- Código de Processo Civil, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm).
- STJ, 4ª turma, Info 700, disponível em: <https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisarumaedicao&livre=0700.cod>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
55	54	53	56

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 23, inc. III do CPC dispõe que compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional. Sendo assim, caso Ana e Carlos se divorciem, a partilha do apartamento situado no Rio de Janeiro (bem situado no Brasil), será competência da autoridade judiciária brasileira.

Fonte:

- Código de Processo Civil, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	53	56	55

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no art. 5º, inc. LXIX, o Mandado de Segurança é uma garantia fundamental, regulamentado pela Lei 12.016/09. Tem admissibilidade quando há lesão ou ameaça de lesão ao exercício de direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data. O direito é líquido e certo quando a demonstração de sua existência independe de produção probatória no curso do processo, dispondo o impetrante de provas pré-constituídas que comprovem a lesão ou ameaça ao direito. O art. 6º da LMS estipula o prazo de cento e vinte dias para propositura da ação, entretanto, ultrapassado esse lapso temporal, poderá o interessado se recorrer às vias ordinárias para pleitear o direito. Por fim, no processo de mandado de segurança não são cabíveis a reconvenção e a intervenção de terceiros.

Fonte:

- DINAMARCO, Cândido Rangel; Badaró, Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Teoria Geral do Processo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
57	57	57	57

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O conteúdo relativo a processo civil menciona o Código de Processo Civil na íntegra. Art. 1.048, § 1º “A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição. A legitimidade e interesse são intransferíveis, no caso. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- Código de Processo Civil, art. 1048, §1º.
- STJ - REsp 1.801.884-SP

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	62	59	60

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Quanto aos atos administrativos, a assertiva “A” está incorreta, pois o ato possui vício de motivo e o desfazimento se dá por anulação. A assertiva “B” é incorreta, pois a caducidade é a retirada do ato por superveniência de lei incompatível com sua manutenção, não se aplicando ao caso. A assertiva “C” é falsa pois o vício de motivo implica a anulação do ato, ademais, a cassação opera-se quando o particular descumpra as condições de manutenção do ato. A assertiva “D” é falsa pois vício de competência indelegável não é sanável por convalidação. A assertiva “E” é verdadeira pois a forma “pregão” não se presta a contratação de obras. Neste caso, impõe-se a anulação do ato administrativo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	61	60	61

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Apesar de que o enunciado não se refere à aplicação subsidiária da lei de licitações, a ausência dessa informação no enunciado tornou a assertiva “A” também uma resposta possível, nos moldes do art. 186 da Lei nº 14.133/2021. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Nova Lei de Licitações.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	63	63	62

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nos termos do art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 64/1994, a licença paternidade é deferida diretamente pelo departamento de pessoal, a licença classista não é devida ao ocupante de cargo em comissão, a licença militar pode ser requerida e comprovada pelo servidor, a licença para a atividade política é para concorrer ao pleito e não se confunde com o afastamento para exercício de mandato eletivo. A assertiva “E” é verdadeira e corresponde ao previsto no art. 122, § 2º da lei. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 64/1994.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
61	64	58	63

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois a comissão de seleção é órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos. A assertiva “B” é falsa, pois o procedimento descrito é o chamamento público. A assertiva “C” é verdadeira e corresponde ao acordo de cooperação, conforme art. 2º, VIII-A. As assertivas “D” e “E” são falsas pois estão com os proponentes invertidos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei nº 13.019/2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
62	65	64	64

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o servidor não praticou qualquer infração (art. 30). A assertiva “B” é falsa, pois o estatuto não prevê este tipo de ausência (art. 30). A assertiva “C” é falsa, pois o servidor perderá 1/3 da remuneração (art. 29). A assertiva “D” é verdadeira, conforme art. 29, II. A assertiva “E” é falsa, pois o motivo da ausência é permitido, conforme art. 30, V, c. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 64/1994.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
63	58	65	59

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o servidor responde em ação regressiva e não diretamente, A assertiva “B” é verdadeira, art. 37, § 6º da Constituição Federal. A assertiva “C” é falsa pois, no Brasil não se adota a teoria da culpa (teoria pela qual só se responde por atos ilícitos). A assertiva “D” é falsa, pois a Secretaria não tem personalidade jurídica. A assertiva “E” é falsa pois a responsabilidade do Estado é pela teoria do risco administrativo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
64	59	61	65

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nas assertivas “A”, “B”, “D” e “E”, foram citadas entidades do terceiro setor e da administração indireta. Na assertiva “C”, apenas há entidades do Terceiro Setor. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
65	60	62	58

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O verbo no futuro “coexistirá” remete ao período de vigência pós 1º de abri de 2023, quando a Lei 10.520/22 restará revogada pelo art. 193 da Lei nº 14.133/2021. A modalidade de pregão existirá, porém não no formato da Lei nº 10.520/02 RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei 14.133/2021.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>	<b>AMARELA</b>	<b>AZUL</b>
<b>68</b>	<b>67</b>	<b>67</b>	<b>68</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão pedia que fosse marcada a alternativa incorreta. E, de fato, a alternativa “B” está incorreta, pois afirma que os efeitos da decisão retroagirão à data da interposição do recurso. No entanto, o art. 155 da Lei Complementar Estadual nº 46, de 31 de janeiro de 1994 estabelece que “**Art. 155** - O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade recorrida. **Parágrafo único** - Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.”

Fonte:

- Lei Complementar Estadual n.º 46, de 31 de janeiro de 1994.

**Cargo: Analista do Executivo - Educação Física**

<b>BRANCA</b>
<b>5</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

<b>BRANCA</b>
<b>10</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada.**

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

<b>BRANCA</b>
<b>13</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

<b>BRANCA</b>
<b>14</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correto que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>
<b>20</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois, se um estado da região Sul também tiver até 12 deputados federais, a fórmula do cálculo de deputados estaduais será a mesma aplicável ao estado do Espírito Santo que também tem até doze. A assertiva “B” é falsa, pelas mesmas razões explanadas na assertiva “A”. A assertiva “C” é verdadeira, pois se Alagoas também tem até 12 deputados, a forma de cálculo é igual à aplicável ao Espírito Santo. A assertiva “D” é falsa, pois a fórmula do cálculo será igual. A assertiva “E” é falsa pois, como Minas Gerais tem mais de 12 deputados federais a fórmula de cálculo será diferente, conforme art. 27 da Constituição Federal. A questão não exige conhecer o número de deputados das regiões Sul e Norte, trata-se apenas de raciocínio lógico. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 27.

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

<b>BRANCA</b>
<b>23</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o servidor efetivo pode ser estável ou ainda estar em estágio probatório A assertiva “B” é falsa pois o servidor pode ser estável por força do art. 19 do ADCT da Constituição e não ter sido aprovado em concurso público. A assertiva “C” é falsa, pois o servidor, seja estável ou não, pode ser exonerado por insuficiência de desempenho, conforme art. 41 ou por excesso de despesa de pessoal, art. 169, ambos da Constituição. A assertiva “D” é falsa, pois o servidor estável demitido injustamente pode ser reintegrado ao cargo, art. 41 da Constituição. A assertiva “E” é verdadeira pois todo servidor, estável ou não, pode ser demitido pela prática de infrações disciplinares. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal e Regime Jurídico dos Servidores Públicos.

<b>BRANCA</b>
<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes .A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

<b>BRANCA</b>
<b>37</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Edgar H. Schein todos os itens da questão estão corretos conforme afirmado a seguir:

- VI. CORRETO => Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importante em termos da dinâmica cultura de uma dada organização.
- VII. CORRETO => Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.

- VIII. CORRETO =>O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
- IX. CORRETO => A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelado por um questionário.
- X. CORRETO => Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 192.

<b>BRANCA</b>
<b>44</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

A questão solicitava que fosse assinalada a ação que o líbero não pode realizar no voleibol. Devido à falta da palavra EXCETO, a questão possui quatro alternativas corretas – A, B, C e E, e a alternativa D, apresentada como resposta no gabarito, não é correta. Desta forma considera-se plausíveis os argumentos dos recursos apresentados à esta questão. Assim, é pertinente que a questão seja anulada.

Fonte:

- Líbero no vôlei: função, o que pode e o que não pode fazer. Disponível em: <https://www.esportelandia.com.br/volei/libero-no-volei/>

<b>BRANCA</b>
<b>49</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O texto recurso recursal alega que a identificação e a criação de um padrão não são componentes da biometria, porém a criação de um padrão é um processo onde o formato inicial é convertido a um formato padrão onde este possa ser armazenado. Desta forma, a criação de um padrão integra os componentes da biometria. Deste modo, o referido recurso se caracteriza como improcedente.

Fonte:

- ESCOLA, Equipe Brasil. "Biometria"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/informatica/biometria.htm>. Acesso em 29 de janeiro de 2023.

<b>BRANCA</b>
<b>52</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão solicita que seja assinalada a alternativa que corresponda à exceção de facultatividade da prática de educação física. O argumento recursal é de que houve erro na divulgação do gabarito, que traz a letra D como resposta (Que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a oito horas). O texto recursal afirma que uma vez que se trabalha seis horas já seria facultativo, oito horas também será facultativo. Porém o texto do inciso I do parágrafo 3º do artigo 26 da lei 9.394/96 é: “que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas”, o que torna a alternativa D a resposta correta. Deste modo, o referido recurso se caracteriza como improcedente.

Fonte:

- Educação Física - Obrigatoriedade da Disciplina. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12962-educacao-fisica-obrigatoriedade-da-disciplina>

<b>BRANCA</b>
<b>58</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O argumento recursal apresenta erro na divulgação do gabarito por interpretar que a afirmação I está correta, o que faria da alternativa A, a resposta correta. Porém o texto da afirmação I apresenta um erro: ...”transformar suas vidas e reduzir as diferenças, os preconceitos, o autoconceito, a autoestima e a responsabilidade”. O correto seria: transformar suas vidas e reduzir as diferenças, os preconceitos e melhorar o autoconceito, a autoestima e a responsabilidade. Desta forma, o referido recurso se caracteriza como improcedente.

Fonte:

- RAASCH, Emera Vieira et al. AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO EDUCANDO. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/as-contribuicoes-da-educacao-fisica-escolar-na-formacao-do-educando.pdf>

<b>BRANCA</b>
<b>59</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O texto recursal alega erro na divulgação do gabarito e que a resposta “Luxação” seja considerada a correta. Ocorre que exatamente esta é a resposta correta divulgada: letra D: luxação. Desta forma, o referido recurso se caracteriza como improcedente.

Fonte:

- VARELLA, Drauzio. LUXAÇÃO. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/luxacao/>

<b>BRANCA</b>
<b>65</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Está cientificamente comprovado, sendo algo incorporado ao senso comum, que ser fisicamente ativo contribui para preservar e recuperar a boa saúde do corpo e da mente. Os efeitos favoráveis da reabilitação cardiovascular (RCV) com ênfase nos exercícios físicos têm sido consistentemente documentados, inclusive em meta-análises de estudos clínicos randomizados, que demonstram significativas reduções da morbimortalidade cardiovascular e global, bem como da taxa de hospitalização, com expressivo ganho de qualidade de vida, justificando a sua consensual e enfática recomendação pelas principais sociedades médicas mundiais.

O sedentarismo, que apresenta elevada prevalência no Brasil e no mundo, está fortemente relacionado às doenças cardiovasculares (DCV) e à mortalidade precoce. Em contrapartida, maiores volumes de atividade física são positivamente associados à melhor qualidade e à maior expectativa de vida, existindo uma forte e inversa associação dos diferentes componentes da aptidão física com a mortalidade por todas as causas e com a ocorrência de eventos cardiovasculares desfavoráveis. Ou seja, quanto menor o nível de aptidão física, maior tende ser a taxa de mortalidade. Portanto, o principal objetivo da RCV com ênfase nos exercícios físicos é propiciar uma melhora dos componentes da aptidão física, tanto aeróbico quanto não aeróbicos (força/potência muscular, flexibilidade, equilíbrio), algo que exige a combinação de diferentes modalidades de treinamento. Assim, a RCV deve proporcionar os mais elevados níveis de aptidão física passíveis de obtenção, de modo a reduzir o risco de eventos cardiovasculares e promover todos os outros benefícios a serem auferidos pela prática regular de exercícios físicos, culminando com a redução da mortalidade geral.

Fontes:

- <https://www.scielo.br/j/abc/a/WT7xLVrC4KZnNf7xNMkky6N/>
- <https://www.scielo.br/j/abc/a/WT7xLVrC4KZnNf7xNMkky6N/>
- Diretrizes Reabilitação Cardiovascular 2020.



<b>BRANCA</b>
<b>67</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para Frame, Richard e Joseph (2011), hipotermia é a situação na qual a temperatura corporal central está abaixo de 35°C. Nesse caso, a vítima se torna incapaz de gerar calor suficiente para retornar à homeostasia ou às funções corporais normais. Ambientes muito frios, imersão ou submersão em água fria e perda maciça de sangue podem desencadear a hipotermia, sendo que temperaturas corporais abaixo de 26°C são extremamente perigosas, podendo até desencadear o coma por hipotermia grave. Ao prestar socorro para uma vítima de hipotermia, pode haver dificuldades em precisar a temperatura corporal.

Sendo assim, os principais sinais e sintomas para avaliação são apresentados a seguir (KARREN et al., 2013): • Pele pálida, fria, com aspecto seroso, podendo ficar cianótica; • **Calafrios incontroláveis**; • Fala vaga, lenta, arrastada e inarticulada; • Lapsos de memória, incoerência, desorientação e confusão mental; • Andar cambaleante; • Tontura; • Rigidez muscular; • Resposta lenta das pupilas; • Frequência cardiorrespiratória irregular; • Desidratação; • Sonolência; • Exaustão física; • Inconsciência.

Os sintomas decorrentes dos acidentes pelo calor são muito variados (KARREN et al., 2013), caracterizando-se em: • Fraqueza ou desmaio; • Palidez ou vermelhidão; • Elevação de temperatura corporal; • Dificuldade respiratória; • Frequência cardíaca alterada; • Cefaleia; • Náuseas e vômitos; • Dores abdominais; • Pele seca e quente; • Boca seca e lábios ressecados • Tonturas ou vertigens; • Sede e desidratação.

Fonte:

- file:///E:/Downloads/Primeiros%20Socorros%20e%20Atua%C3%A7%C3%A3o%20do%20Profissional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20-%20livro%2020%20-%20CREF.pdf

<b>BRANCA</b>
<b>68</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Primeiros socorros de crianças com obstrução total e conscientes:

- O professor de Educação Física deve se posicionar de joelhos atrás da vítima e realizar repetidas compressões abdominais (manobra de Heimlich) até a desobstrução, ou a vítima ficará inconsciente.

Primeiros socorros de adultos com obstrução total e conscientes (manobra de Heimlich)

- Posicionar-se atrás da vítima (SANTOS, 2014);
- Circundar os braços ao redor da cintura da vítima, de modo que as mãos se encontrem à frente da região abdominal;
- Posicionar uma das mãos fechada, com a face do polegar encostada na parede abdominal, entre o apêndice xifoide e a cicatriz umbilical;
- Com a outra mão espalmada sobre a primeira, comprimir o abdômen, na região do diafragma, com movimentos rápidos para trás e para cima;
- Repetir a compressão até a desobstrução, ou a vítima ficará inconsciente;
- Nos casos de vítimas obesas ou gestantes no último trimestre, comprime-se o centro do osso esterno, ou seja, a compressão é torácica e não abdominal.

Fonte:

- file:///E:/Downloads/Primeiros%20Socorros%20e%20Atua%C3%A7%C3%A3o%20do%20Profissional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20-%20livro%2020%20-%20CREF.pdf

BRANCA
10

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada.**

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA
13

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA
18

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 18, § 4º da Constituição Federal prevê a possibilidade de criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, com consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Contudo, a lei complementar de que trata o referido dispositivo ainda não foi editada. Houve a tentativa de dois projetos de lei complementar para tratar da matéria, entretanto, ambos foram vetados pelo Presidente da República. Ocorre que, mesmo sem a regulamentação por lei complementar, diversas leis estaduais foram editadas para tratar da matéria, o que afrontava diretamente o texto constitucional. Com isso, algumas ADI foram propostas perante o STF, questionando a validade das referidas leis estaduais. Para contornar a inconstitucionalidade, o Poder Legislativo emendou o texto constitucional que acrescentou o art. 96 do ADCT, convalidando os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios até 31/12/2006. O tema abordado está relacionado à Organização do Estado, art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil. A Constituição Federal é composta de preâmbulo, corpo normativo e ADCT. O tópico 1 do cronograma de matérias do edital especifica: “1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

**Cargo: Analista do Executivo - Engenharia Ambiental**

<b>BRANCA</b>
<b>2</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto.

Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto para identificar que a única alternativa que não encontra respaldo no texto é a letra A, uma vez que em momento algum se afirma que os pais passaram a permitir que as crianças usassem o celular ainda com mais frequência para controlarem seu comportamento em casa durante a pandemia. Inclusive, a pesquisa apresentada no texto foi realizada antes da pandemia da Covid-19, entre 2018 e 2020. Essa informação se encontra no 3º parágrafo. Portanto, o gabarito é letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocação e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

<b>BRANCA</b>
<b>6</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.

Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O mesmo não acontece com os tipos textuais, que são poucos: **narração, argumentação, exposição, injunção e descrição**.

No texto, a tipologia textual predominante é a exposição, uma vez que o autor expõe, ou seja, analisa alguma ideia, conceito, teoria ou fenômeno. Desse modo, esse tipo textual auxilia principalmente na identificação, instrução e informação de determinado assunto, sendo muito utilizado, por isso, em ambientes educativos (educação escolar, acadêmica, profissional etc.).

Entretanto, em alguns momentos do texto, surgem sequências injuntivas quando o autor afirma que os pesquisadores instruem, sugerem algumas estratégias para acalmar as crianças sem necessariamente usar o celular para isso. Não há marcas linguísticas de imperativo, característica marcante da injunção.

Vale destacar que a questão é muito clara quando pede que o candidato analise discursiva e pragmaticamente a passagem que apresenta marcas de injunção, já que a finalidade da injunção na passagem que constitui o gabarito é exatamente instruir, dizer como fazer algo, orientar procedimentos. Portanto, o gabarito é letra A.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

<b>BRANCA</b>
<b>10</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada**.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

<b>BRANCA</b>
<b>13</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, na qual a questão foi anulada.

<b>BRANCA</b>
<b>20</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois, se um estado da região Sul também tiver até 12 deputados federais, a fórmula do cálculo de deputados estaduais será a mesma aplicável ao estado do Espírito Santo que também tem até doze. A assertiva “B” é falsa, pelas mesmas razões explanadas na assertiva “A”. A assertiva “C” é verdadeira, pois se Alagoas também tem até 12 deputados, a forma de cálculo é igual à aplicável ao Espírito Santo. A assertiva “D” é falsa, pois a fórmula do cálculo será igual. A assertiva “E” é falsa pois, como Minas Gerais tem mais de 12 deputados federais a fórmula de cálculo será diferente, conforme art. 27 da Constituição Federal. A questão não exige conhecer o número de deputados das regiões Sul e Norte, trata-se apenas de raciocínio lógico. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 27.

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

<b>BRANCA</b>
<b>25</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois os Municípios não podem instituir Tribunais de Contas. A assertiva “B” é verdadeira, pois a revogação é o desfazimento de atos administrativos por critério de conveniência e oportunidade e esta competência discricionária não se transfere ao Poder Judiciário. O Poder Judiciário examina a ilegalidade dos atos, deste modo, o comando de desfazimento denomina-se anulação. As assertivas “C” e “D” são falsas, pois um ato só pode ser susinado ou suspenso “após existir”, o que significa dizer que o controle é posterior. A assertiva “E” é falsa, pois apenas a própria Administração ou o Poder Judiciário podem anular os referidos atos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

<b>BRANCA</b>
<b>33</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que a centralização de controle, como o termo sugere, consiste na centralização do gerenciamento de processos e das tomadas de decisão nas mãos de uma área específica ou de um grupo de pessoas da empresa. Os princípios são claros em descentralizar e não centralizar.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – *Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 247.*

<b>BRANCA</b>
<b>44</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o Art. 3º da Lei 9.985/2000, “O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais”. O artigo 11 da referida lei estabelece que “o Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” e que “quando as unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.” Desta forma, de acordo com o site oficial do IEMA/ES, é fato notório e público que o Estado do Espírito Santo possui, formalmente, 17 Unidades de Conservação, sendo que 06 são Parques Estaduais e 06 Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Fontes:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)
- <https://iema.es.gov.br/unidades-de-conservacao>
- [https://iema.es.gov.br/Media/iema/Unidades%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o/IEMA%20-%20Unidades%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20Esp%C3%ADrito%20Santo%2012\\_21.pdf](https://iema.es.gov.br/Media/iema/Unidades%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o/IEMA%20-%20Unidades%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20Esp%C3%ADrito%20Santo%2012_21.pdf)

<b>BRANCA</b>
<b>62</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A vazão  $Q_{7,10}$  pode ser entendida como o valor anual da média de 7 vazões diárias consecutivas que pode se repetir, em média, uma só vez a cada dez anos, ou seja, período de retorno de 10 anos. Esta medida de vazão tem caráter bastante restritivo, pois reflete uma situação de severa escassez, mas, ainda assim, alguns estados fixam como máxima vazão outorgável apenas uma porcentagem da mesma, assumindo uma postura mais conservadora.

Fonte:

- VON SPERLING, M. Estudos e modelagem da qualidade da água de rios. 7. Ed. Belo Horizonte, MG: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 588p.

<b>BRANCA</b>
<b>66</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão contextualiza a sobre o Decreto 4.821/2002 desta forma, ao caracterizar o órgão gestor ou comitê gestor a questão com caráter interpretativo visa atender as atribuições implementando projetos de recuperação e preservação, gerenciando assim metodologias ambientais.

Fonte:

- Brasil. Decreto 4821 de 25 de junho de 2002.

**Cargo: Analista do Executivo - Engenharia Civil**

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>1</b>	<b>5</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto.

Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e mobilize seus conhecimentos de mundo para chegar à conclusão de que há uma contradição entre os pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito e essa mesma estratégia, que parece inicialmente inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de as crianças adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que elas não encaram suas frustrações e dificuldades,

apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra D.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE
5	2

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE
6	4

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.

Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O mesmo não acontece com os tipos textuais, que são poucos: **narração, argumentação, exposição, injunção e descrição**.

No texto, a tipologia textual predominante é a exposição, uma vez que o autor expõe, ou seja, analisa alguma ideia, conceito, teoria ou fenômeno. Desse modo, esse tipo textual auxilia principalmente na identificação, instrução e informação de determinado assunto, sendo muito utilizado, por isso, em ambientes educativos (educação escolar, acadêmica, profissional etc.).

Entretanto, em alguns momentos do texto, surgem sequências injuntivas quando o autor afirma que os pesquisadores

instruem, sugerem algumas estratégias para acalmar as crianças sem necessariamente usar o celular para isso. Não há marcas linguísticas de imperativo, característica marcante da injunção.

Vale destacar que a questão é muito clara quando pede que o candidato analise discursiva e pragmaticamente a passagem que apresenta marcas de injunção, já que a finalidade da injunção na passagem que constitui o gabarito é exatamente instruir, dizer como fazer algo, orientar procedimentos. Portanto, o gabarito é letra A.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BRANCA	VERDE
7	3

### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O uso que fazemos da língua em nossas ações de comunicação é sempre mediado por intenções: explicitar certeza, dúvida, obrigatoriedade, sentimentos, entre outros. Esse propósito está tão presente em nosso dia a dia que se materializa na estrutura de nossa língua.

“A língua é fundamentalmente argumentativa, uma vez que, ao interagirmos, seja pela fala, seja pela escrita, estamos imprimindo nossas ideias e argumentos pretendidos.” Ducrot

Ao definirmos e observarmos alguns exemplos de modalizadores discursivos, podemos concluir que não existe interação comunicativa sem modalização, uma vez que, sempre que nos expressamos, estamos indicando nosso ponto de vista em relação ao assunto em questão. A modalização, todavia, pode ser mais explícita ou mais contida.

Os modalizadores discursivos são elementos gramaticais ou lexicais por meio dos quais o autor manifesta determinadas atitudes e/ou posições em relação a um conteúdo e/ou tema específicos.

Em uma texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo, o autor deve mostrar a sua habilidade de analisar, de modo coerente e coeso, um determinado tema, com o objetivo de defender um ponto de vista claro a respeito deste mesmo tema. Assim, o autor deve ser hábil em organizar ideias, dados e fatos, ou seja, argumentos e estabelecer relações entre eles de modo a extrair conclusões coerentes.

- Modalizações Lógicas:** expressam o sentido de possibilidade e certeza por meio de modalizadores como “é possível que”, “é impossível que”, “talvez” etc;
- Modalizações Deonticas:** expressam o sentido de uma necessidade ou obrigação por meio de modalizadores como “é preciso”, “faz-se necessário” etc e;
- Modalizações Apreciativas:** expressam o sentido de análise e julgamento por meio de modalizadores como “felizmente”, “infelizmente” dentre outros.

No texto lido, em diversos momentos, o autor utiliza modalizadores discursivos. Em relação às alternativas de respostas, apenas a letra C apresenta uma marca de subjetividade ou de opinião, pois o autor afirma que o uso constante de celular para acalmar crianças **pode** comprometer o desenvolvimento delas. Ele não afirma categoricamente, mas supõe, acredita. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- <https://www.proenem.com.br/enem/enem/modalizadores/>
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BRANCA	VERDE
9	10

### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As alternativas A, B, C e E descrevem corretamente as características dos gêneros da correspondência oficial. De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), a descrição da letra D se refere ao gênero requerimento e não ao memorando, que se caracteriza por ser uma comunicação ágil e fundamentalmente interna, feita entre as unidades administrativas de um mesmo órgão, sendo elas de mesmo nível ou até de níveis diferentes. Além disso, o caráter pode ser administrativo ou até envolver projetos, ideias e diretrizes a serem adotados em certa



instância do serviço público. Portanto, a alternativa correta é letra D.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE
10	9

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada**.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE
13	12

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, na qual a questão foi anulada.

BRANCA	VERDE
14	15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correto que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
18	16

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 18, § 4º da Constituição Federal prevê a possibilidade de criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, com consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Contudo, a lei complementar de que trata o referido dispositivo ainda não foi editada. Houve a tentativa de dois projetos de lei complementar para tratar da matéria, entretanto, ambos foram vetados pelo Presidente da República. Ocorre que, mesmo sem a regulamentação por lei complementar, diversas leis estaduais foram editadas para tratar da matéria, o que afrontava diretamente o texto constitucional. Com isso, algumas ADI foram propostas perante o STF, questionando a validade das referidas leis estaduais. Para contornar a inconstitucionalidade, o Poder Legislativo emendou o texto constitucional que acrescentou o art. 96 do ADCT, convalidando os atos de criação, fusão,

incorporação e desmembramento de Municípios até 31/12/2006. O tema abordado está relacionado à Organização do Estado, art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil. A Constituição Federal é composta de preâmbulo, corpo normativo e ADCT. O tópico 1 do cronograma de matérias do edital especifica: “1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitucao/constitucao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm).
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>19</b>	<b>20</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para governador, não se exige que seja brasileiro nato, não há idade máxima de setenta anos e a mínima é de trinta anos, além disso, deve se desincompatibilizar 6 meses antes do pleito RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 14, § 6º.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>22</b>	<b>25</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>23</b>	<b>21</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o servidor efetivo pode ser estável ou ainda estar em estágio probatório A assertiva “B” é falsa pois o servidor pode ser estável por força do art. 19 do ADCT da Constituição e não ter sido aprovado em concurso público. A assertiva “C” é falsa, pois o servidor, seja estável ou não, pode ser exonerado por insuficiência de desempenho, conforme art. 41 ou por excesso de despesa de pessoal, art. 169, ambos da Constituição. A assertiva “D” é falsa, pois o servidor estável demitido injustamente pode ser reintegrado ao cargo, art. 41 da Constituição. A assertiva “E” é verdadeira pois todo servidor, estável ou não, pode ser demitido pela prática de infrações disciplinares. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal e Regime Jurídico dos Servidores Públicos.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>27</b>	<b>28</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o benefício de licença maternidade é custeado com recursos do Tesouro e não do RPPS (art. 3º). A assertiva “B” é verdadeira, pois a pensão por morte é devida aos filhos menores de idade seja de servidor ativo ou inativo, na hipótese, falecida no mês anterior ao requerimento. Saliente-se que se o candidato interpretou “mês anterior”, com anterior ao implemento de idade, ainda assim a resposta é a mesma (art. 5º). A assertiva “C” é falsa, pois o agente político não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “D” é falsa, pois o ocupante exclusivamente de cargo em comissão não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “E” é falsa, pois o benefício de auxílio doença não é custeado com recursos do RPPS (art. 3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>28</b>	<b>29</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o ingresso no cargo pode se dar por provas, sem análise de títulos (art. 3º). A assertiva “B” é falsa, pois a progressão não ocorre durante o estágio probatório (art. 6º). A assertiva “C” é verdadeira, pois corresponde à literalidade da lei (art. 10). A assertiva “D” é falsa, pois a descrição apresentada refere-se à classe (art. 2º). A assertiva “E” é falsa, pois o ao subsídio é vedado somar parcelas remuneratórias (art. 1º, § 1º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 633/2012.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>31</b>	<b>34</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes .A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>32</b>	<b>37</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Acerca dos níveis da cultura o autor Edgar H. Schein afirma que:

Artefatos => Estruturas e processos organizacionais visíveis.

Crenças e valores expostos => Estratégias, metas, filosofias.

Suposições Básicas => Crenças, percepções, pensamentos e sentimentos.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 24.

BRANCA	VERDE
35	38

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os autores James L. Bowditch L. & Anthony F. Buono afirmam: Poder reservado => Esse aspecto do poder é chamado poder reservado, não pela forma com que o poder é usado por si, porém mais devido às circunstâncias e aos objetivos desejados. Esse item não caracteriza um fator que especifica para as pessoas o poder, ele descreve sobre o uso do poder para evitar o conflito.

Fonte:

- BOWDITCH, James L. & BUONO, Anthony F. – Elementos do Comportamento Organizacional – 2016 – São Paulo – Editora Cengage Learning – Pág. 133.

BRANCA	VERDE
36	33

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com os autores Idalberto Chiavenato e Arão Sapiro para sua estratégia organizacional, o Balanced Scorecard (BSC) habilita a organização a alinhar e focar suas equipes de executivos, unidades de negócios, recursos humanos, Tecnologia da Informação e Recursos Financeiros. O item independência, autonomia e autocontrole está vinculado ao item Empreendedorismo Corporativo e não ao BSC, conforme conceituado a seguir:

Empreendedorismo Corporativo

- Fomentando o espírito empreendedor na organização: partindo do pressuposto de que a motivação para realização – ou impulso para melhorar – é fundamental para os empreendedores, procurou-se definir um modelo de treinamento de motivação para a realização, no sentido de desenvolver essa característica e fazê-la aplicável nas situações típicas das organizações. O segundo passo foi desenvolver um projeto de seleção e desenvolvimento de empreendedores (baseado em um estudo realizado em 34 países) para criar os instrumentos adequados de seleção e treinamento. O programa foi lançado por meio de um convenio entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae). Segundo o modelo, as principais características que um empreendedor bem-sucedido deve possuir ou desenvolver são as seguintes:
  - Iniciativa e busca incesante de oportunidades.
  - Perseverança
  - Comprometimento
  - Busca de qualidade e eficiência
  - Coragem para assumir riscos, mas calculados
  - Fixação de metas objetivas
  - Busca e coleta de informações
  - Planejamento e monitoração sistemáticos, isto é, detalhamento de planos e controles
  - Capacidade de persuasão e de estabelecer redes de contatos pessoais.
  - Independência, autonomia e autocontrole.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto e SAPIRO, Arão – Planejamento Estratégico – da intenção aos resultados – Conhecendo e aplicando o processo proativo de alcançar os objetivos estratégicos desejados. – 4ª Edição – 2020 – São Paulo – Editora Grupo Gen / Atlas = Pág. 233.

BRANCA	VERDE
37	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Edgar H. Schein todos os itens da questão estão corretos conforme afirmado a seguir:

- I. CORRETO => Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importante em termos da dinâmica cultura de uma dada organização.
- II. CORRETO => Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.
- III. CORRETO =>O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
- IV. CORRETO => A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelado por um questionário.
- V. CORRETO => Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 192.

BRANCA	VERDE
42	53

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com a NBR 6122, a execução de lastro é obrigatória para Sapatas e Blocos, porém também deixa subentendido que deve ser usada em radier. Não há clara e expressa obrigatoriedade na execução de lastro, mas fica subentendido que sim, o que é corroborado por diversos autores em suas obras. Dessa forma, revisando a questão de uma forma mais criteriosa, a banca conclui que se faz necessário anular a questão, pois todas as alternativas apresentam critérios a serem seguidos na execução de uma fundação em radier, para que esta não venha a apresentar problemas estruturais e de patologias.

Fontes:

- ABNT. NBR 6122: Projeto e Execução de Fundações. Rio de Janeiro: 2010.
- ABNT. NBR 6122: Projeto e Execução de Fundações. Rio de Janeiro: 2022.
- PINTO, S.A. Manual de Fundações. Salvador: 2B, 2018.
- SALGADO, Júlio César Pereira. Livro Técnicas e Práticas Construtivas: da Implantação ao Acabamento.

BRANCA	VERDE
43	47

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na questão objeto dos recursos, houve um erro de digitação, sendo indicado leito no lugar de subleito. Embora na bibliografia corrente e nos Manuais do DNIT estes não sejam sinônimo, dentre as alternativas apresentadas fica claramente evidenciada a questão da falta do termo sub, uma vez que não houve qualquer outra alternativa que pudesse ser equivocadamente considerada correta, uma vez que com relação ao subleito, a ordem correta é a regularização do subleito via abaixo do reforço do subleito. Uma vez que a única alternativa que poderia ser considerada apta para ser solução para a questão é a indicada no gabarito oficial, ainda que contenha um erro de digitação, a banca considera que não houve prejuízo ao entendimento da questão e a correta realização dela, concluindo serem os recursos improcedentes, devendo manter a alternativa indicada no gabarito.

Fontes:

- ABNT. NBR 6122: Projeto e Execução de Fundações. Rio de Janeiro: 2010.
- Brasil, DNIT. Manual de pavimentação. 3.ed. – Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:

[https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais/vigentes/ipr\\_719\\_manual\\_de\\_pavimentacao-versao\\_corrigda\\_errata\\_1.pdf](https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais/vigentes/ipr_719_manual_de_pavimentacao-versao_corrigda_errata_1.pdf)

- DNER. Materiais para obras rodoviárias. Brasil, Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Estradas e Rodagem. Rio de Janeiro: DNER, 1971-74.
- DNER. Procedimentos básicos para operação de rodovias. Brasil, Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Estradas e Rodagem. Brasília: DNER, 1997.

BRANCA	VERDE
44	54

#### Recurso Procedente. Anula-se a questão.

De acordo com os padrões da NBR 6118 o cálculo de cargas é realizado por critérios de minoração de resistência e majoração de carga atuante. Sabendo que o concreto tem resistência característica de 30 MPa, ele resiste aproximadamente 300 kg de carga por  $\text{cm}^2$ . Se nós temos a seção do pilar ( $21 \times 50 \text{ cm}^2$ ):  $F_d = f_{ck} \cdot b \cdot h = 300 \cdot 21 \cdot 50 = 315.000 \text{ kgf}$ . Determinando o Peso Próprio do Pilar:  $P = 5 \text{ m} \cdot (0,21 \cdot 0,50) \text{ m}^2 \cdot 2500 \frac{\text{kgf}}{\text{m}^3} = 1.312,50 \text{ kgf}$ . Dessa forma, a carga nominal atuante é de  $q = 315.000 - 1.312,50 = 313.687,5 \text{ kgf} \cong 313,7 \text{ tf}$ . Sabendo que as cargas são majoradas em 1,4, temos que:

$$F_d = \frac{313,7}{1,4} = 224,0 \text{ tf} = 224.062,5 \text{ kgf}$$

Então o pilar suporta uma carga de aproximadamente 224 toneladas com segurança.

Deve-se apenas verificar se a carga crítica de flambagem do pilar não é superior a esse valor. Como não foram informadas as condições de apoio do pilar, considerando a situação mais desfavorável (biapoiada):  $P_{cr} = \frac{\pi^2 EA}{kL}$ .

Módulo de Elasticidade Secante do Concreto:  $E_{cs} = 0,85 \cdot E_{ci} = 0,85 \cdot 5.600 \sqrt{f_{ck}} = 4.760 \sqrt{30} = 26.071,6 \frac{\text{kgf}}{\text{cm}^2}$

Assim, a carga crítica de flambagem do pilar é

$$P_{cr} = \frac{\pi^2 \cdot 26.071,6 \cdot (21 \cdot 50)}{2 \cdot 500} = 270.182,1 \text{ kgf} > F_d$$

Consultando as alternativas apresentadas na presente questão como possíveis respostas, verifica-se a ausência de uma resposta correta. De sorte que a banca acolhe os argumentos apresentados nos recursos, e conclui que se faz necessário anular a questão.

Fontes:

- BASTOS, P.S. Fundamentos do Concreto Armado. UNESP. 2019. Disponível em: <https://wwwp.feb.unesp.br/pbastos/concreto1/Fundamentos%20CA.pdf>.
- COELHO, Ronaldo Sérgio de Araújo. Concreto Armado na Prática. São Luís: UEMA Ed., 2008. Disponível em: <https://www.editorauema.uema.br/wp-content/uploads/files/2018/02/livro-concreto-armado-na-pratica-ronaldo-sergio-1519142039.pdf>.
- HIBBELER, R. C. Estática Mecânica para Engenharia. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Prentice hall, 2011.
- PINHEIRO, A. C. F. B.; CRIVELARO, M. Fundamentos de resistência dos materiais. 1. ed. [Reimpr.] Rio de Janeiro: LTC, 2019.

BRANCA	VERDE
45	50

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a NBR 6122: "Fuste é o elemento com maior comprimento linear e vertical de uma fundação, responsável pela resistência gerada pelo atrito lateral em estacas; Cunha de Ruptura é a geometria proposta que visa a simular a forma de ruptura do solo em função das suas resistências geradas pelo atrito e coesão; Ponta é o elemento de menor dimensão horizontal de estacas, localizado na maior profundidade de assentamento, sendo responsável pela transferência de carga pela base; Estaca Raiz é armada e preenchida com argamassa, moldada in loco através de uma perfuração rotativa e revestida com perfis metálicos recuperáveis; e Mega é a estaca introduzida através de macacos hidráulicos para reagir sobre uma estrutura já existente". Assim sendo, a resposta indicada é coerente com a

Norma Brasileira, sendo, portanto, considerado o presente recurso como improcedente, devendo manter a alternativa indicada no gabarito.

Fontes:

- ABNT. NBR 6122: Projeto e Execução de Fundações. Rio de Janeiro: 2010.
- ABNT. NBR 6122: Projeto e Execução de Fundações. Rio de Janeiro: 2022.
- VELLOSO, D. A.; LOPES, F.R. Fundações: fundações profundas. São Paulo, Oficina de Testos, 2010.

BRANCA	VERDE
46	43

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a NBR 6118 (2014), a parcela do esforço cortante resistida pela armadura transversal é igual a

$$V_{sw} = \frac{A_{sw}}{s} \cdot 0,9 \cdot d \cdot f_{ywd}$$

Como utilizou-se estribos verticais triplos, de 8 mm:

$$A_{sw} = 3 \cdot 2 \cdot A_{\phi 8,0} = 6 \cdot \frac{\pi \cdot 0,8^2}{4} = 6 \cdot 0,5027 = 3,02 \text{ cm}^2$$

Assim,

$$V_{sw} = \frac{3 \text{ cm}^2}{10 \text{ cm}} \cdot 0,9 \cdot 50 \text{ cm} \cdot 43,5 \frac{\text{kN}}{\text{cm}^2} = 587,25 \text{ kN}$$

Para uma viga biapoiada, o cisalhamento máximo é no apoio e segue a expressão

$$V = \frac{qL}{2} \rightarrow q = \frac{2V}{L} = \frac{2 \cdot 587,25 \text{ kN}}{5,00 \text{ m}} = 235 \frac{\text{kN}}{\text{m}} = 235 \frac{\text{kgf}}{\text{cm}}$$

Assim sendo, a resposta indicada no gabarito oficial é coerente com a Norma Brasileira, devendo ser mantida, pois a questão trata de força cisalhante no apoio. Destarte, a banca considera improcedentes os argumentos e pleitos dos recursos.

Fontes:

- BASTOS, P. S. S. Estruturas de concreto armado: notas de aula. Bauru /SP: UNESP - Campus de Bauru/SP - Departamento de Engenharia Civil, 2019.
- COELHO, Ronaldo Sérgio de Araújo. Concreto Armado na Prática. São Luís: UEMA Ed., 2008. Disponível em: <https://www.editorauema.uema.br/wp-content/uploads/files/2018/02/livro-concreto-armado-na-pratica-ronaldo-sergio-1519142039.pdf>.
- HIBBELER, R. C. Estática Mecânica para Engenharia. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Prentice hall, 2011.
- PINHEIRO, A. C. F. B.; CRIVELARO, M. Fundamentos de resistência dos materiais. 1. ed. [Reimpr.] Rio de Janeiro: LTC, 2019.
- ONOUYE, B.; KANE, K. Estática e resistência dos materiais para arquitetura e construção de edificações. tradução Amir Elias Abdalla Kurban - 4. ed. - [Reimpr.] - Rio de Janeiro: LTC, 2018.

BRANCA	VERDE
47	45

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.**

O pleito dos proponentes dos recursos para a presente questão é procedente, uma vez que Sistema Unitário consiste na coleta de águas pluviais, dos esgotos domésticos e dos despejos industriais em um único coletor. Dessa forma, revisando a questão de uma forma mais criteriosa, a banca conclui que se faz necessário alterar o gabarito da presente questão para a alternativa D, onde são consideradas verdadeiras apenas os itens II, III, IV e VI.

Fontes:

- AZEVEDO NETTO, J. M.; Manual de Hidráulica. São Paulo, Ed. Edgard Blucher, 1998.

- BORGES, R. W. Manual de Instalações Hidráulico-Sanitárias e de Gás. 4° ed., São Paulo, Ed. PINI, 1992.
- MACINTYRE, A. J. Instalações Hidráulicas Prediais e Industriais. 3° ed. Rio de Janeiro, Ed. LTC, 1996.
- Manual de Saneamento da FUNASA (2015). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_saneamento.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_saneamento.pdf)
- PEREIRA, José Almir Rodrigues; SOARES, Jaqueline Maria. Rede coletora de esgoto sanitário: projeto, construção e operação. In: Rede coletora de esgoto sanitário: projeto, construção e operação. 2006. p. 296-296.
- SOBRINHO, Pedro A.; TSUTIYA, Milton Tomoyuki. Coleta e transporte de esgoto sanitário. 1999.
- VIOLANI, M.A.F. As instalações prediais no processo construtivo de alvenaria estrutural. Semina Ci. Exatas/Tecnol,,Londrina, v. 13, n. 4, p. 242-255, dez. 1992.

BRANCA	VERDE
48	52

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da presente questão é bem claro quando afirma ser a vida engastada numa extremidade e livre na outra. Dessa forma não há qualquer dúvida quanto ao tipo de estrutura que está sendo solicitada para o cálculo. Há várias possíveis metodologias aplicáveis para a resolução da presente questão, sendo o método da carga virtual unitária aplicada no ponto onde se deseja computar o deslocamento um deles. Sendo assim, a banca considera a questão conforme apresentada no enunciado plenamente calculável, considerando improcedentes os recursos, devendo manter a alternativa indicada no gabarito.

Fontes:

- HIBBELER, R. C. Estática Mecânica para Engenharia. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Prentice hall, 2011.
- PINHEIRO, A. C. F. B.; CRIVELARO, M. Fundamentos de resistência dos materiais. 1. ed. [Reimpr.] Rio de Janeiro: LTC, 2019.
- ONOUE, B.; KANE, K. Estática e resistência dos materiais para arquitetura e construção de edificações. tradução Amir Elias Abdalla Kurban - 4. ed. - [Reimpr.] - Rio de Janeiro: LTC, 2018.

BRANCA	VERDE
49	41

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão versa sobre o cálculo das tensões no ponto B indicado na figura de um perfil geotécnico. Conforme Pinto, a pressão total deve ser calculada pelo somatório da espessura do solo pelo seu referido peso específico ( $P_t = 2 \cdot 16 + 1 \cdot 17 + 1 \cdot 18 + 6 \cdot 19 = 181$  kPa). Já a Poropressão, é computada pelo peso específico da água multiplicado pela espessura de camada saturada ( $P_p = 7 \cdot 10 = 70$  kPa). A Tensão Efetiva é computada como a diferença entre a pressão total e a poropressão ( $P_e = 181 - 70 = 111$  kPa). Sendo assim, a banca considera a questão conforme apresentada no enunciado plenamente calculável, considerando improcedentes os recursos, devendo manter a alternativa indicada no gabarito.

Fonte:

- PINTO, Carlos de Souza. Curso Básico de Mecânica dos Solos – Exercícios Resolvidos. São Paulo: Oficina de Texto, 2001.



<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>50</b>	<b>49</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Aplicando os critérios solicitados na presente questão, é possível determinar utilizando o critério semiempírico, pela expressão  $S=NSPT/50$ . De sorte que a 1,0 m, o SPT é 8, podemos calcular pela expressão:  $S_1 = 8/50 = 0,16 \text{ MPa} = 160 \text{ kPa}$ ; a 2,0 m, o SPT é 15,  $S_2 = 15/50 = 0,30 \text{ MPa} = 300 \text{ kPa}$ . De sorte que a banca analisando a questão conforme apresentada, considera como plenamente calculável, sendo improcedentes os recursos, devendo manter a alternativa indicada no gabarito.

Fontes:

- PINTO, Carlos de Souza. Curso Básico de Mecânica dos Solos – Exercícios Resolvidos. São Paulo: Oficina de Texto, 2001.
- VELLOSO, D.A. “Fundações: Critérios de projeto, investigação do subsolo, fundações superficiais, fundações profundas”. Editora: Oficina de Textos, 2010 – São Paulo

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>51</b>	<b>46</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a NBR 7211 - Agregados para concreto - Especificação e a NBR NM 248 – Agregados, os itens I e III estão corretamente apresentados. Com relação ao item II não está correta, pois o agregado graúdo muito grande pode trazer problemas para a resistência (dependendo de sua resistência mecânica) e para a trabalhabilidade. Sendo assim, o pleito do proponente está incorreto, pois não há indicação no gabarito da alternativa I como incorreta, devendo ser mantida a questão conforme gabarito oficial.

Fontes:

- ABNT NBR 7211 - Agregados para concreto - Especificação (2ª edição). Rio de Janeiro: 2005.
- FALCÃO BAUER, L.A. Materiais de Construção Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora LTC.
- NBR NM 248- Agregados - Determinação da composição granulométrica. Rio de Janeiro: 2001.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>52</b>	<b>55</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A camada de regularização tem a função de regularizar o substrato, proporcionando uma superfície uniforme de apoio adequado à camada impermeável. Dessa forma, é verdadeiro o que se afirma no segundo parênteses, pois para que haja uma impermeabilização adequada, “a cobertura deve receber uma camada de regularização, cuja função é regularizar o substrato, proporcionando uma superfície uniforme de apoio adequado à camada impermeável”. Analisando os argumentos interpostos, a banca é de parecer favorável a que se mantenha o gabarito conforme apresentado, sendo a sequência de afirmativas F, V, V, V.

Fonte:

- AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. Construção de Edifícios: Início ao Fim da Obra. São Paulo: PINI, 2015.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>54</b>	<b>51</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Erro linear é um erro acidental, função de elementos absolutamente casuais, que dependem das condições atmosféricas, da acuidade dos sentidos do operador e das condições operacionais dos equipamentos utilizados. Este erro apresenta-se ora positivo, ora negativo, devido à precisão com que foram medidos os lados da poligonal

levantada, que apresentam falta ou excesso em relação ao seu valor exato. O erro linear é calculado pela raiz quadrada dos erros nas direções x e y, conforme demonstrado a seguir: Erro em X = 0 -0,1 + 0,2 = 0,1; Erro em Y = 0,1 +0,3 – 0,35 = 0,05; **Erro total = raiz (0,1<sup>2</sup> +0,05<sup>2</sup>) = 0,11**. O perímetro dividido pelo erro total é o critério para verificar a tolerância do erro linear, portanto, não foi solicitado na questão.

Analisando o pleito dos recursos e os argumentos interpostos, a banca é de parecer favorável a que se mantenha o gabarito conforme apresentado, sendo considerado improcedentes os recursos.

Fontes:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 1994.
- BORGES, A.C. Topografia aplicada à engenharia civil. Vol.1. 2ª Ed – Edgard Blucher LTDA, 2006.
- BRANDALIZE, M.C.B. Apostila de Topografia. PUC/PR, 2006.
- ESPARTEL, L. Curso de topografia. Porto Alegre – Globo, 1975.
- GODOY, R. Topografia básica. Piracicaba – FEALQ, 1988.
- VEIGA, L.A.K, ZANETTI, M.A.Z, FAGGION, P.L. Fundamentos da Topografia. UFPR, 2007.

BRANCA	VERDE
56	59

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Ao recurso interposto pretende a anulação da questão, alegando que a questão não tem resposta correta. O recurso não se sustenta, eis que a norma técnica não estabelece nenhum critério para o contrato não firmado, mas apenas para os firmados, ou seja, a letra B é a alternativa correta.

Fonte:

- NBR 5.674/2012 (manutenção de edificações – requisitos para o sistema de gestão de manutenção), item 7.1.

BRANCA	VERDE
57	66

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Aos recursos interpostos pretendem a anulação da questão, alegando que a questão não tem resposta correta, mais de uma resposta e erro na divulgação do gabarito. Os recursos não se sustentam, eis que, o candidato diz que o gabarito fornecido é a letra A, mas na realidade é a letra E. Os três primeiros meses se somados não ultrapassam os 50% do valor global da obra, ou seja, a alternativa A está incorreta. Dependendo do tipo da obra parte está na execução da fundação e parte na estrutura, ou seja, atividades em paralelo.

Fonte:

- GONÇALVES, G. P. Tópicos de Planejamento em Engenharia Civil. Itaperuna: Instituto Begni, 2016, página 155.

BRANCA	VERDE
58	67

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Aos recursos interpostos pretendem a anulação da questão, alegando que a questão não tem resposta correta. Os recursos não se sustentam, eis que, o cálculo da área é simples, ou seja, é a área total descontando-se os vãos. Estes devem ser descontados, pois caso contrário teriam distorções quanto ao quantitativo em obra, seja pública ou privada.

Fonte:

- Carvalho, Michel. Conhecendo o Orçamento de Obras. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019, página 241.

BRANCA	VERDE
59	58

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Aos recursos interpostos pretendem a anulação da questão, alegando que a questão não tem resposta correta. Os recursos não se sustentam, eis que, a letra E é clara ao dizer que os recursos humanos utilizados são em relação aos impactos referentes às condições climáticas e ambientais do local da edificação, o que não faz relação alguma com a equipe de obra, que, inclusive se encontra no enunciado da questão. As características previstas em norma também não fazem menção alguma sobre tais recursos humanos.

Fonte:

- NBR 5.674/2012 (manutenção de edificações – requisitos para o sistema de gestão de manutenção), itens 4.3.1 e 4.3.2.

BRANCA	VERDE
60	56

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Ao recurso interposto pretende alterar o gabarito da questão da questão, alegando erro na divulgação do gabarito. O recurso não se sustenta, eis que, o item IV está correto, ou seja, reincidência de Grupo A sobre o Grupo B e reincidência do Grupo A sobre aviso prévio trabalhado e reincidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado.

Fonte:

- Carvalho, Michel. Conhecendo o Orçamento de Obras. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019, página 139, item 6.1.

BRANCA	VERDE
61	62

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Aos recursos interpostos pretendem anular a questão, alegando mais de uma resposta correta, falta de uma resposta correta, erro na divulgação do gabarito e erro no enunciado. Os recursos não se sustentam, eis que, o ISS é um imposto variável, pois cada município tem o seu. O INSS tem alíquota entre 1 e 4,5%, mas como a alternativa fala em 4,5%, a mesma está correta. Conforme lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, no art. 7º-A, a mesma fala em 4,5%, contudo, a lei nº 14.288/21 prorroga o prazo de contribuição para 31/12/2023.

Fonte:

- Carvalho, Michel. Conhecendo o Orçamento de Obras. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019, página 200, item 8.1.3.

BRANCA	VERDE
62	68

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Aos recursos interpostos pretendem alterar o gabarito questão, alegando erro na divulgação do gabarito. Os recursos não se sustentam, eis que, o item I está correto conforme conceito e normativo técnico. O item III está errado, pois o caderno de encargos é elaborado pela empresa contratante e não pela empresa contratada.

Fonte:

- Carvalho, Michel. Conhecendo o Orçamento de Obras. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019, página 67, item 4.2.

BRANCA	VERDE
63	60

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Aos recursos interpostos pretendem anular a questão, alegando erro no enunciado. Os recursos não se sustentam, eis que, apesar do enunciado omitir qual termo deve ser assinalado, por erro de digitação, fica muito claro o texto que é o termo provisório no seguinte trecho: "...pelo seu acompanhamento (fiscal do contrato) e fiscalização através de termo circunstanciado, assinado pelo fiscal e contratada (descrição pormenorizada da situação que se encontra a obra naquele momento).", ou seja, é o conceito do termo de recebimento provisório da obra.

Fonte:

- DAROZ, J. M. Obras Públicas – Contratação, Fiscalização e Recebimento. Rio de Janeiro: TCE/RJ, 2015, página 110.

BRANCA	VERDE
66	64

**Recurso Procedente. Altera-se para a alternativa D.**

Aos recursos interpostos pretendem anular a questão, alegando falta de uma resposta correta e erro na divulgação do gabarito. Os recursos se sustentam em parte, eis que, não há falta de resposta correta, pois os itens I e II estão incorretos e o item III correto. O item I está errado porque, conforme entendimento técnico, a margem de erro é de cerca de 30%, o que é coerente. O item II está incorreto, pois conforme entendimento técnico, a margem de erro é de cerca de 20%. Já o item III, tem margem de erro de cerca de 5%.

Fonte:

- OT - IBR 004/2012, quadro 1.

BRANCA	VERDE
69	65

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Aos recursos interpostos pretendem anular a questão, alegando falta de uma resposta correta. Os recursos não se sustentam, eis que, o ciclo PDCA é amplamente conhecido no mundo da gestão da qualidade da construção civil, ou seja, não que se falar em erro na letra B. Não há erro de digitação, pois PPACD é bem diferente de PDCA, ou seja, a alternativa correta é a letra B.

Fonte:

- A resposta está em Pinheiro, Antonio Carlos da Fonseca, B. e Marcos Crivelaro. Qualidade na Construção Civil. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014, página 103, item 6.3.

BRANCA	VERDE
70	61

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Aos recursos interpostos pretendem anular a questão, alegando falta de uma resposta correta e mais de uma resposta correta. Os recursos não se sustentam, eis que, o item II está correto, pois em qualquer reunião há os assuntos diversos com relação ao que está sendo discutido, no caso a fiscalização de obra. Os itens III, IV e V estão corretos, pois o trabalho em curso da obra é de fundamental importância o seu conhecimento, para que a fiscalização possa saber em que fase a mesma está. O planejamento e controle é justamente a ferramenta que o fiscal tem na mão para gerenciar seu trabalho de fiscalização. Os registros de atrasos visam uma conduta de implementação de medidas pela fiscalização, para que estes sejam minimizados e não ocorram prejuízos para as partes envolvidas na obra.

Fonte:

- Mazutti, Júlia H. Gestão de Obras. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021, página 60.

### Cargo: Analista do Executivo - Engenharia Elétrica

BRANCA
5

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA
7

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O uso que fazemos da língua em nossas ações de comunicação é sempre mediado por intenções: explicitar certeza, dúvida, obrigatoriedade, sentimentos, entre outros. Esse propósito está tão presente em nosso dia a dia que se materializa na estrutura de nossa língua.

“A língua é fundamentalmente argumentativa, uma vez que, ao interagirmos, seja pela fala, seja pela escrita, estamos imprimindo nossas ideias e argumentos pretendidos.” Ducrot

Ao definirmos e observarmos alguns exemplos de modalizadores discursivos, podemos concluir que não existe interação comunicativa sem modalização, uma vez que, sempre que nos expressamos, estamos indicando nosso ponto de vista em relação ao assunto em questão. A modalização, todavia, pode ser mais explícita ou mais contida.

Os modalizadores discursivos são elementos gramaticais ou lexicais por meio dos quais o autor manifesta determinadas atitudes e/ou posições em relação a um conteúdo e/ou tema específicos.

Em um texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo, o autor deve mostrar a sua habilidade de analisar, de modo coerente e coeso, um determinado tema, com o objetivo de defender um ponto de vista claro a respeito deste mesmo tema. Assim, o autor deve ser hábil em organizar ideias, dados e fatos, ou seja, argumentos e estabelecer relações entre eles de modo a extrair conclusões coerentes.

- **Modalizações Lógicas:** expressam o sentido de possibilidade e certeza por meio de modalizadores como “é possível que”, “é impossível que”, “talvez” etc;
- **Modalizações Deonticas:** expressam o sentido de uma necessidade ou obrigação por meio de modalizadores como “é preciso”, “faz-se necessário” etc e;
- **Modalizações Apreciativas:** expressam o sentido de análise e julgamento por meio de modalizadores como “felizmente”, “infelizmente” dentre outros.

No texto lido, em diversos momentos, o autor utiliza modalizadores discursivos. Em relação às alternativas de respostas, apenas a letra C apresenta uma marca de subjetividade ou de opinião, pois o autor afirma que o uso constante de celular para acalmar crianças **pode** comprometer o desenvolvimento delas. Ele não afirma categoricamente, mas supõe, acredita. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- <https://www.proenem.com.br/enem/enem/modalizadores/>
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

<b>BRANCA</b>
<b>10</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada**.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

<b>BRANCA</b>
<b>13</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

<b>BRANCA</b>
<b>14</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correto que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>
<b>16</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 12 da Constituição Federal disciplina a respeito do tema nacionalidade. O § 4º do referido dispositivo estabelece as hipóteses em que poderá ser declarada a perda da nacionalidade brasileira, ainda que de brasileiro nato. Portanto, mesmo que brasileiro nato, perderá a nacionalidade aquele que adquirir outra, salvo se a adquirir quando houver reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. Sendo assim, Carla poderá adquirir outra nacionalidade, desde que esteja dentro das exceções previstas na Constituição Federal, a exemplo da imposição como condição para o exercício de direitos civis.

Fonte:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

<b>BRANCA</b>
<b>29</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pede para marcar a assertiva em que todas as verbas apontadas se excluem da base de cálculo de incidência da contribuição previdenciária, conforme rol do art. 48 da lei. Na assertiva “A”, o subsídio integra a base de cálculo. Na assertiva “B”, o adicional de caráter permanente integra a base de cálculo. Na assertiva “C”, a vantagem permanente integra a base de cálculo. Na assertiva, “E”, o vencimento integra a base de cálculo. Na assertiva-resposta “D”, as três verbas não integram a base de cálculo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

<b>BRANCA</b>
<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes. A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

<b>BRANCA</b>
<b>32</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Acerca dos níveis da cultura o autor Edgar H. Schein afirma que:

Artefatos => Estruturas e processos organizacionais visíveis.

Crenças e valores expostos => Estratégias, metas, filosofias.

Suposições Básicas => Crenças, percepções, pensamentos e sentimentos.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 24.

<b>BRANCA</b>
<b>36</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com os autores Idalberto Chiavenato e Arão Sapiro para sua estratégia organizacional, o Balanced Scorecard (BSC) habilita a organização a alinhar e focar suas equipes de executivos, unidades de negócios, recursos humanos, Tecnologia da Informação e Recursos Financeiros. O item independência, autonomia e autocontrole está vinculado ao item Empreendedorismo Corporativo e não ao BSC, conforme conceituado a seguir:

Empreendedorismo Corporativo

- Fomentando o espírito empreendedor na organização: partindo do pressuposto de que a motivação para realização – ou impulso para melhorar – é fundamental para os empreendedores, procurou-se definir um modelo de treinamento de motivação para a realização, no sentido de desenvolver essa característica e fazê-la aplicável nas situações típicas das organizações. O segundo passo foi desenvolver um projeto de seleção e desenvolvimento de empreendedores (baseado em um estudo realizado em 34 países) para criar os instrumentos adequados de seleção e treinamento. O programa foi lançado por meio de um convenio entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae). Segundo o modelo, as principais características que um empreendedor bem-sucedido deve possuir ou desenvolver são as seguintes:
- Iniciativa e busca incesante de oportunidades.
- Perseverança
- Comprometimento
- Busca de qualidade e eficiência
- Coragem para assumir riscos, mas calculados
- Fixação de metas objetivas
- Busca e coleta de informações
- Planejamento e monitoração sistemáticos, isto é, detalhamento de planos e controles
- Capacidade de persuasão e de estabelecer redes de contatos pessoais.
- Independência, autonomia e autocontrole.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto e SAPIRO, Arão – Planejamento Estratégico – da intenção aos resultados – Conhecendo e aplicando o processo proativo de alcançar os objetivos estratégicos desejados. – 4ª Edição – 2020 – São Paulo – Editora Grupo Gen / Atlas = Pág. 233.



<b>BRANCA</b>
<b>37</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Edgar H. Schein todos os itens da questão estão corretos conforme afirmado a seguir:

- I. CORRETO => Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importante em termos da dinâmica cultura de uma dada organização.
- II. CORRETO => Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.
- III. CORRETO =>O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
- IV. CORRETO => A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelado por um questionário.
- V. CORRETO => Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 192.

<b>BRANCA</b>
<b>38</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Carlos Alberto Nogueira as comunicações descendentes são aquelas que fluem de cima para baixo, se prestando mais à informações que não apresentam controvérsias, e quando o propósito é mais informativo do que persuasivo.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 389.

<b>BRANCA</b>
<b>39</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que o processo de Provisão de pessoas se ancora na pesquisa de mercado de Recursos Humanos, Recrutamento de Pessoas e Seleção de Pessoas.

A aplicação é composta pela integração de pessoas, desenho de cargos, descrição e análise de cargos e avaliação do desempenho.

A manutenção é composta pela remuneração e compensação, benefícios e serviços sociais, higiene e segurança do trabalho e relações sindicais.

O Desenvolvimento integra o Treinamento e Desenvolvimento Organizacional.

A Monitoração faz referência aos Controles de frequência, rotatividade e absenteísmo.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 247.

<b>BRANCA</b>
<b>43</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O circuito sendo real ou ideal produzirá o mesmo funcionamento. A única diferença será na queda de tensão no diodo e a tensão VAK do SCR. Portanto, não produzirá mudança no funcionamento. Quanto à figura está claro que a tensão utilizada é DC, sendo que neste caso, não há magnitude ou frequência a ser considerada. Quanto ao capacitor, a sua polaridade inverte, e de fato tal afirmativa foi considerada falsa. Contudo, de fato o diodo de roda livre opera quando a carga é indutiva. A alternativa apresentada pelo gabarito está incorreta, sendo para esta afirmação procedente o recurso para anular, tendo em vista não possuir a sequência válida das afirmativas apresentadas.

Fontes:

- RASHID, M. H. Eletrônica de Potência: dispositivos, circuitos e aplicações. Editora Pearson. 4ª Edição, 2014.
- VITORINO, M. A. Eletrônica de potência: fundamentos, conceitos e aplicações. Editora Apprins, 2019.
- HART, D. W. Eletrônica de Potência: análise e projetos de circuitos. Editora Bookman, 2011.

<b>BRANCA</b>
<b>44</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Quanto ao argumento de que a afirmativa está sem sentido não procede pois, na oração tem-se as características do material e logo após como está o vetor do campo resultante diante de tais características, sendo plenamente plausível a interpretação. Quando à apresentação do livro de física pelo candidato sobre o prego, material ferromagnético, não se tem neste a afirmação que o prego está abaixo da temperatura de Curie. Portanto, a situação da questão é abaixo da temperatura de Curie.

Fontes:

- SCHMIDT, W. Materiais Elétricos. Vol 1: condutores e semicondutores. Editora Blucher. 3ª Edição, 2010.
- SCHMIDT, W. Materiais Elétricos. Vol 2: isolantes e magnéticos. Editora Blucher. 3ª Edição, 2010.
- SCHMIDT, W. Materiais Elétricos. Vol 3: aplicações. Editora Blucher. 3ª Edição, 2010.
- RESENDE, S. M. Materiais e dispositivos eletrônicos. Editora Livraria da Física. 4ª Edição, 2015.

<b>BRANCA</b>
<b>45</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Quanto ao argumento apresentado pelo edital que haveria apenas uma resposta correta, não anula a questão pelo simples fato de que a resposta correta não apresenta duplicidade, mantendo apenas uma resposta correta. Quanto à questão da força eletromotriz ser convenção, a banca adotou a convenção que é inclusive adotada pelos livros técnico científicos.

Fontes:

- SCHMIDT, W. Materiais Elétricos. Vol 1: condutores e semicondutores. Editora Blucher. 3ª Edição, 2010.
- SCHMIDT, W. Materiais Elétricos. Vol 2: isolantes e magnéticos. Editora Blucher. 3ª Edição, 2010.
- SCHMIDT, W. Materiais Elétricos. Vol 3: aplicações. Editora Blucher. 3ª Edição, 2010.
- RESENDE, S. M. Materiais e dispositivos eletrônicos. Editora Livraria da Física. 4ª Edição, 2015.

<b>BRANCA</b>
<b>46</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os transistores, bem como suas características, polarização, funcionamento, etc. são indispensáveis para o funcionamento de fontes de alimentação lineares e chaveadas, tiristores e seus modelos a transistor, circuitos de disparo de tiristores e circuitos de controle de potência, acionamento de cargas indutivas por transistor. Nota-se que todos os circuitos, dispositivos, topologias supracitadas necessitam de conhecimento pragmático do candidato na investidura do cargo. Inclusive no edital se prevê acionamento de cargas indutivas através do transistor, na área 15 do Edital, página 36. Portanto, o recurso é improcedente.

Fontes:

- MALVINO, A. BATES, D. Eletrônica. Volume 1. 8ª Edição. Editora Bookman, 2016.
- BOYLESTAD, R. L. Dispositivos Eletrônicos e teoria de circuitos. 11ª Edição. Editora Pearson, 2013.
- LOUIS, E. FRENZEL, J. Eletrônica Moderna: fundamentos, dispositivos, circuitos e sistemas. Bookman, 2015.

<b>BRANCA</b>
<b>47</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os amplificadores operacionais, bem como suas características, funcionamento, etc. são indispensáveis para o funcionamento de fontes de alimentação lineares e chaveadas, circuitos de disparo de tiristores e circuitos de controle de potência do conteúdo de eletrônica de potência. Nota-se que todos os circuitos, dispositivos, topologias supracitadas necessitam de conhecimento pragmático do candidato na investidura do cargo. Adicionalmente, se os livros do Malvino abaixo, O livro Sadiku, bem como o Boylestad apresentam o circuito da questão utilizando amplificador operacional. O amplificador operacional é visto em disciplinas de circuitos elétricos dos cursos de engenharia elétrica. Adicionalmente, foi também exigido no edital, da parte do candidato conhecimentos de resolução de circuitos com uma e duas malhas; constante da área 15 item 2, página 36, bem como o item 5: Solução de circuitos no domínio do tempo e da frequência (transformada de Laplace). Portanto, a solução de circuitos com amplificadores operacionais está coberta pela área de eletrônica, em circuitos de fontes lineares e não lineares; eletrônica de potência: na área de circuitos de controle de potência e em circuitos elétricos. Então, o recurso é improcedente.

Fontes:

- MALVINO, A. BATES, D. Eletrônica. Volume 1. 8ª Edição. Editora Bookman, 2016.
- BOYLESTAD, R. L. Dispositivos Eletrônicos e teoria de circuitos. 11ª Edição. Editora Pearson, 2013.
- LOUIS, E. FRENZEL, J. Eletrônica Moderna: fundamentos, dispositivos, circuitos e sistemas. Bookman, 2015.
- SADIKU, M. N. O. ALEXANDER. C. K. Fundamentos de Circuitos Elétricos. Editora Bookman. 5ª Edição, 2013.

<b>BRANCA</b>
<b>48</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Embora o analisador de espectro não esteja listado como instrumento de medidas elétricas, ele consta como elemento indispensável para o estudo de comunicação analógica e digital, previstos no item 1 sistemas de comunicação da página 36 do edital. As principais bibliografias de comunicação analógica digital abaixo elencam o analisador de espectro como ementa de ensino. O próprio livro do Sadiku ao tratar da transformada de Fourier em circuitos descreve o instrumento, nem sendo mesmo um livro específico sobre o assunto, mas que, porém, trata do tema. Os próprios osciloscópios digitais moderno, fabricados no início dos anos 2000, trazem todos um analisador de espectro por FFT (Fast Fourier Transform) o que já invalidaria tais recursos, por apresentar o osciloscópio como conteúdo do edital. Portanto, os recursos não procedem.

Fontes:

- HAYKIN, S. MOHER, M. Sistemas de comunicação. Editora Bookman. 4ª Edição, 2010.
- LATHI. B. P. DING, Z. Sistemas de Comunicações Analógicas e Digitais Modernos. Editora LTC. 4ª Edição, 2022.
- SADIKU, M. N. O. ALEXANDER. C. K. Fundamentos de Circuitos Elétricos. Editora Bookman. 5ª Edição, 2013.

<b>BRANCA</b>
<b>49</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Quando o valor de pico ocorre um recorte, tem-se um outro fenômeno denominado distorção por recorte. Porém, por se tratar de uma comunicação digital, o fato de se ter distorção por recorte é irrelevante pois continuaria sendo nível lógico 1. O grande problema é a zona de identificação de nível lógico zero que ficou prejudicada, pois há uma sobreposição do sinal, não sendo possível afirmar qual nível lógico presente.

Fontes:

- HAYKIN, S. MOHER, M. Sistemas de comunicação. Editora Bookman. 4ª Edição, 2010.
- LATHI. B. P. DING, Z. Sistemas de Comunicações Analógicas e Digitais Modernos. Editora LTC. 4ª Edição, 2022.
- SADIKU, M. N. O. ALEXANDER. C. K. Fundamentos de Circuitos Elétricos. Editora Bookman. 5ª Edição, 2013.

<b>BRANCA</b>
<b>50</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os diodos, bem como suas características, polarização, funcionamento, etc. são indispensáveis para o funcionamento de fontes de alimentação lineares e chaveadas, circuitos de disparo de tiristores e circuitos de controle de potência, acionamento de cargas indutivas por transistor, que utiliza o diodo de “roda livre”. Nota-se que todos os circuitos, dispositivos, topologias supracitadas necessitam de conhecimento pragmático do candidato na investidura do cargo quanto a diodos semicondutores. Adicionalmente, se os livros do Malvino abaixo bem como o Boylestad apresentam os circuitos pedidos no edital página 36, como fonte de alimentação linear, que irão utilizar diodos e o candidato necessitará de tal para investidura do cargo. Portanto, o recurso é improcedente.

Fontes:

- MALVINO, A. BATES, D. Eletrônica. Volume 1. 8ª Edição. Editora Bookman, 2016.
- BOYLESTAD, R. L. Dispositivos Eletrônicos e teoria de circuitos. 11ª Edição. Editora Pearson, 2013.
- LOUIS, E. FRENZEL, J. Eletrônica Moderna: fundamentos, dispositivos, circuitos e sistemas. Bookman, 2015.

<b>BRANCA</b>
<b>54</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Existe o conceito de Cloud Computer que se trata de computação na nuvem que não deve ser confundido com internet, a qual é representada por todas as bibliografias abaixo e por outras como esta nuvem. O termo Cloud Computer se refere quando se deseja transferir um processamento massivo de dados que seriam processados em um computador local para um grande computador com poder de processamento muito maior, fazendo com que o usuário utilize o computador local apenas como um terminal. Um exemplo é quando se processa um algoritmo de machine learning no Google Colab ao invés de se processar em uma IDE do Python em um computador local. Neste caso a computação está sendo realizada na Nuvem, ou seja, Cloud Computer.

Fontes:

- TANENBAUM, A. FEAMSTER, N. Redes de Computadores. Editora Bookman. 6ª Edição, 2021.
- KUROSE, J. F. ROSS, K. W. Redes de Computadores e a Internet. Editora Bookman. 8ª Edição, 2021.
- MENDES, D. R. Redes de Computadores: Teoria e Prática. Editora NOVATEC. 2ª Edição, 2020.

BRANCA
59

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O disjuntor é um dispositivo que interrompe um circuito quando a corrente ultrapassa seu valor máximo, portanto se trata de um dispositivo de proteção contra sobre corrente. Porém, este dispositivo possui uma tecla a qual pode ser facilmente comandada para cortar a alimentação de um circuito manualmente, mantendo este circuito sem energia, seja para manutenção, testes, algum tipo manobra, etc. Assim sendo, a única incorreta é a opção II, pois o IDR não é um disjuntor, é um interruptor acionado pela corrente diferencial residual, e não possui um disjuntor acoplado.

Fonte:

- Apostila Instalação de sistemas elétricos prediais – Senai RJ 2010. Pág. 105.

BRANCA
60

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão está CORRETA e não possui nenhum erro ou vício de digitação, pois trata se de simples conceituação de grandezas físicas envolvidas na luminotécnica. Portanto, não há nenhuma proposta de indução do candidato ao erro, tendo apenas afirmações técnicas objetivas, conforme segue o gabarito abaixo:

- I. **Intensidade Luminosa:** Símbolo: *I* Unidade: *candela (cd)*.
- II. **Fluxo luminoso:** *é a quantidade de luz emitida por uma fonte, medida em lúmens.*
- III. **Luminância:** *é a Intensidade Luminosa que emana de uma superfície, pela sua superfície aparente, de símbolo:  $L$  e unidade:  $cd/m^2$ .*

Fonte:

- Manual Luminotécnico Prático. OSRAM. Pág 4.

BRANCA
61

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O item está de acordo com o conteúdo programático do presente edital;

**“Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA): NBR 5419 atualizada”**

Desta forma, o conhecimento de tal instrumento é base do engenheiro eletricista que possui atribuições para elaboração de projetos e análise de sistemas de SPDA em suas instalações e manutenções, pois são utilizados nos ensaios e testes de continuidade elétrica entre os subsistemas compostos pelo SPDA. Testes estes que afirmam a segurança do sistema e, portanto a proteção de equipamentos e pessoas que utilizam as edificações protegidas por estes sistemas.

Fonte:

- ABNT NBR 5419:2005. Anexo E - Ensaio de continuidade de armaduras.

BRANCA
62

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A afirmativa I está correta, pois quando aciona o botão, o Led acende por 2 segundos e em seguida apaga, conforme a lógica do código. Basta observar as linhas 8, 9 e 10 que o candidato apto, entenderá a dinâmica do sketch descrita na afirmação I.

Fonte:

- Apostila Curso Básico de Arduino, Departamento de Física da Universidade Federal de Rondonia, Campus Ji-Paraná de setembro 2017.

<b>BRANCA</b>
<b>65</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A lógica está correta, uma vez que a operação é uma NAND, ou seja, as entradas estão negadas (invertidas), basta que o candidato possua conhecimento de lógica booleana básica e seus teoremas como, o teorema de *De Morgan* e sua aplicação.

Fonte:

- Apostila Controladores Lógico Programáveis Ladder - Prof. Marcelo Eurípedes da Silva Piracicaba, FUMEP Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba. 15 de Fevereiro de 2007. Pág. 12.

<b>BRANCA</b>
<b>66</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

D7 ou D6 são pinos que podem ser entradas ou saídas digitais, basta definir com a função PinMode, exemplos: PinMode (6, OUTPUT), PinMode (6, INPUT), PinMode (7, OUTPUT) ou PinMode (7, INPUT) , etc...

Fontes:

- Arduino Nano (V2.3) User Manual.
- <https://www.arduino.cc/en/uploads/Main/ArduinoNanoManual23.pdf>

<b>BRANCA</b>
<b>67</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A anotação de responsabilidade técnica – ART é uma atribuição da fiscalização do CREA, pois certifica o profissional das engenharias e agronomia quanto suas atividades técnicas e atribuições. Portanto, o CREA fiscaliza a atuação do profissional de engenharia, evitando o exercício ilegal da profissão e suas consequências, através da ART. A fiscalização da aplicação dos recursos financeiros, como contexto descreve, deve ser exercida por órgão fiscalizador e/ou gestor de recursos para garantir a aplicação destes conforme contratos, evitando fraudes, desvios, etc.

Fontes:

- CREA / CONFEA
- <https://portal.creaes.org.br/>
- <https://www.confea.org.br/>

BRANCA
10

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada.**

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA
13

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA
22

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

BRANCA
10

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada.**

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

<b>BRANCA</b>
<b>13</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

**Cargo: Analista do Executivo - História**

<b>BRANCA</b>
<b>9</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As alternativas A, B, C e E descrevem corretamente as características dos gêneros da correspondência oficial. De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), a descrição da letra D se refere ao gênero requerimento e não ao memorando, que se caracteriza por ser uma comunicação ágil e fundamentalmente interna, feita entre as unidades administrativas de um mesmo órgão, sendo elas de mesmo nível ou até de níveis diferentes. Além disso, o caráter pode ser administrativo ou até envolver projetos, ideias e diretrizes a serem adotados em certa instância do serviço público. Portanto, a alternativa correta é letra D.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

<b>BRANCA</b>
<b>10</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada.**

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>



<b>BRANCA</b>
<b>13</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

<b>BRANCA</b>
<b>18</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 18, § 4º da Constituição Federal prevê a possibilidade de criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, com consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Contudo, a lei complementar de que trata o referido dispositivo ainda não foi editada. Houve a tentativa de dois projetos de lei complementar para tratar da matéria, entretanto, ambos foram vetados pelo Presidente da República. Ocorre que, mesmo sem a regulamentação por lei complementar, diversas leis estaduais foram editadas para tratar da matéria, o que afrontava diretamente o texto constitucional. Com isso, algumas ADI foram propostas perante o STF, questionando a validade das referidas leis estaduais. Para contornar a inconstitucionalidade, o Poder Legislativo emendou o texto constitucional que acrescentou o art. 96 do ADCT, convalidando os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios até 31/12/2006. O tema abordado está relacionado à Organização do Estado, art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil. A Constituição Federal é composta de preâmbulo, corpo normativo e ADCT. O tópico 1 do cronograma de matérias do edital especifica: “1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

<b>BRANCA</b>
<b>26</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois os benefícios calculados pela média são reajustados por índice legal geral e não por paridade com o servidor da ativa (art. 24-A, § 6º). A assertiva “B” é falsa, pois a idade de aposentação da professora é de 57 anos (art. 24, §2º, IV). A assertiva “C” é verdadeira, pois a aposentadoria por invalidez pode ser revista em caso de o servidor recuperar as condições de trabalho (art. 28, pu). A assertiva “D” é falsa, pois o valor dos proventos corresponde à média de 100% do período contributivo (art. 24-A). A assertiva “E” é falsa, pois o servidor que requerer a aposentadoria pode se afastar do cargo a partir da data do requerimento (art. 25, §3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

<b>BRANCA</b>
<b>27</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o benefício de licença maternidade é custeado com recursos do Tesouro e não do RPPS (art. 3º). A assertiva “B” é verdadeira, pois a pensão por morte é devida aos filhos menores de idade seja de servidor ativo ou inativo, na hipótese, falecida no mês anterior ao requerimento. Saliente-se que se o candidato interpretou “mês anterior”, com anterior ao implemento de idade, ainda assim a resposta é a mesma (art. 5º). A assertiva “C” é falsa, pois o agente político não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “D” é falsa, pois o ocupante exclusivamente de cargo em comissão não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “E” é falsa, pois o benefício de auxílio doença não é custeado com recursos do RPPS (art. 3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

<b>BRANCA</b>
<b>28</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o ingresso no cargo pode se dar por provas, sem análise de títulos (art. 3º). A assertiva “B” é falsa, pois a progressão não ocorre durante o estágio probatório (art. 6º). A assertiva “C” é verdadeira, pois corresponde à literalidade da lei (art. 10). A assertiva “D” é falsa, pois a descrição apresentada refere-se à classe (art. 2º). A assertiva “E” é falsa, pois o ao subsídio é vedado somar parcelas remuneratórias (art. 1º, § 1º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 633/2012.

<b>BRANCA</b>
<b>43</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra C. A História do Espírito Santo é um domínio de estudos de história do Brasil, focado na evolução do território e da sociedade capixabas que, canonicamente, se estende desde a tomada de posse da Capitania do Espírito Santo pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho, em 1535, até os dias atuais. No entanto, este artigo também contém informações sobre os primeiros habitantes do Espírito Santo, ou seja, o período em que não houve registros escritos sobre as atividades aqui desenvolvidas pelos povos indígenas. A história capixaba começou em 23 de maio de 1535, quando os colonizadores portugueses, chefiados pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho, desembarcaram na Capitania do Espírito Santo. Nesse mesmo ano, foi fundada a povoação de Vila Velha, primeiro núcleo populacional da capitania. Na tarefa de catequese dos índios da região, destacou-se a figura de José de Anchieta, que lá morreu em 1597. Houve um grande período neste meio tempo ao qual muitos desconhecem, em que o Espírito Santo foi anexado à Bahia, tendo, portanto, a capital sediada em Salvador. A proibição da mineração nas Minas Gerais e a presença de tribos hostis no interior contribuíram para que o Espírito Santo se mantivesse por muito tempo como uma capitania essencialmente litorânea. A economia da Capitania girava em torno da cana, mandioca, algodão e algum gado. Os engenhos espalharam-se de Nova Almeida até Barra de Itapemirim, nas poucas terras não-alagadas. A mineração acarretou a escassez de alimentos devido à migração desordenada e abandono da região; a militarização da capitania, com a construção de fortaleza; o fechamento do rio Doce; a proibição da abertura de

estradas para o interior; a redução drástica do território original e a diminuição do número de escravos. O ES se tornou uma zona de proteção à região mineradora, impedindo possíveis invasões e o contrabando.

Fontes:

- Release História do Espírito Santo.pdf (setur.es.gov.br)
- Descubra o Espírito Santo - História (descubraoespiritosanto.es.gov.br)
- História Do Estado Do Espírito Santo - ID:5c1935719c206 (azdoc.tips)
- Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística, de Basílio Carvalho Daemon (1879) » História Capixaba (historiacapixaba.com)

<b>BRANCA</b>
<b>49</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra A. Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas desenvolveu uma política estrategista de dominação, que incluía, entre outras coisas, a propaganda. Inspirado nas técnicas de propagandas nazifascistas, em 1939 Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão subordinado diretamente ao presidente da República. O DIP era o órgão responsável por produzir textos, programas de rádio, documentários cinematográficos e cartazes em que o presidente aparecia de forma bem paternalista. Além desse controle, o DIP exercia de forma severa a censura sobre os jornais, as revistas, o teatro, o cinema, a literatura, o rádio e as demais manifestações culturais. O rádio foi, sem dúvida, um dos órgãos mais fiscalizados, pois era o meio de comunicação que atingia as mais diversas classes. O DIP foi um instrumento de censura e propaganda do Estado Novo | CPDOC. \* Com o objetivo de aperfeiçoar e ampliar as atividades do Departamento Nacional de Propaganda, Vargas criou, em dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda, extinguindo, através do mesmo decreto, o DNP. Mostrando sua faceta controladora, Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Esse órgão tinha como função primordial difundir e ampliar os feitos do governo através de cartazes, notícias e imagens enaltecidas.

Fontes:

- (Boris Fausto. Getúlio Vargas: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 115-117.)
- Propaganda Getulista: material para análise - Nas Tramas de Clio
- Como era a propaganda na Era Vargas? (vocepergunta.com)
- virtual-cpdoc.fgv.br/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip

<b>BRANCA</b>
<b>52</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra A. Esse trabalho é heterogêneo, envolvendo análises e argumentos de idealistas, positivistas, lógicos, teólogos e outros, e se movendo de um lado para outro das fronteiras entre a filosofia europeia e anglo-americana e entre a hermenêutica e o positivismo. A filosofia da história de Hegel talvez seja a mais completamente desenvolvida teoria filosófica da história que tenta descobrir significado ou direção na história (1824a, 1824b, 1857). Hegel considera a história como um processo inteligível movendo-se rumo a uma condição específica – a realização da liberdade humana. “A questão é, portanto, o Filosofia da História – Stanford Encyclopedia of Philosophy Tradução por Thomas Victor Conti 13 fim último da humanidade, o fim que o espírito coloca para si mesmo no mundo” (1857: 63). Hegel incorpora um historicismo mais profundo em suas teorias filosóficas do que seus predecessores ou sucessores. Ele considera como íntima a relação entre a história “objetiva” e o desenvolvimento subjetivo da consciência individual (“espírito”). Essa é uma tese central na sua Phenomenology of Spirit (1807). E ele a vê como uma tarefa central da filosofia para compreender seu lugar no desenrolar da história. “A história é o processo pelo qual o espírito descobre a si mesmo e seu próprio conceito” (1857: 62). Hegel constrói a história mundial em uma narrativa de estágios da liberdade humana, da liberdade pública da pólis e da cidadania da República Romana à liberdade individual da Reforma Protestante, à liberdade cívica do Estado Moderno. Ele tenta incorporar as civilizações da Índia e da China no seu entendimento da história mundial, embora considere essas civilizações como estáticas e,

portanto, pré-históricas (O'Brien, 1975). Ele constrói momentos específicos como eventos “histórico-mundiais” que estavam no processo de produzir o estágio final e completo da história e da liberdade humana. Por exemplo, a conquista de Napoleão de grande parte da Europa é retratada como um evento histórico-mundial fazendo o trabalho da história ao estabelecer os termos do Estado racional burocrático. Hegel encontra razão na história, mas é uma razão latente e uma razão que somente pode ser compreendida quando a completude do trabalho da história for terminada: “Quando a filosofia pinta o seu cinza no cinza, então uma forma da vida envelheceu... A coruja de Minerva alça voo apenas com o cair do crepúsculo” ((Hegel 1821:13). (Ver O'Brien (1975), Taylor (1975) e Kojève (19769) para análises da filosofia da história de Hegel.) Vale a pena observar que a filosofia da história de Hegel não é o exercício indefensável do raciocínio filosófico especulativo como filósofos analíticos por vezes a retratam. Sua abordagem filosófica não se baseia apenas no raciocínio fundacional a priori e muitas das suas interpretações de desenvolvimentos históricos concretos são muito penetrantes. Em vez disso, ele propõe um encontro “imaneente” entre a razão filosófica e o dado histórico. Sua prescrição é que o filósofo deveria buscar descobrir o racional dentro do real – não impor o racional sobre o real. “Compreender o que é, essa é a tarefa da filosofia, porque o que é, é razão” (1821: 11). Sua abordagem não é nem puramente filosófica nem puramente empírica; em vez disso, ele busca descobrir dentro do melhor conhecimento histórico do seu tempo um princípio racional subjacente que possa ser filosoficamente articulado (Avineri 1972).

Fontes:

- FLEISCHER, Helmut. Concepção Marxista da História. Edições 70, 1978,
- VEDRINE, Hélène, As Filosofias da História. Ed. Zahar.
- DRAY, William. Filosofia da História. Ed. Zahar. Rio de Janeiro.
- O que é Filosofia da História? Definição de Filosofia da História (historiadomundo.com.br)
- A diferença entre história e filosofia da história - Instituto Rothbard (rothbardbrasil.com)

BRANCA
53

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra D. Os historiadores desempenham o relevante papel de investigar e esclarecer processos importantes que geraram o mundo em que vivemos hoje. Entender as ações de homens e mulheres no decorrer do tempo pode nos dar respostas preciosas sobre os problemas que enfrentamos no presente. Neste texto a gente explica para você o que fazem os historiadores e qual a importância dessa profissão. Conhecido como “pai da História”, Heródoto é considerado um dos primeiros historiadores do mundo. Ele escreveu sobre a invasão persa na Grécia, em meados do século V a. C., evento conhecido como Guerras Médicas. Além de registrar o acontecido, Heródoto concebeu a história como um problema filosófico que pode revelar aspectos importantes do comportamento humano. Todo historiador é, em essência, um pesquisador. Ele conhece os processos de construção do presente em todas suas esferas: a cultural, econômica, política e assim por diante. Por isso, tem alta capacidade de análise de questões complexas e abstratas que influenciam e ditam os rumos de nossa vida – mesmo que nós não percebamos de forma explícita. Os historiadores são, portanto, indivíduos que estudam a vida, a trajetória humana no tempo, suas relações, tradições, sentimentos e ações. Entender como homens e mulheres construíram este mundo até chegarmos no presente é uma ferramenta importante melhorar o mundo (de hoje) que nossos antepassados criaram, pois, como diria Carlo Levi, “o futuro tem um coração antigo”. Os historiadores podem atuar em diversas áreas. A mais comum é a docência, mas há uma variedade de atividades que o profissional pode direcionar sua carreira, como: trabalhar como consultores de instituições públicas e privadas; consultores de produções culturais; na gestão de arquivos; técnicos em museus e instituições que trabalham com patrimônio histórico; analistas de pesquisa; consultoria em produções cinematográficas; teatro; além também de trabalhar com memória empresarial. Apesar disso, talvez haja a lacuna nos dias de hoje de entender concretamente e mais pragmaticamente o que significa a história. A história tem um papel concreto e urgente na sociedade atual, não apenas como algum tipo de curiosidade, mas como algo central para resolução de problemas sociais. Entender isso passa pela compreensão de apreender a importância da metodologia de seu ensino, e assim, conseqüentemente, passa pela importância de seus profissionais. A História deve ser tratada como uma prateleira de remédios, no qual os historiadores devem analisar e compreender a realidade atual, para encontrar soluções. Isso pode parecer simples e trivial, mas o passado, como disse Bloch é intangível e impossível de ser um objeto de estudo. Apenas o ser humano pode ser estudado, e, por isso, a História é a arte e a ciência de compreender o ser humano em sua perspectiva temporal, de perseguir a essência de das relações

humanas, e como podemos deduzir dos séculos de discussão filosófica que remanescem nos dias de hoje – como o paradoxo das teorias de Heráclito e Parmênides (a noção de que nada permanece) sobre o mundo e seu funcionamento – o buraco é muito mais embaixo. Buscar a compreensão da História é buscar caminhos para problemas sociais e, em essência, buscar compreender o homem em sua relação com o tempo.

Fontes:

- GINZBURG, Carlo. O queijo e as vermes: o cotidiano e as
- ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São
- Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- (PDF) APOLOGIA DA HISTÓRIA OU O OFÍCIO DE HISTORIADOR | Carlos Eduardo Ströher - Academia.edu
- O que faz um historiador? | Politize!
- A memória, o esquecimento e o compromisso do historiador | Em Tempo de Histórias (unb.br)
- Ramon Barroncas, Universidade de Brasília
- Mestrando em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.
- CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

<b>BRANCA</b>
<b>55</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra E. O pensamento anarquista surgiu no Brasil no momento de formação e expansão do movimento operário e os acompanhou no decorrer deste embate. Esse período em que se situa o campo de estudo é importante para se pensar na formação da sociedade brasileira. A repressão vivida pela imprensa era a mesma dos trabalhadores, violentados, deportados, e agredidos das mais variadas formas. Havia insatisfação dos operários pelas péssimas condições de trabalho com doze, quatorze e até dezesseis horas por dia num ambiente insalubre com maus tratos, castigos corporais e baixíssimos salários. A condição da mulher e da criança na fábrica era ainda pior. O modo de vida extremamente desgastante do trabalhador refletia na luta em busca de melhores condições de vida. Esses e outros fatores foram o estopim para a organização dos trabalhadores, incluindo a criação de uma imprensa própria, tendo como fundamento expressar um pensamento crítico expondo suas ideias, denunciando os males e as injustiças sociais da época. Os operários se organizavam de diferentes maneiras: associações, sindicatos, ligas e entre outros. O desejo desses trabalhadores estava no combate à violência, à exploração e ao domínio por parte da política vigente. Eles eram os responsáveis por todo processo de organização, confecção e distribuição do jornal. Foram vários os nomes que se destacaram nestes jornais na luta contra o domínio e a exploração. A contribuição da figura feminina e a sua atuação na imprensa operária. Uma vez que, refletir sobre as preocupações e os debates dessas mulheres na imprensa operária anarquista nos ajuda a compreender como elas se colocavam diante das questões sociais da sua época.

A mulher estava sendo abordada em algumas literaturas de modo reducionista. Autores da época atribuíam à figura feminina fragilidade a partir de uma definição da anatomia humana. Constituindo nesse sentido uma naturalização da condição de inferioridade feminina. A sociedade tendia a estabelecer na figura feminina comportamentos estereotipados, ou seja, dando a mulher uma imagem inferiorizada, como doméstica impondo restrições. A sociedade a fim de enquadrar a mulher num molde, tendo como referência os valores sociais. A mulher deveria estar consciente para a luta em prol da sua independência social. A época criou uma imagem de submissão por parte da figura feminina. A imagem feminina era vista como um ser dependente do homem, essa ideia está relacionada às imposições de seu dever perante a sociedade. Os elementos que agregavam condição da mulher de submissão estavam relacionados à ação humana, ou seja, a uma criação social. Pensar em novas concepções de vida para a figura feminina era uma preocupação das anarquistas libertárias pautadas numa libertação social. A mulher deveria adquirir novas possibilidades de experimento das diversidades da vida. O amor livre faz parte desse contexto de variedades que deveria ser compreendido como algo inerente à natureza humana (ALBERT, 1980). Nesse sentido é importante que se lute pela emancipação feminina, em prol de adquirir liberdade social. É necessário que se propague a emancipação da mulher para sua libertação de submissão numa sociedade autoritária. Os laços impostos pela sociedade o

conservadorismo, tradicionalismo e autoridade devem ser negados pela sociedade a fim de libertar a figura feminina (UTOPIA, 2004).

Fontes:

- A MULHER OPERÁRIA: A contribuição feminina na imprensa anarquista no início do século XX (webartigos.com)
- Christina da Silva Roquette Lopreato. O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000. p. 40. Grafia atualizada.
- ALBERT, Charles. Amor Livre: Uma Avaliação anarquista da questão sexual. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- AMILCAR. Amor Livre, Sim Com Seres Livres... (Assim Vamos Bem). A Plebe. São Paulo-SP 22/12/1934 Nº78 Pág 02.
- AUZIAS, Claire. Feminismo Anarquia: "A minha Vida Sem Mim". IN: Revista Utopia. Revista Anarquista de Cultura e Intervenção. Nº18. 2004 pp. (13-28).
- BEIJO, Maria. A's Mulheres. A Plebe. São Paulo-SP 06/03/1933 Nº 23 Pág 02
- BAKUNIN. Bakunin por Bakunin. <http://sabotagem.com>. pesquisa 08/11/2007.

<b>BRANCA</b>
<b>58</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra E. O lúdico, como componente do lazer, esteve presente em todas as épocas da história e pode acontecer em qualquer momento da existência humana, seja em questões relacionadas à família, religião, política e principalmente, trabalho. Já o tempo livre (liberado do trabalho) é uma conquista moderna das classes sindicais, obtida após diversas reivindicações em prol da melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora, a qual eram destinadas exaustivas e massacrantes cargas horárias de trabalho, conseqüentes do advento da Revolução Industrial, e engloba o lazer, que é a forma mais encontrada de ocupação desse tempo livre para ser utilizado de forma espontânea, crítica e reflexiva, abrangendo as mais diversas atividades de lazer em que haja o princípio da busca do prazer. O lazer e o trabalho são duas esferas de manifestação humana que sempre existiram e se fizeram componentes da vida do homem em sociedade, embora o grau de importância de ambos possa sofrer alterações de acordo com as concepções de lazer estabelecidas pela classe trabalhadora no contexto sócio-histórico.

O lazer sofre modificações de acordo com as peculiaridades do contexto histórico e sócio-cultural no qual é desenvolvido, como por exemplo, anteriormente a Revolução Industrial, falava-se em criatividade relacionada ao ócio. Mas com o seu advento, a criatividade passou a ser focada no trabalho e na produção, que com a seguinte super exploração do trabalho ocasiona uma disparidade social cada vez maior.

Na sociedade contemporânea, estruturada em classes sociais, o lazer apresenta-se de forma diversificada e frequentemente vem sendo confundido com produtos da indústria cultural, cujo principal objetivo é o de produzir bens e serviços destinados ao consumo, dependendo de fatores culturais, sócio-históricos, políticos e econômicos. Este é o chamado lazer-mercadoria, uma forma de consumo exacerbado e alienado do lazer fortemente impregnado pelo viés mercantil e que objetiva apenas contribuir para superação das frustrações crescentes diárias.

Fontes:

- Revolução Industrial - Artigo | PDF | Indústrias | Capitalismo (scribd.com)
- COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. Economia e Sociedade, Campinas, n. 1, p. 69-87, ago. 1992.
- < [http://www.tg3.com.br/industrial/revolucao\\_industrial.htm](http://www.tg3.com.br/industrial/revolucao_industrial.htm) > Acessado 26 de Setembro 2022
- LESSA, Carlos. Além do fato: Emprego e atividades criativas. Jornal do Brasil, 2005.
- RETROSPECTIVA DO LÚDICO (uniesp.edu.br)
- CAMARGO, Luiz O. Lima. Educação para o lazer. São Paulo: Moderna, 1998.
- DUMAZEDIER, Joffre. Sociologia Empírica do Lazer. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LESSA, Carlos. Além do fato: Emprego e atividades criativas. Jornal do Brasil, 2005.

- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. In.: Revista Iberoamericana, v.01, n.02, mai.2007/set.2007. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac201.pdf>>. Acesso em 26 dezi. 2022.

<b>BRANCA</b>
<b>59</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra E. O estudo da expansão territorial imperialista não deve ser feito apenas sob a perspectiva dos colonizadores europeus. É importante entender a visão dos povos nativos, conhecer suas ações de resistência e reconhecer os efeitos desse processo. Uma vez que tais efeitos são percebidos ainda hoje em diversas regiões africanas. Nos últimos anos do século XX, a historiografia passou a dedicar mais atenção à análise de documentos sobre a reação dos povos africanos ao imperialismo europeu. Desde então, esses estudos vêm mostrando que praticamente todas as sociedades africanas estabelecidas em territórios disputados pelos europeus empreenderam ações de resistência. A ideia segundo a qual os africanos viam os europeus como libertadores ou civilizadores faz parte do ponto de vista dos europeus imperialistas e, portanto, não corresponde ao que os africanos de fato pensavam sobre a colonização. A resistência africana à colonização aconteceu de diversas formas - fugas, revoltas e protestos - e apresentava motivações variadas, como o desejo de retomar a liberdade e a soberania; a luta pela manutenção de hábitos, crenças e formas de administração; e a resistência à exploração econômica praticada pelos europeus. No nordeste do continente africano, por exemplo, as populações do Egito, do Sudão e da Somália lutaram não apenas contra a conquista e a ocupação de seus territórios, mas também para preservar sua fé, a religião muçulmana. O poder tecnológico e militar das potências europeias garantiu o domínio do continente africano por quase um século. Mesmo assim, algumas ações de resistência dos povos nativos se prolongaram por vários anos, mostrando sua capacidade de organização e sua determinação em resistir à dominação europeia. Entre as inúmeras ações de resistência lideradas por nativos africanos contra os colonizadores, uma das mais representativas foi a rebelião do povo Axânti contra o domínio britânico, na Costa do Ouro, atual Gana. Essa rebelião se estendeu dos anos 1890 aos anos 1900 e decorreu da deposição de um grande número de chefes tradicionais pelos colonizadores britânicos - a deposição violava o caráter sagrado da realeza, elemento tradicional da cultura axânti. No lugar dos chefes depostos, foram nomeados outros líderes locais, não legitimados pela população e encarregados da cobrança de uma indenização pelas revoltas anteriores. Além disso, o governo britânico exigiu que seu novo representante, Arnold Hodgson, se sentasse no Tamborete de Ouro, símbolo sagrado da cultura axânti, instrumento de consagração da legitimidade de seus chefes. Todas essas medidas levaram os Axânti a enfrentar os britânicos em batalhas violentas, as quais foram debeladas em 1900 após a prisão e a deportação da rainha Yaa Asantewaa, líder de Edweso, e de generais axântis.

**Fontes:**

- Yaa Asantewaa. Citado por: Luiz Arnaut. Reações africanas ao imperialismo.
- Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/Reacoes%20africanas.pdf>>. Acesso em: 26 fdez. 2022.
- NEMI, ANA LUCIA LANA, geração ALPHA História[...]SM Educação; Editora responsável: valéria vaz-3 ed. – Sãopaulo; Edições SM 2019.
- Imperialismo europeu: características, motivos e efeitos - Estudando
- Imperialismo na Ásia e África - Aula de História | EducaBras
- Imperialismo na Ásia - Mundo Educação (uol.com.br)
- Cyberhistoria: O Imperialismo Afro-Asiático
- HOBBSAWM, Eric J. A era dos impérios: 1875-1914, 13., ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009,p.221

<b>BRANCA</b>
<b>60</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra E. Ao longo do século XVI, a dinâmica entre o poder da Igreja nos estados modernos aliada às reformas protestantes limitaram a católica e o dos reis foi transformada. A consolidação dos Estados o poder do papa em muitas regiões da Europa Ocidental. Em países como a Inglaterra, por exemplo, houve um rompimento não só com o papa, mas com toda a instituição católica. Como vimos anteriormente, Espanha e Portugal mantiveram-se católicos. O Estado, no entanto, assumiu o controle de instituições religiosas e manteve órgãos de repressão e de perseguição. Assim, embora a Igreja continuasse influente nesses países, o poder era exercido pelos monarcas.

Em sintonia com a mentalidade da época, alguns pensadores europeus dos séculos XVI e XVII elaboraram teorias que buscavam legitimar a concentração do poder no rei. Essa forma de governo forte e centralizada na figura do monarca ficou conhecida como absolutismo e manifestou características específicas A base teórica do absolutismo é, muitas vezes, creditada ao filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679). Suas ideias foram divulgadas, principalmente, em seu livro *Leviatã*, publicado em 1651. Segundo ele, o egoísmo natural dos seres humanos os faria lutar uns contra os outros. Para evitar isso, deveria ser firmado um contrato social no qual os indivíduos abririam mão da própria liberdade em troca da segurança garantida pelo Estado, personificado na figura do rei. Portanto, de acordo com Hobbes, a submissão dos indivíduos a um poder centralizado era necessária para garantir a paz e o bem-estar de todos. Já o bispo católico Jacques-Bénigne Bossuet (1624-1704), membro da corte real francesa, defendia a doutrina do direito divino dos reis. Segundo essa doutrina, os reis e sua linhagem haviam sido escolhidos conforme a vontade de Deus e, portanto, detinham o direito de reinar sobre seus súditos de forma absoluta e incontestável. Assim, contestar a vontade do rei seria o mesmo que contestar a vontade de Deus. Bossuet ainda argumentava que a Igreja devia submeter-se ao rei e que o poder régio era justo, pois o monarca, agindo sob a proteção divina. Estaria livre de cometer erros. Com base nessa doutrina, o monarca Luís XIV conduziu o período no qual o governo da França se mostrou mais centralizado.

**Fontes:**

- Teóricos do Absolutismo - suas ideias e principais obras (suapesquisa.com)
- ANDERSON, Perry Linhagens do Estado Absolutista Editora: Unesp
- CAMPOS, Raymundo. Estudos de História Moderna e Contemporânea. São Paulo: Editora Atual, 1988.
- CÁCERES, Florival; PEDRO, Antônio. História Geral. São Paulo: Moderna, 1988.
- EFINOV, Galkine ZUBOK. Historia Moderna, as revoluções Burguesas, V.I. Editorial Estampa-Lda;
- TERESA, Bernardino. Sociedade e atitude metais em Portugal (1777-1810). Imprensa Nacional.
- <https://www.radarciencia.org/artigo/antigo-regime-e-transicao-breve-estudo-em-torno-do-capital-mercantil-e-do-absolutismo-old-regime>
- FREITAS NETO, José Alves de. História Geral e do Brasil/ TASINAFO, Ricardo Célio.—2 ed.—São Paulo: HABRA, 2011.
- BARBEIRO, Heródoto- História: volume único para o ensino médio- São Paulo: Scipione, 2004- (Coleção : De olho no mundo.

<b>BRANCA</b>
<b>61</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra D. O Porto de Tubarão é um porto brasileiro localizado na ponta do mesmo nome, na parte continental do município de Vitória, capital do Espírito Santo. É um terminal graneleiro do Porto de Vitória. Inaugurado em 1966, é controlado pela Vale S.A. É o segundo maior porto de exportação de minério de ferro do Brasil e permite o acesso de navios Graneleiros de grande porte (Very-Large Ore Carriers (VLCC), Ultra-Large Ore Carriers (ULCC), e Ore Oil (O/O)). A construção do Porto de Tubarão foi iniciada em 1962 pela (então empresa de economia mista) – Vale do Rio Doce, no ano em que foram assinados os primeiros contratos de longo prazo para fornecimento de minério de ferro para o Japão e a Alemanha, e sua construção foi totalmente paga com recursos do Tesouro Nacional. A partir de 1950 houve um processo de inserção do estado na dinâmica econômica dos outros estados do



sudeste, mais somente em meados dos anos 60 que começou a investir politicamente na economia capixaba. Através do Instituto Brasileiro do Café (IBC), começou se a investir a criação de indústrias, pois com as políticas de auxílio governamental o estado não estava conseguindo ter sucesso, ai com a ajuda do IBC o Governo do Estado criou a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, e com a ajuda do IBC foi criado o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo em dezembro de 1969, e assim começou a haver maior incentivo fiscal para que as empresas fossem para o estado. No período de 1942 a 1975 houve grande expansão industrial, começando pela metalurgia através da Companhia de Ferro e Aço de Vitória, aconteceu também o crescimento das empresas de beneficiamento de café e cereais, indústrias têxteis, moveis, bebidas, vestuário e calçados, indústrias de material de transporte e química. Apresentando assim para o estado do Espírito Santo um crescimento de 14,9% na indústria de transformação nos anos 60. Entre 1970-75 houve um avanço de 17% na taxa anual conforme Rocha e Morandi (1991). Em termos de infraestrutura no estado foi construído na década de 60 duas usinas hidroelétricas, também aconteceu a construção da BR 101 que passava por todo o estado ligando norte e sul pelo litoral, a BR 262 que ligava Vitória a Belo Horizonte, no sentido Leste-Oeste, e também a BR 259 que ligava a cidade de Colatina a BR 040 no interior de Minas Gerais. Em 1966 a Vale implanta o Porto de Tubarão, onde sua principal função era a exportação do minério de ferro advindo das minas de Minas Gerais, e a importação de carvão destinado às indústrias metalúrgicas e siderúrgicas Brasileira, ligadas a antiga Companhia Vale do Rio Doce. Assim deu-se o início na baía de Vitória a atuação de dois portos, um ligado exclusivamente a mineração e outro ligado a importação e exportação de bens em geral, no Porto de Vitória – Minas cuja inauguração foi em 1940. A partir das décadas de 1970 e 1980 houve a modernização do campo, com uso de fertilizantes, novas técnicas de plantio e também o uso de novas máquinas para o plantio ocorrendo assim um avanço da agricultura moderna no estado, concomitante mente percebia um crescimento da pecuária de corte nas regiões interioranas do estado. Pode-se notar que houve um avanço significativo nos períodos que vai de 1950 a 1980 na história industrial do Espírito Santo, mais é notável que esse processo expansionista da economia, e continua nos dias atuais, fazendo que este estado se torne importante no cenário nacional. O complexo portuário do Espírito Santo é um dos maiores da América Latina sendo muito importante para o desenvolvimento do Estado. É responsável por 9% do valor exportado e por 5% do valor importado pelo país, chegando a movimentar cerca de 45% do PIB Estadual. Sua estrutura permite a movimentação de diversos tipos de carga (automóveis, granel líquido, granel sólidos, alimentos, metalurgia etc.). O Porto de Vitória situa-se no centro de Vitória, capital do ES, na área da Baía de Vitória, abrangendo os municípios de Vitória (ilha) e de Vila Velha (continente). Foi criado em 1906 e está sob a jurisdição da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, que se constitui na Autoridade Portuária do Espírito Santo desde 1983.

#### Fontes:

- G1 - Porto de Tubarão completa 50 anos com histórias de poluição em Vitória - notícias em Espírito Santo (globo.com)
- Petrobras deve demitir 100 funcionários com a perda do píer no porto de tubarão no ES - CPG Click Petróleo e Gás
- BITTENCOURT, Gabriel. Esforço Industrial na República do Café: o caso do Espírito Santo 1889 – 1930. Dissertação de mestrado Universidade Federal Fluminense em 5 de dezembro de 1979. Vitória - ES 1982.
- ESPÍRITO SANTO, Federação das Indústrias do. Disponível em: <[http://www.sistemafindes.org.br/representacao\\_institucional/findes/sindicatos\\_filiados\\_findes.asp](http://www.sistemafindes.org.br/representacao_institucional/findes/sindicatos_filiados_findes.asp)>. Acessado em: 03 de Maio de 2011.
- ESPÍRITO SANTO, Governo do Estado do. Disponível em: <[http://www.es.gov.br/site/empresas/infos\\_gerais.aspx](http://www.es.gov.br/site/empresas/infos_gerais.aspx)>. Acessado em: 03 de Maio de 2014.
- IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1734&n=0&z=t&o=1&i=P>>. Acesso em: 15 Maio 2014.
- MORAES, A. C. R. Território e História no Brasil. 3 ed., São Paulo: Annablume, 2002.
- ROCHA, Haroldo Correa. MORANDI, Ângela Maria. Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória – ES. Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida. 1991.
- SANTOS, M. A. e SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- Tubarão, responsável por 1/3 da exportação de minério de ferro da Vale, completa 50 anos | Monitor

Mercantil Da gênese a sua condição oficial de primeiro Porto Organizado do estado do Espírito Santo (1library.org)

- CENTRAL PORTUÁRIA: PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (centralportuaria.blogspot.com)
- Governo ES - Portos (www.es.gov.br)

<b>BRANCA</b>
<b>63</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra A. A Abolição da escravatura no Brasil e nos EUA é diferente em suas ações, podemos levantar interessantes contraposições com relação às experiências brasileira e norte-americana com os relatos que temos na história. O fim da escravidão nos Estados Unidos esteve ligado a uma cisão entre as elites do Norte e do Sul. A primeira, observando a escravidão como um entrave ao desenvolvimento de uma sociedade liberal e capitalista; e a segunda, tendo na exploração do trabalho escravo o sustentáculo da sua produção de riquezas. Sob esse aspecto, realizando já uma comparação, percebemos que essa cisão radical interna das elites não aparece na abolição brasileira. Quando extinguímos a escravidão do Brasil, já vivíamos um contexto social e econômico em que tal prática já não se mostrava tão interessante a uma parcela significativa das nossas elites e a Lei Aurea só bastou para consolidar tal ato. Desse modo, vemos uma diferença entre as duas experiências, que se aproximam no fato das elites serem as promotoras fundamentais da abolição. Estas são duas comparações a abolição nos EUA e no Brasil. Os líderes dos estados do Norte dos Estados Unidos durante o movimento contra o Sul escravista durante a Guerra de Secessão (1861–1865) tinham ideias a respeito da escravidão que podem ser resumidas com a frase seguinte: a escravidão era, para eles, “remanescente de um mundo agonizante de barão e servo, nobre e escravo”. No Brasil, por outro lado, comentando a Lei Áurea, que aboliu o cativo em 1888, Joaquim Nabuco, um abolicionista, afirmou que o triunfo da causa da abolição “podia ser seguido, e o foi, de acidentes políticos, até de revoluções, mas não de medidas sociais complementares em benefício dos libertados, nem de um grande impulso interior, de renovação da consciência pública”.

Fontes:

- (In: MOORE Jr., Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 145–146.
- (NABUCO, Joaquim. Minha formação. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 154–155.)
- Célia M. M. de Azevedo. Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada - século XIX. São Paulo: Annablume, 2003. p. 20
- Nathania: Artigo: ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NOS ESTADOS UNIDOS (nathaniavitoria.blogspot.com)
- Keffer, Michael 1863: Estados Unidos abolem a escravidão .Disponível em: <http://www.dw.de/1863-estados-unidos-abolem-a-escravid%C3%A3o/a-372001> Acesso:23/01/2022
- MORAES, José Geraldo Vinci de -Caminhos da Civilizações História Integrada. Geral e Brasil. São Paulo: Atual, 1998.
- VAINFAS, Ronaldo...[et al.].história para o ensino médio. - São Paulo: saraiva, 2010, p. 779.

<b>BRANCA</b>
<b>67</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra B. Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no

processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens. A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente.”

Fontes:

- <http://www.cultura.al.gov.br/patrimonio-cultural/o-que-e-afinal-educacao-patrimonial>
- (Fonte: Guia Básico de Educação Patrimonial/ Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grumberg, Adriane Queiroz Monteiro - Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999)
- O QUE É EDUCAÇÃO PATRIMONIAL? (iphan.gov.br)
- Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - 4ª edição revista e atualizada - Rio de Janeiro, IPHAN, 1994.
- Guia de Museus Brasileiros - Comissão de Patrimônio Cultural - Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária - Universidade de São Paulo - São Paulo, USP, 1997.

<b>BRANCA</b>
<b>68</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra A. Mita e encomienda são dois termos relacionados à América Colonial. Durante a época das Grandes Navegações, os europeus encontraram a América e, subjungando os povos nativos do continente passaram a explorá-lo. As Américas foram colonizadas dentro da visão mercantilista vigente na Europa à época, visando acumular riquezas para os Estados Absolutistas. Inicialmente, ouro, prata e outros metais preciosos foram explorados. Mesmo onde não havia metal, a terra e a mão-de-obra compulsória dos nativos foi explorada. A fim de estabelecer um controle nos moldes mercantilistas de exploração e aproveitar da abundância de metais preciosos do novo mundo, os espanhóis montaram um sistema colonial complexo. Classificaram as colônias como vice-reinos (áreas de grande exploração econômica) e capitanias gerais (áreas estratégicas). Na Espanha, criaram o Conselho das Índias (que controlava a política) e a Casa de Contratação (que organizava o comércio monopolista). A exploração do trabalho indígena constituiu-se na base da exploração da América, e utilizou-se de duas formas: a mita e encomienda. A encomienda foi um sistema criado pelos espanhóis, e consistia na exploração de um grupo ou comunidade de indígenas por um colono, a partir da concessão das autoridades, enquanto o colono vivesse. Em troca, o colono deveria pagar um tributo à metrópole e promover a cristianização dos indígenas. A mita era uma instituição de origem inca, utilizada por essa civilização, portanto, antes da chegada dos europeus. E consistia na exploração das comunidades dominadas, utilizando uma parte de seus homens no trabalho nas minas. Os homens eram sorteados, e em geral trabalhavam quatro meses, recebendo um pagamento. Cumprido o prazo, deveriam retornar à comunidade, que por sua vez deveria enviar um novo grupo de homens. Apesar de sua origem inca, os espanhóis também se apropriaram da mita para impor um ritmo de trabalho compulsório aos nativos americanos. Com efeito, a ação colonizadora espanhola foi responsável pela destruição e desestruturação das comunidades indígenas. Seja pela força das armas contra aqueles que defendiam seu território, ou pela exploração sistemática do trabalho. Ou ainda através do processo de aculturação, promovido pelo próprio sistema de exploração e pela ação catequética dos missionários. É importante destacar o papel dos religiosos na colonização, muitas vezes como defensores dos indígenas, tiveram uma participação diferenciada na conquista. Um dos mais célebres religiosos do período foi Frei Bartolomeu de Las Casas que, em várias oportunidades, denunciou as atrocidades cometidas pelos colonos. Frei Bartolomeu escreveu importantes

documentos sobre a exploração, tortura e assassinato de grupos indígenas. Frequentemente, a Coroa interferiu na colônia e destituiu governantes e altos funcionários. No entanto, vale lembrar o poder e influência que a Igreja possuía na Espanha, e o interesse do rei (Carlos V) em manter-se aliado à ela. Ao mesmo tempo, a Igreja na colônia foi responsável pela imposição de uma nova religião. E conseqüentemente, uma nova moral e novos costumes que desenraizavam os indígenas dos seus próprios.

Fontes:

- Mita e Encomienda: significado e o repartimento [resumo] (todoestudo.com.br)
- BERNARDES, Luana. Mita e Encomienda. Todo Estudo. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/historia/mita-e-encomienda>. Acesso em: 27 de December de 2022.
- Mita e Encomienda | PDF | Holanda | Brasil (scribd.com)
- MARQUES, Adhemar. Pelos Caminhos da História: ensino médio.- Curitiba: Positivo, 2006. P.
- AZEVEDO, Gislane Campos. História em movimento/ ensino médio. – São Paulo: Ática, 2010. P. vol.
- BOULOS, Júnior Alfredo História & cidadania: volume único—I ed.—São Paulo: FTD, 2011.

<b>BRANCA</b>
<b>69</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra C. É bastante natural que este nacionalismo encontrasse sua expressão cultural mais óbvia na literatura e na música, ambas artes públicas, que podiam, além disso, contar com a poderosa herança criadora do povo Comum- a linguagem e as canções folclóricas. A Restauração monárquica, uma das propostas do congresso de Viena, encontrou resistência em grande parte da Europa Ocidental, e vários movimentos revolucionários eclodiram, ao longo da primeira metade do século XIX, inspirados nos ideais liberais. Alguns deles também eram nacionalistas, ou seja, buscavam autonomia e independência nacional. O nacionalismo havia ganhado força nos locais invadidos pelas forças de Napoleão, pois, contra esse domínio, surgiram fortes sentimentos de identidade ganhado força nos locais invadidos pelas forças de Napoleão, pois, um dos fatores que impulsionou esses movimentos foi a crise econômica que atingia tanto os grupos populares quanto a pequena e a média burguesia da Europa naquele período. O clima de insatisfação era crescente; a população sofria com a escassez de alimentos, as más colheitas agrícolas, a elevação dos preços dos produtos, o desemprego, a pobreza e a precariedade das condições de vida dos trabalhadores. Na década de 1820, eclodiram revoltas na Espanha e na península Itálica e ergueu-se o movimento de independência na Grécia. Nas décadas seguintes, revoltas, revoluções e levantes em prol da independência irromperam em outras partes da Europa. O cerceamento dos direitos outrora conquistados e a limitação das liberdades individuais e da cidadania impulsionaram os primeiros movimentos. Nesse período, com o avanço da industrialização na Europa, muitos trabalhadores do campo migraram para as cidades; o proletariado começou a tomar forma como grupo social, identificado pelas precárias condições de vida e de trabalho. As lutas desses trabalhadores, organizados em sindicatos e em associações urbanas, contribuíram para a formação de uma consciência proletária e para a elaboração das teorias socialistas, que começavam a ser difundidas na Europa.

Fontes:

- Eric J. Hobsbawm. A era das revoluções: Europa 1789-1848.
- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. p. 355-356.
- Revoluções Liberais, História, O que foram Revoluções Liberais (portalsaofrancisco.com.br)
- Revoluções Liberais: Antecedentes e o que eram - Maestrovirtuale.com
- VICENTINO, Claudio. História geral e do Brasil,/ Claudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo- 1. Ed. – São Paulo : Scipione, 2010.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. História Geral e do Brasil: ensino médio; volume único/ José Geraldo Vinci de Moraes.—3. Ed. Reform. E ampl.—São Paulo: Atual.2009.

BRANCA
5

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA
10

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada**.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>.

BRANCA
13

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

<b>BRANCA</b>
<b>14</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correto que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

<b>BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.1.

<b>BRANCA</b>
<b>24</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é verdadeira, a doutrina clássica do Direito Administrativo, a exemplo de DI PIETRO (2021), divide a descentralização administrativa em duas espécies. A descentralização de serviços propriamente dita (correspondendo às atividades da administração pública indireta – outorga de serviços às entidades administrativas) e a descentralização por colaboração (correspondendo à delegação de serviços ao particular). A assertiva “B” é falsa pois a cobrança de tarifa está expressa na Lei 8.987/95 que rege os serviços públicos. A assertiva “C” é falsa pois os serviços públicos podem ser de consumo individualizável, como energia elétrica, dentre outros. A assertiva “D” é falsa pois a outorga de serviços públicos denomina-se descentralização de serviços. A desconcentração é a transferência de serviços internamente, entre os órgãos despersonalizados do ente federativo. A assertiva “E” é falsa, pois a delimitação conceitual de serviços públicos varia conforme a própria legislação dos entes federativos. A doutrina afirma que serviço público é aquilo que a lei definir, isto é, não se trata de um conceito claramente definido. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

<b>BRANCA</b>
<b>47</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.**

Retextualização é a passagem de um gênero textual para um gênero diferente ou entre os mesmos gêneros, mantendo o tema do texto original. Portanto, podemos entender a retextualização como uma paráfrase.

Dessa forma, essa é uma questão que trabalha com a noção de paráfrase. A paráfrase, originária do grego *para-phrasis*

(repetição de uma sentença), constitui-se na recriação textual, tendo como suporte um texto-fonte. Ao parafrasearmos um texto, estamos atribuindo-lhe uma nova “roupagem” discursiva, embora mantendo a mesma ideia contida no texto original. Assim, a única alternativa em que a reescrita não manteve o sentido do texto original, ou seja, a única opção em que não houve paráfrase foi a letra D.

Em relação ao trecho original, nas reescritas em A, B, C e E, houve troca das seguintes palavras ou expressões por termos sinônimos ou equivalentes, porém, sem alterar o sentido:

- de “seu olhar” para *olhar dele*;
- de “quando lhe faço perguntas” para *quando o indago / quando o interrogo / quando lhe faço questionamentos / ao lhe fazer perguntas*;
- “ele responde apenas balançando” para *ele responde somente / só / apenas meneando / movimentando*.
- “de sua voz” para *voz dele*.

Todas as alterações sinalizadas acima NÃO provocaram alterações substanciais de sentido. No entanto, na alternativa D, ao trocar a posição do termo “apenas” para antes do pronome “ele”, há sensível alteração semântica. Vejamos:

1. “ele responde apenas balançando a cabeça”

2. “apenas ele responde balançando a cabeça”

Em 1, o termo “apenas” incide sobre a palavra “balançando”. A maneira como o jovem responde à pergunta é balançando a cabeça. Ele não responde com palavras faladas ou escritas ou de outro modo qualquer.

Em 2, o termo “apenas” incide sobre a palavra “ele”. A ideia é de que somente ele e ninguém mais responde desta mesma maneira, balançando a cabeça, pois somente ele faz isso. Pressupõe-se que as demais pessoas respondam de outras formas: escrevendo, falando, acenando com as mãos...

Portanto, a retextualização em D provocou sensível alteração de sentido. Dessa forma, o gabarito é D.

Fonte:

- TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Scipione, 1996. p. 193. <http://www.portugues.com.br/redacao/parodiaparafrasexemplosintertextualidade.html>

#### Cargo: Analista do Executivo - Nutrição

BRANCA	VERDE
2	8

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto.

Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto para identificar que a única alternativa que não encontra respaldo no texto é a letra A, uma vez que em momento algum se afirma que os pais passaram a permitir que as crianças usassem o celular ainda com mais frequência para controlarem seu comportamento em casa durante a pandemia. Inclusive, a pesquisa apresentada no texto foi realizada antes da pandemia da Covid-19, entre 2018 e 2020. Essa informação se encontra no 3º parágrafo. Portanto, o gabarito é letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE
5	2

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE
9	10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As alternativas A, B, C e E descrevem corretamente as características dos gêneros da correspondência oficial. De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), a descrição da letra D se refere ao gênero requerimento e não ao memorando, que se caracteriza por ser uma comunicação ágil e fundamentalmente interna, feita entre as unidades administrativas de um mesmo órgão, sendo elas de mesmo nível ou até de níveis diferentes. Além disso, o caráter pode ser administrativo ou até envolver projetos, ideias e diretrizes a serem adotados em certa instância do serviço público. Portanto, a alternativa correta é letra D.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE
10	9

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada**.

Fonte:



- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE
13	12

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA	VERDE
14	15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correto que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
18	16

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 18, § 4º da Constituição Federal prevê a possibilidade de criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, com consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Contudo, a lei complementar de que trata o referido dispositivo ainda não foi editada. Houve a tentativa de dois projetos de lei complementar para tratar da matéria, entretanto, ambos foram vetados pelo Presidente da República. Ocorre que, mesmo sem a regulamentação por lei complementar, diversas leis estaduais foram editadas para tratar da matéria, o que afrontava diretamente o texto constitucional. Com isso, algumas ADI foram propostas perante o STF, questionando a validade das referidas leis estaduais. Para contornar a inconstitucionalidade, o Poder Legislativo emendou o texto constitucional que acrescentou o art. 96 do ADCT, convalidando os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios até 31/12/2006. O tema abordado está relacionado à Organização do Estado, art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil. A Constituição Federal é composta de preâmbulo, corpo normativo e ADCT. O tópico 1 do cronograma de matérias do edital especifica: “1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

BRANCA	VERDE
22	25

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.

BRANCA	VERDE
24	22

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é verdadeira, a doutrina clássica do Direito Administrativo, a exemplo de DI PIETRO (2021), divide a descentralização administrativa em duas espécies. A descentralização de serviços propriamente dita (correspondendo às atividades da administração pública indireta – outorga de serviços às entidades administrativas) e a descentralização por colaboração (correspondendo à delegação de serviços ao particular). A assertiva “B” é falsa pois a cobrança de tarifa está expressa na Lei 8.987/95 que rege os serviços públicos. A assertiva “C” é falsa pois os serviços públicos podem ser de consumo individualizável, como energia elétrica, dentre outros. A assertiva “D” é falsa pois a outorga de serviços públicos denomina-se descentralização de serviços. A desconcentração é a transferência de serviços internamente, entre os órgãos despersonalizados do ente federativo. A assertiva “E” é falsa, pois a delimitação conceitual de serviços públicos varia conforme a própria legislação dos entes federativos. A doutrina afirma que serviço público é aquilo que a lei definir, isto é, não se trata de um conceito claramente definido. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE
27	28

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o benefício de licença maternidade é custeado com recursos do Tesouro e não do RPPS (art. 3º). A assertiva “B” é verdadeira, pois a pensão por morte é devida aos filhos menores de idade seja de servidor ativo ou inativo, na hipótese, falecida no mês anterior ao requerimento. Saliente-se que se o candidato interpretou “mês anterior”, com anterior ao implemento de idade, ainda assim a resposta é a mesma (art. 5º). A assertiva “C” é falsa, pois o agente político não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “D” é falsa, pois o ocupante exclusivamente de cargo em comissão não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “E” é falsa, pois o benefício de auxílio doença não é custeado com recursos do RPPS (art. 3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>29</b>	<b>27</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pede para marcar a assertiva em que todas as verbas apontadas se excluem da base de cálculo de incidência da contribuição previdenciária, conforme rol do art. 48 da lei. Na assertiva “A”, o subsídio integra a base de cálculo. Na assertiva “B”, o adicional de caráter permanente integra a base de cálculo. Na assertiva “C”, a vantagem permanente integra a base de cálculo. Na assertiva, “E”, o vencimento integra a base de cálculo. Na assertiva-resposta “D”, as três verbas não integram a base de cálculo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>31</b>	<b>34</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes. A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>32</b>	<b>37</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Acerca dos níveis da cultura o autor Edgar H. Schein afirma que:

Artefatos => Estruturas e processos organizacionais visíveis.

Crenças e valores expostos => Estratégias, metas, filosofias.

Suposições Básicas => Crenças, percepções, pensamentos e sentimentos.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 24.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>35</b>	<b>38</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os autores James L. Bowditch L. & Anthony F. Buono afirmam: Poder reservado => Esse aspecto do poder é chamado poder reservado, não pela forma com que o poder é usado por si, porém mais devido às circunstâncias e aos objetivos desejados. Esse item não caracteriza um fator que especifica para as pessoas o poder, ele descreve sobre o uso do poder para evitar o conflito.

Fonte:

- BOWDITCH, James L. & BUONO, Anthony F. – Elementos do Comportamento Organizacional – 2016 – São Paulo – Editora Cengage Learning – Pág. 133.

BRANCA	VERDE
37	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Edgar H. Schein todos os itens da questão estão corretos conforme afirmado a seguir:

- I. CORRETO => Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importante em termos da dinâmica cultura de uma dada organização.
- II. CORRETO => Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.
- III. CORRETO =>O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
- IV. CORRETO => A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelado por um questionário.
- V. CORRETO => Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 192.

BRANCA	VERDE
39	36

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que o processo de Provisão de pessoas se ancora na pesquisa de mercado de Recursos Humanos, Recrutamento de Pessoas e Seleção de Pessoas.

A aplicação é composta pela integração de pessoas, desenho de cargos, descrição e análise de cargos e avaliação do desempenho.

A manutenção é composta pela remuneração e compensação, benefícios e serviços sociais, higiene e segurança do trabalho e relações sindicais.

O Desenvolvimento integra o Treinamento e Desenvolvimento Organizacional.

A Monitoração faz referência aos Controles de frequência, rotatividade e absenteísmo.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 247.

BRANCA	VERDE
42	51

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A bactéria *Clostridium botulinum* se aloca em conservas caseiras pouco ácidas, como palmito em conserva, carne enlatada, carne conservada em banha, tofu em conserva e pescados a vácuo. Na situação hipotética, o palmito em conserva foi o causador. Filé de frango não era alimento envolvido. Sintomas: tontura, visão dupla ou turva, boca seca, dificuldade para falar, engolir, respirar e andar (fraqueza muscular), constipação, paralisia respiratória e pode evoluir a óbito.

Fontes:

- - MUSSOI, T.D. **Nutrição:** curso prático. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

- SANTOS, I.G. *et al.* **Nutrição:** clínica, esportiva, saúde coletiva e unidades de alimentação e nutrição. São Paulo: Martinari, 2015.

BRANCA	VERDE
43	66

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Portaria nº 193, de 05 de dezembro de 2006 não está desatualizada, a mesma é utilizada para determinar os parâmetros nutricionais do Programa de Alimentação do Trabalhador. A portaria mencionada (Nº 672, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021) não determina tais parâmetros e não poderia ser utilizada para tal questão.

Fonte:

- BRASIL. Portaria N° 193, de 05 de dezembro de 2006. Altera os parâmetros nutricionais do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT. **Diário Oficial da União**, de 07 de Dezembro de 2006.

BRANCA	VERDE
44	67

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

Critérios Diagnósticos para a Síndrome Metabólica segundo o NCEP- ATP III

Presença de 3 ou mais dos seguintes: Obesidade Abdominal: Cintura > 102 cm em homens e > 88 cm em mulheres; Hipertrigliceridemia ≥ 150 mg/dl; HDL Colesterol Baixo: < 40 mg/dl em homens e < 50 mg/dl em mulheres; Pressão Arterial Elevada: ≥ 130/85 mmHg (pressão arterial sistólica ≥130mmHg ou diastólica ≥85mmHg ou em tratamento para hipertensão); Glicemia de Jejum Elevada: ≥ 110 mg/dl

Sendo assim, o gabarito correto é letra C. João e Maria apresentam 4 componentes e Antônio 3, todos com diagnóstico de SM.

Fontes:

- SILVA, S.M.C.S.; MURA, J.D.P. **Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2014.
- MAURER, P. *et al.* Componentes para diagnóstico de Síndrome Metabólica pelo NCEP-ATP III em uma população afro-brasileira. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, 18(4): 55-60, out-dez, 2016.

BRANCA	VERDE
48	42

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não há erro no enunciado e nem no gabarito, sendo o resultado 3080 reais, o mesmo que o candidato coloca em sua argumentação. Acredito que tenha havido engano ao olhar o gabarito.

1º) Se temos o dado da porção, ela representa o peso do alimento cozido, pronto para consumo, logo jogamos na 1º fórmula:

Fator de cocção= PC (peso alimento cozido, processado) / PL (peso alimento cru/limpo)

$$0,8 = 80 / PL$$

$$PL = 80 / 0,8 = 100g$$

2º) Agora que descobrimos o PL, jogamos na fórmula do fator de correção para saber o peso bruto, que é a quantidade a ser comprada individual.

$$PB = FC \times PL ; PB = 1,1 \times 100 = 110g \text{ de peso bruto de carne.}$$

3º) Para saber quanto devemos comprar para servir 800 pessoas (soma 600 do almoço e 200 do Jantar), basta multiplicar o peso bruto pelo número de pessoas. PB x número de pessoas = 110g x 800 = 88.000g = 88Kg de lombo.

4º) Se tem que comprar 88Kg de carne e cada Kg custa R\$35,00. O custo total será de R\$ 3.080,00 reais.

Fontes:

- ORNELLAS, L.H. **Técnica dietética, seleção e preparo de alimentos**. 7. ed. São Paulo: Atheneu. 2001.

- ABREU, E.D.; SPINELLI, M.G.N.; PINTO, A.M.S. **Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição**: um modo de fazer. 3.ed. São Paulo: Editora Metha, 2009.
- PHILIPPI, S.T. **Nutrição e Técnica Dietética**. 2. ed. rev e atual. São Paulo: Manole, 2006.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>50</b>	<b>47</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recordatório Alimentar de 24 horas:

Vantagens: Estimativa quantitativa e qualitativa - Rápido e de fácil administração - Baixo custo - Exige pouco esforço do entrevistado

Desvantagens: Erros nas estimativas das porções - Depende da memória - Omissão ou esquecimento no registro de certos alimentos - Pode não representar a ingestão habitual

Questionário de Frequência Alimentar:

Vantagens: - Baixo custo e fácil aplicação - Caracteriza a dieta habitual - Aplicação para um grande número de pessoas

Desvantagens: - Lista incompleta dos alimentos - Agrupamento de forma inadequada - Requer memória de hábitos do passado - Erros na estimativa da frequência e das porções

Ou seja, a única alternativa a ser assinalada é o questionário de frequência alimentar.

Fontes:

- HOLANDA, L.B., BARROS FILHO, A.A. Métodos aplicados em inquéritos alimentares. **Rev Paul Pediatría**, v.24, n.1, p. 62-70, 2006.
- GIBNEY, M.J. *et al.* **Introdução à nutrição humana**. 2 ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2010.
- MUSSOI, T.D. **Avaliação nutricional na prática clínica**: da gestação ao envelhecimento. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
- SAMPAIO, L.R., SILVA, M.C.M., RORIZ, A.K.C., LEITE, V.R. Inquérito alimentar. In: SAMPAIO, L.R., org. **Avaliação nutricional**. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 103-112.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>52</b>	<b>53</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicitava em seu enunciado o mais provável causador do surto de DTA e não os possíveis causadores.

*Escherichia coli*: período de incubação: 5 a 48h, em 12 a 36 h surgem sintomas como diarreia, vômito, cólicas abdominais, náuseas, dor de cabeça. Alimentos envolvidos: saladas cruas, verduras e legumes mal cozidos, salada de maionese, lasanha, farofa e água contaminada. Fatores para o surto: contaminação por manipulador, refrigeração insuficiente, cocção inadequada, limpeza e desinfecção deficiente de equipamentos.

Na contaminação por *Clostridium perfringens* os sintomas comuns após o consumo do alimento contaminado são náuseas e vômitos, cólicas abdominais, diarreia. Não é comum a dor de cabeça.

Fontes:

- MUSSOI, T.D. **Nutrição**: curso prático. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- SANTOS, I.G. *et al.* **Nutrição**: clínica, esportiva, saúde coletiva e unidades de alimentação e nutrição. São Paulo: Martinari, 2015.

BRANCA	VERDE
53	49

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Segundo a nova caderneta de gestante (MS, 2022), a recomendação de ganho de peso total na gestação para mulheres com estado nutricional de baixo peso é entre 9,7 e 12,2 kg; para as eutróficas entre 8 e 12 kg; sobrepeso entre 7 e 9 kg e para as obesas entre 5 e 7,2 kg.

Logo, Maria e Ana apresentaram ganho de peso adequado e Clara acima. Faltando uma resposta correta entre as alternativas, a questão foi anulada.

Fonte:

- MS. **Caderneta da gestante.** 6° ed. revisada. Brasília, DF, 2022. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta\\_gestante-versao\\_eletronica\\_2022.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_gestante-versao_eletronica_2022.pdf)

BRANCA	VERDE
54	50

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

**Afirmativa I- Verdadeiro-** O diagnóstico da anemia baseado na concentração de hemoglobina é universalmente utilizado nas pesquisas individuais e de grupos populacionais, visto que apresenta maior facilidade operacional e menor custo. Entretanto, o diagnóstico de anemia baseado na concentração de hemoglobina apresenta algumas limitações. A primeira é ser viável apenas para identificar a anemia, que é o estágio mais avançado da deficiência além disso ela não identifica o tipo de anemia existente. Os estudiosos alertam para o fato de ser um parâmetro que deve ser usado com cautela, pois é um teste que dá margem a um número significativo de falsos positivos.

**Afirmativa II Verdadeiro-** O ferro sérico reflete o equilíbrio entre a entrada e a saída do mineral na circulação. É um indicador bastante instável, podendo sua concentração ser alterada pela presença de processos infecciosos e até mesmo em função dos horários em que ocorre a coleta de sangue, em virtude do ritmo circadiano. Seus valores são normalmente elevados pela manhã e baixos à noite.

**Afirmativa III Verdadeiro-** A ferritina sérica é um parâmetro que possui a vantagem de avaliar não só a deficiência de ferro, mas também o seu excesso no organismo. Entretanto, é um indicador que possui baixa especificidade, ou seja, um valor normal não exclui a deficiência em ferro. Ele sozinho não constitui um bom indicador para avaliar o estado nutricional do ferro de uma população, pois não permite estimar a prevalência de anemia.

Logo, as 3 afirmativas estão corretas.

Fontes:

- SILVA, S.M.C.S.; MURA, J.D.P. **Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia.** 2.ed. São Paulo: Roca, 2014.
- MAHAN, L. K., ESCOTT-STUMP, S. **Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia.** 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BRANCA	VERDE
55	54

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O pré-escolar apresenta uma menor velocidade de crescimento quando comparado com o lactente e o escolar, com conseqüente redução das necessidades nutricionais.

O escolar apresenta um crescimento lento e constante, alcançando seu pico de velocidade de ganho de peso próximo ao estirão da puberdade e não no final da adolescência.

Sendo assim, gabarito correto e com argumentação insuficiente no recurso.

Fontes:

- HINKELMANN, J.V. *et al.* **Diagnóstico e necessidades nutricionais do paciente hospitalizado: da gestante ao idoso.** 1ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2015.
- VITOLLO, M.R. **Nutrição da gestação à adolescência.** Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2008.

- LOPEZ, F.A.; BRASIL, A.L.D. **Nutrição e Dietética em Clínica Pediátrica**. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.

BRANCA	VERDE
56	52

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A primeira afirmativa apresenta-se incorreta, pois de acordo com Resolução CFN nº 599, de 25 de fevereiro de 2018, que aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista, consta literalmente a seguinte informação: “é direito do nutricionista recusar-se a exercer sua profissão em qualquer instituição onde as condições de trabalho não sejam adequadas, dignas e justas ou possam prejudicar indivíduos, coletividades ou a si próprio, comunicando oficialmente sua decisão aos responsáveis pela instituição e ao Conselho Regional de Nutricionistas de sua jurisdição e respectiva representação sindical”. Ou seja, é direito e não dever.

Fontes:

- CFN. Conselho Federal de Nutricionista. **Código de Ética e de Conduta do Nutricionista**. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2018/04/codigo-de-etica.pdf>
- CFN. Resolução CFN nº 599, de 25 de fevereiro de 2018. **Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências**.

BRANCA	VERDE
59	57

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A letra B está correta. Uma criança não deve ser amamentada por outra mulher que não a mãe, nem mesmo receber seu leite em copo, mamadeira ou outro utensílio, mesmo que essa mulher seja da família ou conhecida, por causa do risco de transmissão de doenças pelo leite, como o vírus HIV. Chamamos de amamentação cruzada quando uma mulher amamenta o filho de outra mulher.

No guia alimentar há a seguinte informação que subsidia a afirmativa: “Toda mulher que amamenta é uma potencial doadora de leite humano. Segundo as normas brasileiras, a doação de leite humano deve ser voluntária e, para doar, basta a mulher ser saudável e não tomar medicamento que interfira na amamentação. Para doar leite, a mulher deve entrar em contato com um posto de coleta ou banco de leite humano para receber todas as orientações sobre a coleta, o armazenamento e o transporte do leite humano doado. No banco de leite, o leite doado é pasteurizado, submetido a controle de qualidade, e, posteriormente, distribuído para recém-nascidos prematuros e/ou crianças doentes internadas em hospital. Toda mulher que amamenta é uma potencial doadora de leite humano. Segundo as normas brasileiras, a doação de leite humano deve ser voluntária e, para doar, basta a mulher ser saudável e não tomar medicamento que interfira na amamentação. Para doar leite, a mulher deve entrar em contato com um posto de coleta ou banco de leite humano para receber todas as orientações sobre a coleta, o armazenamento e o transporte do leite humano doado. No banco de leite, o leite doado é pasteurizado, submetido a controle de qualidade, e, posteriormente, distribuído para recém-nascidos prematuros e/ou crianças doentes internadas em hospital”.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRANCA	VERDE
60	56

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O iogurte natural é feito, basicamente, de dois ingredientes: leite e fermento lácteo. Logo, o carboidrato presente no iogurte natural é a lactose, sendo esta digerida no intestino delgado pela ação da lactase e não na boca.

Segundo a legislação brasileira, o amido pode ser adicionado, sendo assim, se tivesse esta adição seria mencionado



nos ingredientes, pois não é uma regra e sim exceção.

A digestão química dos macronutrientes desta refeição será iniciada no estômago pela ação da pepsina, agindo sobre a proteína.

O lipídio presente nesta refeição terá sua digestão iniciada pela ação da lipase pancreática no intestino delgado após a emulsificação pela bile. Só há digestão na boca quando a presença de triglicerídeo de cadeia curta que não é o presente nesta refeição, sendo os de cadeia longa.

Fontes:

- COSTA, N.M.; PELUZIO, M.C. **Nutrição básica e metabolismo**. 1º. ed. Viçosa: UFV, 2008.
- GIBNEY, M.J. *et al.* **Introdução à nutrição humana**. 2 ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2010.
- SILVA, S.M.C.S.; MURA, J.D.P. **Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2014.

BRANCA	VERDE
61	59

#### Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A primeira afirmativa é falsa, pois os POPs devem ser aprovados, datados e assinados pelo responsável técnico, responsável pela operação, responsável legal e ou proprietário do estabelecimento, firmando o compromisso de implementação, monitoramento, avaliação, registro e manutenção dos mesmos.

Entretanto a terceira alternativa está sim correta, os POPs podem ser apresentados como anexo do Manual de Boas Práticas de Fabricação do estabelecimento, havendo erro no gabarito. Logo não há alternativa correta a ser assinalada, sendo assim, questão anulada.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados aplicados aos estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos e a lista de verificação das boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002.

BRANCA	VERDE
62	60

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os nutrientes que mais afetam a osmolaridade de uma solução são os carboidratos simples (mono e dissacarídeo), que apresentam efeito osmótico maior que os carboidratos de maior peso molecular (amido); os minerais e eletrólitos, as proteínas hidrolisadas (principalmente os aminoácidos cristalinos e os triacilglicerois de cadeia média, por serem mais solúveis que os de cadeia longa).

Fonte:

- SILVA, S.M.C.S.; MURA, J.D.P. **Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2014.

BRANCA	VERDE
63	61

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A terceira afirmativa encontra-se incorreta pois é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, da Prefeitura Municipal e da escola federal, no âmbito de sua respectiva jurisdição administrativa, mediante atuação coordenada dos profissionais de educação e do responsável técnico e demais nutricionistas, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa de maneira transversal o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas e habilidades que promovam modos de vida saudáveis, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Fonte:

- FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução Nº 06, de 08 de Maio de 2020. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>64</b>	<b>62</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A segunda afirmativa está incorreta pois não são todas as portas internas que devem ser dotadas de fechamento automático. Segundo a RDCNº 216, de 15 de setembro de 2004, as portas e as janelas devem ser mantidas ajustadas aos batentes. “As portas da área de preparação e armazenamento de alimentos devem ser dotadas de fechamento automático”. As aberturas externas das áreas de armazenamento e preparação de alimentos, inclusive o sistema de exaustão, devem ser providas de telas milimetradas para impedir o acesso de vetores e pragas urbanas. As telas devem ser removíveis para facilitar a limpeza periódica.

Fonte:

- BRASIL. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA. Resolução – RDC Nº 216, de 15 de Setembro de 2004. Estabelece procedimentos de boas Praticas para serviço de alimentação, garantindo as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 setembro de 2004.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>65</b>	<b>64</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nesta questão todas as afirmativas encontram-se corretas.

Em relação à terceira afirmativa: na pancreatite aguda grave, se recomenda o uso de nutrição enteral precoce. Sugere-se começar com uma fórmula monomérica ou oligomérica, a uma velocidade bem baixa, de 10 a 15mL/h e progredir o volume e o tipo de fórmula, para uma fórmula polimérica, de acordo com a tolerância digestiva do paciente. A nutrição parenteral era a única via utilizada para TN a fim de possibilitar repouso intestinal e, assim, minimizar o estímulo digestivo pancreático. Estudos da fisiologia da digestão em indivíduos normais evidenciam que o alimento fornecido no estômago ou duodeno estimula a função pancreática. Entretanto, quando o nutriente é fornecido após o ângulo de Treitz, ocorre pouca ou nenhuma alteração da secreção exócrina pancreática. Esta evidência forneceu a base para a possibilidade de nutrição enteral e de uma mudança de paradigma na TN da pancreatite aguda: do repouso intestinal e pancreático para apenas repouso pancreático. A nutrição parenteral está indicada apenas naqueles pacientes incapazes de atingir os seus requerimentos nutricionais pela via enteral, por falência intestinal ou em situações como íleo prolongado, fístula pancreática e síndrome compartimental abdominal. Quando corretamente indicada, a nutrição parenteral tem impacto na composição corporal, aumentando significativamente os estoques de proteína corpórea.

Fontes:

- SILVA, S.M.C.S.; MURA, J.D.P. **Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2014.
- Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral. Sociedade Brasileira de Clínica Médica. Associação Brasileira de Nutrologia. **Terapia Nutricional na Pancreatite Aguda**. Projeto Diretrizes Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. Agosto de 2011.

BRANCA	VERDE
68	63

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Letra A está incorreta pois A *American Dietetic Association* sugere o consumo de 25 a 30g de fibras, destacando para os indivíduos diabéticos as fibras solúveis. Em adultos com DM2, É RECOMENDADO o uso de fibras dietéticas na quantidade 14g/1000 kcal, com um mínimo de 25g por dia, para melhorar o controle glicêmico e atenuar hiperglicemia pós-prandial.

As demais afirmativas estão corretas e encontram-se nas recomendações da Sociedade Brasileira de Diabetes (2022).

Fonte:

- RAMOS, S. *et al.* **Terapia Nutricional no Pré-Diabetes e no Diabetes Mellitus Tipo 2.** Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes (2022).

BRANCA	VERDE
69	70

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Argumentação improcedente e não se justifica, não gerando dúvida para resolução da questão. Para o pigmento Clorofila, cor verde do vegetal, os cuidados no preparo são: cocção rápida em recipiente semitampado para favorecer a volatilização dos ácidos orgânicos e evitar o escurecimento. As substâncias alcalinas favorecem a cor verde. Deve-se evitar o uso de bicarbonato, pois destrói vitaminas hidrossolúveis (principalmente a vitamina C).

Fonte:

- MUSSOI, T.D. **Nutrição:** curso prático. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

BRANCA	VERDE
70	41

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A resolução utilizada no enunciado não interfere em nada na questão, foi apenas para definição do “ovo”, logo não há prejuízo algum e nem foi utilizada como referência bibliográfica para resolução da mesma. Não se pediu em nenhum momento para considerar a tal resolução.

O que torna a afirmativa IV incorreta é que a gema contém a lecitina e não a clara.

Fonte:

- MUSSOI, T.D. **Nutrição:** curso prático. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

**Cargo: Analista do Executivo - Pedagogia**

BRANCA	VERDE
3	6

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo Pasquale e Ulisses (3003, p. 510), “crase é palavra de origem grega e significa ‘mistura’, ‘fusão’. Nos estudos de língua portuguesa, é o nome que se dá à fusão de duas vogais idênticas.” Para se usar adequadamente a crase, é necessário verificar a ocorrência de uma preposição e um artigo ou pronome.

I. INCORRETO: Apenas em 1e 2 o emprego da crase se justifica por um princípio de regência verbal.

II. CORRETO: A crase deve ser empregada junto a algumas locuções conjuncionais. Nas orações em que aparecem um termo regido pela preposição “a” acompanhado de locuções conjuncionais, o acento grave indicativo da crase é obrigatório. Isso, porém, só se dá se a palavra seguinte à locução for feminina e puder vir acompanhada por

determinantes (artigo, por exemplo). Na Língua Portuguesa somente duas locuções conjuncionais se enquadram nesse emprego da crase. São elas: “à medida que” e “à proporção que”.

III. INCORRETO: em 1, se a expressão “a criança” estivesse no plural – “as crianças” –, o “as” deveria, obrigatoriamente, receber o acento grave para que o enunciado ficasse gramaticalmente correto.

IV. CORRETO: Em 2, se o “as” que antecede “emoções” estivesse no singular (“a”), não poderia haver o emprego da crase. Portanto, o adequado seria: “a emoções da criança”. Portanto, o gabarito é letra C.

Fonte:

- PASQUALE & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

BRANCA	VERDE
6	4

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.

Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O mesmo não acontece com os tipos textuais, que são poucos: **narração, argumentação, exposição, injunção e descrição**.

No texto, a tipologia textual predominante é a exposição, uma vez que o autor expõe, ou seja, analisa alguma ideia, conceito, teoria ou fenômeno. Desse modo, esse tipo textual auxilia principalmente na identificação, instrução e informação de determinado assunto, sendo muito utilizado, por isso, em ambientes educativos (educação escolar, acadêmica, profissional etc.).

Entretanto, em alguns momentos do texto, surgem sequências injuntivas quando o autor afirma que os pesquisadores instruem, sugerem algumas estratégias para acalmar as crianças sem necessariamente usar o celular para isso. Não há marcas linguísticas de imperativo, característica marcante da injunção.

Vale destacar que a questão é muito clara quando pede que o candidato analise discursiva e pragmaticamente a passagem que apresenta marcas de injunção, já que a finalidade da injunção na passagem que constitui o gabarito é exatamente instruir, dizer como fazer algo, orientar procedimentos. Portanto, o gabarito é letra A.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BRANCA	VERDE
7	3

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O uso que fazemos da língua em nossas ações de comunicação é sempre mediado por intenções: explicitar certeza, dúvida, obrigatoriedade, sentimentos, entre outros. Esse propósito está tão presente em nosso dia a dia que se materializa na estrutura de nossa língua.

“A língua é fundamentalmente argumentativa, uma vez que, ao interagirmos, seja pela fala, seja pela escrita, estamos imprimindo nossas ideias e argumentos pretendidos.” Ducrot

Ao definirmos e observarmos alguns exemplos de modalizadores discursivos, podemos concluir que não existe interação comunicativa sem modalização, uma vez que, sempre que nos expressamos, estamos indicando nosso ponto de vista em relação ao assunto em questão. A modalização, todavia, pode ser mais explícita ou mais contida.

Os modalizadores discursivos são elementos gramaticais ou lexicais por meio dos quais o autor manifesta determinadas atitudes e/ou posições em relação a um conteúdo e/ou tema específicos.

Em uma texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo, o autor deve mostrar a sua habilidade de analisar, de modo coerente e coeso, um determinado tema, com o objetivo de defender um ponto de vista claro a respeito deste mesmo tema. Assim, o autor deve ser hábil em organizar ideias, dados e fatos, ou seja, argumentos e estabelecer

relações entre eles de modo a extrair conclusões coerentes.

- **Modalizações Lógicas:** expressam o sentido de possibilidade e certeza por meio de modalizadores como “é possível que”, “é impossível que”, “talvez” etc;
- **Modalizações Deonticas:** expressam o sentido de uma necessidade ou obrigação por meio de modalizadores como “é preciso”, “faz-se necessário” etc e;
- **Modalizações Apreciativas:** expressam o sentido de análise e julgamento por meio de modalizadores como “felizmente”, “infelizmente” dentre outros.

No texto lido, em diversos momentos, o autor utiliza modalizadores discursivos. Em relação às alternativas de respostas, apenas a letra C apresenta uma marca de subjetividade ou de opinião, pois o autor afirma que o uso constante de celular para acalmar crianças **pode** comprometer o desenvolvimento delas. Ele não afirma categoricamente, mas supõe, acredita. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- <https://www.proenem.com.br/enem/enem/modalizadores/>
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BRANCA	VERDE
8	1

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Pode-se construir a coesão do texto por meio de vários recursos. A ordem das palavras no período, as marcas de gênero e de número, as preposições, os pronomes pessoais, os tempos verbais, os conectivos funcionam também como elos coesivos. Cada um desses elementos gramaticais estabelece conexões, articulações, ligações, concatenando as ideias. Ou seja, a estrutura gramatical das frases trata de criar coesão entre os constituintes de um texto. Um exemplo disso é a concordância. Sempre que respeitamos a concordância, estamos reforçando a coesão.

Em relação à passagem destacada, a locução verbal é constituída pelo verbo auxiliar “poder” mais o verbo principal “haver”, que possui uma concordância especial. O verbo “haver”, no sentido de “existir”, é impessoal. Por isso, a locução verbal “pode haver” permanece no singular. No entanto, se substituirmos o verbo “haver” pelo verbo “existir”, a concordância deverá ser no plural. Sendo assim, a locução ficará “podem existir”. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.
- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática. Teoria e prática**. 25ª Ed. São Paulo: Atual, 1999.
- PASQUALE & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

BRANCA	VERDE
10	9

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada**.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE
11	13

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O presente recurso apenas alega que a resposta “poderia ser” 24 também, sem apresentar qualquer argumento para isso. Ademais, constata-se que são 96 relatórios analisados na questão, ratificando-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
13	12

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA	VERDE
14	15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correto que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
19	20

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para governador, não se exige que seja brasileiro nato, não há idade máxima de setenta anos e a mínima é de trinta anos, além disso, deve se desincompatibilizar 6 meses antes do pleito RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 14, § 6º.

BRANCA	VERDE
20	19

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois, se um estado da região Sul também tiver até 12 deputados federais, a fórmula do cálculo de deputados estaduais será a mesma aplicável ao estado do Espírito Santo que também tem até doze. A assertiva “B” é falsa, pelas mesmas razões explanadas na assertiva “A”. A assertiva “C” é verdadeira, pois se Alagoas também tem até 12 deputados, a forma de cálculo é igual à aplicável ao Espírito Santo. A assertiva “D” é falsa, pois a fórmula do cálculo será igual. A assertiva “E” é falsa pois, como Minas Gerais tem mais de 12 deputados federais a fórmula de cálculo será diferente, conforme art. 27 da Constituição Federal. A questão não exige conhecer o número de deputados das regiões Sul e Norte, trata-se apenas de raciocínio lógico. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 27.

BRANCA	VERDE
22	25

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.

BRANCA	VERDE
25	24

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois os Municípios não podem instituir Tribunais de Contas. A assertiva “B” é verdadeira, pois a revogação é o desfazimento de atos administrativos por critério de conveniência e oportunidade e esta competência discricionária não se transfere ao Poder Judiciário. O Poder Judiciário examina a ilegalidade dos atos, deste modo, o comando de desfazimento denomina-se anulação. As assertivas “C” e “D” são falsas, pois um ato só pode ser susinado ou suspenso “após existir”, o que significa dizer que o controle é posterior. A assertiva “E” é falsa, pois apenas a própria Administração ou o Poder Judiciário podem anular os referidos atos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRANCA	VERDE
31	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes. A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – *Introdução à Administração* – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

BRANCA	VERDE
45	41

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo Libânio é que: [...] a pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com aptidões individuais. Isso pressupõe que o indivíduo precisa adaptar-se aos valores e normas vigentes na sociedade de classe, através do desenvolvimento da cultura individual.

Devido a essa ênfase no aspecto cultural, as diferenças entre as classes sociais não são consideradas, pois, embora a escola passe a difundir a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições. (LIBÂNEO, 1994, p. 14)

As principais características das tendências liberais são: Justificam o sistema capitalista; e dão ênfase na liberdade e nos direitos e interesses individualistas na sociedade. O conhecimento é repassado pronto e acabado onde se faz a reprodução de modelos, certa supremacia de autoridade e se perpetua a sociedade capitalista. Portanto, a escola é mera reprodutora dos conhecimentos acadêmicos e totalmente desvinculada da parte política, sem dar importância à contextualização com a sociedade, conforme citada na afirmativa IV da supracitada questão.

Fonte:

- LIBÂNEO, José Carlos. Didática: teoria da instrução e do ensino. In. \_\_\_\_\_. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. Cap. 3. p. 51-76. (Coleção Magistério: Série Formação do Professor)

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>51</b>	<b>54</b>

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Projeto Político Pedagógico - PPP, contempla a organização do trabalho da escola como um todo, deve estar embasado em princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita, dando identidade à instituição escolar. De acordo com Veiga (2013), os princípios do PPP são: **igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade/autonomia e valorização do magistério**. Esses possuem um caráter permanente e fundamentado nas ações pedagógicas. Segundo Veiga, a importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas estruturas escolares, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo pensado, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, na ação-reflexão-ação, no real, no concreto.

A qualidade de educação está estreitamente relacionada à formação inicial e continuada, condições de trabalho e remuneração dos profissionais do magistério – a **Valorização do Magistério**. Vale ressaltar que, na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), Lei nº 9.394 sancionada em dezembro de 1996, dá destaque ao que estava previsto no inciso V do art. 206 da Constituição, no que diz respeito à valorização do profissional da educação, sendo reforçado pelos artigos 61 a 67 da legislação maior da educação. Nesses artigos são estabelecidas diretrizes para a formação dos profissionais da educação básica, para o exercício das funções de docência e de suporte pedagógico à docência e para a elaboração dos estatutos e planos de carreiras para o magistério público, prevendo a progressão funcional com base na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho (PIMENTEL et al, 2009). Em 2001 é aprovado o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), em seus objetivos define que a qualidade do ensino só poderá acontecer se houver a valorização do magistério, sendo que isto só ocorrerá se houver uma política global de magistério que considere a formação inicial, as condições de trabalho, salário e carreira e a formação continuada (FERREIRA, 2004). A formação continuada é indispensável para a discussão da organização da escola como um todo e de suas relações com a sociedade. A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos. (VEIGA, 2013, p. 20). **Portanto, é um dos princípios fundamentais do PPP.**

Fontes:

- VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 24 ed. São Paulo: Libertad, 2014.
- \_\_\_\_\_. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 5. ed. São Paulo: Libertad, 2004.
- VEIGA, I. P. A. Projeto político pedagógico da escola, uma construção possível. 29 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.
- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)



BRANCA	VERDE
54	52

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

**Planejamento Curricular** – é o "[...] processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. É previsão sistemática e ordenada de toda a vida escolar do aluno. Portanto, essa modalidade de planejar constitui um instrumento que orienta a ação educativa na escola, pois a preocupação é com a proposta geral das experiências de aprendizagem que a escola deve oferecer ao estudante, através dos diversos componentes curriculares." (VASCONCELLOS, 1995, p. 56). Já o **Planejamento Escolar** ou Planejamento da Escola, atividade que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. "É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social." (LIBÂNEO, 1992, p. 221).

Portanto, em relação ao exposto no enunciado da supracitada questão, de acordo com os diversos tipos de planejamento, e considerando o informado, a **alternativa correta é a C**, ou seja, Planejamento Curricular.

Fontes:

- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1992.
- VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org.). Repensando a Didática. 10. ed. Campinas: Papirus, 1995.

BRANCA	VERDE
56	60

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considera-se como conhecimento para avaliação na questão supracitada a modalidade da educação a distância na busca para superar limitações de espaço e tempo com a aplicação pedagógica de meios e tecnologias da informação e da comunicação e que, sem excluir atividades presenciais, organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares. E, solicita-se que indique a incorreta (exceto) de acordo decreto nº 9.057 de 2017 que regulamenta que a oferta de ensino fundamental na modalidade a distância, previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, que se refere a pessoas que:

*I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial;*

*II - se encontrem no exterior, por qualquer motivo;*

*III - vivam em localidades que não possuam rede regular de atendimento escolar presencial;*

*IV - sejam transferidas compulsoriamente para regiões de difícil acesso, incluídas as missões localizadas em regiões de fronteira; ou*

*V - estejam em situação de privação de liberdade.*

**Portanto a única alternativa incorreta é a E**, pois sendo o ensino fundamental presencial, e sendo a distância apenas quando como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. E ainda, de acordo com o Art. 58 da LDB, A educação especial, para os efeitos desta Lei, será oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Ressalta-se ainda, que a utilização da expressão "**portadores de necessidades especiais**", não compromete o entendimento e a compreensão da informação da opção de **resposta E**, haja vista que o uso de tal expressão fica também explícito que o aluno detém alguma deficiência, ou transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Assim, subentende-se que "**pessoa com deficiência**" ou "**portadores de necessidades especiais**", são expressões associadas no contexto literal estabelecido na questão.

Fontes:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)
- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm)

BRANCA	VERDE
62	63

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso que o enunciado não oferece uma problematização acerca das opções apresentadas, tornando a questão dúbia. A banca julga improcedente o recurso, já que o contexto é claro, e remete ao uso de tecnologias e IA que contribuem para a aprendizagem dos alunos. O aluno é desafiado a responder quais as tecnologias permitiram o uso destas possibilidades, TICs e IAs na educação.

Três realidades tecnológicas subjacentes à IA, as quais juntas, mudaram o perfil do uso das tecnologias educacionais: redes sem fio (internet WI-FI), tecnologias móveis (celular e tablet) e armazenamento de conteúdos em nuvens. Todas elas influenciam a IA e são responsáveis pelo surgimento de novas tecnologias.

Fonte:

- Mello, Cleyson de Moraes, José Rogerio de Almeida Neto, Regina Pentagna Petrilho. Educação 5.0 – Educação para o Futuro, 2ª edição. Rio de Janeiro – Processo 2022

BRANCA	VERDE
66	69

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso que há mais de uma resposta correta. Se os dois conceitos remetem ao autodesenvolvimento, o desafio é o conhecimento de qual deles, inclusive o nome, é reconhecido no ensino à distância como termo corrente. Não há indução ao erro, mas uma necessidade de conhecimento do contexto da educação online, não apenas do conhecimento de significados na língua portuguesa. O ensino à distância exige (...) um aprendiz autônomo e independente, mais responsável pelo processo de aprendizagem e disposto à auto-aprendizagem. Em EaD, um conceito bastante difundido é o da **heutagogia**, aprendizagem auto-direcionada em que o aluno é gestor e programador de seu processo de aprendizagem.

Fontes:

- <https://www.clipescola.com/conceitos-educacionais/>
- Maia, Carmem. ABC da EaD: Educação à Distância Hoje. ABDR- São Paulo- P.85.

BRANCA	VERDE
67	64

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. A banca julga improcedente o recurso, já que a opção divulgada é a única possível, conforme segue: Por exigir uma interação entre professores e alunos a dinâmica de ensino-aprendizagem escolar envolve fatores afetivos e sociais. Essa relação implica vínculo direto com o meio social que inclui as condições de vida do educando, a sua relação com a escola, sua percepção e compreensão do conhecimento sistematizado a ser estudado. **O trabalho docente é atividade** é a atividade que dá unidade à dinâmica ensino-aprendizagem pelo processo de mediação entre o conhecimento a ser aprendido e a ação de apropriação desse conhecimento. Essa concepção difere da ideia que o ensino escolar como uma ação individual do professor, transferindo conhecimentos para os alunos. **Difere também de outra ideia** segundo a qual o ensino consiste apenas na organização das experiências do aluno com base nas suas necessidades e nos seus interesses. **A importância da apropriação do saber sistematizado, disseminado pela escola, reside ainda na ideia de que através desse processo produz-se a base para a elaboração de novos saberes. Cabe aqui esclarecer que numa sociedade capitalista, como a nossa, o saber sistematizado é predominantemente reservado ao conhecimento das classes sociais economicamente favorecidas, as quais, de forma ideológica, o transformam em ideias e práticas conveniente aos seus interesses, buscando impô-las como verdades acabadas para as demais classes sociais. Entretanto, é importante ressaltar que na relação pedagógica que se estabelece na dinâmica ensino-aprendizagem o saber escolar deve ser tratado como objetivo e universal, e deve ser visto como neutro.** A objetividade e a universalidade do saber escolar apoiam-se no **conhecimento científico**, nas suas diferentes formas de interpretação da realidade. Mas como

é elaborado socialmente, a escola, de acordo com a conjuntura socioeconômica do momento histórico, tende a ocultar partes dessa realidade, ou distorcendo-as ou simplificando-as, chegando a apresentar o conhecimento como verdades acabadas. Numa ação consciente de ensinar-aprender, cabe ao professor e alunos vincular o saber escolar a seus determinantes sociais a fim de que o **conhecimento científico** prevaleça e a objetividade e a universalidade desse saber sejam preservadas.

Fonte:

- Didática: o ensino e suas relações. Ilma Passos Veiga (org)- Campinas -RJ: Papyrus, 1966 ( coleção magistério: formação e trabalho pedagógico. P. 107, 108 e 109.

BRANCA	VERDE
68	61

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso que houve erro na divulgação do gabarito. A banca julga IMPROCEDENTE o recurso, já que o gabarito divulgado é a única opção correta. A assertiva considerada pelo candidato como errada não transfere, como ele alega, a responsabilidade de educar (transmitir fontes de saber) apenas para tecnologia. A interpretação correta é que as tecnologias na palma da mão (celular, notebook ) tira a primazia da escola e da família na transmissão do saber. Há um deslocamento das fontes, não da responsabilidade de educar, que continua como prevê a legislação e a normatização a respeito desta matéria. Se estes não assumirem a responsabilidade de uma educação crítica, há um risco de os alunos se tornarem reféns de conhecimentos irreais, como vemos, atualmente, no debate das Fake News. Qualquer notícia pode ser veiculada com força de verdade se não há criticidade da parte de quem lê. Há, do contrário, uma enorme responsabilidade da família e da escola na prevenção deste tipo de armadilha disfarçada de saber.

Fonte:

- Gomes, Maria de Fátima. Pereira, Marcelo Ricardo. Psicologia Educacional: sujeitos contemporâneos. São Paulo: Contexto. 2022. P. 83, 84 e 85.

**Cargo: Analista do Executivo - Psicologia**

BRANCA	VERDE
5	2

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE
7	3

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O uso que fazemos da língua em nossas ações de comunicação é sempre mediado por intenções: explicitar certeza, dúvida, obrigatoriedade, sentimentos, entre outros. Esse propósito está tão presente em nosso dia a dia que se materializa na estrutura de nossa língua.

“A língua é fundamentalmente argumentativa, uma vez que, ao interagirmos, seja pela fala, seja pela escrita, estamos imprimindo nossas ideias e argumentos pretendidos.” Ducrot

Ao definirmos e observarmos alguns exemplos de modalizadores discursivos, podemos concluir que não existe interação comunicativa sem modalização, uma vez que, sempre que nos expressamos, estamos indicando nosso ponto de vista em relação ao assunto em questão. A modalização, todavia, pode ser mais explícita ou mais contida.

Os modalizadores discursivos são elementos gramaticais ou lexicais por meio dos quais o autor manifesta determinadas atitudes e/ou posições em relação a um conteúdo e/ou tema específicos.

Em uma texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo, o autor deve mostrar a sua habilidade de analisar, de modo coerente e coeso, um determinado tema, com o objetivo de defender um ponto de vista claro a respeito deste mesmo tema. Assim, o autor deve ser hábil em organizar ideias, dados e fatos, ou seja, argumentos e estabelecer relações entre eles de modo a extrair conclusões coerentes.

- **Modalizações Lógicas:** expressam o sentido de possibilidade e certeza por meio de modalizadores como “é possível que”, “é impossível que”, “talvez” etc;
- **Modalizações Deonticas:** expressam o sentido de uma necessidade ou obrigação por meio de modalizadores como “é preciso”, “faz-se necessário” etc e;
- **Modalizações Apreciativas:** expressam o sentido de análise e julgamento por meio de modalizadores como “felizmente”, “infelizmente” dentre outros.

No texto lido, em diversos momentos, o autor utiliza modalizadores discursivos. Em relação às alternativas de respostas, apenas a letra C apresenta uma marca de subjetividade ou de opinião, pois o autor afirma que o uso constante de celular para acalmar crianças **pode** comprometer o desenvolvimento delas. Ele não afirma categoricamente, mas supõe, acredita. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- <https://www.proenem.com.br/enem/enem/modalizadores/>
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BRANCA	VERDE
9	10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As alternativas A, B, C e E descrevem corretamente as características dos gêneros da correspondência oficial. De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), a descrição da letra D se refere ao gênero requerimento e não ao memorando, que se caracteriza por ser uma comunicação ágil e fundamentalmente interna, feita entre as unidades administrativas de um mesmo órgão, sendo elas de mesmo nível ou até de níveis diferentes. Além disso, o caráter pode ser administrativo ou até envolver projetos, ideias e diretrizes a serem adotados em certa instância do serviço público. Portanto, a alternativa correta é letra D.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE
10	9

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada.**

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE
13	12

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA	VERDE
18	16

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 18, § 4º da Constituição Federal prevê a possibilidade de criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, com consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Contudo, a lei complementar de que trata o referido dispositivo ainda não foi editada. Houve a tentativa de dois projetos de lei complementar para tratar da matéria, entretanto, ambos foram vetados pelo Presidente da República. Ocorre que, mesmo sem a regulamentação por lei complementar, diversas leis estaduais foram editadas para tratar da matéria, o que afrontava diretamente o texto constitucional. Com isso, algumas ADI foram propostas perante o STF, questionando a validade das referidas leis estaduais. Para contornar a inconstitucionalidade, o Poder Legislativo emendou o texto constitucional que acrescentou o art. 96 do ADCT, convalidando os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios até 31/12/2006. O tema abordado está relacionado à Organização do Estado, art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil. A Constituição Federal é composta de preâmbulo, corpo normativo e ADCT. O tópico 1 do cronograma de matérias do edital especifica: “1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

BRANCA	VERDE
22	25

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.

BRANCA	VERDE
23	21

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o servidor efetivo pode ser estável ou ainda estar em estágio probatório A assertiva “B” é falsa pois o servidor pode ser estável por força do art. 19 do ADCT da Constituição e não ter sido aprovado em concurso público. A assertiva “C” é falsa, pois o servidor, seja estável ou não, pode ser exonerado por insuficiência de desempenho, conforme art. 41 ou por excesso de despesa de pessoal, art. 169, ambos da Constituição. A assertiva “D” é falsa, pois o servidor estável demitido injustamente pode ser reintegrado ao cargo, art. 41 da Constituição. A assertiva “E” é verdadeira pois todo servidor, estável ou não, pode ser demitido pela prática de infrações disciplinares. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal e Regime Jurídico dos Servidores Públicos.

BRANCA	VERDE
27	28

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o benefício de licença maternidade é custeado com recursos do Tesouro e não do RPPS (art. 3º). A assertiva “B” é verdadeira, pois a pensão por morte é devida aos filhos menores de idade seja de servidor ativo ou inativo, na hipótese, falecida no mês anterior ao requerimento. Saliente-se que se o candidato interpretou “mês anterior”, com anterior ao implemento de idade, ainda assim a resposta é a mesma (art. 5º). A assertiva “C” é falsa, pois o agente político não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “D” é falsa, pois o ocupante exclusivamente de cargo em comissão não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “E” é falsa, pois o benefício de auxílio doença não é custeado com recursos do RPPS (art. 3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

BRANCA	VERDE
31	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes. A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>35</b>	<b>38</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os autores James L. Bowditch L. & Anthony F. Buono afirmam: Poder reservado => Esse aspecto do poder é chamado poder reservado, não pela forma com que o poder é usado por si, porém mais devido às circunstâncias e aos objetivos desejados. Esse item não caracteriza um fator que especifica para as pessoas o poder, ele descreve sobre o uso do poder para evitar o conflito.

Fonte:

- BOWDITCH, James L. & BUONO, Anthony F. – Elementos do Comportamento Organizacional – 2016 – São Paulo – Editora Cengage Learning – Pág. 133.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>36</b>	<b>33</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com os autores Idalberto Chiavenato e Arão Sapiro para sua estratégia organizacional, o Balanced Scorecard (BSC) habilita a organização a alinhar e focar suas equipes de executivos, unidades de negócios, recursos humanos, Tecnologia da Informação e Recursos Financeiros. O item independência, autonomia e autocontrole está vinculado ao item Empreendedorismo Corporativo e não ao BSC, conforme conceituado a seguir:

Empreendedorismo Corporativo

- Fomentando o espírito empreendedor na organização: partindo do pressuposto de que a motivação para realização – ou impulso para melhorar – é fundamental para os empreendedores, procurou-se definir um modelo de treinamento de motivação para a realização, no sentido de desenvolver essa característica e fazê-la aplicável nas situações típicas das organizações. O segundo passo foi desenvolver um projeto de seleção e desenvolvimento de empreendedores (baseado em um estudo realizado em 34 países) para criar os instrumentos adequados de seleção e treinamento. O programa foi lançado por meio de um convenio entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae). Segundo o modelo, as principais características que um empreendedor bem-sucedido deve possuir ou desenvolver são as seguintes:
  - Iniciativa e busca incesante de oportunidades.
  - Perseverança
  - Comprometimento
  - Busca de qualidade e eficiência
  - Coragem para assumir riscos, mas calculados
  - Fixação de metas objetivas
  - Busca e coleta de informações
  - Planejamento e monitoração sistemáticos, isto é, detalhamento de planos e controles
  - Capacidade de persuasão e de estabelecer redes de contatos pessoais.
  - Independência, autonomia e autocontrole.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto e SAPIRO, Arão – Planejamento Estratégico – da intenção aos resultados – Conhecendo e aplicando o processo proativo de alcançar os objetivos estratégicos desejados. – 4ª Edição – 2020 – São Paulo – Editora Grupo Gen / Atlas = Pág. 233.

BRANCA	VERDE
37	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Edgar H. Schein todos os itens da questão estão corretos conforme afirmado a seguir:

- I. CORRETO => Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importante em termos da dinâmica cultura de uma dada organização.
- II. CORRETO => Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.
- III. CORRETO =>O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
- IV. CORRETO => A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelado por um questionário.
- V. CORRETO => Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 192.

BRANCA	VERDE
38	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que as comunicações descendentes são aquelas que fluem de cima para baixo, se prestando mais à informações que não apresentam controvérsias, e quando o propósito é mais informativo do que persuasivo.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 389.

BRANCA	VERDE
41	48

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda o tema da relação terapêutica e a situa no processo psicodiagnóstico, o qual, além do objetivo específico de uma dada demanda, coloca em evidência a relação de uma pessoa com a psicologia, representada pelos psicólogos. Nesse sentido, a afirmativa I demonstra exatamente a abrangência dessa relação, que é para além do processo psicodiagnóstico ao suscitar no paciente uma concepção sobre o profissional da psicologia e como o perceberá a partir dessa relação cuja gênese é a relação terapêutica no psicodiagnóstico. Essa concepção suscitada acontece porque durante da tomada de dados sobre o paciente é preciso haver confiabilidade e consistência no processo como um todo, ao mesmo tempo em que se mantém atenção no foco da demanda e nos objetivos da solicitação que motivou o psicodiagnóstico, visto ser, na maioria das vezes, para a psicoterapia, já que é sempre clínico. Essa explicação é apresentada na afirma II, a qual se relaciona à primeira por meio da conjunção explicativa **porque**, justamente para justificar a associação de ambas as afirmativas. Isso pode ser melhor compreendido em Hutz, Bandeira e Trentini (2016, p. 43), “acredito que existam dois aspectos principais a serem abordados aqui. Um diz respeito ao objetivo da relação no psicodiagnóstico e o outro ao seu limite. O objetivo é estabelecer um senso de colaboração e confiança. Esse trabalho em conjunto é essencial para a coleta de informações fidedignas e sinceras, de modo que o paciente possa se expor e confiar na devolução e nos encaminhamentos do psicólogo. Quando atender seu paciente em um processo psicodiagnóstico, tenha em mente que a relação a ser estabelecida não é apenas entre paciente e você, mas sim entre o paciente e os psicólogos. Você fará muito bem a ele, caso consiga demonstrar sua confiabilidade, mas será melhor ainda se ele aceitar que pode procurar um psicólogo em qualquer momento da vida para auxiliá-lo a enfrentar suas dificuldades. Não raro somos o primeiro psicólogo na vida do paciente e também não



é raro que o encaminhamento inclua a psicoterapia. Desse modo, acredito que o psicólogo avaliador pode ter um importante papel na aderência do paciente aos tratamentos futuros”. Tendo isso em vista, dado que a questão traz a conjunção explicativa **porque** na relação entre as afirmativas I e II, a opção E (As afirmativas I e II são verdadeiras; a I se refere à relação terapêutica no psicodiagnóstico e a II explica os fatores que caracterizam e explicam a relação no processo psicodiagnóstico) é a única que mostra tal relação evidenciando a referida diferença utilizando, inclusive, a palavra **explica** para sinalizar a justificativa e fatores inerentes a relação terapêutica no psicodiagnóstico.

Fonte:

- Hutz, C. S.; Bandeira, D. R.; Trentini, C. M.; Krug, J. S. (2016). Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, p. 43.

BRANCA	VERDE
42	46

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os critérios diagnósticos para transtornos de personalidade do DSM-5 foram refletidos em um modelo híbrido que incluía a avaliação de deficiências no funcionamento da personalidade (como um indivíduo normalmente se sente e também percebe aos outros) mais as cinco grandes áreas de traços patológicos de personalidade. No DSM-5, na Seção III, é disposto um conjunto de critérios para um estudo mais aprofundado desses transtornos. Esse conjunto possibilita avaliar a personalidade e diagnosticar um transtorno com base nas dificuldades particulares de um indivíduo no funcionamento da personalidade e nos padrões específicos desses traços patológicos, uma vez que todos os transtornos de personalidade compartilham como critérios gerais para diagnóstico:

“• Prejuízo na personalidade moderado ou maior refletido no funcionamento pessoal e interpessoal

- Um ou mais traços de personalidade patológicos
- Esses prejuízos são relativamente inflexíveis, generalizados através de uma variedade de situações, estáveis ao longo do tempo, e podem ser rastreados até a adolescência ou início da idade adulta.
- Outro transtorno psicológico não explica melhor esses prejuízos, nem eles são atribuíveis aos efeitos fisiológicos de uma substância ou de outra condição médica.
- Os prejuízos não são mais bem entendidos como normais para o nível de desenvolvimento ou o contexto social e cultural de um indivíduo” (Withbourne, 2015, p. 354).

Além disso, de acordo com a Associação de Psiquiatria Americana (APA), a editora do DSM-5 e da revisão do mesmo, para o diagnóstico específico de um tipo de transtorno, é preciso definir, conforme traço de especificação (Traço Especificado (TP-TS)), o padrão específico de deficiências e características. Com a seção III, modelo híbrido dimensional-categórico e seus componentes, se busca abordar questões existentes aliadas à abordagem categórica dos transtornos de personalidade. “A APA espera que a inclusão da metodologia na Seção III do DSM-5 encoraje esse modelo no diagnóstico e atendimento de pacientes, bem como contribua para uma maior compreensão das causas e tratamentos dos transtornos de personalidade”. Logo, é o que pode ser feito quando um Transtorno da Personalidade é considerado presente, mas os critérios para um transtorno de personalidade específico não são totalmente preenchidos. Para este diagnóstico, que é clínico, é observada a gravidade do prejuízo no funcionamento da personalidade e a problemático traço(s) de personalidade. Face ao exposto, apenas a alternativa C (muitos transtornos de personalidade compartilham características semelhantes) explica o comando da questão (Os transtornos de personalidade são de difícil diagnóstico porque) acerca do diagnóstico de transtorno de personalidade.

Fontes:

- American Psychiatric Association (APA) (2013). Personality Disorder. Recuperado de: [https://www.psychiatry.org/File%20Library/Psychiatrists/Practice/DSM/APA\\_DSM-5-Personality-Disorder.pdf](https://www.psychiatry.org/File%20Library/Psychiatrists/Practice/DSM/APA_DSM-5-Personality-Disorder.pdf)
- Whitbourne, Susan Krauss. (2015). Psicopatologia: perspectivas clínicas dos transtornos psicológicos [recurso eletrônico] / Susan Krauss Whitbourne, Richard P. Halgin; tradução: Maria Cristina G. Monteiro; revisão técnica: Francisco B. Assumpção Jr., Evelyn Kuczynski. – 7. ed. – Porto Alegre: AMGH, Cap. 14.

BRANCA	VERDE
43	49

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O caso apresentado na questão “Lori fica com raiva e hostil quando seu namorado escolhe passar uma noite com seus amigos. Ela o vê como “ruim” e tenta manipulá-lo para fazê-lo ficar em casa. Ocasionalmente, quando isso ocorre, ele ameaça romper o relacionamento, mas Lori faz quase qualquer coisa para mantê-lo. Ela ameaçou ocasionalmente cometer suicídio. Podemos inferir que o padrão de comportamento de Lori é predominantemente característico do transtorno de personalidade” ilustra o padrão invasivo de controle do impulso pobre e instabilidade no humor, nos relacionamentos interpessoais e no senso de identidade, que é a essência do Transtorno da personalidade Borderline. Logo a alternativa correta é letra B (Borderline).

Fonte:

- Whitbourne, Susan Krauss. (2015). Psicopatologia: perspectivas clínicas dos transtornos psicológicos [recurso eletrônico] / Susan Krauss Whitbourne, Richard P. Halgin; tradução: Maria Cristina G. Monteiro; revisão técnica: Francisco B. Assumpção Jr., Evelyn Kuczynski. – 7. ed. – Porto Alegre: AMGH, Cap. 14, p. 365.

BRANCA	VERDE
44	50

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O parassuicídio é definido como o ato não fatal, na sequência de um comportamento invulgar, protagonizado por um indivíduo, sem a intervenção de outrem, que provoca autolesão ou ingestão de uma substância em sobredosagem para além do prescrito ou de ser reconhecida como terapêutica, e que visa mudanças desejadas pelo indivíduo, quer através desse ato quer através das suas consequências físicas. Portanto, caracteriza-se por condutas autodestrutivas sem intenção de morrer e que não conduzem à morte, embora indiquem significativo sofrimento psicológico. O caso apresentado na questão “Uma mulher, ao dar entrada em uma emergência hospitalar, quando perguntada sobre o que a motivou a tentar se matar, respondeu: “Nos últimos dias, eu realmente não tenho tido certeza sobre mim mesma. Eu não tinha certeza se estava viva. Foi um teste.” Indica conflito existencial (não tenho tipo certeza sobre mim mesma), afeto aversivo por si mesma, baixa autoestima e sugere conduta autodestrutiva sem intenção de morrer como uma conferência de vida pela afirmação “eu não tinha certeza se estava viva”; ou seja, para extrair sentimentos de realidade da dor física frente a estados psicológicos como a culpa, a tristeza, o pessimismo e a ansiedade e, por isso, tende a se tornar uma estratégia de regulação emocional.

Fontes:

- KAMAZAKI, Daniely Fernandes; DIAS, Ana Cristina Garcia. Intervenções para autolesão não suicida: uma revisão sistemática da literatura. Contextos Clínic, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 228-251, abr. 2021. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822021000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822021000100012&lng=pt&nrm=iso). acessos em 02 fev. 2023.
- Whitbourne, Susan Krauss. (2015). Psicopatologia: perspectivas clínicas dos transtornos psicológicos [recurso eletrônico] / Susan Krauss Whitbourne, Richard P. Halgin ; tradução: Maria Cristina G. Monteiro ; revisão técnica: Francisco B. Assumpção Jr., Evelyn Kuczynski. – 7. ed. – Porto Alegre: AMGH, Cap. 10.

BRANCA	VERDE
45	51

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os tratamentos cognitivo-comportamentais, referência em tratamentos baseados em evidências científicas, indicam a exposição ao vivo, por meio do enfrentamento de estímulos ansiogênicos, ajuda a reduzir a evitação e permite que ocorra o processo de habituação da ansiedade. De acordo com Barlow (2016, capítulo 2), a técnica de exposição imaginária permite que, por meio da ativação deliberada da memória traumática, ocorra o seu processamento adequado, facilitando o manejo de sintomas negativos na cognição e no humor. Já o uso habitual de técnicas de respiração pode ser útil para o controle dos sintomas fisiológicos da ansiedade, visto que equilibram os níveis de

oxigênio e gás carbônico. Face ao exposto, apenas a alternativa D (a evitação é um dos fatores mantenedores do transtorno, pois não permite que o paciente reavalie e processe adequadamente a experiência traumática) é a alternativa correta.

Fonte:

- Barlow, David H. (Org). (2016). Manual clínico dos transtornos psicológicos: tratamento passo a passo [recurso eletrônico] / tradução: Roberto Cataldo Costa; revisão técnica: Antônio Carlos Scherer Marques da Rosa, Elisabeth Meyer da Silva. – 5. ed. – Porto Alegre: Artmed, capítulo 2.

BRANCA	VERDE
46	52

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com Barlow (2016, cap. 3), quando a ansiedade social é generalizada (múltiplos focos de ansiedade social) temos um prognóstico pior do que quando a ansiedade social é circunscrita (a apenas um foco de ansiedade social). Habilidades Sociais podem ser treinadas durante o tratamento, no entanto, quando a pessoa já apresenta um bom repertório de habilidades sociais temos um melhor prognóstico. O início tardio também está relacionado a um prognóstico melhor do que quando o início é precoce.

Fonte:

- Barlow, David H. (Org). (2016). Manual clínico dos transtornos psicológicos: tratamento passo a passo [recurso eletrônico] / tradução: Roberto Cataldo Costa; revisão técnica: Antônio Carlos Scherer Marques da Rosa, Elisabeth Meyer da Silva. – 5. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2016.

BRANCA	VERDE
48	54

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Dugas propõe um modelo de compreensão do Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) centrado em quatro elementos: a intolerância à incerteza, as crenças positivas sobre preocupação, a orientação negativa aos problemas e a evitação negativa. As crenças positivas sobre a preocupação se referem a ideias de que a preocupação é importante e que não se preocupar é estar vulnerável. Com isso, o modelo é baseado na seguinte sequência: uma situação (algo que ocorre ao nosso redor) ativa o nosso sistema cognitivo, estimulando um “e se”, pensamentos com os quais os portadores do TAG mais tendem a se engajar e rejeitar as tentativas de diminuir a atenção a essas cognições ou reestruturá-las. Ou seja, o pensar sobre as possibilidades diversas do evento é movido por crenças positivas sobre a preocupação; crê-se que é importante estar preocupado. Porém, a preocupação demasiada produz ansiedade, a qual resulta na esquiva cognitiva e na orientação negativa para o problema. O pano de fundo de todo esse cenário é a intolerância à incerteza. Logo, a única alternativa que responde à questão é a letra E (acreditar que preocupar-se é importante e que diminuir a preocupação significaria estar mais vulnerável, dificultando o processo de tolerância à ansiedade).

Fontes:

- DUGAS, M. J.; ROBICHAUD, M. Tratamento cognitivo-comportamental para o transtorno de ansiedade generalizada: da ciência para prática. Rio de Janeiro: Cognitiva, 2009.
- Reyes, Amanda Neumann & Fermann, Ilana Luiz (2017). Eficácia da terapia cognitivo-comportamental no transtorno de ansiedade generalizada. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, v. 13(1), 49-54. Disponível em: [https://www.rbtc.org.br/detalhe\\_artigo.asp?id=249](https://www.rbtc.org.br/detalhe_artigo.asp?id=249)

BRANCA	VERDE
49	55

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo Hutz, Bandeira e Trentini (2015, p. 150-151), o teste psicológico é uma ferramenta sistemática construída com o objetivo de facilitar as tomadas de decisão profissionais do psicólogo. (...) Os testes psicológicos são categorizados segundo a abordagem utilizada. Em relação a objetividade e padronização, podem ser divididos em testes psicométricos ou impressionistas. Os psicométricos estão relacionados às teorias de medida, fazendo uso de estratégias estatísticas. Os impressionistas relacionam-se com a descrição linguística das habilidades e dos comportamentos, de forma que seja possível caracterizar os sujeitos; em relação aos construtos mensurados, são divididos em testes que avaliam capacidades (aptidões) ou preferências (personalidade, interesses e valores). Em relação à forma de resposta podem ser verbais, motora ou informatizados. Portanto, a alternativa que responde corretamente à questão sobre testagem psicológica é letra E, “Os construtos mensurados envolvem capacidades ou aptidões e preferências, isto é, personalidade, interesse e valores”.

Fonte:

- Hutz, C. S.; Bandeira, D. R.; & Trentini, Clarissa Marcelli. (2015). *Psicometria*. Porto Alegre: Artmed, p. 150-151.

BRANCA	VERDE
50	56

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os Transtornos de Ansiedade são caracterizados por sintomas de medo e ansiedade excessivos e por perturbações comportamentais relacionadas a esses sintomas. Os sintomas de medo e ansiedade em transtornos de ansiedade se diferenciam das respostas típicas de medo ou de ansiedade adaptativos por serem respostas desproporcionais e excessivas em relação ao evento que as estimula (Dalgarrondo, 2019). Além disso, Frota et al (2022, p. 2; 6) demonstram que a “ansiedade é definida na CID-11 como um estado de apreensão ou antecipação de perigos ou eventos futuros desfavoráveis, acompanhado por um sentimento de preocupação, desconforto, ou sintomas somáticos de tensão. Considera-se ansiedade patológica quando resulta em sofrimento ou prejuízo funcional importantes. O conceito de ansiedade difere do de medo. Aquela é um temor difuso sem objeto determinado. Já o medo é um temor proporcional a um objeto ou circunstância determinados. Também se diferencia do termo fobia, que é um estado de temor desproporcional ou sem relação direta com o real perigo do objeto. Pânico, por sua vez, designa um episódio paroxístico e intenso de ansiedade, acompanhado por descarga autonômica adrenérgica (...) Ataques de pânico recorrentes, inesperados, não relacionados a estímulos ou situações específicas, são característicos. Um ataque de pânico é um episódio súbito de intenso temor ou apreensão, acompanhado de diversos sintomas, como palpitações, sudorese, tremores, falta de ar, precordialgia, tontura, calafrios, ondas de calor e medo intenso da morte.”. Portanto, a única alternativa que responde a questão é a letra C (Ansiedade).

Fontes:

- DALGALARRONDO, P. (2019). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. 3ed. Porto Alegre: Artmed.
- Frota IJ, Moura Fé AAC, Paula FTM, Moura VEGS, Campos EM. Transtornos de ansiedade: histórico, aspectos clínicos e classificações atuais. *J Health Biol Sci*. 2022; 10(1):1-8. Recuperado de: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/03/1361739/3971.pdf>

BRANCA	VERDE
51	57

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com Tisser e Coimbra (2019, p. 333-337) o componente cognitivo dos transtornos de sintomas somáticos envolve a preocupação excessiva com a saúde e com a gravidade das doenças, demandando da pessoa acometida hiperfoco a sintomas, ao estresse e própria ansiedade gerada por essa preocupação. Além disso, Somba et al (2021) destacam que “os indivíduos portadores do transtorno de sintomas somáticos em geral se queixam de sintomas físicos múltiplos que provocam aflição e resultam em prejuízo importante na vida diária. Os sintomas levam o indivíduo

a um excessivo estado de alerta da atenção quanto a gravidade destes, gerando dispêndio de tempo e busca repetida por serviços de saúde. É possível esse diagnóstico na presença de uma outra condição médica. Para tal, os sintomas -pensamentos, sentimentos e comportamentos -associados a essa condição deverá ser excessiva. A alta frequência de utilização de serviço de saúde, exames clínicos e investigações apropriadas e o reassseguramento da não gravidade da condição de saúde, em geral não aliviam as preocupações do indivíduo. Sendo assim, a caracterização clínica deste transtorno não pode ser baseada apenas nas queixas somáticas em si. É necessário identificar como estas se apresentam e como são interpretadas pelo paciente a partir da avaliação de componentes afetivos, cognitivos e comportamentais”. Face ao exposto a letra A (Preocupação excessiva com saúde e gravidade de doenças, hiperfoco em sintomas, estresse e ansiedade elevada e persistente) é a única que responde corretamente à questão.

Fontes:

- Somba LL Neto, Marques IC, Lima TB, Moura Fé AAC, Campos EM. Transtorno de sintomas somáticos: histórico, aspectos clínicos e classificações contemporâneas. Dialog Interdis Psiq S Ment. 2021;1(1):53-9.59 <https://revistas.uece.br/index.php/dipsm/article/view/7294/6775>
- Tisser, L. & Coimbra, N. (2019). Psicopatologia do adulto e do idoso. Novo Hamburgo-RS: Sinopsys, p. 333-337.

BRANCA	VERDE
52	58

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Borati, Pântano e Scivoletto (2016) destacam importantes característica do transtorno depressivo em crianças e adolescentes. Segundo esses autores, o transtorno depressivo infanto-juvenil possui como sintomas de depressão não tipicamente como se manifestam em adultos, ou seja, como tristeza e baixa de humor, mas sim como irritabilidade e, por vezes, auto e heteroagressividade sem causa aparente. Em crianças mais jovens, principalmente, há preponderância de sintomas de irritabilidade e agressividade, os quais podem ser erroneamente interpretados como “birras” e problemas comportamentais. Portanto, a única alternativa que responde corretamente à questão é letra C) irritabilidade e, às vezes, auto e heteroagressividade sem causa aparente.

Fonte:

- BORATI, Miguel A.; PÂNTANO, Telma, & SCIVOLETTO, Sandra. Psiquiatria da infância e adolescência- cuidado multidisciplinar.1ed. São Paulo: Manole, 2016.

BRANCA	VERDE
56	62

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O transtorno por uso de substância caracteriza-se, entre outras coisas, por: baixo controle sobre o uso da substância (você vê que é prejudicial e gostaria de parar de usar, mas não consegue); prejuízo social (você deixa de fazer coisas que gostaria no dia a dia em função da substância); uso arriscado da substância (a pessoa coloca a vida ou a de terceiros em risco, e.g. dirige sob o efeito de droga); e, pelos efeitos farmacológicos, ou seja, a tolerância e abstinência. As drogas que podem ocasioná-lo são classificadas em estimulantes, depressoras e depressoras do Sistema Nervoso Central (SNC). As drogas perturbadoras são aquelas que causam confusão mental, agem modificando qualitativamente produzindo desvios de percepções de tempo e espaço, ou seja, produzem distorções no funcionamento do cérebro, como a alucinação e delírios. Em outros termos, são denominadas também drogas psicomiméticas produzem desordem na atividade cerebral, ocasionando ilusões, delírios, alucinações e confusões mentais.

Fonte:

- Tisser, L. & Coimbra, N. (2019). Psicopatologia do adulto e do idoso. Novo Hamburgo-RS: Sinopsys, p. 438-440.

BRANCA	VERDE
57	63

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O gerenciamento da pluralidade e diversidade nas organizações tem crescido em termos de importância nos espaços organizacionais e acadêmicos das áreas de administração e de psicologia organizacional e do trabalho com vistas a se repensar estereótipos e preconceitos quanto à etnia, sexualidade, corpo, deficiências, dentre outras dimensões sobre o tema. Bitencourt e Cols (2010) ao abordarem o tema diversidade sexual no espaço organizacional alertam para uma problemática constante nesse ambiente, pois embora as organizações assumam protocolos de missão, visão e valores comprometidos com a diversidade, essa ainda é uma postura de atuação politicamente correta, muito mais uma implicação com um discurso sobre diversidade sexual do que um comprometimento com uma vivência cotidiana de real e concreta transformação da realidade organizacional. Permanecem reproduzindo condutas da lógica de mercado, marcada por estereótipos e preconceitos que mantêm a exclusão ou a marginalização das pessoas sob alegação de “não perfil ou não reúne as competências compatíveis com...”, quando em contexto de recrutamento e seleção, por exemplo; ou, “nosso produto é para outros nichos”, “atende ao mercado”. Face ao exposto, a única alternativa que responde à questão é letra E (As afirmativas I e II são verdadeiras; a I se refere a abordagem do tema da diversidade/pluralidade nas organizações e a II adverte quanto ao que é vivenciado empiricamente sobre o tema.)

Fonte:

- Bitencourt, C. & Cols. (2010). Gestão Contemporânea de Pessoas – novas práticas, conceitos tradicionais. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, p. 340.

BRANCA	VERDE
58	64

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Bitencourt e Cols (2010, p. 348) destacam que para haver inclusão de fato no contexto organizacional, é preciso romper com a lógica competitividade em favor da proposta mais cooperativa e colaborativa para incentivar produtividade e, assim, nortear a lucratividade. Segundo os autores a competitividade expõe uma organização à maior susceptibilidade a estereótipos, a sentimentos de não pertença e a barganhas injustas, desmotivação. Concordam com esse entendimento os estudos de Lent (2018) ao estudar bases neurobiológicas da motivação para o trabalho, segundo os quais integrantes de uma dada organização de trabalho são mais motivados quando se sentem pertencentes, há distribuição de tarefas e metas justas, são reconhecidos pelo que fazem e quando cooperam e colaboram uns com os outros para a produtividade. O autor destaca ainda que organizações com esse perfil têm obtido mais lucratividade. Portanto, a letra C (para a inclusão, a lógica da lucratividade e da competitividade demanda relativização de alguns critérios de produtividade) é a alternativa que responde corretamente à questão.

Fontes:

- Bitencourt, C. & Cols. (2010). Gestão Contemporânea de Pessoas – novas práticas, conceitos tradicionais. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, p. 348.
- LENT, Robert (Org.). Neurociência da mente e do comportamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

BRANCA	VERDE
59	65

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda a avaliação da personalidade em dois cenários: clínica e em saúde. Depreende-se disso que a avaliação não abrange a população geral, mas quem possui, respectivamente, alguma queixa ou demanda de assistência. Essa avaliação nos referidos cenários pode incluir informações importantes sobre o tipo de tratamento mais indicado para um indivíduo, seja psicoterapia ou não. No caso do cenário da saúde essa avaliação é fundamental para “por informar sobre o prognóstico e a probabilidade de adesão e permanência no tratamento, além de em contextos pré e pós-cirúrgico fornecer indicadores sobre a probabilidade de resposta negativa ao procedimento.” (Mansur-Alves, Soares e Saldanha-Silva, 2018, p. 14). Portanto, a única alternativa que responde corretamente à

questão é a letra E.

Fonte:

- Mansur-Alves, M.; Soares, F. H. R.; & Saldanha-Silva. (2018). Avaliação da personalidade e seus usos potenciais na clínica psicológica. In: Gorayeb, R. et al. Propsico – Programa de Atualização em Psicologia Clínica e da saúde. Ciclo 2, v. 4, p. 14. Porto Alegre: Artmed Panamericana.

BRANCA	VERDE
61	67

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A tecnologia para otimizar os processos de seleção requer mais do que ações para atrair e abranger candidatos, é preciso retê-los. E, para isso, o processo requer um recrutador preparado para identificar as competências necessárias a função e reconhecer a afinidade dos valores pessoais aos valores organizacionais. A tecnologia agregada trouxe ferramentas para segmentação dos currículos por filtros que podem determinar os quesitos mais relevantes para determinada vaga. Além disso, “contribui para a criação de padrões específicos e faz a busca na base de currículos daqueles que apresentam competências técnicas — hard skills — de acordo com a necessidade da empresa. É também esta tecnologia que, por meio de algoritmos encontra, após os testes e outras fases do recrutamento, os candidatos que apresentam maior alinhamento a vaga”; bem como “determina ações de desenvolvimento, considerando os indicadores de desempenho e performance das equipes. Colaboradores preparados para realizar as tarefas geram melhores resultados e contribuem para minimizar o índice de turnover e ampliar o bom clima organizacional.”. Tendo isso em vista, a única alternativa que responde corretamente à questão é letra E (Ao determinar ações de desenvolvimento, considerando os indicadores de desempenho e performance das equipes, contribui para minimizar o índice de turnover e ampliar o bom clima organizacional).

Fonte:

- Solides. Guia completo de recrutamento e seleção: conceito e técnicas, p. 7. Disponível em: [solides.com.br](http://solides.com.br)

BRANCA	VERDE
62	68

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão, ao contextualizar as avaliações de desempenho e no que elas auxiliam no cenário organizacional, indica o processo de seleção interno e ao que ele se associa. O enunciado diz, tal como Chiavenatto (2005), que “As avaliações de desempenho auxiliam na análise da performance de um colaborador ou de um grupo durante determinado período em um determinado contexto organizacional. Além desse objetivo, evitam abertura de processo seletivo externo”. Segundo o autor, é avaliação de desempenho associada a gestão por competências, que une conhecimentos e habilidades, e as utiliza como forças para obter resultados satisfatórios, que impedem a abertura de processo seletivo externo. Logo, a única alternativa que responde corretamente à questão é a letra D (à associação com a gestão por competências, que une conhecimentos e habilidades, e as utiliza como forças para obter resultados satisfatórios).

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando com pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

BRANCA	VERDE
63	69

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão apresenta requisitos para atuação em equipe interdisciplinar que contemplem a relação entre os membros, tais como a clareza de papéis e de objetivos de cada profissional no trabalho em saúde. Esses requisitos evidenciam competências tais como manejo de estereótipos atribuídos aos profissionais e entre a própria equipe.

Estereótipos como, por exemplo, “médico inacessível” ou “enfermeira mãezona” ou “psicólogo esquisito”, entre outros, precisam ser reconhecidos e manejados pelos próprios profissionais e na discussão em equipe interdisciplinar de modo a não comprometer a assistência, haja vista a constante necessidade de integrar diferentes saberes para promoção da saúde e qualidade de vida do trabalho ao mesmo tempo em que é exigida uma complexa dimensão do processo saúde-doença. Frente ao exposto, a única alternativa que responde corretamente à questão é letra B (Realizar esforços para manejar estereótipos relacionados aos diferentes profissionais).

Fontes:

- Propsico. Programa de atualização em psicologia clínica e da saúde. Porto Alegre: Artmed Panamericana, ciclo 1, vol. 3, p. 47-48, 2018.
- Psicologia da Saúde: teoria, intervenção e pesquisa./Railda Fernandes Alves (Organizadora)... [et al.]. – Campina Grande: EDUEPB, 2011. <https://static.scielo.org/scielobooks/z7ytj/pdf/alves-9788578791926.pdf>

BRANCA	VERDE
64	70

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sobre a promoção de saúde é reconhecido que envolve o desenvolvimento de habilidades que favorecem a tomada de decisões para a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população em geral. A questão é direta no que se propõe, podendo ser correta apenas a letra B (Envolve o desenvolvimento de habilidades que favorecem a tomada de decisões para a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população em geral), visto que não é possível haver completa ausência de doença.

Fonte:

- Psicologia da Saúde: teoria, intervenção e pesquisa./Railda Fernandes Alves (Organizadora)... [et al.]. – Campina Grande: EDUEPB, 2011. <https://static.scielo.org/scielobooks/z7ytj/pdf/alves-9788578791926.pdf>

BRANCA	VERDE
65	41

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A crescente visibilidade das minorias sexuais e de gênero, bem como a produção acadêmico científica sobre o tema e os conceitos utilizados para nomear pessoas, experiências e processos tem orientado a atuação profissional em diferentes áreas, inclusive nas organizações. Muitas plataformas referências em processos organizacionais como Solides e PortalRH já referem em relação à diversidade sexual em contexto organizacional, que a postura de colaboradores e gestores nas organizações em buscar causalidades biológicas, psicológicas, ético-morais ou religiosas do indivíduo para entenderem a diversidade de gênero, consiste em maior manifestação de preconceito, a qual urge de ser rompida por ser considerada um dos indicadores de comprometimento de clima organizacional e até adoecimento ocupacional. Mediante o exposto, a única alternativa que responde corretamente à questão é letra D (A postura de colaboradores e gestores nas organizações em buscar causalidades biológicas, psicológicas, ético-morais ou religiosas do indivíduo para entenderem a diversidade de gênero, consiste em maior manifestação de preconceito).

Fontes:

- Diversidade no mercado de Trabalho, 2019 <https://blog.inteligov.com.br/diversidade-no-mercado-de-trabalho/> , de 2020 <https://revistaampla.com.br/a-vez-da-pluralidade-no-ambiente-de-trabalho/> e <https://dynamicaconsultoria.com.br/diversidade-inclusao-pluralidade-que-traz-resultados/> , de 2021: <https://www.oitchau.com.br/blog/como-praticar-e-aplicar-a-diversidade-dentro-da-empresa/#ancora01>
- Lei nº 9.029/95, que nos aduz o seguinte: “É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.”



- Convenção nº 111 OIT  
[https://www.oas.org/dil/port/1958%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20em%20Mat%C3%A9ria%20de%20Emprego%20e%20Profiss%C3%A3o%20\(Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20111\).pdf](https://www.oas.org/dil/port/1958%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20em%20Mat%C3%A9ria%20de%20Emprego%20e%20Profiss%C3%A3o%20(Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20111).pdf) e de 2017  
<https://www.saudeocupacional.org/2017/04/direitos-e-garantias-dos-transgeneros-no-mercado-de-trabalho.html>
- Bitencourt, C. & Cols. (2010). Gestão Contemporânea de Pessoas – novas práticas, conceitos tradicionais. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, p. 348-349 (Propsico ciclo 2, vol. 4, p. 105).

BRANCA	VERDE
66	42

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Liderança liberal uma maneira de conduzir a sua gestão de maneira mais colaborativa, em um modelo de negócios descentralizado cuja ideia principal é florescer ideias através da pluralidade de vozes. Em outros termos é descentralizar o poder, para que exista um ambiente horizontal e propício para a troca de ideias, de modo que todos se envolvam no processo de decisão. Se envolver não significa necessariamente bater o martelo, mas ter uma participação em alguma engrenagem de planejamento, ou também de execução. O importante do conceito é o envolvimento, é dar espaço de fala e fazer com que todos entendam sua importância dentro da organização (G4educação, 2023).

Goes e Filho (2010) afirmam também que na liderança liberal o líder tem o papel de mediador e boa aceitação entre os colaboradores de uma forma geral, entretanto este tipo de liderança dificulta a definição de regras e controle, pois possibilita a todos contribuírem com opiniões no processo de tomada de decisões da empresa sem um controle que selecione as melhores ideias para o grupo.

A gestão democrática, por sua vez se define pelo respeito mútuo, atribuindo responsabilidades significativas aos líderes e seus liderados, compartilhando o poder e exercendo a cooperação. Quando uma equipe tem um líder democrático, cada pessoa é incentivada a participar, expor suas ideias e opiniões, assim como discutir abertamente, sem medo de ser recriminado. Além disso, equipes democráticas se envolvem no processo de gerenciamento de suas empresas e compartilham os mesmos objetivos, sendo capazes de tomar decisões mais assertivas ao negócio (G4educação, 2023).

Mediante o exposto, a alternativa que melhor completa a afirmação trazida no enunciado é a letra A (liberal).

**Fontes:**

- GOES, G. A. LOPES FILHO, J. G. A liderança para gestão de pessoas: o líder que as empresas procuram. VII Congresso Virtual Brasileiro – Administração (apostilaGRH, Q.47). Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/artigo.asp?ev=22&id=7682> Acesso em: 10/08/2015.
- Liderança Democrática. G4Educação. <https://g4educacao.com/portal/lideranca-democratica>
- Liderança Liberal. G4Educação. <https://g4educacao.com/portal/lideranca-liberal>

BRANCA	VERDE
67	44

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com Myers (2018, capítulo 12) e Bear et al (2017) o estresse psicológico envolve estilo de vida, experiência negativa e relação social. Essa combinação nos possibilita vivenciar um processo por meio do qual avaliamos e lidamos com os eventos, que podem ser ameaças ou desafios do ambiente que nos cerca. Em outros termos, os eventos estressores geram uma série de percepções de ameaça, as quais são respostas de adaptação fisiológica. Essas respostas dependerão de como avaliamos os referidos eventos, se positivos ou negativos. Se a avaliação do estressor é positiva, a resposta será positiva, portanto, um desafio a ser superado. Caso a avaliação seja negativa, a resposta será negativa, logo, uma ameaça. É somente a partir disso que se pode lançar mão de estratégias conscientes para enfrentar o estresse (coping) e reduzi-lo.

Fontes:

- MYERS, D. G.; DEWALL, C. N. **Psicologia**. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018. (Capítulo 12 - Emoção, estresse e saúde, p. 376)
- BEAR, M. F.; CONNORS, B. W.; PARADISO, M. A. **Neurociências: desvendando o sistema nervoso**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BRANCA	VERDE
68	45

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A atuação do psicólogo na interface saúde, trabalho e educação requer ações para que planejamento e execução se tornem estratégicos às organizações. Especificamente em relação ao contexto de educação e trabalho, faz-se necessária a construção de modelos integrados com avaliação de programas de treinamento e desenvolvimento (TD&E), de modelos envolvendo variáveis demográficas, motivacionais e profissionais da clientela e suas relações com as condições ambientais, além de classificar intervenções consonantes com o resultado desejado. Face ao exposto, a alternativa que responde completa e corretamente à questão é Letra E.

Fonte:

- Nunes, T. C. M., Almeida Filho, N., & Paiva, C. H. A.. (2020). Educação e Trabalho em Saúde: diálogos e experiências no Brasil e em Portugal. *Trabalho, Educação E Saúde*, 18(Trab. educ. saúde, 2020 18 suppl 1). <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00245>

BRANCA	VERDE
70	47

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A pandemia por covid-19 reforçou a importância da saúde e segurança no trabalho. Inspirado também nesse contexto que o Programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho elegeu, para o biênio 2020-2022, o tema "Construção do trabalho seguro e decente em tempos de crise: prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais". Entre as propostas desse programa, está o investimento em saúde mental mediante estimativa da OMS para transtornos mentais como ansiedade e depressão, que possivelmente afetem 264 milhões de pessoas no mundo, com impacto econômico significativo dado o custo à economia global estimado em US\$1 trilhão por ano em perda de produtividade. É preciso repensar o trabalho e, conseqüentemente, o cuidado com a saúde mental do trabalhador. Esse processo tem o objetivo, sobretudo de reduzir os índices de absenteísmo, aumentar a produtividade, colher benefícios econômicos com promoção e a proteção da saúde, da segurança e do bem-estar de todos. Logo, a alternativa que responde completa e corretamente à questão é letra E.

Fonte:

- Saúde mental no trabalho: a construção do trabalho seguro depende de todos nós <https://www.tst.jus.br/web/guest/-/sa%C3%BAde-mental-no-trabalho-a-constru%C3%A7%C3%A3o-do-trabalho-seguro%C2%A0depende-de-todos-n%C3%B3s>

BRANCA	VERDE
2	8

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto.

Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto para identificar que a única alternativa que não encontra respaldo no texto é a letra B, uma vez que em momento algum se afirma que os pais passaram a permitir que as crianças usassem o celular ainda com mais frequência para controlarem seu comportamento em casa durante a pandemia. Inclusive, a pesquisa apresentada no texto foi realizada antes da pandemia da Covid-19, entre 2018 e 2020. Essa informação se encontra no 3º parágrafo. Portanto, o gabarito é letra A.

BRANCA	VERDE
5	2

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se um texto é uma rede de relações, um “tecido” em que diferentes fios se articulam, nem todos “os fios” têm a mesma importância para o seu entendimento global. Tudo não pode ser percebido, portanto, como tendo igual relevância. Ou seja, há uma espécie de hierarquia entre as informações ou ideias apresentadas, de modo que umas convergem para o núcleo principal do texto, enquanto outras são apenas informações adicionais, acessórias, que apenas ilustram ou exemplificam o que está sendo dito. Perceber essa hierarquia das informações, das ideias, dos argumentos presentes em um texto constitui uma habilidade fundamental para a constituição de um leitor crítico e maduro.

Dessa forma, no texto em análise e considerando as cinco passagens selecionadas para construir o gabarito e distratores da questão, a passagem que melhor sintetiza a ideia principal do texto se encontra em B. “Os cientistas descobriram que o aumento do uso de aparelhos eletrônicos como método para acalmar crianças estava ligado a uma maior reatividade emocional ao longo dos meses.” (3º§), uma vez que ela resume a ideia central do texto, que diz respeito aos pais usarem o celular para acalmar os filhos em momentos de conflito. No entanto, essa mesma estratégia que, inicialmente, parece inofensiva, fácil e eficiente, a longo prazo, pode causar prejuízos ao desenvolvimento emocional das crianças, pois reduz as possibilidades de elas adquirem habilidades de gestão dos próprios sentimentos e emoções, já que não encaram suas frustrações e dificuldades, apenas são distraídas em relação a tais sentimentos e não aprendem a lidar de modo saudável com eles. Portanto, o gabarito é letra B.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE
6	4

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, predomínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.

Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O mesmo não acontece com os tipos textuais, que são poucos: **narração, argumentação, exposição, injunção e descrição.**

No texto, a tipologia textual predominante é a exposição, uma vez que o autor expõe, ou seja, analisa alguma ideia, conceito, teoria ou fenômeno. Desse modo, esse tipo textual auxilia principalmente na identificação, instrução e informação de determinado assunto, sendo muito utilizado, por isso, em ambientes educativos (educação escolar, acadêmica, profissional etc.).

Entretanto, em alguns momentos do texto, surgem sequências injuntivas quando o autor afirma que os pesquisadores instruem, sugerem algumas estratégias para acalmar as crianças sem necessariamente usar o celular para isso. Não há marcas linguísticas de imperativo, característica marcante da injunção.

Vale destacar que a questão é muito clara quando pede que o candidato analise discursiva e pragmaticamente a passagem que apresenta marcas de injunção, já que a finalidade da injunção na passagem que constitui o gabarito é exatamente instruir, dizer como fazer algo, orientar procedimentos. Portanto, o gabarito é letra A.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BRANCA	VERDE
7	3

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O uso que fazemos da língua em nossas ações de comunicação é sempre mediado por intenções: explicitar certeza, dúvida, obrigatoriedade, sentimentos, entre outros. Esse propósito está tão presente em nosso dia a dia que se materializa na estrutura de nossa língua.

“A língua é fundamentalmente argumentativa, uma vez que, ao interagirmos, seja pela fala, seja pela escrita, estamos imprimindo nossas ideias e argumentos pretendidos.” Ducrot

Ao definirmos e observarmos alguns exemplos de modalizadores discursivos, podemos concluir que não existe interação comunicativa sem modalização, uma vez que, sempre que nos expressamos, estamos indicando nosso ponto de vista em relação ao assunto em questão. A modalização, todavia, pode ser mais explícita ou mais contida.

Os modalizadores discursivos são elementos gramaticais ou lexicais por meio dos quais o autor manifesta determinadas atitudes e/ou posições em relação a um conteúdo e/ou tema específicos.

Em uma texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo, o autor deve mostrar a sua habilidade de analisar, de modo coerente e coeso, um determinado tema, com o objetivo de defender um ponto de vista claro a respeito deste mesmo tema. Assim, o autor deve ser hábil em organizar ideias, dados e fatos, ou seja, argumentos e estabelecer relações entre eles de modo a extrair conclusões coerentes.

- Modalizações Lógicas:** expressam o sentido de possibilidade e certeza por meio de modalizadores como “é possível que”, “é impossível que”, “talvez” etc;
- Modalizações Deonticas:** expressam o sentido de uma necessidade ou obrigação por meio de modalizadores como “é preciso”, “faz-se necessário” etc e;
- Modalizações Apreciativas:** expressam o sentido de análise e julgamento por meio de modalizadores como “felizmente”, “infelizmente” dentre outros.

No texto lido, em diversos momentos, o autor utiliza modalizadores discursivos. Em relação às alternativas de respostas, apenas a letra C apresenta uma marca de subjetividade ou de opinião, pois o autor afirma que o uso constante de celular para acalmar crianças **pode** comprometer o desenvolvimento delas. Ele não afirma categoricamente, mas supõe, acredita. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- <https://www.proenem.com.br/enem/enem/modalizadores/>
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BRANCA	VERDE
8	1

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Pode-se construir a coesão do texto por meio de vários recursos. A ordem das palavras no período, as marcas de gênero e de número, as preposições, os pronomes pessoais, os tempos verbais, os conectivos funcionam também como elos coesivos. Cada um desses elementos gramaticais estabelece conexões, articulações, ligações, concatenando as ideias. Ou seja, a estrutura gramatical das frases trata de criar coesão entre os constituintes de um texto. Um exemplo disso é a concordância. Sempre que respeitamos a concordância, estamos reforçando a coesão.

Em relação à passagem destacada, a locução verbal é constituída pelo verbo auxiliar “poder” mais o verbo principal “haver”, que possui uma concordância especial. O verbo “haver”, no sentido de “existir”, é impessoal. Por isso, a locução verbal “pode haver” permanece no singular. No entanto, se substituirmos o verbo “haver” pelo verbo “existir”, a concordância deverá ser no plural. Sendo assim, a locução ficará “podem existir”. Portanto, o gabarito é letra C.

Fontes:

- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.
- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática. Teoria e prática**. 25ª Ed. São Paulo: Atual, 1999.
- PASQUALE & ULISSES. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

BRANCA	VERDE
9	10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As alternativas A, B, C e E descrevem corretamente as características dos gêneros da correspondência oficial. De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), a descrição da letra D se refere ao gênero requerimento e não ao memorando, que se caracteriza por ser uma comunicação ágil e fundamentalmente interna, feita entre as unidades administrativas de um mesmo órgão, sendo elas de mesmo nível ou até de níveis diferentes. Além disso, o caráter pode ser administrativo ou até envolver projetos, ideias e diretrizes a serem adotados em certa instância do serviço público. Portanto, a alternativa correta é letra D.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE
10	9

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada**.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3 ed. Brasília: Presidência

BRANCA	VERDE
13	12

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA	VERDE
14	15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão abre espaço para algumas possibilidades que devem ser obtidas pelo candidato para que, assim, analise as alternativas e encontre uma resposta correta. Por isso, o enunciado é claro ao afirmar “é necessariamente correto que:”. Esse comando elimina as alternativas que PODEM ser verdadeiras, mas não necessariamente o são com base nas informações do enunciado. Portanto, apenas a alternativa D é necessariamente verdadeira, pois as informações levam à conclusão de que Gabriela não foi a segunda melhor colocada (pois ficou em 1º lugar entre os três amigos) e que ela estudou por PDF.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE
16	17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 12 da Constituição Federal disciplina a respeito do tema nacionalidade. O § 4º do referido dispositivo estabelece as hipóteses em que poderá ser declarada a perda da nacionalidade brasileira, ainda que de brasileiro nato. Portanto, mesmo que brasileiro nato, perderá a nacionalidade aquele que adquirir outra, salvo se a adquirir quando houver reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. Sendo assim, Carla poderá adquirir outra nacionalidade, desde que esteja dentro das exceções previstas na Constituição Federal, a exemplo da imposição como condição para o exercício de direitos civis. Portanto, não há erro na divulgação do gabarito, que considerou a assertiva correta a de letra C: “Carla poderá adquirir a nacionalidade estrangeira, caso lhe seja imposta como condição para o exercício de direitos civis.”

Fonte:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRANCA	VERDE
18	16

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 18, § 4º da Constituição Federal prevê a possibilidade de criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, por meio de lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, com consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Contudo, a lei complementar de que trata o referido dispositivo ainda não foi editada. Houve a tentativa de dois projetos de lei complementar para tratar da matéria, entretanto, ambos foram vetados pelo Presidente da República. Ocorre que, mesmo sem a regulamentação por lei complementar, diversas leis estaduais foram editadas para tratar da matéria, o que afrontava diretamente o texto constitucional. Com isso, algumas ADI foram propostas perante o STF, questionando a validade das referidas leis estaduais. Para contornar a inconstitucionalidade, o Poder Legislativo emendou o texto constitucional que acrescentou o art. 96 do ADCT, convalidando os atos de criação, fusão,

incorporação e desmembramento de Municípios até 31/12/2006. O tema abordado está relacionado à Organização do Estado, art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil. A Constituição Federal é composta de preâmbulo, corpo normativo e ADCT. O tópico 1 do cronograma de matérias do edital especifica: “1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

BRANCA	VERDE
20	19

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois, se um estado da região Sul também tiver até 12 deputados federais, a fórmula do cálculo de deputados estaduais será a mesma aplicável ao estado do Espírito Santo que também tem até doze. A assertiva “B” é falsa, pelas mesmas razões explanadas na assertiva “A”. A assertiva “C” é verdadeira, pois se Alagoas também tem até 12 deputados, a forma de cálculo é igual à aplicável ao Espírito Santo. A assertiva “D” é falsa, pois a fórmula do cálculo será igual. A assertiva “E” é falsa pois, como Minas Gerais tem mais de 12 deputados federais a fórmula de cálculo será diferente, conforme art. 27 da Constituição Federal. A questão não exige conhecer o número de deputados das regiões Sul e Norte, trata-se apenas de raciocínio lógico. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 27.

BRANCA	VERDE
22	25

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.

BRANCA	VERDE
23	21

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o servidor efetivo pode ser estável ou ainda estar em estágio probatório. A assertiva “B” é falsa pois o servidor pode ser estável por força do art. 19 do ADCT da Constituição e não ter sido aprovado em concurso público. A assertiva “C” é falsa, pois o servidor, seja estável ou não, pode ser exonerado por insuficiência de desempenho, conforme art. 41 ou por excesso de despesa de pessoal, art. 169, ambos da Constituição. A assertiva “D” é falsa, pois o servidor estável demitido injustamente pode ser reintegrado ao cargo, art. 41 da Constituição. A assertiva “E” é verdadeira pois todo servidor, estável ou não, pode ser demitido pela prática de infrações disciplinares. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal e Regime Jurídico dos Servidores Públicos.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>25</b>	<b>24</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois os Municípios não podem instituir Tribunais de Contas. A assertiva “B” é verdadeira, pois a revogação é o desfazimento de atos administrativos por critério de conveniência e oportunidade e esta competência discricionária não se transfere ao Poder Judiciário. O Poder Judiciário examina a ilegalidade dos atos, deste modo, o comando de desfazimento denomina-se anulação. As assertivas “C” e “D” são falsas, pois um ato só pode ser susinado ou suspenso “após existir”, o que significa dizer que o controle é posterior. A assertiva “E” é falsa, pois apenas a própria Administração ou o Poder Judiciário podem anular os referidos atos. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 34 ed. São Paulo:
- Malheiros, 2019
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>26</b>	<b>30</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois os benefícios calculados pela média são reajustados por índice legal geral e não por paridade com o servidor da ativa (art. 24-A, § 6º). A assertiva “B” é falsa, pois a idade de aposentação da professora é de 57 anos (art. 24, §2º, IV). A assertiva “C” é verdadeira, pois a aposentadoria por invalidez pode ser revista em caso de o servidor recuperar as condições de trabalho (art. 28, pu). A assertiva “D” é falsa, pois o valor dos proventos corresponde à média de 100% do período contributivo (art. 24-A). A assertiva “E” é falsa, pois o servidor que requerer a aposentadoria pode se afastar do cargo a partir da data do requerimento (art. 25, §3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>27</b>	<b>28</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o benefício de licença maternidade é custeado com recursos do Tesouro e não do RPPS (art. 3º). A assertiva “B” é verdadeira, pois a pensão por morte é devida aos filhos menores de idade seja de servidor ativo ou inativo, na hipótese, falecida no mês anterior ao requerimento. Saliente-se que se o candidato interpretou “mês anterior”, com anterior ao implemento de idade, ainda assim a resposta é a mesma (art. 5º). A assertiva “C” é falsa, pois o agente político não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “D” é falsa, pois o ocupante exclusivamente de cargo em comissão não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “E” é falsa, pois o benefício de auxílio doença não é custeado com recursos do RPPS (art. 3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.



<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>29</b>	<b>27</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pede para marcar a assertiva em que todas as verbas apontadas se excluem da base de cálculo de incidência da contribuição previdenciária, conforme rol do art. 48 da lei. Na assertiva “A”, o subsídio integra a base de cálculo. Na assertiva “B”, o adicional de caráter permanente integra a base de cálculo. Na assertiva “C”, a vantagem permanente integra a base de cálculo. Na assertiva, “E”, o vencimento integra a base de cálculo. Na assertiva-resposta “D”, as três verbas não integram a base de cálculo. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>31</b>	<b>34</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes. A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>32</b>	<b>37</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Acerca dos níveis da cultura o autor Edgar H. Schein afirma que:

Artefatos => Estruturas e processos organizacionais visíveis.

Crenças e valores expostos => Estratégias, metas, filosofias.

Suposições Básicas => Crenças, percepções, pensamentos e sentimentos.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 24.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>33</b>	<b>39</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que a centralização de controle, como o termo sugere, consiste na centralização do gerenciamento de processos e das tomadas de decisão nas mãos de uma área específica ou de um grupo de pessoas da empresa. Os princípios são claros em descentralizar e não centralizar.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 247.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>35</b>	<b>38</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os autores James L. Bowditch L. & Anthony F. Buono afirmam: Poder reservado => Esse aspecto do poder é chamado poder reservado, não pela forma com que o poder é usado por si, porém mais devido às circunstâncias e aos objetivos desejados. Esse item não caracteriza um fator que especifica para as pessoas o poder, ele descreve sobre o uso do poder para evitar o conflito.

Fonte:

- BOWDITCH, James L. & BUONO, Anthony F. – Elementos do Comportamento Organizacional – 2016 – São Paulo – Editora Cengage Learning – Pág. 133.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>36</b>	<b>33</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com os autores Idalberto Chiavenato e Arão Sapiro para sua estratégia organizacional, o Balanced Scorecard (BSC) habilita a organização a alinhar e focar suas equipes de executivos, unidades de negócios, recursos humanos, Tecnologia da Informação e Recursos Financeiros. O item independência, autonomia e autocontrole está vinculado ao item Empreendedorismo Corporativo e não ao BSC, conforme conceituado a seguir:

Empreendedorismo Corporativo

- Fomentando o espírito empreendedor na organização: partindo do pressuposto de que a motivação para realização – ou impulso para melhorar – é fundamental para os empreendedores, procurou-se definir um modelo de treinamento de motivação para a realização, no sentido de desenvolver essa característica e fazê-la aplicável nas situações típicas das organizações. O segundo passo foi desenvolver um projeto de seleção e desenvolvimento de empreendedores (baseado em um estudo realizado em 34 países) para criar os instrumentos adequados de seleção e treinamento. O programa foi lançado por meio de um convenio entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae). Segundo o modelo, as principais características que um empreendedor bem-sucedido deve possuir ou desenvolver são as seguintes:
  - Iniciativa e busca incesante de oportunidades.
  - Perseverança
  - Comprometimento
  - Busca de qualidade e eficiência
  - Coragem para assumir riscos, mas calculados
  - Fixação de metas objetivas
  - Busca e coleta de informações
  - Planejamento e monitoração sistemáticos, isto é, detalhamento de planos e controles
  - Capacidade de persuasão e de estabelecer redes de contatos pessoais.
  - Independência, autonomia e autocontrole.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto e SAPIRO, Arão – Planejamento Estratégico – da intenção aos resultados – Conhecendo e aplicando o processo proativo de alcançar os objetivos estratégicos desejados. – 4ª Edição – 2020 – São Paulo – Editora Grupo Gen / Atlas = Pág. 233.

BRANCA	VERDE
37	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Edgar H. Schein todos os itens da questão estão corretos conforme afirmado a seguir:

- I. CORRETO => Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importante em termos da dinâmica cultura de uma dada organização.
- II. CORRETO => Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.
- III. CORRETO =>O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
- IV. CORRETO => A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelado por um questionário.
- V. CORRETO => Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 192.

BRANCA	VERDE
38	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Carlos Alberto Nogueira afirma que as comunicações descendentes são aquelas que fluem de cima para baixo, se prestando mais à informações que não apresentam controvérsias, e quando o propósito é mais informativo do que persuasivo.

Fonte:

- NOGUEIRA, Carlos Alberto – Administração Pública – 3ª edição – São Paulo – 2006 – Editora Campus – Pág. 389.

BRANCA	VERDE
41	48

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Acerca do gabarito em questão, argumenta-se que: “o movimento de reconceituação foi impulsionado pela efervescência de lutas sociais — em particular a experiência cubana de 1959 —, que se refratam na universidade, nas ciências sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, no teatro, no Cinema Novo e na arte em geral. Esse movimento desencadeia-se no I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina, em 1965, em Porto Alegre (RS), primeiro marco público da busca de um Serviço Social latino-americano. Denuncia-se a importação de parâmetros profissionais, o capitalismo dependente e o imperialismo norte-americano, num contexto político-cultural marcado pela vitória dos revolucionários da Sierra Maestra sobre Havana, das lutas estudantis de 1968, da abertura da Igreja Católica com o Concílio Ecumênico do papa João XXIII e da Teologia da Libertação. Esse primeiro seminário desdobrou-se em seis outros subsequentes, contribuindo para a maior organicidade do Serviço Social no continente: em Montevideu, Uruguai (1966), em Concepción, Chile (1969), em Cochabamba, Bolívia (1970), e novamente em Porto Alegre, Brasil (1972). Forças profissionais então hegemônicas no Serviço Social brasileiro reagem ao movimento desencadeado no Cone Sul. A hipótese é que os seminários de teorização do Serviço Social — especialmente os de Araxá (1967) e o de Teresópolis (1975) —, iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento e a modernização do Serviço Social “tradicional”, são uma resposta às articulações progressistas do Serviço Social no Cone Sul. Tais iniciativas, promovidos pelo Centro Brasileiro de Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS,) são expressões da luta pela manutenção do poder e pela hegemonia por parte de orientações conservadoras e modernizantes no cenário do Serviço Social brasileiro” (IAMAMOTO, 2019, p.443).

Nesse sentido, mantém-se o gabarito atual: letra A, todas as assertivas corretas.

Fonte:

- IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019. Link: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RJ3mPjQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?lang=pt>

BRANCA	VERDE
42	54

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sobre as justificativas que fundamentam as assertivas da questão, aponta-se o seguinte, de acordo com Yolanda Guerra (2007;2009, p.8-14, grifos nossos): (...) “para bem conhecer, é necessário um trabalho intelectual: preparo, formação, habilidades e competência. A pesquisa científica exige rigor, métodos e técnicas apropriadas e não pode ser identificada como mera sistematização de dados, de modo que há que se desenvolver determinados conhecimento que são procedimentais (sobre a necessidade deles no exercício profissional ver Santos, 2006). Nosso ranço empiricista nos leva muitas vezes a identificar elaboração teórica com sistematização da prática. Afirmamos que ambas são importantes, mas sua distinção deve ser feita, em nome do rigor teórico-metodológico (p.8)[...] . O processo de sistematização nos indica a necessidade de elaboração do projeto de intervenção e as lacunas no nosso conhecimento para resolvermos determinados problemas. Nele, os procedimentos do entendimento são não apenas suficientes, mas adequados. (p.8)[...] Quando realizamos entrevistas, estamos exercitando a dimensão investigativa da profissão, por meio de informações extraídas diretamente da realidade, mas a sua preparação, em grande medida, dependeu de conhecimentos indiretos sobre vários temas que nos habilitaram a realizá-la. Na realização de estudo social, laudos, pareceres, buscamos informações nos documentos da instituição, na vizinhança e/ou no trabalho sobre algum sujeito social. Estes são momentos nos quais estamos exercitando nossa dimensão investigativa. (p.14)[...] **intuitivamente, estamos sempre investigando. Toda investigação se coloca na relação teoria/realidade ou teoria/empíria. A pesquisa parte sempre de um conhecimento superficial da realidade, de uma abstração. Mas nem toda investigação pode ser considerada uma pesquisa científica e nem todo conhecimento é teórico. Diz Marx que a apropriação teórica se dá de um “modo que difere da apropriação desse mundo na arte, na religião e no espírito prático” (1983, p. 219). Cada modalidade do conhecimento nos permite uma forma de apropriação do mundo. (p.7) [...]** O conhecimento indireto é aquele obtido na bibliografia, nas pesquisas já existentes sobre o objeto. Este conhecimento é uma mediação que se interpõe entre o sujeito e a realidade a ser conhecida. Ele é testado: validado ou não na realidade. Daí que a postura investigativa do profissional se explicita na realização das suas competências como um todo: nas fases de planejamento, implementação, avaliação e revisão crítica do processo. A dimensão investigativa está intrinsecamente relacionada com a dimensão interventiva, e a qualidade de uma implica a plena realização da outra. (GUERRA, 2007;2009, p.14).

Nesse sentido, mantém-se o gabarito atual (letra E).

Fonte:

- GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS & ABEPSS. Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília. 2007;2009. Link: [www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf](http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf)

BRANCA	VERDE
43	41

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A resposta que trata de *genérico, configurando ações no espaço da formulação, gestão, implementação, execução, monitoramento e avaliação da política que é resposta à nova questão social*, não se expõe correta tendo em vista, em especial, a terminologia “nova questão social”. De acordo que: [...] *como se vê, a questão social é a expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista, resultante das relações entre capital e trabalho. Atualmente, alguns autores apontam para uma “nova” questão social, definida como novas formas da “exclusão social” ou de “formas de pobreza”. Para eles, as mudanças vividas, a partir dos meados dos anos 70, redefiniram o modo de regulação econômica e social, possibilitando a entrada em cena de “novos” sujeitos, “novos” usuários que*

teriam “novas” necessidades. Pastorini (2004) observa que os defensores da “nova” questão social partem do pressuposto de que as mudanças ocorridas nos últimos anos romperam com o período capitalista industrial e com a questão social, a qual emergiu na primeira metade do século XIX, com o surgimento do pauperismo da Europa Ocidental. Em seus estudos, Pastorini (2004) destaca que, segundo Rosanvallon e Castel, o crescimento do desemprego e o aparecimento de novas formas de pobreza indicariam o surgimento da “nova” questão social. Nesse sentido, segundo Pastorini (2004), esses autores entendem que tais transformações indicam a presença da ruptura com a “antiga” questão social, que emergiu no século XIX. Uma autora que colabora neste debate é Iamamoto (2014). Para ela, a “velha” questão social metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Iamamoto (2014) observa que novas mediações históricas reconfiguraram a questão social no contexto da mundialização do capital.

No que se refere às demais assertivas e o gabarito em questão, vale apontar que: “(...) a compreensão das atribuições profissionais do Serviço social no processo de gestão e avaliação das políticas e programas sociais, considerando a três áreas de políticas públicas aqui destacadas, toma por base o entendimento de gestão social desenvolvido por Carvalho (2014, p. 33), quando associa a gestão social [...] à concepção de um Estado social de direito e, portanto, comprometida com a cidadania de todos os cidadãos de uma nação. Ancora-se em princípios constitucionais que dão forma e conteúdo às políticas, aos programas e aos serviços públicos, reconhecendo o Estado como autoridade reguladora das ações públicas. Nesta perspectiva, a gestão social tem significado abrangente, não se reduzindo apenas à gerência técnico-administrativa de serviços e programas sociais. Refere-se fundamentalmente à governança das políticas e programas sociais públicos; à qualidade de bem-estar ofertada à nação e à cultura política impregnada ao fazer social. Nesse sentido, mantém-se o gabarito atual (letra C).

Fontes:

- CARVALHO, M. do C. B. de. Novos contornos da gestão social contemporânea. In: . Gestão Social e Trabalho Social: desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 8.ed. São Paulo : Cortez, 2014.
- PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. São Paulo, Cortez, 2004.
- SILVA, M. R. F. Atuação do Serviço Social no processo de gestão e avaliação de políticas e programas sociais. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, pp. 561-578, 2018. Link: [redalyc.org/journal/3211/321158844026/html/](http://redalyc.org/journal/3211/321158844026/html/)

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>44</b>	<b>52</b>

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sobre o Estágio supervisionado curricular obrigatório (...) é uma atividade curricular obrigatória, que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional; • Pressupõe supervisão direta e sistemática; • Deve ser um componente curricular integralizador do projeto pedagógico do curso, configurando disciplina de caráter obrigatório.[...] Estágio supervisionado curricular não-obrigatório: • Preconizado pela Lei 11.788/2008, se configura no curso de Serviço Social como atividade complementar, de caráter opcional; • Ao ser assumido pela Unidade de Formação Acadêmica deve estar assegurado no seu projeto pedagógico como atividade curricular optativa, integrante dos componentes complementares da formação profissional; • Se realiza por meio da inserção do estudante no cotidiano do trabalho, na área do Serviço Social, mediante supervisão direta de assistente social docente da unidade de formação acadêmica e assistente social do campo de estágio.[...] **IMPORTANTE** • **Recomenda-se que a supervisão acadêmica não ultrapasse o limite de 15 estudantes por turma, tendo em vista as especificidades da disciplina de estágio, bem como critérios de avaliação institucional previstos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em relação às disciplinas que articulam teoria e prática.** • Quando possível, recomenda-se que a organização das turmas tenha a compatibilização com as áreas dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP’s) da ABEPSS, que podem ser conhecidos no site da entidade ([www.abepss.org.br](http://www.abepss.org.br)). • As supervisões de campo e acadêmica devem ser concomitantes, requerendo encontros periódicos entre os supervisores”.

Logo, não é incorreta a letra C, de maneira que mantém-se o gabarito atual (letra D).

Fonte:

- CRESS-RJ. O que você precisa saber sobre ESTÁGIO em Serviço Social? Gestão 2011/2014 – “Trabalho e Direitos: a luta não para”. Online. Link: Orientações éticas e legais. <https://www.cressrj.org.br/wp->

BRANCA	VERDE
45	53

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com Netto (2012) "(...) *há um tipo de crise que o capitalismo experimentou integralmente, por duas vezes, até hoje: "a chamada crise sistêmica, que não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital[...]*

Para Paulo Netto (2012), a crise que se vivencia tem natureza sistêmica. Foi sinalizada com a crise da Bolsa de Nova Iorque, em 1987, embora aparentemente aparecesse como crises localizadas. Ainda de acordo com este autor, as crises que se seguiram, a dos Tigres Asiáticos, a crise da Bolsa de Nasdaq, a crise da bolha imobiliária e, mais recentemente, a crise do Euro, consideradas isoladas e independentes, fazem parte de uma só crise: são indicadores da emergência de uma nova crise sistêmica do sistema capitalista e que apresenta traços inéditos em relação às duas anteriores. Aqueles que não compreenderem estas particularidades da crise contemporânea provavelmente vão considerar que há remédios para ela nas terapias (ainda e sobretudo de raiz keynesiana) adotadas no século XX. Estas terapias não estão funcionando e não vão funcionar" (NETTO, 2012, p. 415-16).

Nesse sentido, mantém-se o gabarito atual (letra B).

Fonte:

- NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Serv. Soc. Soc. [online]. 2012, n. 111, pp. 413-429. <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?lang=pt>.

BRANCA	VERDE
47	45

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Como assinalado, o gabarito é: *temporária, eventual e a ampla liberdade do assessorado em aceitar ou não as indicações do assessor*), conforme já divulgado.

De acordo com Vieira (1981) "(...) assessoria não é sinônimo de supervisão. Como a supervisão profissional caiu em desuso no Serviço Social desde os anos de 1970, a assessoria/consultoria tem sido utilizada como sinônimo. Contudo, como já apontava Vieira, não é: O que distingue assessoria da supervisão é sua natureza temporária, eventual (o supervisionado procura o assessor quando precisa) e ampla liberdade do assessorado em aceitar ou não, em seguir ou não as indicações do assessor. Mais do que supervisor, assessor tem uma autoridade de 'ideias', ou de 'competência' e não 'de mando' (VIEIRA, 1981, p. 108)".

Nesse sentido, mantém-se o gabarito atual.

Fonte:

- MATOS, M. C. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. ABEPSS/UNB. 2009. Link: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZK2736DP7w8MI96Qb63f.pdf>

BRANCA	VERDE
48	49

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Como assinalado, o gabarito é: *Agentes executores das políticas sociais*, conforme já divulgado.

De acordo com Netto (1992): "o caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma autorrepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle (NETTO, 2005, p. 71-72). Instaura-se, assim, um lugar específico do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, por meio da constituição de um mercado de trabalho que passa

a requisitar agentes habilitados para a formulação e implementação das políticas sociais, entre os quais o assistente social. Para os assistentes sociais será reservada, prioritariamente, a relação com os segmentos sociais mais vulnerabilizados pelas sequelas da questão social e que buscam, nas políticas públicas especialmente nas políticas sociais, em seus programas e serviços, respostas às suas necessidades mais imediatas e prementes. **Neste âmbito, configura-se o mercado de trabalho para o assistente social, quando ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais.** Como observa Netto (2005, p. 74), “prioritariamente no patamar terminal da ação executiva”, onde o assistente social é convocado a realizar as mais variadas atividades na administração de recursos e implementação de serviços, considerando a tendência cada vez maior de setorização da política social (políticas sociais no plural) e a capilaridade que os serviços sociais e assistenciais assumem para gerir as demandas do capital e das massas trabalhadoras[...] Nesse sentido, é importante trazer mais um elemento para essa reflexão que ainda não foi dada a atenção até o momento. Trata-se da estrutura burocrática do Estado, que tem como base uma racionalidade instrumental que dificulta a observação de que o próprio Estado, em sua atuação, atende a determinados interesses de classe. Estrutura essa composta por uma intelectualidade - profissionais com formações e atribuições técnicas qualificadas - que atua como gestores e, predominantemente, como executores de políticas públicas - apelidados, também, de “executores terminais” (NETTO,1992) das políticas públicas”.

Nesse sentido, mantém-se o gabarito atual.

Fonte:

- NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 6ª Ed. São Paulo, Cortez, 2002[2005].

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>49</b>	<b>50</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Acerca de reflexões (...) “sobre a pós-graduação no Brasil no contexto do neoliberalismo. Para tanto, discute a questão da educação no contexto ultraneoliberal; o desfinanciamento das instituições de pesquisa e pós-graduação no Brasil; e o Serviço Social no contexto da pós-graduação brasileira[...] não há dúvida de que nos encontramos num momento de crise flagrante, caracterizado por Gramsci (1988) como sendo uma situação em que velhas relações não se esgotaram ou não morreram e as novas ainda não puderam nascer. Nessas circunstâncias, lembra-nos Gramsci, o risco é o do surgimento dos mais diversos comportamentos mórbidos. E essa morbidez, sem dúvida, explicita-se hoje tanto no processo material concreto das contrarreformas conduzidas no país sob a lógica da globalização excludente, quanto pela superestrutura ideológica do neoliberalismo radicalizado (ou ultraneoliberalismo), que lhes dá sustentação[...] Os governos petistas não venderam a nação e trouxeram avanços para o plano social, sobretudo para os “miseráveis”, mas as estruturas que produzem a desigualdade não foram rompidas. E a “minorias prepotente” retornou com o seu furor renovado, sob as bênçãos dos governos conservadores de Michel Temer (2016-2018) e do ultraneoliberal Jair Bolsonaro (2019- ), este último protegido por uma “aliança fortíssima entre o Judiciário, Ministério Público e militares” (AVRITZER, 2019, p. 2). A crise política e econômica e a ofensiva sobre os trabalhadores se agravam, com cortes cada vez mais profundos nas políticas sociais, dentre elas a educação[...] Dentre as diversas expressões do ultraneoliberalismo no Brasil destacam-se o desmonte do ensino público, a desqualificação das instituições de ensino superior e, particularmente, a desqualificação e o desfinanciamento das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas” (SANTANA; STAMPA; CARVALHO, 2020).

Nesse sentido, mantém-se o gabarito atual.

Fontes:

- SANTANA, J. V. STAMPA, I. CARVALHO, D. B. A pós-graduação em Serviço Social no contexto ultraneoliberal. (p.63). Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos / Edna Maria Goulart Joazeiro, Vera Batista Gomes, Organização. – Teresina: EDUFPI, 2020 . IINK: <https://ppgss.paginas.ufsc.br/files/2021/02/Serviço-Social-formação-pesquisa-e-trabalho-profissional-em-diferentes-contextos-EDUFPI.pdf>
- ABEPSS; CFESS. Pela continuidade da graduação em Serviço Social e do processo seletivo de mestrado e doutorado no ppgss da PUC-RS. Brasília, 04 de agosto de 2022. Link: [www.cfess.org.br/arquivos/2022Ago-NotaAbepssCfess-PucRS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Ago-NotaAbepssCfess-PucRS.pdf)

BRANCA	VERDE
52	44

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com Bravos e Matos (2014): “assim, definimos **assessoria/consultoria** como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimento na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que **intervém**, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente suas proposições.”[...] Nos processos de **gestão**, os poderes executivos e organizações têm solicitado progressivamente assessorias, campo este onde os assistentes sociais – vinculados às universidades ou não – têm sido convocados a contribuir por meio de seus conhecimentos e pelas suas habilidades em apresentarem proposições para o encaminhamento das questões identificadas no processo de implantação das políticas sociais.” (BRAVO; MATOS, 2014, p. 31-51)

Nesse sentido, mantém-se o gabarito atual.

Fonte:

- BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (orgs.). Assessoria, Consultoria & Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRANCA	VERDE
53	51

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa incorreta se trata da letra A (*Constitui competência do assistente social dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social*), tendo em vista que: (...) “(...) Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social[...] Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares[...] Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social[...] **Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social**” (CFESS, 2012, p.45-46).

Nesse sentido, mantém-se o gabarito atual.

Fonte:

- Brasil. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Link: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)

BRANCA	VERDE
54	43

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sobre a alternativa que é gabarito (*Competência e atribuição profissional reconhecida na Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS*), situa-se que:

“(...) o reconhecimento das atribuições e competências profissionais tem sua primeira formulação em 1957, sendo reconhecidas e regulamentadas desde 1962. E, atualmente, tais requisições são reconhecidas e regulamentadas na Lei de Regulamentação da Profissão, a Lei N. 8662/1993 que dispõe sobre a regulamentação do Serviço Social no Brasil[...] E quando se remete à importância da gestão no trabalho profissional, se parte do seu reconhecimento como competência e atribuições privativas do assistente social expressa nos documentos ético-políticos e normativos do Serviço Social. **A gestão apresenta-se como competência e atribuição profissional reconhecida na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da**



**ABEPSS de 1993". [...]**

Acerca das demais assertivas, consideradas incorretas, situa-se que:

“(…) o avanço ético e político do movimento de ruptura foi materializado no Código de Ética Profissional de 1986, reconhecido pela categoria por sua natureza politizadora. Faz-se necessário ressaltar que as mudanças no Código de Ética ocorreram em um “[...] contexto de reorganização política dos trabalhadores, dos movimentos sociais e da categoria profissional, propiciando a sua politização e seu amadurecimento teórico [...]” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 48). Portanto, marcou o rompimento com o conservadorismo por meio da negação à neutralidade fundada nos pressupostos metafísicos e idealistas e no papel tradicional historicamente atribuído ao profissional, nos marcos iniciais da profissão. [...] Já no tocante à dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, esta direciona para uma reflexão e análise da dimensão interventiva da profissão, ou seja, leva a uma reflexão direta sobre as competências e habilidades profissionais, realizadas no âmbito da intervenção profissional, por meio do domínio dos instrumentais técnico-operativos, responsáveis pela mediação dos objetivos e das finalidades da intervenção do assistente social.[...] não há “nova questão social” e/ou “questões sociais”, tendo em vista que: [...] como se vê, a questão social é a expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista, resultante das relações entre capital e trabalho. Atualmente, alguns autores apontam para uma “nova” questão social, definida como novas formas de “exclusão social” ou de “formas de pobreza”. Para eles, as mudanças vividas, a partir dos meados dos anos 70, redefiniram o modo de regulação econômica e social, possibilitando a entrada em cena de “novos” sujeitos, “novos” usuários que teriam “novas” necessidades. Pastorini (2010) observa que os defensores da “nova” questão social partem do pressuposto de que as mudanças ocorridas nos últimos anos romperam com o período capitalista industrial e com a questão social, a qual emergiu na primeira metade do século XIX, com o surgimento do pauperismo da Europa Ocidental. Em seus estudos, Pastorini (2010) destaca que, segundo Rosanvallon e Castel, o crescimento do desemprego e o aparecimento de novas formas de pobreza indicariam o surgimento da “nova” questão social. Nesse sentido, segundo Pastorini (2010), esses autores entendem que tais transformações indicam a presença da ruptura com a “antiga” questão social, que emergiu no século XIX. Uma autora que colabora neste debate é Iamamoto (2014). Para ela, a “velha” questão social metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Iamamoto (2014) observa que novas mediações históricas reconfiguraram a questão social no contexto da mundialização do capital. Nesse sentido, mantém-se o gabarito atual.

Fontes:

- BENEVIDES, G. O. TRABALHO PROFISSIONAL E GESTÃO NO SERVIÇO SOCIAL: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DA GESTÃO COMO ATIVIDADE INERENTE AO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL. XVI ENPSS. 2018. Link: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23505>
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 8.ed. São Paulo : Cortez, 2014.
- PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. São Paulo, Cortez, 2004.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>57</b>	<b>62</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As visitas domiciliares, realizadas pelo Serviço Social, já tiveram e muitas ainda têm um caráter fiscalizatório. A realização de uma visita domiciliar exige planejamento. A visita, que constitui um instrumento técnico operativo do profissional é, também, uma prestação de serviço institucional voltado para operacionalizar o acesso a direitos sociais. A definição de um objetivo prévio à realização da visita é necessária e possível. Nem sempre cabe registrar tudo que se observa nas visitas, mesmo que autorizados pelos atendidos. Assim, diante das alternativas apresentadas na questão e a partir da autora consultada, o recurso é improcedente e mantém-se o gabarito divulgado.

Fonte:

- CARDOSO, M. F. M. Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social. São Paulo: LTC, 2008. pp. 59-71.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>58</b>	<b>67</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Política pública não é sinônimo de política estatal. Alocar e distribuir bens públicos é uma das funções da política pública. A política social e a política pública, podem mudar e variar no tempo e espaço. Tanto na política pública quanto na política social o Estado e a sociedade civil atuam. A política social é uma espécie do gênero política pública. O argumento apresentado no recurso não faz menção às alternativas dispostas na questão. Desta forma, recurso prejudicado com manutenção de gabarito.

Fonte:

- PEREIRA, P. A.P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. (et al). Política social no capitalismo - tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. pp. 87-107.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>60</b>	<b>69</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A proteção social no Brasil configura, ao longo de sua história, um caráter familista. Nas últimas décadas, em proteção social, ocorre um fortalecimento da ideia da família como fundamental na provisão de bem-estar. A tendência de familiarização das políticas sociais é fortalecida pela concepção do pluralismo de bem-estar. No processo de familiarização a satisfação das necessidades das famílias depende da inserção de seus membros na esfera mercantil. O argumento apresentado no recurso reforça a alternativa indicada no gabarito ao afirmar o fortalecimento da responsabilidade atribuída à família no tempo presente. Destaca-se que arrefecimento se refere à enfraquecimento e não à fortalecimento. Assim, mantém-se o gabarito divulgado. Recurso improcedente.

Fonte:

- MIOTO, R. C. T. Família e Políticas sociais. In: BOSCHETTI, I. (et al). Política social no capitalismo - tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. pp. 130-147.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>61</b>	<b>58</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os sistemas de mediação não ficam expostos claramente na imediaticidade. O papel essencial da categoria mediação no plano metodológico se relaciona à dupla dimensão ontológica e reflexiva desta própria categoria. Na dimensão reflexiva a categoria mediação é construída pela razão com o objetivo de conhecer o objeto. A rede de mediações não se põe ao assistente social como um todo articulado e organizado. Mediações ontológicas não dependem do conhecimento da razão humana para existirem. O recurso apresentado discorre sobre mediação, mas não argumenta contra a questão ou suas alternativas. Em outras palavras, não questiona a questão aplicada e/ou suas alternativas de resposta. Sendo assim, recurso prejudicado, com manutenção de gabarito.

Fonte:

- PONTES, R. N. Mediação e serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008. pp. 170-185.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>64</b>	<b>57</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os conselhos de direitos apresentam grandes possibilidades em termos de negociação de propostas e ações e ao mesmo tempo possuem dificuldades para realização dos sentidos da participação e pleno desenvolvimento destas possibilidades. Com os conselhos de direito houve avanços na tradição democrática brasileira. A concepção de controle democrático não reforça a setorialização das políticas públicas e nem enfraquece o poder do Estado. Não é possível afirmar que os conselhos são efetivamente o *locus* privilegiado de afirmação de direitos, por uma série de fatores, entre eles elementos presentes no processo de formação sócio-histórica do país que dificultam a realização de uma participação efetivamente popular e democrática nestes espaços. A sociedade civil não é homogênea, assim como os conselhos de direitos e as conferências de políticas setoriais, o que dificulta a construção de consensos. Assim, recurso improcedente, manutenção de gabarito.

Fonte:

- BHERING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social - Fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008. PP. 178-184.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>66</b>	<b>68</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão, sobre a situação hipotética, menciona explicitamente ser impossível resolver a questão pela internet ou por aplicativos. O Estatuto do Idoso, em seu art. 15, § 6º estabelece que "É assegurado à pessoa idosa enferma o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo serviço público de saúde ou pelo serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o SUS, para expedição do laudo de saúde necessário ao exercício de seus direitos sociais e de isenção tributária. Desta forma, o recurso é improcedente e mantém-se o gabarito.

Fonte:

- Estatuto do Idoso. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm)

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>67</b>	<b>63</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho, constitui uma ação incluída no âmbito de atuação do SUS. A igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie é um dos princípios e diretrizes do SUS. As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) diretamente ou com a participação complementar da iniciativa privada, são organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente. A União pode executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional. As Comissões Intergestoras Bipartite e Tripartite são foros de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, o recurso é improcedente e mantém-se o gabarito.

Fonte:

- Lei 8080/1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)

BRANCA	VERDE
70	60

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

A designação profissional de Assistente Social, no Brasil, é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente e não tem curso técnico. Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais é uma das competências do assistente social e não uma atribuição privativa. A duração do trabalho do assistente social é de 30 (trinta) horas semanais. Somente podem exercer a profissão de Assistente Social os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado. Desta forma, a questão não apresenta alternativas corretas, o que torna o recurso procedente com anulação da questão.

Fonte:

- Lei de regulamentação profissional 18662/1993 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,\(Mensagem%20de%20veto\).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20Fa%C3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,(Mensagem%20de%20veto).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20Fa%C3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei.)

**Cargo: Analista do Executivo - Tecnologia da Informação**

BRANCA	VERDE
10	9

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência República (2018), **local** e **data** são itens desnecessários no corpo da mensagem, uma vez que o próprio sistema apresenta essas informações. O **anexo** também não é um item obrigatório no e-mail. Por isso, seu uso é facultativo, a depender da necessidade da comunicação. Dessa forma, como há duas respostas corretas – B e D – **a questão deverá ser anulada.**

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República.** 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/1noxZwD>

BRANCA	VERDE
13	12

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

Houve um erro material na elaboração da questão. O nome Beto foi incorretamente inserido nas alternativas como Bruno. Tal incorreção impossibilita uma análise objetiva do item, razão pela qual a questão foi anulada.

BRANCA	VERDE
22	25

**Recurso Procedente. Anula-se a questão.**

O recorrente sustenta que a questão não pode ser cobrada pois o edital elencou os tipos de extinção do ato administrativo, não incluindo a caducidade, no que lhe assiste razão. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Edital. Item 3.2.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>27</b>	<b>28</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva “A” é falsa, pois o benefício de licença maternidade é custeado com recursos do Tesouro e não do RPPS (art. 3º). A assertiva “B” é verdadeira, pois a pensão por morte é devida aos filhos menores de idade seja de servidor ativo ou inativo, na hipótese, falecida no mês anterior ao requerimento. Saliente-se que se o candidato interpretou “mês anterior”, com anterior ao implemento de idade, ainda assim a resposta é a mesma (art. 5º). A assertiva “C” é falsa, pois o agente político não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “D” é falsa, pois o ocupante exclusivamente de cargo em comissão não é assegurado pelo RPPS (art. 5º). A assertiva “E” é falsa, pois o benefício de auxílio doença não é custeado com recursos do RPPS (art. 3º) RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Complementar nº 282/2004.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>31</b>	<b>34</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor Antonio Cesar Amaru Maximiano afirma que os principais componentes a serem considerados na análise da situação estratégica são Missão da organização até o presente; Desempenho da organização até o presente; Vantagens competitivas e Estratégias vigentes. A Estrutura é definida como o estudo do ramo de negócios e baseia-se em informações sobre os seguintes itens: Estrutura (empresas que compõem o ramo de negócios e sua participação nas vendas, produção, faturamento, número de funcionários, etc.). Linhas de produtos fornecidos pelas empresas que atuam no mercado e volume de vendas de cada uma. Compradores e seu comportamento (quantidade, distribuição geográfica, poder aquisitivo, sazonalidade, etc.). Crescimento das empresas e do mercado.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru – Introdução à Administração – 6ª Edição – 2004 – São Paulo – Editora Atlas – Pág.165 e 171.

<b>BRANCA</b>	<b>VERDE</b>
<b>36</b>	<b>33</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com os autores Idalberto Chiavenato e Arão Sapiro para sua estratégia organizacional, o Balanced Scorecard (BSC) habilita a organização a alinhar e focar suas equipes de executivos, unidades de negócios, recursos humanos, Tecnologia da Informação e Recursos Financeiros. O item independência, autonomia e autocontrole está vinculado ao item Empreendedorismo Corporativo e não ao BSC, conforme conceituado a seguir:

Empreendedorismo Corporativo

- Fomentando o espírito empreendedor na organização: partindo do pressuposto de que a motivação para realização – ou impulso para melhorar – é fundamental para os empreendedores, procurou-se definir um modelo de treinamento de motivação para a realização, no sentido de desenvolver essa característica e fazê-la aplicável nas situações típicas das organizações. O segundo passo foi desenvolver um projeto de seleção e desenvolvimento de empreendedores (baseado em um estudo realizado em 34 países) para criar os instrumentos adequados de seleção e treinamento. O programa foi lançado por meio de um convenio entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae). Segundo o modelo, as principais características que um empreendedor bem-sucedido deve possuir ou desenvolver são as seguintes:
  - Iniciativa e busca incesante de oportunidades.
  - Perseverança
  - Comprometimento

- Busca de qualidade e eficiência
- Coragem para assumir riscos, mas calculados
- Fixação de metas objetivas
- Busca e coleta de informações
- Planejamento e monitoração sistemáticos, isto é, detalhamento de planos e controles
- Capacidade de persuasão e de estabelecer redes de contatos pessoais.
- **Independência, autonomia e autocontrole.**

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto e SAPIRO, Arão – Planejamento Estratégico – da intenção aos resultados – Conhecendo e aplicando o processo proativo de alcançar os objetivos estratégicos desejados. – 4ª Edição – 2020 – São Paulo – Editora Grupo Gen / Atlas = Pág. 233.

BRANCA	VERDE
37	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o autor Edgar H. Schein todos os itens da questão estão corretos conforme afirmado a seguir:

- CORRETO => Selecionar dimensões de mensuração que não sejam relevantes ou importante em termos da dinâmica cultura de uma dada organização.
- CORRETO => Mensurar apenas as características superficiais da cultura, em razão de os instrumentos não serem adequados para descobrir as suposições tácitas compartilhadas mais profundas que definem a essência das culturas.
- CORRETO => O instrumento de levantamento não ser confiável nem válido, porque validar medidas formais de algo tão complexo e profundo quanto as suposições culturais é intrinsecamente muito difícil.
- CORRETO => A padronização das suposições culturais em um paradigma não poder ser revelado por um questionário.
- CORRETO => Os respondentes não estarem preparados para responder de modo confiável às questões do levantamento porque as suposições culturais são tácitas.

Fonte:

- SCHEIN, Edgar H. – Cultura Organizacional e Liderança – São Paulo – 2009 – Editora Atlas – Pág. 192.

BRANCA	VERDE
48	52

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O gabarito da questão deve ser mantido, pois a afirmação de que Metas e princípios; Atividades; e Papéis e responsabilidades são considerados alguns dos elementos ambientais básicos os quais definem cada área de conhecimento ou função da Gestão de Dados presentes no guia DAMA-DMBOK está certa. Segundo a autora Ana Paula Tolentino Ribeiro na obra Cenário de gestão de dados no SERPRO comparado à referência conceitual do guia DMBOK, UFRGS, 2014, “entre os elementos descritos no DMBOK, quatro são considerados elementos ambientais básicos. Eles são efetivamente a definição do que é a área de conhecimento: (i) Metas e princípios: metas direcionais de negócio e princípios fundamentais das funções. (ii) Atividades: atividades de nível inferior das funções (tarefas e etapas). (iii) Entregas Primárias: informações, bancos de dados físicos e documentos criados como resultados intermediários e finais de cada função. (iv) Papéis e responsabilidades: papéis da TI e negócio e suas responsabilidades”.

Fonte:

- Ana Paula Tolentino Ribeiro. Cenário de gestão de dados no SERPRO comparado à referência conceitual do guia DMBOK. UFRGS. 2014.

**III**  
**DAS CONCLUSÕES**

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

15 de fevereiro de 2023  
**INSTITUTO CONSULPLAN**